

AS VÁRIAS FACES DO MERCADO DE TRABALHO NO BRASIL

*Publicação Especial do Convênio da
Pesquisa de Emprego e Desemprego
na Região Metropolitana de
Belo Horizonte*

Belo Horizonte
Fundação João Pinheiro
2006



FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO
Governo de Minas Gerais

F A T
AMPARO AO
TRABALHADOR



Fundação
Sistema
Estadual de
Análise de Dados
SEADE

**MINISTÉRIO DO
TRABALHO E EMPREGO**

SINAIS CONVENCIONAIS UTILIZADOS

- Dado numérico igual a zero não-resultante de arredondamento;
- ... Dado numérico não-disponível;
- .. Não se aplica dado numérico;
- 0,0** Dado numérico igual a zero resultante de arredondamento de um dado numérico originalmente positivo.

APRESENTAÇÃO DE PONTOS NO TEMPO

(De acordo com a ABNT – NB 113 – “Normas para Datar”)

As séries temporais consecutivas são apresentadas nas tabelas e gráficos por seus pontos inicial e final ligados por hífen (-); as não-consecutivas, ligados por barra (/) ou vírgula (,).

As opiniões expressas nos textos assinados são de total responsabilidade dos autores.

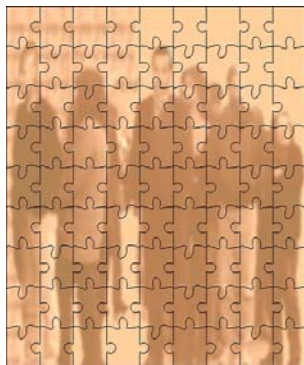
É permitida a reprodução dos dados publicados e/ou citação, desde que indicada a fonte.

As várias faces do mercado de trabalho no Brasil / Organizado por Jussara Maria Januzzi e Marcy Soares. – Belo Horizonte, Fundação João Pinheiro, Centro de Estatística e Informações, 2006.

– 134 p.: il., tabelas – (Estudos sobre Mercado de Trabalho, v. 1).

1. Mercado de trabalho – Região Metropolitana de Belo Horizonte. 2. Distribuição de renda - Região Metropolitana de Belo Horizonte. 3. Desemprego – Brasil. 4. Pobreza – Belo Horizonte. 5. Economia – Região Metropolitana de São Paulo. 6. Trabalho – Região Metropolitana de São Paulo. I. Januzzi, Jussara Maria (Org.). II. Soares, Marcy (Org.). III. Título. IV. Fundação João Pinheiro. Centro de Estatística e Informações. V. Série.

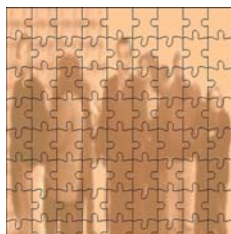
CDU 331.6 (81)



AS VÁRIAS FACES DO MERCADO DE TRABALHO NO BRASIL

Jussara Maria Januzzi
Marcy Soares
Organizadoras

Belo Horizonte
Fundação João Pinheiro
2006



**MINISTÉRIO DO TRABALHO/CODEFAT/SECRETARIA
DE POLÍTICAS DE EMPREGO E SALÁRIO**
MINISTRO *Luiz Marinho*

GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
GOVERNADOR *Aécio Neves da Cunha*

SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO
SECRETÁRIA *Renata Maria Paes de Vilhena*

SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E ESPORTES
SECRETÁRIA *Maria Coeli Simões Pires*

FUNDAÇÃO SISTEMA ESTADUAL DE ANÁLISE DE DADOS
DIRETORA EXECUTIVA *Felícia Reicher Madeira*

**DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS
SÓCIO-ECONÔMICOS**
PRESIDENTE *Carlos Andreu Ortiz*

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO
PRESIDENTE *Amílcar Viana Martins Filho*

CENTRO DE ESTATÍSTICA E INFORMAÇÕES
DIRETORA *Laura Maria Irene De Michelis Mendonça*

**SUPERINTENDÊNCIA DE PRODUÇÃO DE
ESTATÍSTICAS PRIMÁRIAS**
SUPERINTENDENTE *Renata Guimarães Vieira de Souza*

ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL
ASSESSORA-CHEFE *Lucilene Gonçalves*

COORDENAÇÃO TÉCNICA DA PED/RMBH
Plínio de Campos Souza

PRODUÇÃO EDITORIAL
Jussara Maria Januzzi

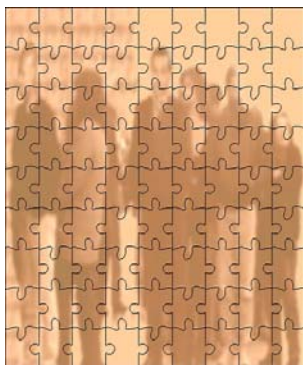
PROJETO GRÁFICO E EDITORAÇÃO ELETRÔNICA
FINALIZAÇÃO DA CAPA
João Bosco Assunção

ARTE DA CAPA
João Carlos Dortas

REVISÃO DE TEXTOS
Heitor Vasconcelos

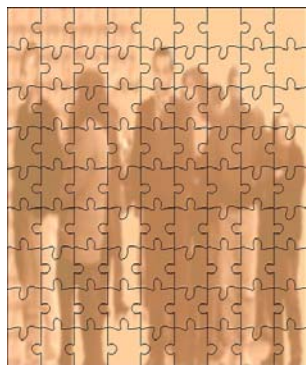
NORMALIZAÇÃO
Helena Schirm

IMPRESSÃO E ENCADERNAÇÃO
Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais



AGRADECIMENTOS

Agradecemos a todos aqueles que direta ou indiretamente contribuíram para a realização deste trabalho, especialmente aos autores dos artigos e a Kátia Barrio Castro e Renata Guimarães Vieira de Souza, pelas valiosas observações e sugestões.



Sumário

APRESENTAÇÃO, *vii*

AS MULHERES E OS HOMENS NO MERCADO DE TRABALHO METROPOLITANO: UMA ANÁLISE DA REGIÃO METROPOLITANA DE BELO HORIZONTE, 1996-2004 - *Kátia Barrio, Marcy Soares, 1*

ESCOLARIDADE, CICLO ECONÔMICO E OS DETERMINANTES DO RENDIMENTO NA REGIÃO METROPOLITANA DE BELO HORIZONTE - *Alexandre Queiroz Guimarães, 36*

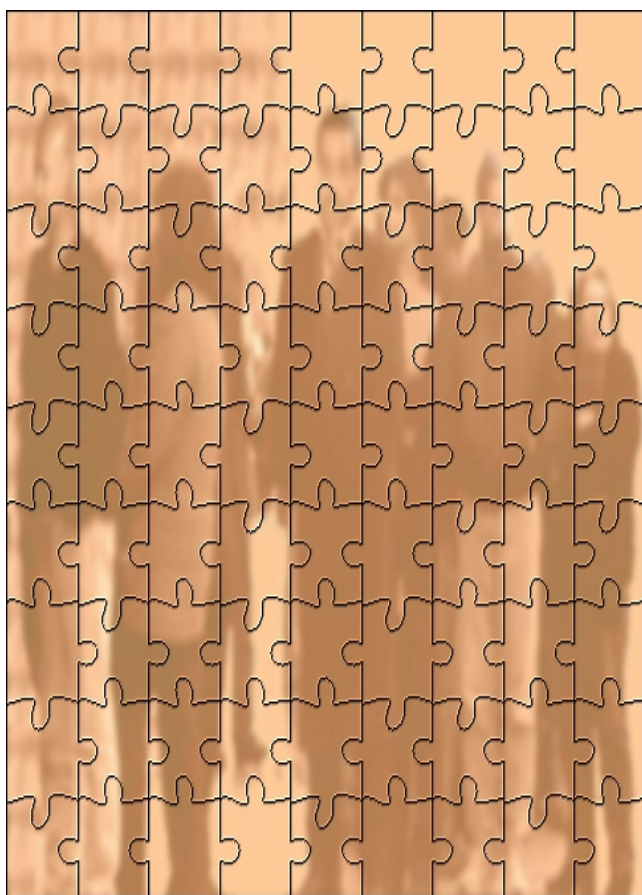
DESEMPREGO DE LONGA DURAÇÃO COMO COROLÁRIO DA “DÉCADA NEOLIBERAL”: A EVOLUÇÃO DO DESEMPREGO METROPOLITANO ENTRE AS DÉCADAS DE 1990 E 2000 - *Lúcia Santos Garcia, Mario Marcos Sampaio Rodarte, Thaiz Silveira Braga, 54*

VULNERABILIDADE À POBREZA NO MERCADO DE TRABALHO EM BELO HORIZONTE: UMA ANÁLISE A PARTIR DA PED - *Ana Flávia Machado, Frederico Luiz Barbosa de Melo, 79*

DEZ ANOS DA PESQUISA DE EMPREGO E DESEMPREGO (PED) NA REGIÃO METROPOLITANA DE BELO HORIZONTE (RMBH): TEMPOS DIFÍCEIS PARA OS OCUPADOS - *André Mourthé de Oliveira, 100*

ECONOMIA E TRABALHO NA REGIÃO METROPOLITANA DE SÃO PAULO, 1985-2004 - *Claudio Salvadori Dedecca, 117*

Apresentação



A Fundação João Pinheiro sob patrocínio da Companhia Brasileira de Metalurgia e Mineração (CBMM) lança a série *Estudos sobre Mercado de Trabalho*, elaborada por equipe multidisciplinar do Centro de Estatística e Informação – CEI, com o propósito de levar à sociedade artigos de especialistas no estudo do comportamento dos mercados de trabalho regional e nacional e levantar reflexões a respeito da dinâmica do “mundo do trabalho”.

As Várias Faces do Mercado de Trabalho no Brasil, que abre a série, reúne seis textos inéditos de renomados intelectuais da área e traz análises dos dados obtidos através do processamento de informações detalhadas do mercado de trabalho de cinco das seis regiões metropolitanas em que a Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED) é realizada.

Espera-se que estes estudos tornem-se referência e fonte de consulta para a sociedade, especialmente os segmentos voltados para o mercado de trabalho, e sejam instrumento de apoio ao planejamento das políticas públicas de emprego e renda e ao desenvolvimento econômico em âmbito nacional.

Amilcar Martins
Presidente

AS MULHERES E OS HOMENS NO MERCADO DE TRABALHO METROPOLITANO: UMA ANÁLISE DA REGIÃO METROPOLITANA DE BELO HORIZONTE, 1996-2004

Kátia Barrio *
Marcy Soares **

1 INTRODUÇÃO

A crescente inserção da mulher no mercado de trabalho tem sido marcada por quatro fatos: transformações nos arranjos familiares, aumento do nível de escolaridade, conquista de espaços produtivos e frustrações no âmbito da discriminação. Eles perduram ao longo dos anos e expõem-na a situações menos favoráveis e prestigiadas no mercado.

Nos últimos anos houve perda no rendimento médio do trabalhador, o que corroborou para que o poder aquisitivo das famílias caísse. Em meio a esse cenário a mulher foi impulsionada a se lançar mais intensamente ao mercado, não por questões puramente ideológicas, mas para colaborar ou, em muitos casos, prover a sobrevivência familiar. É esse ciclo um tanto quanto perverso que se pretende discutir neste texto, sem pretensão alguma de exaustão do tema. Pelo contrário, o objetivo principal é suscitar questões acerca da inserção gradual da mulher no mercado de trabalho metropolitano.

A fonte de dados utilizada foi a Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED) referente ao período de 1996 a 2004. Este estudo toma como referência a Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH), uma das maiores do país. Na seção 2 será apresentada uma breve revisão bibliográfica a respeito do tema proposto; na seção 3 será analisado o comportamento do mercado de trabalho por meio da avaliação do desemprego, da ocupação e dos rendimentos, sempre comparativamente entre os sexos, ressaltando as mudanças ocorridas no decorrer dos nove anos pesquisados.

O crescimento da participação feminina na força de trabalho brasileira é um fenômeno que tem sido muito estudado na última década (LAVINAS, 1994; WAJNMAN; PERPÉTUO, 1997; LAVINAS; LINHARES, 1996; BARROS; JATOBÁ; MENDONÇA, 1995; BRUSCHINI, 1994; CASTRO, 2000). A mesma tendência aparece no continente latino-americano (ABRAMO; ARMIJO, 1997). No tópico a seguir far-se-á uma breve revisão da bibliografia acerca do tema.

* Economista - Analista da Pesquisa de Emprego e Desemprego na Região Metropolitana de Belo Horizonte (PED/RMBH) da Fundação João Pinheiro (FJP), Centro de Estatística e Informações (CEI).

** Cientista Política e Demógrafa - Superintendente de Produção de Estatísticas Primárias (Centro de Estatística e Informações) e Professora do Curso de Graduação em Administração Pública (Escola de Governo Paulo de Carvalho Neves) (FJP), à época da elaboração do artigo. Atualmente é Consultora, pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD)/Organização das Nações Unidas (ONU), do Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome.

2 A INSERÇÃO DAS MULHERES NO MERCADO DE TRABALHO

A trajetória de inserção da mulher no mercado de trabalho foi marcada pela continuidade na conquista de espaços e paradoxalmente pela perpetuação do sexismo, uma realidade de desigualdade e de discriminação.

De fato, análises com foco nas mulheres trabalhadoras têm, de modo recorrente, constatado diferenças na inserção de homens e mulheres no mercado de trabalho como expressão de desigualdades sociais entre os gêneros, vinculadas a condições e a características do trabalho. Dentre estas, têm sido evidenciadas discriminações e preconceitos relacionados a tipos de atividades exercidas, rendimentos do trabalho, cor e condição civil, revelando que existem segmentações no mercado de trabalho que implicam desvantagens para o contingente feminino, vis-à-vis ao masculino (GALEAZZI, 2003).

Bruschini¹ (1989) salienta que o crescimento da participação feminina no mercado brasileiro é cada vez maior e mais diversificado desde os anos 70 e não demonstra tendência alguma de retrocesso, apesar das crises econômicas que assolaram o país a partir dos anos 80. Em 1970, apenas 18,2% das brasileiras de mais de dez anos de idade eram economicamente ativas. Em 1990, a taxa de atividade feminina atingia 39,2%. Em outro estudo, Bruschini (1998) afirma que o aumento da participação da mulher no mercado de trabalho não pode ser considerado só como uma conquista das mulheres, mas estaria, em grande medida, associado ao empobrecimento das famílias. A disponibilidade da mulher para o mercado de trabalho não depende apenas de sua qualificação e das oportunidades oferecidas, mas de características pessoais e familiares. A maternidade ocupa lugar de destaque, devido à constante necessidade de conciliar responsabilidades. A presença e a idade dos filhos são os fatores que mais interferem na participação feminina no mercado de trabalho, uma vez que as mães ainda são as principais responsáveis pelos cuidados com as crianças pequenas. Em 1980, 39% das brasileiras sem filhos trabalhavam, mas esse número caía para menos de 30% entre as mães. Por outro lado, quando os filhos crescem e as mães podem ser substituídas ou contar com o apoio da escola, sua disponibilidade para o trabalho volta a aumentar: aproximadamente 41% das mães de filhos maiores de sete anos trabalhavam em 1980, superando a atividade das sem filhos.

Na verdade, vem se acentuando a presença de mulheres casadas no mercado de trabalho, em famílias de baixa remuneração, muitas com filhos menores, sem que haja melhorias nos serviços públicos de creches e escolas. A entrada das esposas em ocupações remuneradas representa uma carga adicional de trabalho para as crianças e adolescentes mulheres da família. Além de se preocupar com os estudos, precisam cuidar dos irmãos.

Para Sternberg e Jornada² (2000), avaliando o mercado de trabalho do Rio Grande do Sul, a presença feminina na formalidade tem sido crescente nas duas últimas décadas. Em 1989, as mulheres representavam 38,6% do mercado de trabalho formal sul-rio-grandense, enquanto, em 1998, eram 41,1% do total da

¹ A autora trabalha com dados censitários de 1970 e 1980.

² Essas autoras utilizam dados da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), 1989-1998. Portanto, essa análise se refere unicamente ao mercado formal.

população empregada. Um contingente aproximado de 733 mil trabalhadoras em um universo de quase um milhão e oitocentos mil trabalhadores, que traduz um aumento de 2,5 pontos percentuais na participação relativa das mulheres entre 1989 e 1998. O exame das flutuações ano a ano mostra ainda que, geralmente, quando se verifica queda no emprego, são os homens que perdem mais vagas; e, que quando se verifica aumento no emprego, são as mulheres que ganham mais postos. Essas autoras destacam os sinais invertidos para homens e mulheres entre 1995 e 1996, momento em que o emprego masculino recuou 1,5%, e o feminino avançou 3,1%.

Há também evidências fortes quanto ao aumento da representatividade das mulheres entre os mais pobres e o aumento de famílias chefiadas por mulheres. Partindo da análise da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Castro (2001, p. 91, 92) observa que, em 1998, no Brasil, havia cerca de 45,2 milhões de famílias, 25,9% chefiadas por mulheres. A autora salienta ainda:

as mulheres em famílias monoparentais, que viriam de família constituída por cônjuges, ou seja, que foram esposas, empobrecem não porque se tornam chefe de família, porque deixaram de ter um provedor, mas, com a maior probabilidade, porque foram esposas antes e, assim, não tiveram as mesmas oportunidades dos homens, casados ou vivendo sós, ou das mulheres sós, de investir em carreira, de socializar-se com as regras do e no mercado. Por outro lado, os diferenciais de rendimentos entre mulheres e homens chefes de família de igual escolaridade e idade, comumente tanto no Brasil quanto em outros países, são negativos para as mulheres, indicando que, independentemente do estado conjugal e da situação quanto à maternidade, as mulheres seriam vistas como esposa e mãe no mercado. Portanto, mesmo quando únicas provedoras do núcleo familiar, teriam seu rendimento considerado como complementar.

No Brasil, a taxa de participação feminina no mercado de trabalho cresceu cerca de 13 pontos percentuais entre 1950 e 1980, chegando a aproximadamente 40% nos anos 90 (BARROS; JATOBÁ; MENDONÇA, 1995). Nas regiões metropolitanas, atingiu 44,5%, segundo a Pesquisa Mensal de Emprego (PME) do IBGE. Os dados sugerem uma tendência de crescimento nos próximos anos. Apesar disso, a entrada das mulheres no mercado de trabalho não foi acompanhada de retração das desigualdades profissionais entre os sexos. O emprego feminino continua se concentrando em certos setores de atividades e em um reduzido número de profissões, embora comparativamente numa proporção menor do que a dos anos 70. Segundo Saffiotti (1984), o mercado de trabalho brasileiro, nas últimas décadas, demonstrou uma considerável capacidade de geração de novas ocupações com outras relações de trabalho não inseridas no marco legal – apesar da recessão e da reestruturação produtiva. A preferência pelo sexo feminino, num momento de desregulamentação do mercado de trabalho, talvez reflita o aspecto cultural de as mulheres serem vistas como mais submissas social e culturalmente.

Cavalieri e Fernandes (1998) e Barros, Ramos e Santos (1992), afirmam que a forma de inserção no mercado de trabalho entre homens e mulheres é bastante diversa, uma vez que existem diferenciais de rendimento entre homens e mulheres, mesmo quando se trata de comparar pessoas com nível de qualificação idêntico, ocupando postos de trabalho semelhantes e vivendo na mesma região.

Se analisarmos o rendimento nominal médio mensal de mulheres e homens, segundo os dados para o Brasil do IBGE – censo demográfico 2000, as mulheres apresentam um rendimento inferior ao dos homens. Enquanto esses ganham em média R\$796,94, as primeiras recebem em média R\$496,73.

Em seus estudos a respeito da participação feminina no mercado de trabalho nos anos 70, através dos dados censitários do IBGE, Rosemberg (1982), conclui que são as mulheres mais escolarizadas as que detêm uma presença mais acentuada no mercado de trabalho. Isso ocorre porque elas podem ter atividades mais gratificantes e bem remuneradas³, que compensam os gastos com a infra-estrutura doméstica necessária para suprir sua saída do lar. Também trabalhando com dados censitários, Bruschini (1994) salienta que, em 1991, cerca de 64% das mulheres com nove anos ou mais de estudo trabalhavam “fora do lar”, enquanto, no mesmo ano, a taxa de atividade das que não tinham instrução era de 28% e a atividade feminina global não ultrapassava 39,2%. Para essa autora, a associação entre a escolaridade e o trabalho feminino é tão intensa que quase elimina possíveis obstáculos à atividade econômica da mulher fora do lar, decorrentes de seu estado conjugal. Nesse trabalho ela conclui que, em 1980, entre aquelas com de um a quatro anos de estudo, 28% das solteiras e 17% das casadas estavam ocupadas. Essa diferença, no entanto, diminuía sensivelmente entre as mais escolarizadas: no grupo das mulheres com mais de 12 anos de estudo, as taxas de atividade eram de 69% entre as casadas e de 74,4% entre as solteiras.

Em análise realizada a partir de tabulações especiais das PNAD's dos anos 80, Wajnman e Rios-Neto (1994) observaram que houve uma rápida e impressionante mudança no perfil etário da População Economicamente Ativa (PEA) feminina nos últimos cinco anos da década. Isso fez com que o Brasil se aproximasse de padrões de participação feminina semelhantes aos de países desenvolvidos e altamente industrializados. Esses autores salientaram que a atividade feminina se torna mais elevada nas faixas etárias mais avançadas e atinge o pico na faixa dos 30 aos 39 anos, quando mais da metade das brasileiras estão inseridas no mercado de trabalho. Também partindo da análise das tabulações especiais das PNAD's referentes às décadas de 70 e 80, Sedlacek e Santos (1991) destacam que, no período de 1983 a 1988, houve um acréscimo de cerca de 1,9 milhões de cônjuges na força de trabalho brasileira. Este aumento, da ordem de 5,3%, representou uma das mais importantes mudanças estruturais no mercado de trabalho nacional. Os dados sugerem que, apesar de em minoria na força de trabalho, as mulheres casadas praticamente duplicaram a sua presença no mercado na década de 70, tanto no Brasil como nas grandes regiões analisadas (Nordeste e Sudeste). Esses autores concluem que, no período de 1983 a 1988, o grupo das mulheres casadas⁴ apresentava uma taxa mais alta de crescimento da participação no mercado de trabalho do que o grupo das filhas.⁵ O aumento na participação feminina na faixa dos 25 aos 49 anos estaria associado a uma tendência de elevação da participação das mulheres casadas na População Economicamente Ativa.

Segundo a literatura abordada, se analisada pelo tipo de atividade, a participação feminina no mercado é muito heterogênea. Enquanto a indústria emprega jovens e solteiras preferencialmente, outros

³ Mais gratificantes e bem remuneradas se comparadas às outras mulheres casadas com nível de escolaridade mais baixo.

⁴ Grupo das Casadas – que no referido trabalho seriam as esposas concentradas na faixa dos 25 aos 49 anos.

⁵ Grupo das filhas – que no referido trabalho seriam as solteiras de menos de 25 anos.

setores, como serviços, atividades sociais e administração pública tendem a favorecer o emprego das casadas e das com idade mais avançada. As diferenças regionais quanto à participação feminina no mercado podem ser explicadas a partir do tipo de atividade desenvolvida em determinada região do país – regiões mais industrializadas ou onde prepondera o setor de serviços, por exemplo.

Por fim, os estudos empíricos de Ardaillon (1989), Massi (1992) e Di Ciommo (1990) comprovam a existência de inúmeras dificuldades encontradas pelas mulheres que trabalham para conciliar a atividade profissional com a maternidade, sobretudo se os filhos são pequenos. Por intermédio de uma pesquisa de campo, esses autores apontam as principais dificuldades enfrentadas pelas mães trabalhadoras no que tange à vida familiar: encontrar empregados capazes de substituir a mãe com certa eficiência (“cuidados substitutivos adequados”), creches sem infra-estrutura, empregados domésticos não confiáveis, ausência de redes de parentesco (avó, tia ou irmã), razões de ordem psicológica ou emocional (como o sentimento de culpa ou a frustração por deixar os filhos ou não ter tempo para eles etc.). Na verdade, essas são apenas algumas das dificuldades mencionadas por inúmeras mães entrevistadas nessa pesquisa. Mas as mulheres trabalham apesar de todos os obstáculos, preferindo buscar formas alternativas de conciliar a maternidade com a atividade econômica, ao invés de se ausentar do mercado de trabalho. Como uma dessas alternativas, muitas vezes, as mulheres buscam o trabalho em tempo parcial (DI CIOMMO, 1990), a atividade domiciliar, ou mesmo empregos assalariados em setores ou empresas que oferecem algum apoio às funcionárias mães de filhos pequenos.

3 CARACTERIZAÇÃO DO MERCADO DE TRABALHO NA RMBH

A participação das mulheres no mercado de trabalho metropolitano geralmente é superior à média nacional. Isso pode ser explicado pelo fato de essas áreas apresentarem um mercado mais dinâmico, oferecendo assim mais oportunidades de emprego.

Nesta seção pretende-se comparar mulheres e homens trabalhadores, com relação ao desemprego, tipo de ocupação e rendimento. Para tanto, será utilizada a série histórica da PED/RMBH, do período de 1996 a 2004.

3.1 Uma avaliação do desemprego

O desemprego vem se agravando na Região Metropolitana de Belo Horizonte, conforme demonstram os indicadores da Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED/RMBH), realizada na região, desde o início de sua apuração em 1996. Entre 1996 e 2004 a taxa de desemprego total apresentou uma trajetória crescente e teve aumento de 52% no período. A análise por sexo indica que, entre as mulheres, essa elevação foi mais acentuada que entre os homens, 54,2% e 46,1% respectivamente.

Para que se possa fazer a análise proposta é necessário, no entanto, ter em mente as características apresentadas pelo mercado de trabalho nesse período e o contexto econômico em que estava inserido.

A década de 90 reuniu vários fatores a se somarem à conjuntura econômica, como a política de abertura do mercado, as privatizações e o avanço tecnológico que propiciaram mudanças na estrutura do mercado de trabalho em âmbito nacional. Outro fator a salientar é o efeito da terceirização, que trouxe consigo o aumento da vulnerabilidade e a precarização das ocupações. Cabe apontar também a rigidez das leis e dos contratos trabalhistas, bem como os altos encargos sociais e a elevada carga tributária que favorecem o aumento da economia informal e conseqüentemente das formas de inserção precária no trabalho, elevando a taxa de desemprego. Enfim, a interação de fatores estruturais e conjunturais vem provocando impactos na deterioração do mercado de trabalho.

A reestruturação do mercado de trabalho em vista da ocorrência de tais mudanças nos remete à questão da exigência cada vez maior de um alto grau de aperfeiçoamento profissional, acentuando o desemprego nas classes mais desfavorecidas, com baixa instrução escolar e pouca qualificação. Esse argumento reforça a importância da educação como fator fundamental para se alcançar resultados de longo prazo, positivos e consistentes em termos socioeconômicos.

Direcionando o foco para a RMBH, nesta seção pretende-se analisar o comportamento do desemprego incidente no período de 1996 a 2004 e suas repercussões no mercado de trabalho. O objetivo é fazer um comparativo por sexo, e a isso limitar-nos-emos.

No período em análise, a População em Idade Ativa (PIA), que, segundo a PED, é constituída pela população com dez anos ou mais de idade, apresentou crescimento de 24,9%, e a População

Economicamente Ativa (PEA), que, por sua vez, contempla a parcela da PIA ocupada ou desempregada, de 33,7%. Entretanto, a distribuição da PIA por sexo praticamente não se alterou, indicando um crescimento proporcionalmente semelhante entre homens e mulheres.

Quando se analisa a taxa de participação, segundo o sexo, percebe-se que, tanto em 1996 como em 2004, 68,1% dos homens em idade ativa encontravam-se inseridos no mercado de trabalho, estando na situação de ocupado ou desempregado, sendo que, nesse intervalo de tempo, a taxa deles oscilou em torno deste percentual. Em relação às mulheres, a taxa de participação apresentou uma trajetória ascendente ao longo do período, ampliando-se de 46,5%, em 1996, para 54,1%, em 2004, um crescimento de 16,3% no período. A composição da PEA em 1996 se fazia por 56,7% de homens e 43,3% de mulheres. Em 2004, os homens representavam 52,8% e as mulheres 47,2% dos considerados economicamente ativos (tab. 1 e 2).

**TABELA 1 - ESTIMATIVAS DA POPULAÇÃO EM IDADE ATIVA E ECONOMICAMENTE ATIVA E TAXAS DE PARTICIPAÇÃO, POR SEXO
REGIÃO METROPOLITANA DE BELO HORIZONTE (RMBH) - 1996-2004**

ANO	POPULAÇÃO EM IDADE ATIVA (A)	POPULAÇÃO ECONOMICAMENTE ATIVA (B)	TAXA DE PARTICIPAÇÃO (%)		
			Total	homens	mulheres
1996	3.111	1.764	56,7	68,1	46,5
1997	3.201	1.853	57,9	69,0	47,9
1998	3.295	1.898	57,6	68,6	47,7
1999	3.391	1.940	57,2	67,4	48,1
2000	3.490	2.014	57,7	67,7	48,9
2001	3.585	2.094	58,4	67,6	50,1
2002	3.683	2.166	58,8	67,8	50,9
2003	3.783	2.285	60,4	68,5	53,1
2004	3.886	2.359	60,7	68,1	54,1

Fonte: Fundação João Pinheiro (FJP), Centro de Estatística e Informações (CEI), Pesquisa de Emprego e Desemprego na Região Metropolitana de Belo Horizonte (PED/RMBH). Convênio FJP/DIEESE/SEADE/SINE-MG

Nota: valores absolutos em 1.000 pessoas.

**TABELA 2 - DISTRIBUIÇÃO DA POPULAÇÃO EM IDADE ATIVA E ECONOMICAMENTE ATIVA, POR SEXO
REGIÃO METROPOLITANA DE BELO HORIZONTE (RMBH) - 1996-2004
(PERCENTAGEM)**

ANO	POPULAÇÃO EM IDADE ATIVA			POPULAÇÃO ECONOMICAMENTE ATIVA		
	Total	homens	mulheres	Total	homens	mulheres
1996	100,0	47,2	52,8	100,0	56,7	43,3
1997	100,0	47,3	52,7	100,0	56,4	43,6
1998	100,0	47,5	52,5	100,0	56,5	43,5
1999	100,0	47,1	52,9	100,0	55,5	44,5
2000	100,0	47,1	52,9	100,0	55,2	44,8
2001	100,0	47,3	52,7	100,0	54,8	45,2
2002	100,0	46,9	53,1	100,0	54,1	45,9
2003	100,0	47,2	52,8	100,0	53,5	46,5
2004	100,0	47,0	53,0	100,0	52,8	47,2

Fonte: Fundação João Pinheiro (FJP), Centro de Estatística e Informações (CEI), Pesquisa de Emprego e Desemprego na Região Metropolitana de Belo Horizonte (PED/RMBH). Convênio FJP/DIEESE/SEADE/SINE-MG

Em 1996, foi estimado um contingente de aproximadamente 224 mil desempregados na RMBH. Dentre eles, 114 mil eram homens e 110 mil mulheres. Já em 2004, esse número chegou a cerca de 455 mil pessoas, 208 mil homens e 247 mil mulheres nessa situação. Em 1996, o percentual de homens desempregados em relação aos economicamente ativos era de 11,5%, passando para 16,8%, em 2004. O número estimado de mulheres desempregadas em 1996 representava 14,2% das economicamente ativas, avançando, em 2004, para 21,9% da PEA feminina.

Em sua composição, a taxa de desemprego total mostrou elevação generalizada entre 1996 e 2004, tanto no que se refere ao desemprego aberto como ao oculto. O aumento na taxa de desemprego aberto foi mais acentuado para elas que para eles. Com o desemprego oculto ocorreu o inverso: os homens sofreram acréscimo maior que as mulheres, na respectiva taxa (tab. 3).

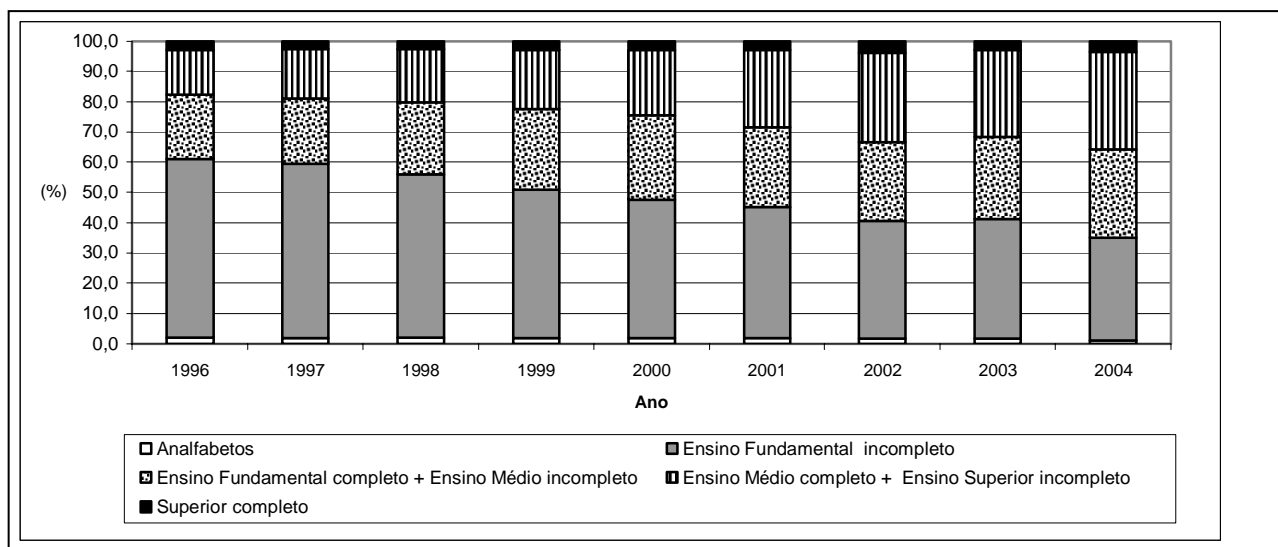
TABELA 3 - TAXAS DE DESEMPREGO, POR TIPO - REGIÃO METROPOLITANA DE BELO HORIZONTE (RMBH) - 1996-2004

ANO	TAXAS DE DESEMPREGO POR TIPO (%)										
	TOTAL			ABERTO			OCULTO				
							TOTAL			PRECÁRIO	DESALENTO
	RMBH	homens	mulheres	RMBH	homens	mulheres	RMBH	homens	mulheres	RMBH	RMBH
1996	12,7	11,5	14,2	7,8	6,7	9,2	4,9	4,8	5,0	3,3	1,6
1997	13,4	11,5	15,8	8,7	7,1	10,8	4,7	4,4	5,0	3,1	1,6
1998	15,9	13,7	18,7	10,3	8,0	13,2	5,6	5,7	5,5	3,9	1,8
1999	18,0	15,9	20,4	11,8	9,5	14,7	6,2	6,5	5,8	4,3	1,8
2000.....	17,8	16,1	19,9	11,5	9,3	14,2	6,3	6,8	5,7	4,2	2,1
2001	18,3	16,3	20,8	11,4	9,0	14,3	6,9	7,3	6,4	4,5	2,4
2002	18,1	15,7	20,8	11,5	9,0	14,4	6,6	6,7	6,4	4,1	2,5
2003	20,0	17,1	23,3	12,4	9,6	15,6	7,5	7,4	7,6	4,7	2,8
2004	19,3	16,8	21,9	12,6	10,1	15,3	6,7	6,7	6,6	4,1	2,6
Varição Anual											
2004/1996	52,0	46,1	54,2	61,5	50,7	66,3	36,7	39,6	32,0	24,2	62,5

Fonte: Fundação João Pinheiro (FJP), Centro de Estatística e Informações (CEI), Pesquisa de Emprego e Desemprego na Região Metropolitana de Belo Horizonte (PED/RMBH). Convênio FJP/DIEESE/SEADE/SINE-MG

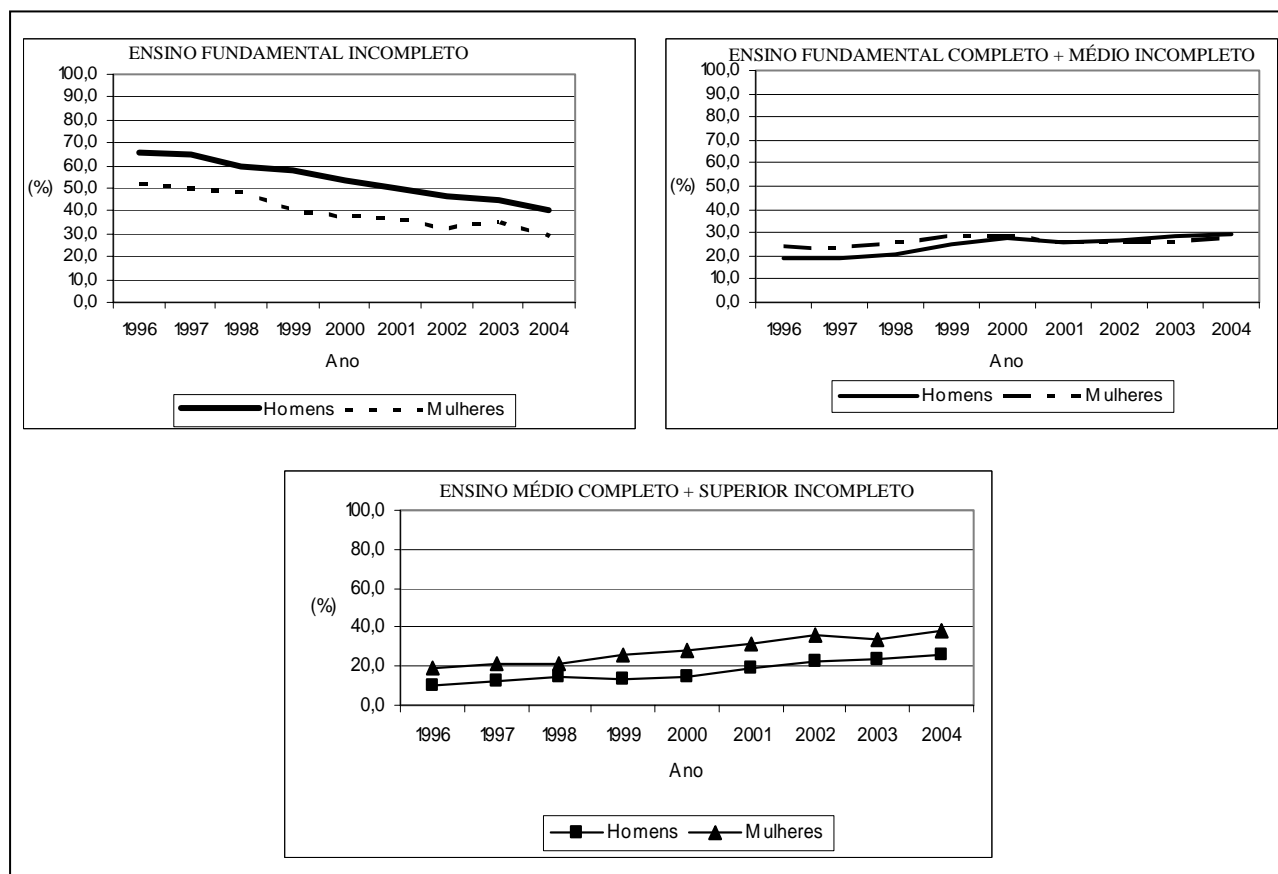
O perfil dos desempregados com relação ao nível de instrução veio se modificando ao longo do período, na medida em que se reduziu a participação dos analfabetos e daqueles com ensino fundamental incompleto – nível em que se encontravam mais de 50% dos desempregados em 1996, tanto homens (65,8%) como mulheres (51,8%), com respectivo aumento dos níveis mais instruídos. Entre os homens, o ensino fundamental incompleto ainda concentrava 40,3% dos desempregados em 2004. Entre elas, porém, a participação nesse nível caiu para 28,9%. Observou-se ainda em 2004, que 37,8% das desempregadas tinham ensino médio completo e superior incompleto. Para os homens, esse percentual era de 25,7% (graf. 1 e 2 e tab. 4).

**GRÁFICO 1 - DISTRIBUIÇÃO DOS DESEMPREGADOS, POR NÍVEIS DE ESCOLARIDADE
REGIÃO METROPOLITANA DE BELO HORIZONTE (RMBH) - 1996-2004**



Fonte: Fundação João Pinheiro (FJP), Centro de Estatística e Informações (CEI), Pesquisa de Emprego e Desemprego na Região Metropolitana de Belo Horizonte (PED/RMBH). Convênio FJP/DIEESE/SEADE/SINE-MG

**GRÁFICO 2 - EVOLUÇÃO DO PERCENTUAL DE HOMENS E MULHERES DESEMPREGADOS, POR NÍVEIS DE ESCOLARIDADE (1)
REGIÃO METROPOLITANA DE BELO HORIZONTE (RMBH) - 1996-2004**



Fonte: Fundação João Pinheiro (FJP), Centro de Estatística e Informações (CEI), Pesquisa de Emprego e Desemprego na Região Metropolitana de Belo Horizonte (PED/RMBH). Convênio FJP/DIEESE/SEADE/SINE-MG

(1) Não inclui as categorias analfabetos e ensino superior completo, em virtude da inexistência de dados desagregados.

**TABELA 4 - DISTRIBUIÇÃO DOS DESEMPREGADOS, POR NÍVEIS DE ESCOLARIDADE E SEXO
REGIÃO METROPOLITANA DE BELO HORIZONTE (RMBH) - 1996-2004
(PERCENTAGEM)**

ANO	ANALFABETOS	ENSINO FUNDAMENTAL INCOMPLETO	ENSINO FUND. COMPLETO + ENSINO MÉDIO INCOMPLETO	ENSINO MÉDIO COMPLETO + ENSINO SUPERIOR INCOMPLETO	SUPERIOR COMPLETO	TOTAL
RMBH						
1996	2,1	59,0	21,2	14,8	2,9	100,0
1997	1,9	57,6	21,4	16,5	2,6	100,0
1998	2,1	54,0	23,5	17,8	2,6	100,0
1999	1,8	49,2	26,6	19,4	2,9	100,0
2000	1,9	45,6	28,0	21,6	2,8	100,0
2001	1,8	43,4	26,2	25,6	2,9	100,0
2002	1,7	38,8	26,1	29,6	3,8	100,0
2003	1,7	39,5	27,1	28,7	3,0	100,0
2004	1,0	34,1	29,1	32,2	3,5	100,0
Homens						
1996	(1)	65,8	18,7	10,6	(1)	100,0
1997	(1)	65,1	19,2	11,8	(1)	100,0
1998	(1)	59,9	21,0	14,5	(1)	100,0
1999	(1)	57,9	24,6	13,3	(1)	100,0
2000	(1)	53,6	27,5	14,9	(1)	100,0
2001	(1)	50,1	26,2	18,9	(1)	100,0
2002	(1)	46,2	26,7	22,3	(1)	100,0
2003	(1)	44,3	28,5	23,2	(1)	100,0
2004	(1)	40,3	29,7	25,7	(1)	100,0
Mulheres						
1996	(1)	51,8	23,9	19,2	(1)	100,0
1997	(1)	50,4	23,5	21,0	(1)	100,0
1998	(1)	48,3	25,9	21,0	(1)	100,0
1999	1,5	40,7	28,7	25,4	3,8	100,0
2000	1,7	37,6	28,6	28,3	3,7	100,0
2001	1,3	37,1	26,2	32,0	3,4	100,0
2002	1,3	32,2	25,6	36,0	4,9	100,0
2003	1,7	35,5	26,0	33,3	3,5	100,0
2004	0,9	28,9	28,7	37,8	3,8	100,0

Fonte: Fundação João Pinheiro (FJP), Centro de Estatística e Informações (CEI), Pesquisa de Emprego e Desemprego na Região Metropolitana de Belo Horizonte (PED/RMBH). Convênio FJP/DIEESE/SEADE/SINE-MG

(1) A amostra não comporta desagregação para essa categoria.

Na comparação entre 1996 e 2004, a taxa de desemprego total se elevou em todos os níveis de instrução. Foi, no entanto, mais acentuada para aqueles com ensino médio completo e superior incompleto e para aqueles com ensino fundamental completo e médio incompleto. Esses dois segmentos sofreram acréscimos de 93,4% e 81,2% na taxa de desemprego total, respectivamente. As mulheres com ensino fundamental completo e médio incompleto eram as que apresentavam as maiores taxas de desemprego. Com relação aos homens, os mais afetados foram aqueles que se encontravam nos segmentos com menos tempo de estudo: os com ensino fundamental incompleto até médio incompleto (tab. 5 e graf. 3 a 5).

Segundo os dados, nos três segmentos onde a amostra comportou desagregação por sexo, quando comparamos 2004 em relação a 1996, nota-se que os homens exibem um acréscimo relativamente maior na taxa de desemprego total que as mulheres (tab. 5). Na categoria onde se inserem os indivíduos com ensino fundamental completo e médio incompleto, a diferença chegou a 26,5%. Em seguida, vêm os com ensino fundamental incompleto, para os quais o acréscimo na taxa de desemprego dos homens chegou a 18,4% a mais, em relação às mulheres. A categoria que compreende as pessoas com ensino médio completo e superior incompleto foi onde se deu o maior aumento na taxa para homens e mulheres, no período, 95,6% e 90,4%, o masculino 5,8% superior ao feminino.

A partir da observação da tabela 5, verifica-se que a taxa de desemprego total feminina se mostrou mais elevada que a masculina em toda a série, embora tenha se constatado também que essa diferença, tendo variado para mais e para menos ao longo do período analisado, apresentou-se, em 2004, inferior àquela observada em 1996.

O gráfico 6 ilustra esse movimento. Avaliando-se a cada ano o quanto a taxa de desemprego total feminina se mostrava maior em relação à masculina, para os três segmentos de escolaridade mencionados anteriormente, nota-se que entre os indivíduos com menos tempo de estudo – ensino fundamental incompleto – havia mais proximidade entre as taxas feminina e masculina, e quando se compara a diferença relativa entre elas, em 2004, com a percebida em 1996, é nesse segmento em que houve maior redução da diferença, 31,9%. Observa-se nas outras duas categorias que em alguns anos, a taxa de desemprego entre as mulheres chegou a superar a dos homens em mais de 70%. Comparando 2004 com 1996, entre os indivíduos com ensino fundamental completo e médio incompleto, essa redução foi de aproximadamente 25,1%. Entre aqueles com ensino médio completo e superior incompleto observou-se a maior discrepância entre as duas taxas de desemprego. Como essa foi a categoria que sofreu o maior aumento nas duas taxas, com a menor variação relativa do acréscimo na taxa masculina em relação à feminina, foi, conseqüentemente, aquela na qual se observou a menor aproximação, o que representou um decréscimo de somente 6,6% na diferença entre os sexos, no comparativo dos dois anos.

**TABELA 5 - TAXAS DE DESEMPREGO TOTAL, POR NÍVEIS DE ESCOLARIDADE E SEXO
REGIÃO METROPOLITANA DE BELO HORIZONTE (RMBH) - 1996-2004
(PERCENTAGEM)**

(Continua)

ANO	RMBH TOTAL	ANALFABETOS			ENSINO FUNDAMENTAL INCOMPLETO		
		homens	mulheres	RMBH	homens	mulheres	RMBH
1996	12,7	(1)	(1)	9,6	14,3	16,6	15,2
1997	13,4	(1)	(1)	10,0	14,5	18,3	16,0
1998	15,9	(1)	(1)	13,4	16,5	21,6	18,5
1999	17,9	(1)	(1)	15,7	19,9	22,3	20,8
2000	17,8	(1)	(1)	17,7	20,0	20,9	20,4
2001	18,3	(1)	(1)	19,1	20,4	22,7	21,4
2002	18,1	(1)	(1)	18,7	19,2	21,2	20,1
2003	20,0	(1)	(1)	21,0	20,6	26,8	23,2
2004	19,3	(1)	(1)	13,9	20,1	22,3	21,1
Varição Anual							
2004/1996	52,0	(1)	(1)	44,8	40,6	34,3	38,8

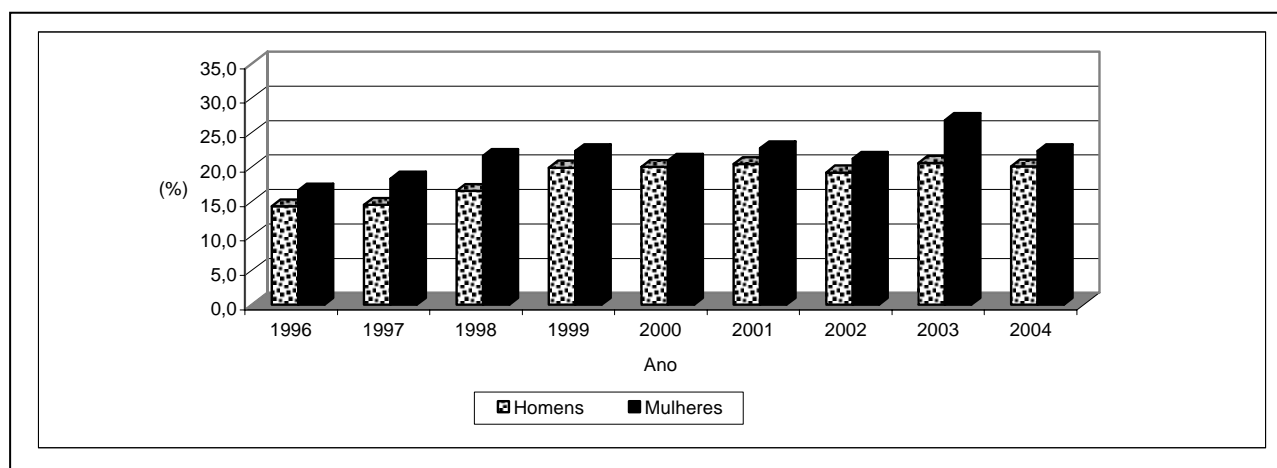
(Conclusão)

ANO	ENSINO FUNDAMENTAL COMPLETO + ENSINO MÉDIO INCOMPLETO			ENSINO MÉDIO COMPLETO + ENSINO SUPERIOR INCOMPLETO			SUPERIOR COMPLETO		
	homens	mulheres	RMBH	homens	mulheres	RMBH	homens	mulheres	RMBH
1996	11,7	19,4	14,9	6,8	11,4	9,1	(1)	(1)	3,8
1997	11,7	21,0	15,6	7,3	13,5	10,4	(1)	(1)	3,6
1998	14,4	25,7	19,1	10,1	15,3	12,7	(1)	(1)	4,5
1999	17,7	28,5	22,3	10,3	18,4	14,5	(1)	6,6	5,2
2000	19,0	28,6	23,0	10,5	18,5	14,6	(1)	6,3	5,0
2001	18,4	28,8	22,6	11,6	19,9	15,9	(1)	5,9	5,2
2002	19,2	29,8	23,5	12,1	20,8	16,6	(1)	8,1	6,2
2003	22,1	32,7	26,5	13,2	21,3	17,3	(1)	6,6	5,4
2004	22,3	33,3	27,0	13,3	21,7	17,6	5,4	6,4	5,9
Varição Anual:									
2004/1996	90,6	71,6	81,2	95,6	90,4	93,4	(1)	(1)	55,3

Fonte: Fundação João Pinheiro (FJP), Centro de Estatística e Informações (CEI), Pesquisa de Emprego e Desemprego na Região Metropolitana de Belo Horizonte (PED/RMBH). Convênio FJP/DIEESE/SEADE/SINE-MG

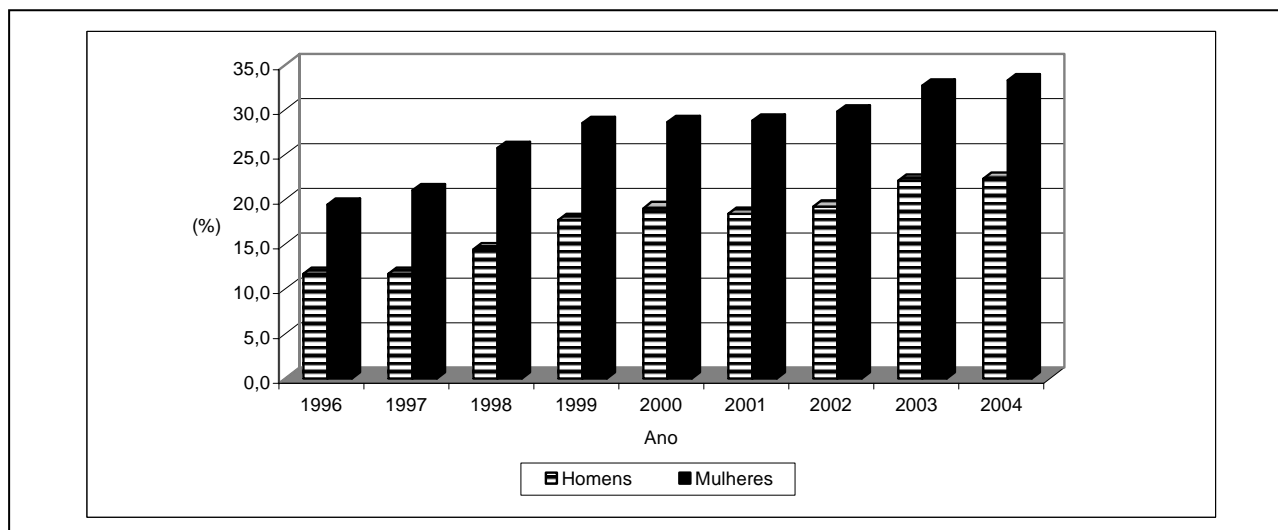
(1) A amostra não comporta desagregação para essa categoria.

**GRÁFICO 3 - EVOLUÇÃO DAS TAXAS DE DESEMPREGO TOTAL NO ENSINO FUNDAMENTAL INCOMPLETO, POR SEXO
REGIÃO METROPOLITANA DE BELO HORIZONTE (RMBH) - 1996-2004**



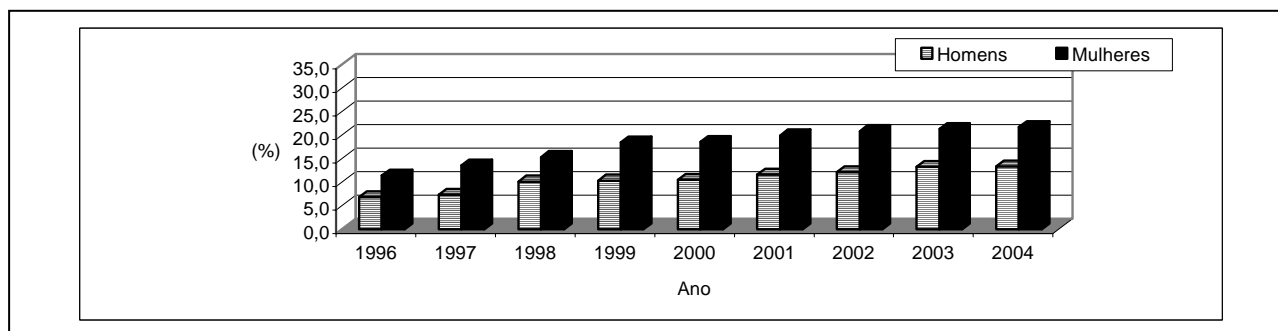
Fonte: Fundação João Pinheiro (FJP), Centro de Estatística e Informações (CEI), Pesquisa de Emprego e Desemprego na Região Metropolitana de Belo Horizonte (PED/RMBH). Convênio FJP/DIEESE/SEADE/SINE-MG

GRÁFICO 4 - EVOLUÇÃO DAS TAXAS DE DESEMPREGO TOTAL NO ENSINO FUNDAMENTAL COMPLETO E NO ENSINO MÉDIO INCOMPLETO, POR SEXO - REGIÃO METROPOLITANA DE BELO HORIZONTE (RMBH) - 1996-2004



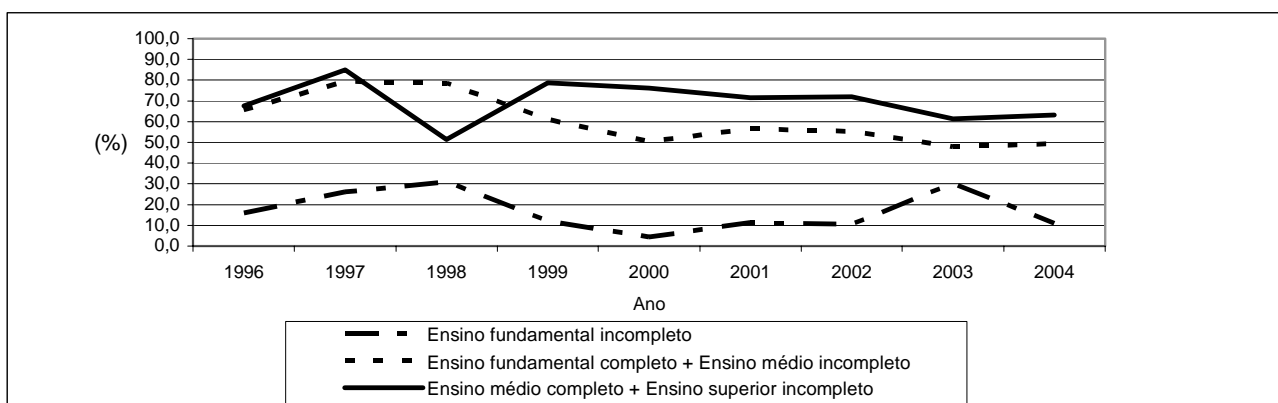
Fonte: Fundação João Pinheiro (FJP), Centro de Estatística e Informações (CEI), Pesquisa de Emprego e Desemprego na Região Metropolitana de Belo Horizonte (PED/RMBH). Convênio FJP/DIEESE/SEADE/SINE-MG

GRÁFICO 5 - EVOLUÇÃO DAS TAXAS DE DESEMPREGO TOTAL NO ENSINO MÉDIO COMPLETO E NO ENSINO SUPERIOR INCOMPLETO, POR SEXO - REGIÃO METROPOLITANA DE BELO HORIZONTE (RMBH) - 1996-2004



Fonte: Fundação João Pinheiro (FJP), Centro de Estatística e Informações (CEI), Pesquisa de Emprego e Desemprego na Região Metropolitana de Belo Horizonte (PED/RMBH). Convênio FJP/DIEESE/SEADE/SINE-MG

GRÁFICO 6 - DIFERENÇA RELATIVA ENTRE AS TAXAS DE DESEMPREGO TOTAL FEMININAS E AS MASCULINAS, POR NÍVEIS DE ESCOLARIDADE - REGIÃO METROPOLITANA DE BELO HORIZONTE (RMBH) -- 1996-2004



Fonte: Fundação João Pinheiro (FJP), Centro de Estatística e Informações (CEI), Pesquisa de Emprego e Desemprego na Região Metropolitana de Belo Horizonte (PED/RMBH). Convênio FJP/DIEESE/SEADE/SINE-MG

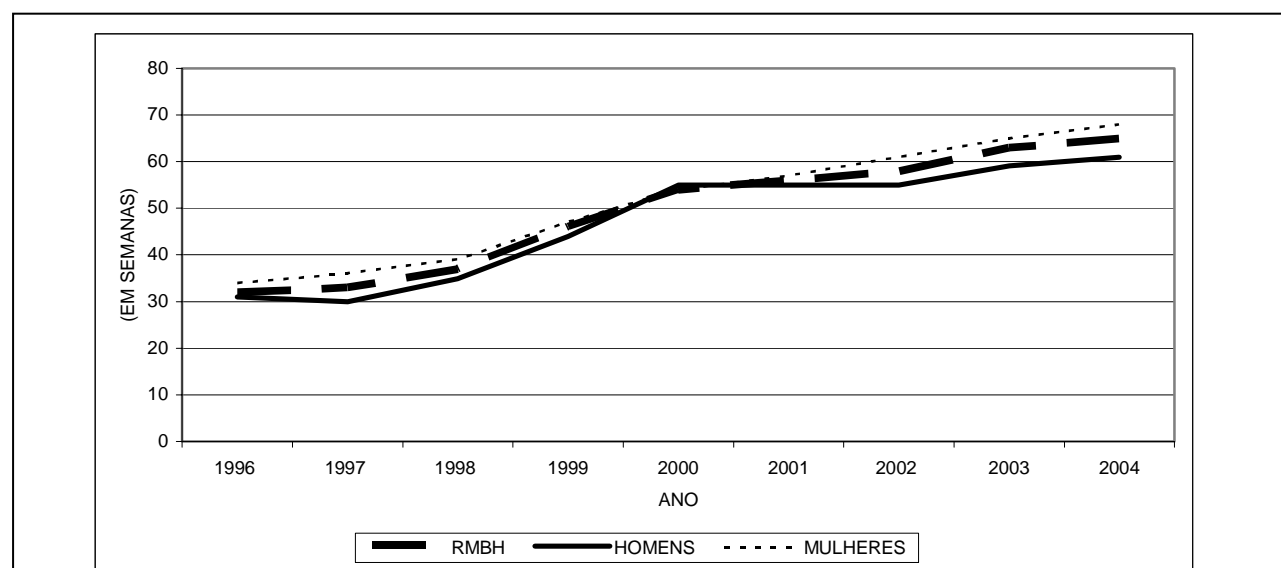
Ao longo da série, o tempo médio para encontrar trabalho veio se estendendo. Em 2004, chegou ao dobro do tempo gasto em 1996. Esse importante indicador sinaliza um agravamento na recolocação dos indivíduos, que pode estar relacionado a diversos fatores como qualificação – proveniente da formação acadêmica e das experiências profissionais acumuladas, idade, sexo, veiculação da informação entre oferta e demanda por mão-de-obra, rigidez da legislação trabalhista e ritmo da atividade econômica, entre outros. No início do período analisado, os homens em situação de desemprego informavam estar há 31 semanas, em média, à procura de uma nova ocupação. O tempo médio de procura por trabalho entre as mulheres desempregadas era de 34 semanas. Em 2004, os homens que se encontravam à procura de uma vaga no mercado de trabalho, despendiam em média 61 semanas, e as mulheres 68 semanas, um acréscimo de 96,8% e 100%, respectivamente. Esse aumento da dificuldade de inserção ou reinserção no mercado leva o indivíduo à realização de trabalhos precários – os chamados “bicos”, ao desalento, e conseqüentemente, à desatualização profissional (tab. 6 e graf. 7).

**TABELA 6 - TEMPO MÉDIO DESPENDIDO NA PROCURA POR TRABALHO PELOS DESEMPREGADOS, POR SEXO
REGIÃO METROPOLITANA DE BELO HORIZONTE (RMBH) - 1996-2004
(EM SEMANAS)**

ANO	RMBH	HOMENS	MULHERES
1996	32	31	34
1997	33	30	36
1998	37	35	39
1999	46	44	47
2000	54	55	54
2001	56	55	57
2002	58	55	61
2003	63	59	65
2004	65	61	68

Fonte: Fundação João Pinheiro (FJP), Centro de Estatística e Informações (CEI), Pesquisa de Emprego e Desemprego na Região Metropolitana de Belo Horizonte (PED/RMBH). Convênio FJP/DIEESE/SEADE/SINE-MG

**GRÁFICO 7 - TEMPO MÉDIO DESPENDIDO NA PROCURA POR TRABALHO PELOS DESEMPREGADOS, POR SEXO
REGIÃO METROPOLITANA DE BELO HORIZONTE (RMBH) - 1996-2004
(EM SEMANAS)**



Fonte: Fundação João Pinheiro (FJP), Centro de Estatística e Informações (CEI), Pesquisa de Emprego e Desemprego na Região Metropolitana de Belo Horizonte (PED/RMBH). Convênio FJP/DIEESE/SEADE/SINE-MG

A partir de uma análise comparativa dos resultados observados em 2004 em relação a 1996, sobre a origem setorial dos desempregados na RMBH, buscou-se apontar os setores de atividade econômica em que a ocorrência do desemprego se mostrava mais crítica. Essa avaliação não se relaciona necessariamente com a incidência de desempregados vindos de determinados setores de atividade, e sim com a intensidade com que esses setores poderiam estar gerando desemprego. O indicador apresentado nas tabelas 7 e 8 auxilia nessa percepção (A ORIGEM..., 2004).

Os dados de 2004 indicam que entre os homens desempregados, 78,1% possuíam experiência anterior de trabalho. Para as mulheres esse percentual chegava a 77,2% de seu total. Se comparado aos de 1996, percebe-se que houve uma redução desse contingente. Naquele ano o percentual dos primeiros chegava a 82,5% e o das mulheres, a 78,9%.

Analisando-se a distribuição dos ocupados e dos desempregados com experiência anterior, nota-se que o setor de serviços gera o maior percentual de desempregados, tanto em relação aos homens quanto às mulheres. Entretanto, é também aquele que mais emprega e é mais intensivo nesse último. Constata-se que o setor aumentou sua participação tanto na distribuição dos desempregados como na dos ocupados entre os dois anos. O indicador demonstra que a situação permaneceu favorável: para os homens manteve-se estável, e para as mulheres – ainda que o mesmo tenha sofrido uma pequena elevação –, continuou indicando que as novas contratações haviam sido mais intensas que as demissões.

Nos outros setores de atividade, todos os indicadores sugerem geração de desemprego com maior intensidade do que criação de novos postos de trabalho. A indústria apresentou melhora e no caso dos homens, em 2004, chegou a gerar postos praticamente na mesma intensidade que os extinguiu (1,01), o que se explica pelo fato de a redução da participação dos desempregados nesse setor ter sido maior que a verificada na participação dos ocupados nesse intervalo de tempo. Para as mulheres constata-se que houve decréscimo na intensidade de geração de desemprego, chegando próximo à situação de neutralidade (1,07), em função da redução na participação desse setor entre as desempregadas ter sido superior ao percebido entre as ocupadas.

Observando-se o comportamento do indicador no comércio, entre 1996 e 2004, verificou-se que ele se manteve no mesmo nível, no caso dos homens, com maior intensidade na geração de desemprego, já que a distribuição dos desempregados e ocupados mostrou-se praticamente estável. No caso das mulheres, onde a situação mostrou-se mais preocupante na intensidade de geração de desemprego, a ligeira diminuição na distribuição das desempregadas e o leve aumento do percentual das ocupadas nesse setor acarretaram retração do seu indicador, uma melhora, ainda que ele tenha permanecido elevado em 2004.

Na construção civil, setor onde não se pôde avaliar a participação feminina, visto a baixa significância estatística para esse grupo, somente foi possível observar o comportamento dos homens. Para eles houve agravamento da situação, ou seja, intensificou-se a geração de desemprego, entre 1996 e 2004.

A leitura dos indicadores para as mulheres atesta que, já em 1996, os serviços domésticos criavam novas ocupações com menos intensidade do que geravam desemprego e que o problema se intensificou em 2004.

No caso dos homens, verificou-se que o setor que mais corroborou para o desemprego foi o da construção civil, onde o indicador apresentou o maior valor, tanto no primeiro ano quanto no último (1,36 e 1,92). Para as mulheres, no início da série, o comércio (1,48) e a indústria da transformação (1,38) se destacaram com os piores resultados. Em 2004, esse cenário sofreu uma leve mudança, os serviços domésticos e o comércio apresentaram-se como os setores mais críticos quanto à intensidade de geração de desemprego, quando o indicador assumiu o mesmo valor para os dois setores (1,37) (tab. 7 e 8).

TABELA 7 - DISTRIBUIÇÃO DOS HOMENS DESEMPREGADOS COM EXPERIÊNCIA ANTERIOR DE TRABALHO, E OCUPADOS, SEGUNDO SETORES DE ATIVIDADE ECONÔMICA - REGIÃO METROPOLITANA DE BELO HORIZONTE (RMBH) - 1996/2004

ESPECIFICAÇÃO	DESEMPREGADOS (1) (%)		OCUPADOS (%)		INDICADOR	
	(A)		(B)		(A)/(B)	
	1996	2004	1996	2004	1996	2004
Sector de Atividade	100,0	100,0	100,0	100,0	1,00	1,00
Indústria de transformação (2)	23,9	18,6	20,0	18,4	1,20	1,01
Construção civil (3)	18,7	20,9	13,7	10,9	1,36	1,92
Comércio	18,4	18,6	16,9	17,2	1,09	1,08
Serviços	36,4	39,9	47,0	51,8	0,77	0,77
Serviços domésticos	(5)	(5)	1,1	0,7	(5)	(5)
Outros (4)	(5)	(5)	1,3	1,0	(5)	(5)

Fonte: Fundação João Pinheiro (FJP), Centro de Estatística e Informações (CED), Pesquisa de Emprego e Desemprego na Região Metropolitana de Belo Horizonte (PED/RMBH). Convênio FJP/DIEESE/SEADE/SINE-MG

(1) Desempregados com experiência anterior de trabalho. (2) Inclui Indústria Extrativa mineral. (3) Inclui Reformas e Reparação de edificações. (4) Inclui Agricultura, Pecuária e Extração vegetal e Outras atividades. (5) A amostra não comporta desagregação para essa categoria.

TABELA 8 - DISTRIBUIÇÃO DAS MULHERES DESEMPREGADAS COM EXPERIÊNCIA ANTERIOR DE TRABALHO, E OCUPADAS, SEGUNDO SETORES DE ATIVIDADE ECONÔMICA - REGIÃO METROPOLITANA DE BELO HORIZONTE (RMBH) - 1996/2004

ESPECIFICAÇÃO	DESEMPREGADAS (1) (%)		OCUPADAS (%)		INDICADOR	
	(A)		(B)		(A)/(B)	
	1996	2004	1996	2004	1996	2004
Sector de Atividade	100,0	100,0	100,0	100,0	1,00	1,00
Indústria de transformação (2)	15,0	10,3	10,9	9,6	1,38	1,07
Construção civil (3)	(5)	(5)	(5)	(5)	(5)	(5)
Comércio	18,9	18,2	12,8	13,3	1,48	1,37
Serviços	37,9	43,1	53,1	56,7	0,71	0,76
Serviços domésticos	26,1	26,8	22,1	19,6	1,18	1,37
Outros (4)	(5)	(5)	(5)	(5)	(5)	(5)

Fonte: Fundação João Pinheiro (FJP), Centro de Estatística e Informações (CED), Pesquisa de Emprego e Desemprego na Região Metropolitana de Belo Horizonte (PED/RMBH). Convênio FJP/DIEESE/SEADE/SINE-MG

(1) Desempregados com experiência anterior de trabalho. (2) Inclui Indústria Extrativa mineral. (3) Inclui Reformas e Reparação de edificações. (4) Inclui Agricultura, Pecuária e Extração vegetal e Outras atividades. (5) A amostra não comporta desagregação para essa categoria.

3.2 A evolução do nível ocupacional

O contingente de ocupados aumentou acentuadamente nos últimos anos. Comparando-se o início da série com o último ano, 1996 a 2004, verifica-se um crescimento de 23,6%. Já na análise ano a ano, ressaltasse o crescimento de 1997 com relação a 1996 (4,2%) e de 2004 em relação a 2003 (4,2%). O período desfavorável ao crescimento da ocupação foi de 1997 a 1999.

Na comparação entre os sexos, os homens apresentaram acréscimo nos postos de trabalho para quase todos os anos verificados. As únicas exceções foram: entre 1997 e 1998, quando houve relativa estabilidade (0,2%), e entre 1998 e 1999, para o qual observou-se decréscimo (2,2%). Entre as mulheres o crescimento ocupacional foi mais acentuado, com exceção do período de 1997 e 1998, que apresentou retração de 1,6%. Para esse grupo destacaram-se os períodos de 2003 a 2004 (6,8%), de 1999 a 2000 (5,4%), e de 2001 a 2002 (4,9%), conforme pode ser observado através da tabela 9.

TABELA 9 – ESTIMATIVA DOS OCUPADOS, POR SEXO - REGIÃO METROPOLITANA DE BELO HORIZONTE (RMBH) - 1996-2004

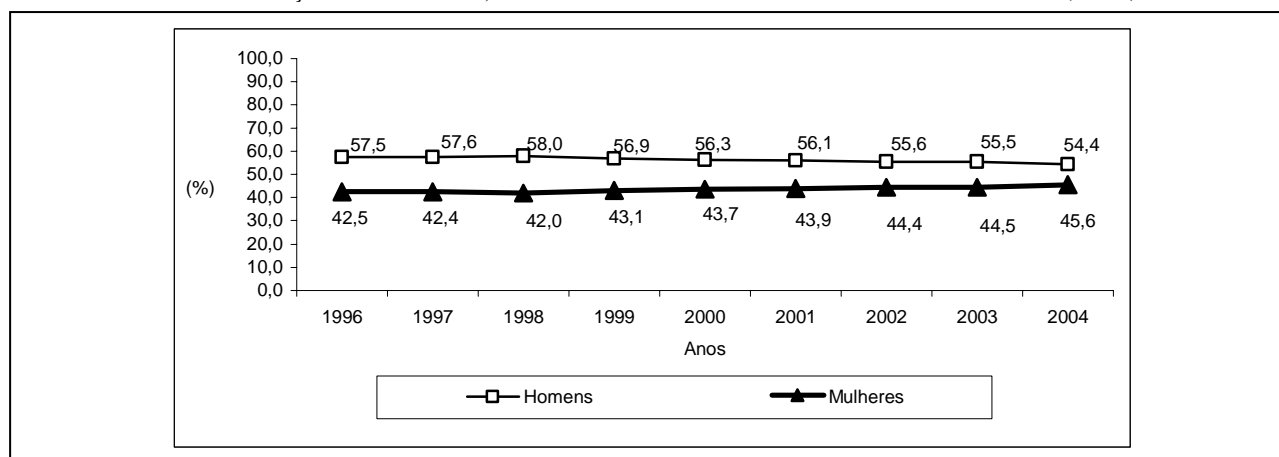
ANO	OCUPADOS		
	RMBH	homens	mulheres
1996	1.540	886	654
1997	1.605	924	681
1998	1.596	926	670
1999	1.593	906	687
2000	1.656	932	724
2001	1.711	960	751
2002	1.774	986	788
2003	1.828	1.015	813
2004	1.904	1.036	868
Varição 2004/1996	23,6	16,9	32,7
Varição 2004/2003	4,2	2,1	6,8

Fonte: Fundação João Pinheiro (FJP), Centro de Estatística e Informações (CED), Pesquisa de Emprego e Desemprego na Região Metropolitana de Belo Horizonte (PED/RMBH). Convênio FJP/DIEESE/SEADE/SINE-MG

Nota: valores absolutos em 1.000 pessoas.

Embora tenha crescido o nível ocupacional para as mulheres, de forma gradual e contínua, a distribuição dos ocupados entre os sexos ainda se mostra bem semelhante à apresentada no início da série. No gráfico 8 observa-se a evolução da distribuição dos ocupados: de 1996 a 2004, ocorreram movimentos inversos; os homens sofreram decréscimos na distribuição, enquanto as mulheres tiveram a sua parcela aumentada.

GRÁFICO 8 – DISTRIBUIÇÃO DOS OCUPADOS, POR SEXO - REGIÃO METROPOLITANA DE BELO HORIZONTE (RMBH) - 1996-2004



Fonte: Fundação João Pinheiro (FJP), Centro de Estatística e Informações (CED), Pesquisa de Emprego e Desemprego na Região Metropolitana de Belo Horizonte (PED/RMBH). Convênio FJP/DIEESE/SEADE/SINE-MG

Segundo setores de atividade econômica, em 2004, os serviços representavam 54% dos trabalhadores na RMBH, seguido pelos setores de comércio, com 15,4%, indústria, com 14,4%, serviços domésticos, com 9,3%, construção civil, com 6,1% e o agregado outros setores, com o 0,8% restante (tab. 10).

Na comparação entre os sexos, as mulheres se destacavam nos serviços e no emprego doméstico, enquanto os homens se sobressaíam na indústria e no comércio (graf. 9).

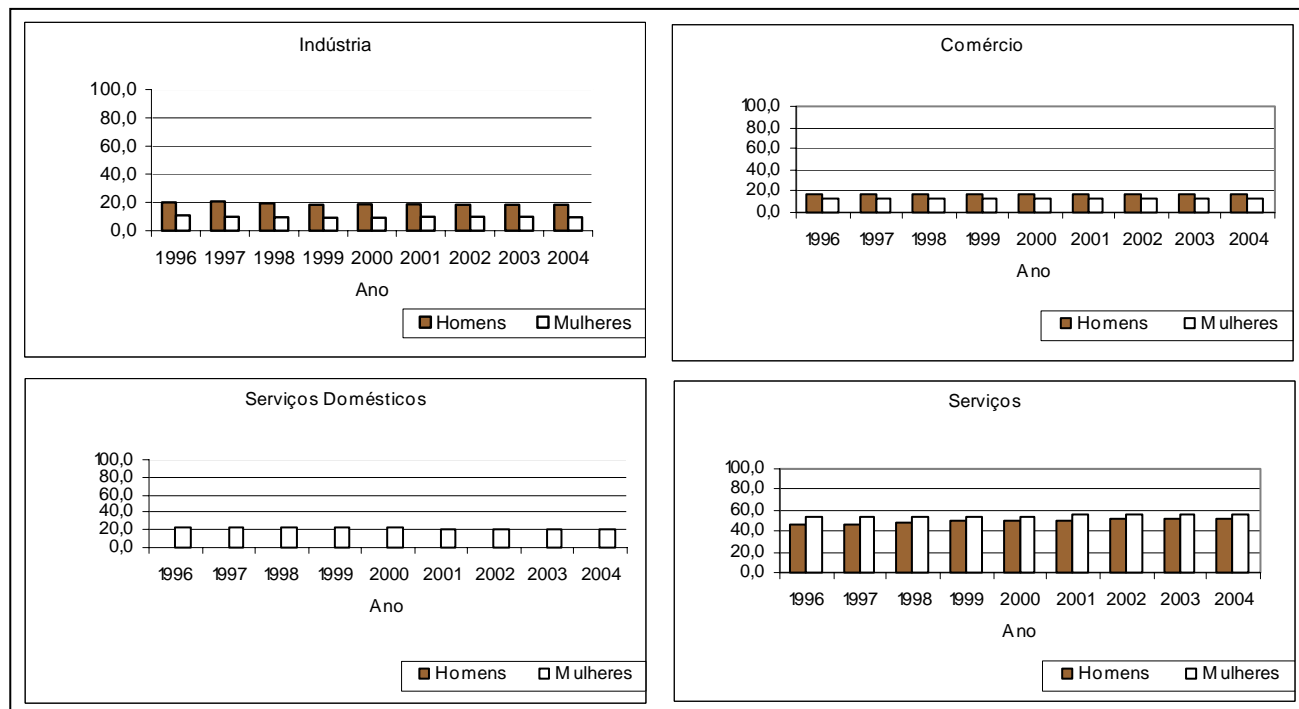
TABELA 10 - DISTRIBUIÇÃO DOS OCUPADOS, POR SEXO, SEGUNDO SETORES DE ATIVIDADE ECONÔMICA
REGIÃO METROPOLITANA DE BELO HORIZONTE (RMBH) - 1996-2004

ANO	RMBH	HOMENS	MULHERES	RMBH	HOMENS	MULHERES	RMBH	HOMENS	MULHERES
	Indústria			Comércio			Serviços domésticos		
1996	16,1	20,0	10,9	15,1	16,9	12,8	10,0	1,1	22,1
1997	16,1	20,6	9,9	15,3	16,7	13,5	10,1	1,1	22,4
1998	15,3	19,5	9,4	15,3	16,7	13,4	10,1	1,0	22,7
1999	14,4	18,2	9,2	15,0	16,5	13,2	10,2	0,8	22,5
2000	14,5	18,6	9,3	15,0	16,5	13,1	9,8	0,7	21,7
2001	14,7	18,7	9,7	15,1	16,5	13,3	9,6	0,8	21,0
2002	14,5	18,2	9,8	15,4	16,8	13,7	9,5	0,9	20,3
2003	14,5	18,2	9,8	15,0	16,6	13,0	9,2	0,8	19,7
2004	14,4	18,4	9,6	15,4	17,2	13,3	9,3	0,7	19,6
	Construção civil			Serviços			Outros (1)		
1996	8,2	13,7	0,8	49,6	47,0	53,1	1,0	1,3	0,3
1997	8,5	14,3	0,6	49,1	46,2	53,0	0,9	1,1	0,6
1998	8,6	14,2	0,8	49,8	47,4	53,2	0,9	1,2	0,5
1999	8,3	14,1	0,6	51,3	49,4	53,9	0,8	1,0	0,6
2000	7,5	12,7	0,7	52,4	50,6	54,8	0,8	0,9	0,4
2001	7,2	12,4	0,6	52,6	50,6	55,1	0,8	1,0	0,3
2002	6,9	11,9	0,7	53,0	51,2	55,2	0,7	1,0	0,3
2003	6,4	11,1	0,5	54,2	52,3	56,7	0,7	1,0	0,3
2004	6,1	10,9	0,4	54,0	51,8	56,7	0,8	1,0	0,4

Fonte: Fundação João Pinheiro (FJP), Centro de Estatística e Informações (CED), Pesquisa de Emprego e Desemprego na Região Metropolitana de Belo Horizonte (PED/RMBH). Convênio FJP/DIEESE/SEADE/SINE-MG

(1) Inclui Agricultura, Pecuária e Extração vegetal e Outras atividades.

GRÁFICO 9 – DISTRIBUIÇÃO DOS OCUPADOS, SEGUNDO SETORES DE ATIVIDADE ECONÔMICA E SEXO
REGIÃO METROPOLITANA DE BELO HORIZONTE (RMBH) - 1996-2004
(PERCENTAGEM)



Fonte: Fundação João Pinheiro (FJP), Centro de Estatística e Informações (CED), Pesquisa de Emprego e Desemprego na Região Metropolitana de Belo Horizonte (PED/RMBH). Convênio FJP/DIEESE/SEADE/SINE-MG

Quanto à jornada de trabalho, a média semanal é mais elevada para os que se inserem no setor de comércio e menos entre os que se encontram no de serviços. Apesar de ter apresentado a mesma estrutura, o nível sofreu considerável queda ao longo dos anos, ou seja, a jornada média sofreu retração em todos os setores de atividade econômica. Destaca-se com a maior retração no grupo, o setor de serviços domésticos (44 horas, em 1996 para 38, em 2004).

Na comparação entre os sexos, os homens apresentam uma jornada média maior do que a das mulheres – em média seis horas semanais – independente do setor de atividade em que se encontram inseridos (tab. 11).

TABELA 11 - JORNADA MÉDIA SEMANAL, POR SETORES DE ATIVIDADE ECONÔMICA, SEGUNDO SEXO
REGIÃO METROPOLITANA DE BELO HORIZONTE (RMBH) - 1996-2004

ANO	INDÚSTRIA	CONSTRUÇÃO CIVIL	COMÉRCIO	SERVIÇOS	SERVIÇOS DOMÉSTICOS	OUTROS (1)
RMBH						
1996	43	44	47	41	44	50
1997	43	44	46	40	42	50
1998	42	43	47	40	41	46
1999	43	43	47	41	41	49
2000	44	43	47	41	41	49
2001	43	43	48	41	40	46
2002	43	43	46	40	39	49
2003	42	43	45	40	39	47
2004	41	42	45	39	38	47
Homens						
1996	44	44	50	45	50	50
1997	44	44	49	44	49	50
1998	43	43	49	44	48	48
1999	44	43	49	44	48	51
2000	45	43	50	45	48	51
2001	44	43	49	44	46	47
2002	44	44	48	44	45	49
2003	43	43	47	43	43	47
2004	43	42	48	42	45	49
Mulheres						
1996	41	39	43	36	43	...
1997	40	39	42	36	42	...
1998	39	38	42	35	41	...
1999	41	38	43	36	40	...
2000	41	38	43	37	41	...
2001	40	39	45	36	39	...
2002	40	37	43	37	39	...
2003	39	35	42	36	38	...
2004	38	36	42	36	38	...

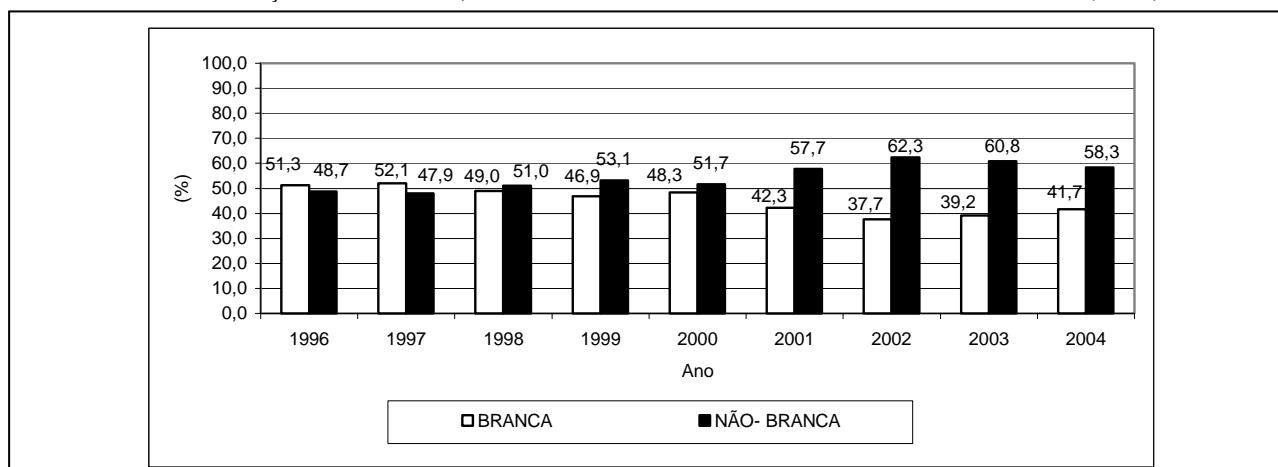
Fonte: Fundação João Pinheiro (FJP), Centro de Estatística e Informações (CED), Pesquisa de Emprego e Desemprego na Região Metropolitana de Belo Horizonte (PED/RMBH). Convênio FJP/DIEESE/SEADE/SINE-MG

(1) Inclui Agricultura, Pecuária, Extração vegetal e Outras atividades.

Quando se observa a cor da população ocupada na RMBH, percebe-se que houve um interessante movimento de retração no percentual de brancos e um aumento de não-brancos, ou seja, ocorreu um “escurecimento” dessa população. Esse crescimento do percentual de não-brancos na população trabalhadora foi sentido tanto entre os homens (18,9%) quanto entre as mulheres (20,8%). Os resultados obtidos para essa variável devem ser considerados com algumas ressalvas, uma vez que a questão referente à cor não é autodeclarada, e sim parte de uma ação conjunta entre entrevistado e entrevistador, sendo que a opinião deste último prevalece. Dessa forma, a classificação do indivíduo em uma única categoria dependerá prioritariamente da percepção do pesquisador. Em 1996 e 1997, os brancos configuram-se como maioria percentual da força trabalhadora, 51,3% e 52,1% respectivamente. Nos anos posteriores o fenômeno de escurecimento se manifesta, até o atual cenário de 58,3% dos ocupados se concentrarem entre os não-brancos (pardos, pretos, amarelos e indígenas). O interessante é que, na comparação entre os sexos, o crescimento do

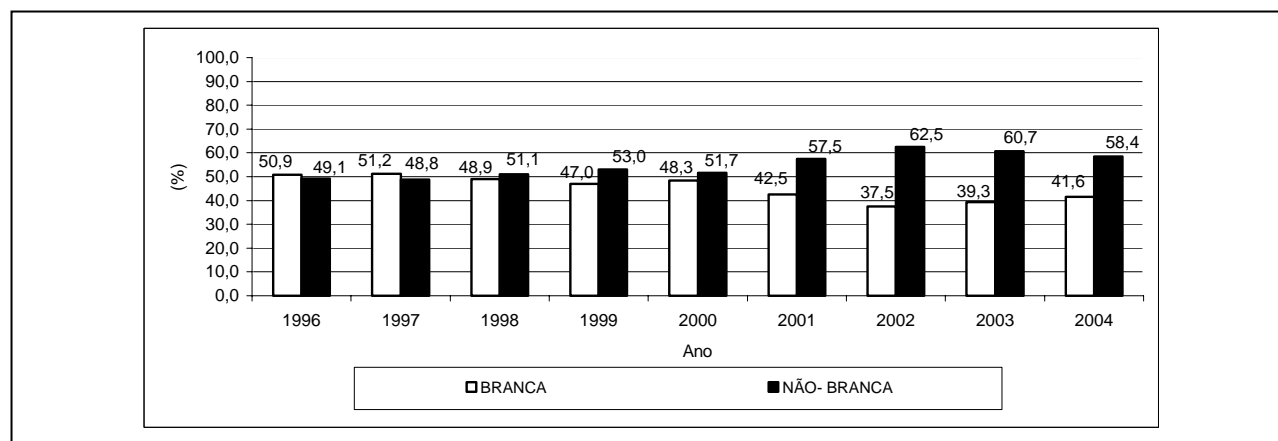
percentual de não-brancos seguiu o mesmo movimento e ficou, em 2004, com um percentual de aproximadamente 58% para ambos (graf. 10 a 12).

GRÁFICO 10 – DISTRIBUIÇÃO DOS OCUPADOS, SEGUNDO COR – REGIÃO METROPOLITANA DE BELO HORIZONTE (RMBH) – 1996-2004



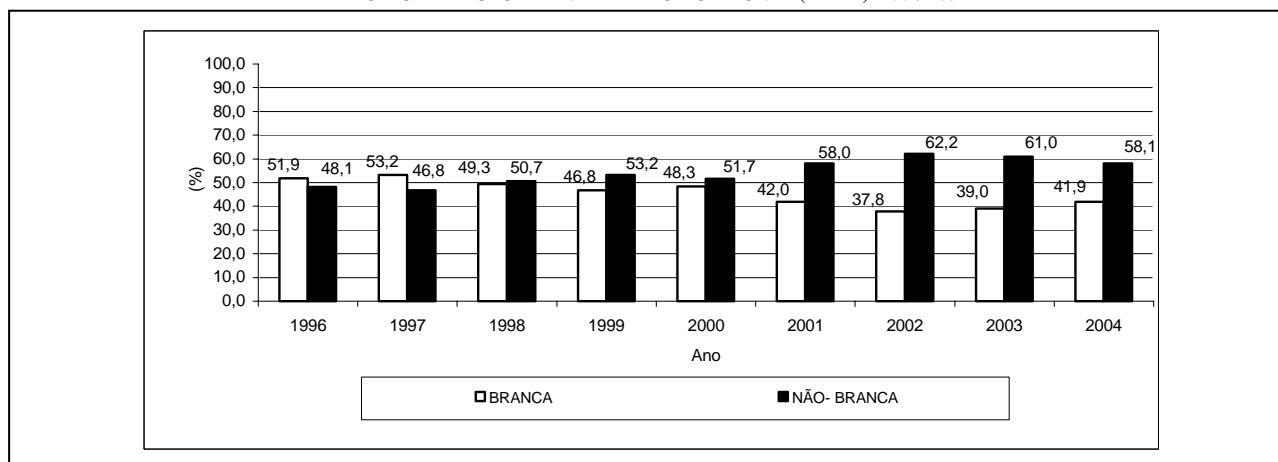
Fonte: Fundação João Pinheiro (FJP), Centro de Estatística e Informações (CEI), Pesquisa de Emprego e Desemprego na Região Metropolitana de Belo Horizonte (PED/RMBH). Convênio FJP/DIEESE/SEADE/SINE-MG

GRÁFICO 11 – DISTRIBUIÇÃO DOS HOMENS OCUPADOS, SEGUNDO COR – REGIÃO METROPOLITANA DE BELOHORIZONTE (RMBH) - 1996-2004



Fonte: Fundação João Pinheiro (FJP), Centro de Estatística e Informações (CEI), Pesquisa de Emprego e Desemprego na Região Metropolitana de Belo Horizonte (PED/RMBH). Convênio FJP/DIEESE/SEADE/SINE-MG

GRÁFICO 12 – DISTRIBUIÇÃO DAS MULHERES OCUPADAS, SEGUNDO COR – REGIÃO METROPOLITANA DE BELO HORIZONTE (RMBH) - 1996-2004



Fonte: Fundação João Pinheiro (FJP), Centro de Estatística e Informações (CEI), Pesquisa de Emprego e Desemprego na Região Metropolitana de Belo Horizonte (PED/RMBH). Convênio FJP/DIEESE/SEADE/SINE-MG

Na análise por faixa etária, verifica-se um aumento no percentual entre os pertencentes ao grupo de 40 a 59 anos de idade e um leve acréscimo entre os de 60 anos ou mais, um possível envelhecimento da população trabalhadora. Esse envelhecimento pode ter sido gerado pelo aumento de aposentados que continuam trabalhando, e por outro lado, pelo próprio perfil das vagas geradas entre 1996 e 2004. Um fator relevante e que merece ser mencionado é o de que a população do Brasil está em transição demográfica⁶, ou seja, existe um processo de envelhecimento populacional que também influencia no mercado de trabalho e conseqüentemente no perfil das vagas que são geradas.

A parcela de 40 a 59 anos passou de 28,2% da população ocupada, em 1996, para 33,3%, em 2004, representando uma variação positiva de 18,1%. As mulheres apresentaram um aumento mais acentuado em seu percentual (21,7%), se comparado com o crescimento na distribuição dos homens trabalhadores nessa mesma faixa de idade (15,4%). Entre os de 60 anos ou mais também houve um relevante aumento (19,4%), embora eles tenham representatividade numérica bem inferior à da faixa imediatamente anterior.⁷ Ainda considerando-se essa faixa, as mulheres obtiveram crescimento de 24%. Os demais grupos de idade sofreram retração em seu percentual, no período analisado. Ainda na análise entre 1996 e 2004, a maior retração foi entre aqueles com 10 a 17 anos (51,9%), o que pode estar sinalizando uma saída das crianças e adolescentes do mercado de trabalho em detrimento da maior inserção de pessoas nas faixas de idade mais avançadas. Percebeu-se também que os jovens de 18 a 24 anos sofreram retração em seu percentual entre os trabalhadores (6,3%). Essa queda foi mais intensa entre as mulheres (9%), embora os homens também tenham apresentado diminuição na distribuição (4,4%). Esses resultados sugerem maior dificuldade de inserção de jovens no mercado de trabalho, se comparados com o início da série apresentada. No grupo de 25 a 39 anos, o qual detém a maior parcela ocupada, observou-se também retração (3,8%), passando de 42,6% para 41% (tab. 12 e graf. 13).

⁶ Ver Carvalho (2001): "...de novo padrão demográfico mundial, caracterizado pela tendência cada vez mais universal, a baixos níveis de fecundidade e de mortalidade, com o conseqüente rápido envelhecimento da população e, provavelmente, aumento dos fluxos migratórios internacionais."

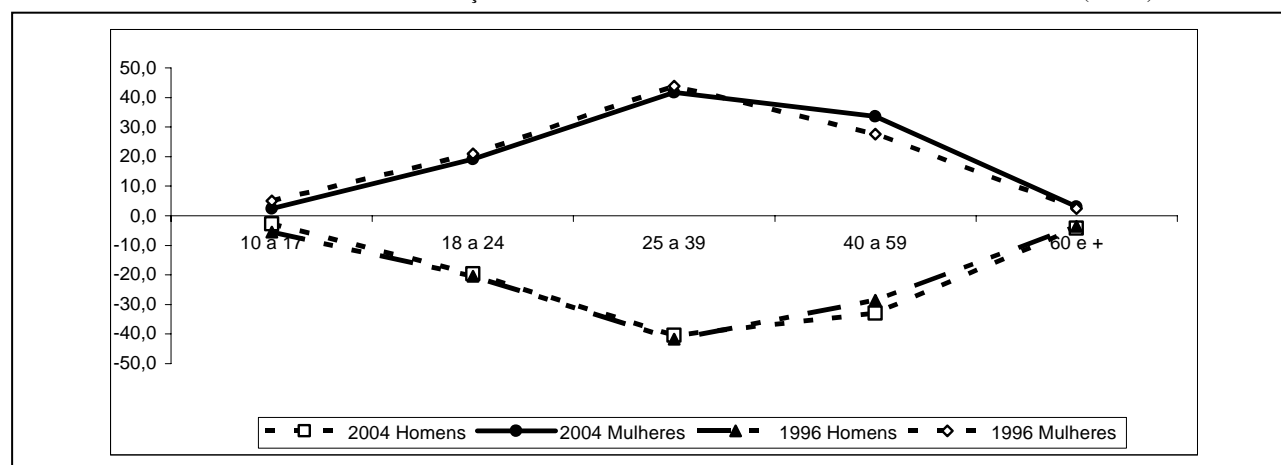
⁷ Imediatamente anterior: aquela de 40 a 59 anos de idade.

TABELA 12 – DISTRIBUIÇÃO DOS OCUPADOS, POR FAIXAS ETÁRIAS, SEGUNDO SEXO
REGIÃO METROPOLITANA DE BELO HORIZONTE (RMBH) - 1996-2004

ANO	FAIXA ETÁRIA (%)				
	10 a 17 anos	18 a 24 anos	25 a 39 anos	40 a 59 anos	60 ou mais
RMBH					
1996	5,4	20,7	42,6	28,2	3,1
1997	5,3	20,9	42,3	28,3	3,2
1998	4,7	21,2	41,7	29,1	3,3
1999	3,9	20,8	41,8	30,4	3,1
2000	3,4	21,2	42,1	30,0	3,3
2001	3,1	21,1	40,9	31,8	3,1
2002	2,6	21,2	40,9	31,8	3,5
2003	2,8	20,1	40,5	32,9	3,7
2004	2,6	19,4	41,0	33,3	3,7
Homens					
1996	5,6	20,5	41,7	28,6	3,6
1997	5,4	20,8	41,8	28,3	3,8
1998	4,8	21,1	41,0	29,2	3,9
1999	4,0	20,5	41,2	30,5	3,8
2000	3,5	20,9	41,8	29,9	4,0
2001	3,3	21,3	40,4	31,3	3,7
2002	2,6	20,8	40,5	31,8	4,2
2003	3,1	19,8	40,3	32,3	4,4
2004	2,7	19,6	40,4	33,0	4,3
Mulheres					
1996	5,1	21,0	43,8	27,6	2,5
1997	5,3	21,0	43,1	28,4	2,2
1998	4,5	21,4	42,6	28,9	2,6
1999	3,8	21,2	42,4	30,3	2,3
2000	3,3	21,7	42,4	30,1	2,5
2001	3,0	20,8	41,6	32,3	2,3
2002	2,5	21,6	41,4	31,9	2,6
2003	2,4	20,5	40,6	33,6	2,9
2004	2,5	19,1	41,7	33,6	3,1

Fonte: Fundação João Pinheiro (FJP), Centro de Estatística e Informações (CEI), Pesquisa de Emprego e Desemprego na Região Metropolitana de Belo Horizonte (PED/RMBH). Convênio FJP/DIEESE/SEADE/SINE-MG

GRÁFICO 13 – GRÁFICO ETÁRIO DA POPULAÇÃO OCUPADA - REGIÃO METROPOLITANA DE BELO HORIZONTE (RMBH) – 1996/2004



Fonte: Fundação João Pinheiro (FJP), Centro de Estatística e Informações (CEI), Pesquisa de Emprego e Desemprego na Região Metropolitana de Belo Horizonte (PED/RMBH). Convênio FJP/DIEESE/SEADE/SINE-MG

Partindo da análise segundo posição no domicílio onde reside, observou-se um aumento na distribuição dos cônjuges (13,2%), seguidos pelos chefes (1,6%). As demais posições – filho e outros moradores do domicílio – apresentaram perda entre 1996 e 2004. Na análise entre os sexos, contemplando o mesmo período, destacou-se o crescimento acentuado dos ocupados que são “cônjuges”: entre os homens houve crescimento de 28,6%, entre as mulheres, de 14,5%. O aumento desse grupo na ocupação, tanto entre os homens quanto entre as mulheres, pode estar sinalizando um movimento mais intenso de inserção do companheiro no mercado, devido à perda de poder aquisitivo da família ao longo dos anos (tab. 13).

TABELA 13 – DISTRIBUIÇÃO DOS OCUPADOS, POR POSIÇÃO NO DOMICÍLIO, SEGUNDO SEXO
REGIÃO METROPOLITANA DE BELO HORIZONTE (RMBH) - 1996-2004

ANO	POSIÇÃO NO DOMICÍLIO (%)			
	chefe	cônjuge	filho	outros
RMBH				
1996	42,5	17,3	30,7	9,5
1997	42,9	18,0	29,7	9,4
1998	42,6	17,9	30,6	8,9
1999	42,9	18,1	29,9	9,1
2000	42,9	18,6	30,1	8,4
2001	42,9	18,7	30,4	8,0
2002	43,9	18,6	29,8	7,7
2003	44,0	19,1	29,2	7,7
2004	43,2	19,6	29,9	7,3
Homens				
1996	61,7	0,7	30,2	7,4
1997	62,4	0,5	29,6	7,5
1998	61,2	0,9	30,4	7,5
1999	62,0	0,8	29,6	7,6
2000	62,2	0,9	30,0	6,9
2001	61,6	1,1	30,6	6,7
2002	63,0	1,1	29,1	6,8
2003	62,8	0,8	29,3	7,1
2004	62,8	0,9	29,5	6,8
Mulheres				
1996	42,5	17,3	30,7	9,5
1997	42,9	18,0	29,7	9,4
1998	42,6	17,9	30,6	8,9
1999	42,9	18,1	29,9	9,1
2000	42,9	18,6	30,1	8,4
2001	42,9	18,7	30,4	8,0
2002	43,9	18,6	29,8	7,7
2003	44,0	19,1	29,2	7,7
2004	41,9	19,8	30,3	8,0

Fonte: Fundação João Pinheiro (FJP), Centro de Estatística e Informações (CED), Pesquisa de Emprego e Desemprego na Região Metropolitana de Belo Horizonte (PED/RMBH). Convênio FJP/DIEESE/SEADE/SINE-MG

3.3 A escolaridade dos ocupados na RMBH

Na análise da escolaridade na RMBH, nota-se um aumento dos anos de estudo da população ocupada no decorrer da série. Destaca-se a considerável queda no percentual entre aqueles com baixa escolaridade, que não sabiam ler e escrever (48,3%) e entre os que tinham até ensino fundamental incompleto⁸ (35,8%). Por outro lado, verifica-se um crescimento na distribuição entre os que possuem escolaridade mais elevada, mais de oito anos de estudo. Em 1996, quase metade dos ocupados estava inserida no grupo com ensino fundamental incompleto (47,5%). Já em 2004, a maior proporção está entre aqueles com ensino médio completo até o ensino superior incompleto (35,9%). Isso sugere uma mudança no perfil das vagas geradas pelo mercado (tab. 14 e graf. 14).

Entre os homens e mulheres inseridos na força de trabalho, proporcionalmente, elas detêm escolaridade mais alta em relação a eles. Vale ressaltar que o “estoque” de trabalhadores homens no mercado de trabalho é superior ao de mulheres. Em termos percentuais, em 1996, 50,9% dos trabalhadores do sexo masculino estavam inseridos no grupo com ensino fundamental incompleto. Já em 2004, esse percentual foi diluído entre os grupos subsequentes, aquele grupo tendo ficado com 32,4% do total de homens ocupados. O crescimento mais acentuado (79,4%) foi entre os que possuem de ensino médio completo até ensino superior incompleto – passando de 18,9%, em 1996, para 33,9%, em 2004 (tab. 14 e graf. 15).

⁸ Com menos de oito anos de estudo.

Analisando-se a força de trabalho feminina, verifica-se o mesmo movimento de aumento da escolaridade sentido pelos homens. Em 1996, 42,9% das ocupadas apresentavam escolaridade baixa – menos de oito anos de estudo. Esse percentual sofreu uma retração relativa de 34%, e, em 2004, passou a representar 28,3% do montante. O aumento mais expressivo também ficou entre as que apresentavam o segundo maior nível analisado – de ensino médio completo até ensino superior incompleto (54,8%), passando de 24,8% para 38,4% (tab. 14 e graf. 15).

Embora as mulheres inseridas efetivamente no mercado, as que detêm o status de ocupadas, possuam maior escolarização formal, verifica-se também entre os homens uma trajetória de aumento no tempo de estudo. Existem indícios de que o mercado está exigindo cada vez mais qualificação constante, embora não a estritamente formal. Também se deve lembrar do Plano Nacional de Qualificação Profissional (PLANFOR), que permitiu a muitos completarem seus estudos ou aperfeiçoá-los (LEONE, 2004).

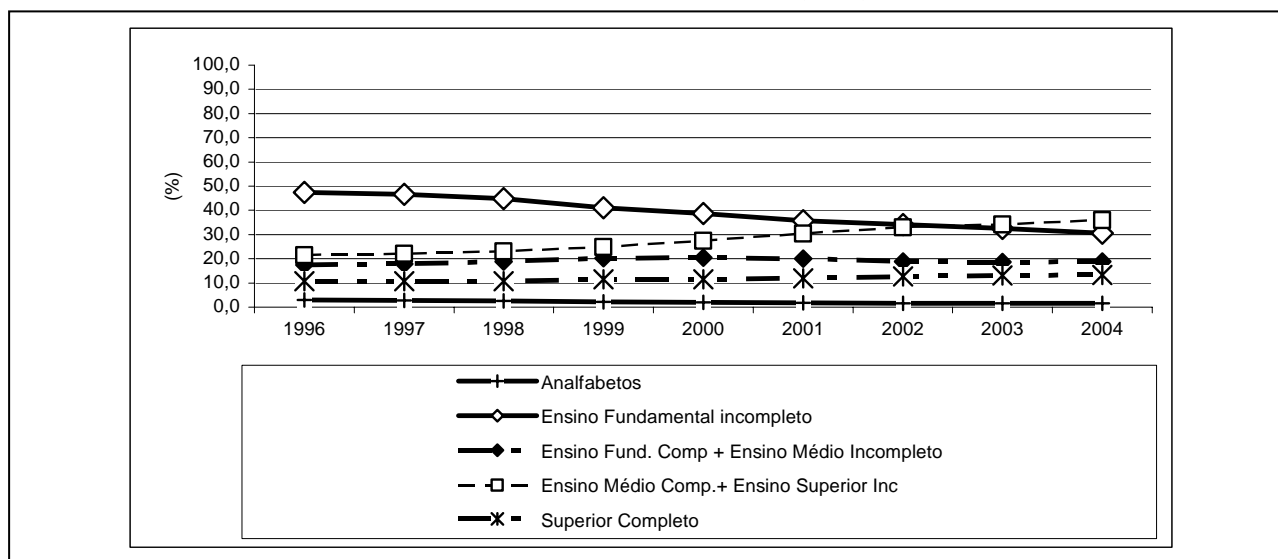
Por fim, segundo o Boletim do DIEESE, edição especial de março de 2002, et. al., a dificuldade de inserção no mercado de trabalho tem levado cada vez mais mulheres a procurar aumentar seu nível de escolaridade, como forma de assegurar a conquista de novas ocupações (A SITUAÇÃO..., 2002).

**TABELA 14 – DISTRIBUIÇÃO DOS OCUPADOS, POR NÍVEIS DE ESCOLARIDADE, SEGUNDO SEXO
REGIÃO METROPOLITANA DE BELO HORIZONTE (RMBH) - 1996-2004**

ANO	ANALFABETOS	ENSINO FUNDAMENTAL INCOMPLETO	ENSINO FUNDAMENTAL COMPLETO + MÉDIO INCOMPLETO	ENSINO MÉDIO COMPLETO + SUPERIOR INCOMPLETO	SUPERIOR COMPLETO	TOTAL
RMBH						
1996	2,9	47,5	17,5	21,4	10,7	100,0
1997	2,7	46,7	17,9	22,0	10,7	100,0
1998	2,5	44,9	18,8	23,1	10,7	100,0
1999	2,2	41,0	20,3	24,9	11,6	100,0
2000	1,9	38,7	20,4	27,4	11,6	100,0
2001	1,7	35,8	20,1	30,4	12,0	100,0
2002	1,6	34,1	18,8	32,9	12,6	100,0
2003	1,6	32,6	18,7	34,1	13,0	100,0
2004	1,5	30,5	18,8	35,9	13,3	100,0
Homens						
1996	2,6	50,9	18,3	18,9	9,3	100,0
1997	2,6	49,8	18,8	19,4	9,4	100,0
1998	2,3	48,2	19,8	20,5	9,2	100,0
1999	2,1	44,3	21,7	21,9	10,0	100,0
2000	1,7	41,2	22,4	24,5	10,2	100,0
2001	1,5	37,9	22,5	27,8	10,3	100,0
2002	1,5	36,3	21,0	30,3	10,9	100,0
2003	1,3	35,0	20,7	31,5	11,5	100,0
2004	1,3	32,4	20,9	33,9	11,5	100,0
Mulheres						
1996	3,3	42,9	16,3	24,8	12,7	100,0
1997	2,9	42,3	16,6	25,4	12,8	100,0
1998	2,8	40,5	17,2	26,7	12,8	100,0
1999	2,2	36,5	18,4	29,0	13,9	100,0
2000	2,2	35,3	17,8	31,1	13,6	100,0
2001	2,0	33,0	17,0	33,7	14,3	100,0
2002	1,8	31,4	15,9	36,1	14,8	100,0
2003	1,9	29,5	16,3	37,4	14,9	100,0
2004	1,7	28,3	16,1	38,4	15,5	100,0

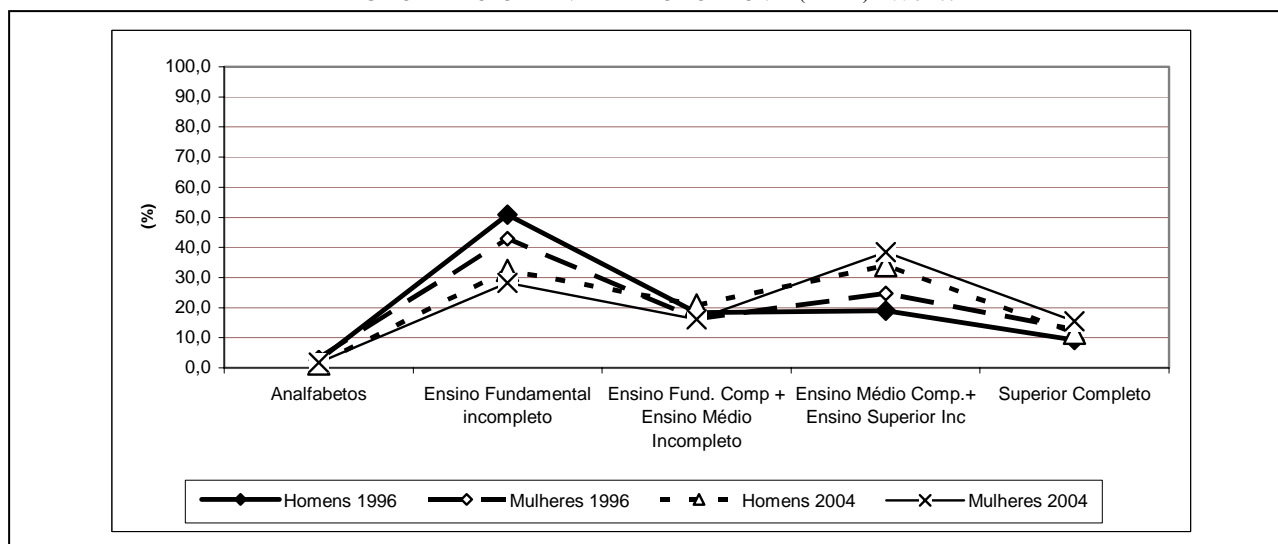
Fonte: Fundação João Pinheiro (FJP), Centro de Estatística e Informações (CEI), Pesquisa de Emprego e Desemprego na Região Metropolitana de Belo Horizonte (PED/RMBH). Convênio FJP/DIEESE/SEADE/SINE-MG

GRÁFICO 14 - DISTRIBUIÇÃO DOS OCUPADOS, POR NÍVEIS DE ESCOLARIDADE
REGIÃO METROPOLITANA DE BELO HORIZONTE (RMBH) - 1996-2004



Fonte: Fundação João Pinheiro (FJP), Centro de Estatística e Informações (CEI), Pesquisa de Emprego e Desemprego na Região Metropolitana de Belo Horizonte (PED/RMBH). Convênio FJP/DIEESE/SEADE/SINE-MG

GRÁFICO 15 - DISTRIBUIÇÃO DOS HOMENS E MULHERES OCUPADOS, POR NÍVEIS DE ESCOLARIDADE
REGIÃO METROPOLITANA DE BELO HORIZONTE (RMBH) - 1996-2004



Fonte: Fundação João Pinheiro (FJP), Centro de Estatística e Informações (CEI), Pesquisa de Emprego e Desemprego na Região Metropolitana de Belo Horizonte (PED/RMBH). Convênio FJP/DIEESE/SEADE/SINE-MG

3.4 Os diferenciais de rendimento entre homens e mulheres

Os últimos anos foram marcados pela crescente perda do poder de compra do trabalhador. A retração no rendimento médio foi sentida pela quase totalidade dos trabalhadores nos mais diversos setores e detentores dos mais variados níveis educacionais. Analisando o trabalho principal, levando-se em conta os ocupados como um todo, os dados sugerem que a maior perda nos rendimentos entre 2003 e 2004 ocorreu para os inseridos em ocupações de direção e gerência⁹ (12,9%), ou seja, entre os detentores dos maiores

⁹ Em “ocupações de direção e gerência” estão inseridos os empresários nos diversos setores de atividade, diretores e gerentes de empresas, membros do poder legislativo, executivo e judiciário.

salários (de R\$1.283 para R\$1.857). Os ganhos obtidos foram tímidos, destacam-se os trabalhadores inseridos nos chamados “outros serviços”¹⁰, que tiveram aumento de 2,3%.

Na presente seção, a razão entre os rendimentos das mulheres e dos homens e as variações relativas serão utilizadas como indicadores do diferencial de renda e das perdas sofridas no período analisado.

No que se refere aos homens ocupados, o rendimento médio sofreu retração em quase todos os seguimentos analisados entre 1996 e 2004. Destacam-se com as maiores perdas as ocupações em serviços comerciais (27,8%), técnico-científicas e artísticas (25,1%) e nos serviços administrativos (19,3%). O único segmento ocupacional que obteve ganho no período foi o agregado “outros serviços” (0,6%).

As mulheres também sofreram com a perda nos rendimentos, mas de maneira generalizada, destacando-se a retração nos segmentos ocupacionais “técnico-científicos e artísticos” (23,1%), nos serviços comerciais (21,3%) e no de direção e gerência (18,7%).

Na comparação entre o rendimento das mulheres em relação ao percebido pelos homens, nota-se que não houve grande modificação no decorrer da série. As mulheres percebem aproximadamente 64% do rendimento auferido pelos homens. Em 1996, elas percebiam um percentual ainda menor (63%) e em 2002, alcançaram a situação mais favorável, obtendo algo em torno de 68%.

Com relação ao setor de atividade econômica, no qual homens e mulheres se inserem no mercado de trabalho, os diferenciais de rendimento persistem em níveis semelhantes no decorrer da série apresentada, e não há grandes melhoras para as mulheres. A pior razão encontrada foi no setor industrial, onde predominavam ocupações masculinizadas pelo mercado e, conseqüentemente a força de trabalho masculina. A mão-de-obra feminina ainda é bastante incipiente, e os rendimentos auferidos em 2004 eram de aproximadamente 56% dos referentes aos homens. Por outro lado, o setor de serviços apresentava um perfil menos discriminatório no que tange aos rendimentos médios, embora a razão tenha permanecido estável na comparação com o início da série, tendo as mulheres ficado com 72% do rendimento deles (tab. 15).

No gráfico 16 verificou-se o comportamento dos rendimentos auferidos para homens e mulheres. Segundo os principais setores de atividade econômica¹¹, no decorrer da série apresentada, notou-se um possível empobrecimento do trabalhador na RMBH e a manutenção dos diferenciais de rendimento entre os sexos no decorrer dos últimos nove anos.

¹⁰ Em “ocupações em outros serviços” estão inseridos: **empregados domésticos e de serviço de alimentação** (caseiros de sítios, cozinheiros, copeiros, garçons etc.); **serviço de higiene** (profissionais de limpeza em geral); **ramo de embelezamento** (cabeleireiros, barbeiros, manicuros e pedicuros, maquiladores, depiladores e esteticistas); **proteção e segurança** (os guardas de presídio, guardas vigias de organizações particulares e vigias em geral).

¹¹ Os setores da construção civil e serviços domésticos não foram representados graficamente. No que se refere ao primeiro, as mulheres não são representativas e ao segundo, os homens não detêm a série completa, ou seja, a amostra não comporta essa desagregação.

**TABELA 15 - RENDIMENTO MÉDIO REAL DOS OCUPADOS, POR SETORES DE ATIVIDADE ECONÔMICA, SEGUNDO SEXO
REGIÃO METROPOLITANA DE BELO HORIZONTE (RMBH) - 1996-2004**

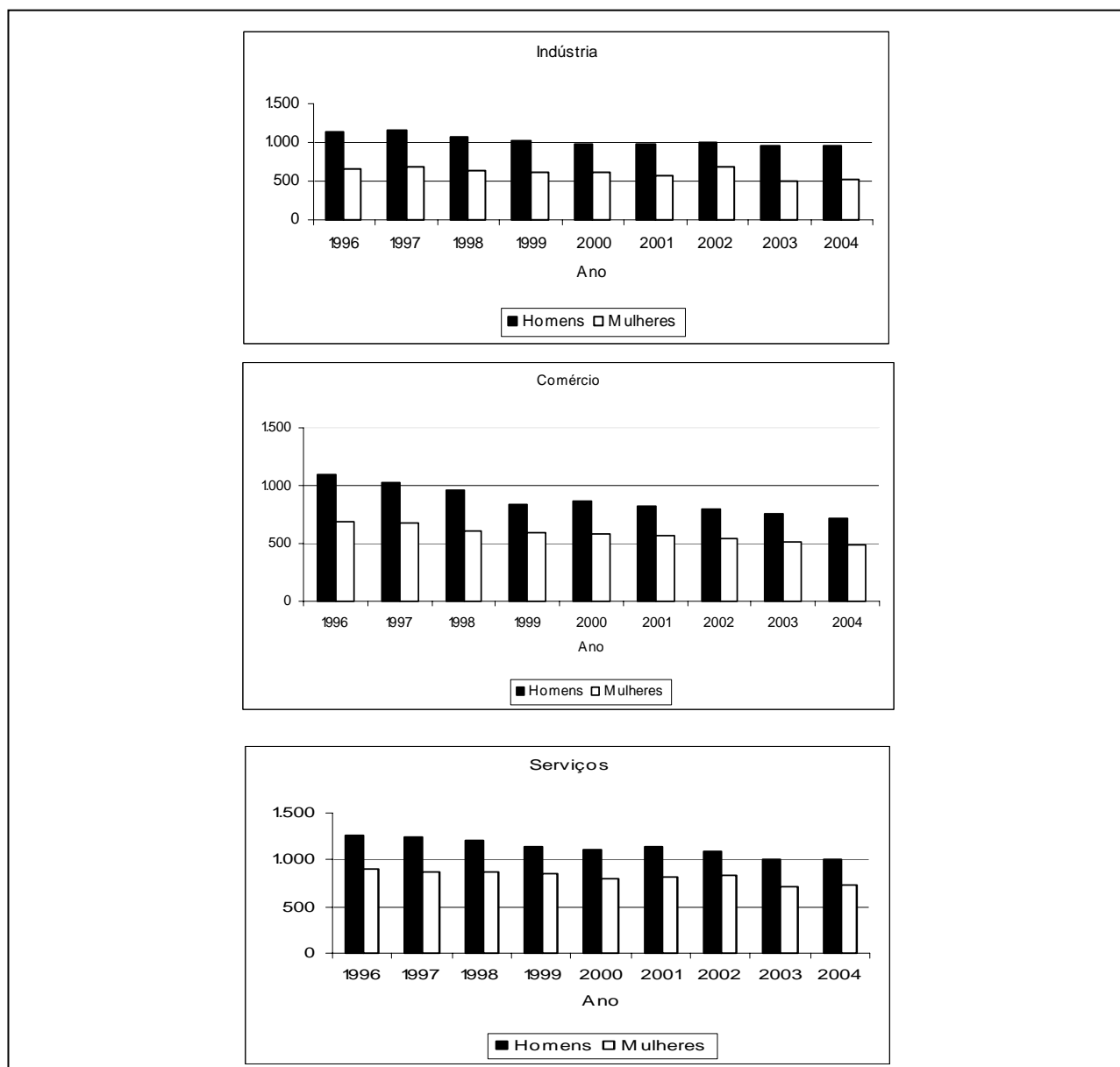
ANO	RENDIMENTO MÉDIO REAL DOS OCUPADOS					
	indústria	construção civil	comércio	serviços	serviços domésticos	outros
Homens (A)						
1996	1.135	772	1.093	1.259	319	877
1997	1.156	748	1.021	1.236	368	777
1998	1.072	716	963	1.204	335	742
1999	1.026	671	836	1.134	(1)	(1)
2000	984	630	860	1.102	(1)	(1)
2001	981	641	825	1.137	(1)	(1)
2002	1.011	681	800	1.091	(1)	(1)
2003	950	631	762	999	(1)	(1)
2004	954	595	712	1.013	(1)	(1)
Mulheres (B)						
1996	654	(1)	692	908	269	(1)
1997	679	(1)	671	875	281	(1)
1998	642	(1)	607	864	277	(1)
1999	616	(1)	589	852	276	(1)
2000	621	(1)	579	809	274	(1)
2001	572	(1)	565	811	275	(1)
2002	690	(1)	539	834	280	(1)
2003	498	(1)	518	724	267	(1)
2004	530	(1)	485	729	280	(1)
Razão (B)/(A)						
1996	0,6	(1)	0,6	0,7	0,8	(1)
1997	0,6	(1)	0,7	0,7	0,8	(1)
1998	0,6	(1)	0,6	0,7	0,8	(1)
1999	0,6	(1)	0,7	0,8	(1)	(1)
2000	0,6	(1)	0,7	0,7	(1)	(1)
2001	0,6	(1)	0,7	0,7	(1)	(1)
2002	0,7	(1)	0,7	0,8	(1)	(1)
2003	0,5	(1)	0,7	0,7	(1)	(1)
2004	0,6	(1)	0,7	0,7	(1)	(1)

Fonte: Fundação João Pinheiro (FJP), Centro de Estatística e Informações (CEI), Pesquisa de Emprego e Desemprego na Região Metropolitana de Belo Horizonte (PED/RMBH). Convênio FJP/DIEESE/SEADE/SINE-MG

Notas: rendimento médio em reais de novembro de 2004;
o setor Outros inclui: Agricultura, Pecuária, Extração vegetal e Outras atividades.

(1) A amostra não comporta desagregação para essa categoria.

GRÁFICO 16 – RENDIMENTO MÉDIO REAL DOS OCUPADOS, POR PRINCIPAIS SETORES DE ATIVIDADE ECONÔMICA, SEGUNDO SEXO
REGIÃO METROPOLITANA DE BELO HORIZONTE (RMBH) - 1996-2004
(R\$)



Fonte: Fundação João Pinheiro (FJP), Centro de Estatística e Informações (CEI), Pesquisa de Emprego e Desemprego na Região Metropolitana de Belo Horizonte (PED/RMBH). Convênio FJP/DIEESE/SEADE/SINE-MG

Nota: rendimento médio em reais de novembro de 2004.

Ainda na análise entre os sexos, levando-se em conta os segmentos ocupacionais especificados, nos cargos administrativos as mulheres alcançaram 83% dos rendimentos auferidos pelos homens, nos de direção e gerência, chegaram a ganhar 71% do rendimento masculino. Em ocupações mais “masculinizadas” pelo mercado, como é o caso das “ocupações na produção industrial e na operação de maquinário”, as mulheres, que assumem um pequeno contingente, percebiam apenas 56% dos rendimentos masculinos. Vale salientar ainda a elevada diferença entre os rendimentos, nas ocupações técnico-científicas e artísticas, que apresenta uma razão de 0,6, ou seja, as mulheres percebendo cerca de 60% do rendimento dos homens (tab. 16).

TABELA 16 – RENDIMENTO REAL MÉDIO (1) DOS OCUPADOS NO TRABALHO PRINCIPAL, POR SEXO
REGIÃO METROPOLITANA DE BELO HORIZONTE (RMBH) - 1996-2004

(Continua)

OCUPAÇÃO	HOMENS (A)										
	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	VARIACÃO	
										2004/2003	2004/1996
RMBH	1.124	1.099	1.055	991	973	982	969	904	897	-0,8	-20,2
Ocupações técnico-científicas e artísticas	2.301	2.186	2.158	1.987	1.878	1.997	1.839	1.642	1.724	5,0	-25,1
Ocupações de direção e gerência	2.458	2.414	2.453	2.362	2.220	2.305	2.221	2.314	2.044	-11,7	-16,8
Ocupações em serviços administrativos	1.045	1.078	1.019	1.025	1.001	953	920	854	843	-1,3	-19,3
Ocupações em serviços comerciais ..	1.153	1.130	1.056	954	947	930	926	831	832	0,1	-27,8
Ocupações em outros serviços	497	514	506	507	523	505	504	484	500	3,3	0,6
Ocupações na produção industrial e na operação de máquinas	801	826	784	751	722	724	704	661	660	-0,2	-17,6

(Continuação)

OCUPAÇÃO	MULHERES (B)										
	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	VARIACÃO	
										2004/2003	2004/1996
RMBH	706	688	668	652	638	634	658	580	578	-0,3	-18,1
Ocupações técnico-científicas e artísticas	1.314	1.272	1.278	1.241	1.196	1.140	1.179	1.038	1.010	-2,7	-23,1
Ocupações de direção e gerência	1.774	1.625	1.623	1.798	1.568	1.484	1.669	1.697	1.442	-15,0	-18,7
Ocupações em serviços administrativos	814	844	788	792	726	784	744	663	703	6,0	-13,6
Ocupações em serviços comerciais ..	628	613	602	556	533	503	582	482	494	2,5	-21,3
Ocupações em outros serviços	306	316	314	308	307	311	320	295	304	3,1	-0,7
Ocupações na produção industrial e na operação de máquinas	424	441	423	425	427	378	402	347	368	6,1	-13,2

(Conclusão)

OCUPAÇÃO	RAZÃO (B)/(A)									
	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	
RMBH	0,6	0,6	0,6	0,7	0,7	0,7	0,7	0,6	0,6	
Ocupações técnico-científicas e artísticas	0,6	0,6	0,6	0,6	0,6	0,6	0,6	0,6	0,6	
Ocupações de direção e gerência	0,7	0,7	0,7	0,8	0,7	0,6	0,8	0,7	0,7	
Ocupações em serviços administrativos	0,8	0,8	0,8	0,8	0,7	0,8	0,8	0,8	0,8	
Ocupações em serviços comerciais	0,5	0,5	0,6	0,6	0,6	0,5	0,6	0,6	0,6	
Ocupações em outros serviços	0,6	0,6	0,6	0,6	0,6	0,6	0,6	0,6	0,6	
Ocupações na produção industrial e na operação de máquinas	0,5	0,5	0,5	0,6	0,6	0,5	0,6	0,5	0,6	

Fonte: Fundação João Pinheiro (FJP), Centro de Estatística e Informações (CED), Pesquisa de Emprego e Desemprego na Região Metropolitana de Belo Horizonte (PED/RMBH). Convênio FJP/DIEESE/SEADE/SINE-MG

(1) Inflator utilizado: Índice de Preço ao Consumidor Amplo de Belo Horizonte (IPCA-BH) da Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas, Administrativas e Contábeis de Minas Gerais (IPEAD). Valores em reais de novembro de 2004.

Segundo nível de escolaridade, levando-se em conta o rendimento médio real por hora e salvo uma única exceção, a variável anos de estudo é diretamente proporcional aos diferenciais de rendimento entre os sexos. Verificou-se que quanto maior o nível de escolaridade, com exceção dos que detêm a maior classificação (superior completo), maior o diferencial de renda entre homens e mulheres. Considerando-se aqueles sem escolaridade¹², na análise de 2004, as mulheres chegam a perceber 88% dos rendimentos por hora masculinos, enquanto, na categoria ensino médio completo até ensino superior incompleto, esse percentual cai para aproximadamente 69%.

Na comparação entre as razões obtidas no início e final da série, nas categorias de baixa escolaridade¹³, as mulheres obtiveram os ganhos mais expressivos. Destacam-se aquelas que têm o ensino

¹² Analfabeto: sem escolaridade e/ou aquele que não sabe ler nem escrever.

¹³ Escolaridade baixa: ensino fundamental incompleto até ensino médio incompleto.

fundamental completo até o ensino médio incompleto e as com ensino fundamental incompleto, respectivamente (tab. 17).

Nas representações reunidas no gráfico 17, ressalta-se queda nos rendimentos por hora para quase todos os níveis educacionais analisados. Apenas para o segmento sem escolaridade verificou-se um comportamento linear no decorrer do período. Vale ressaltar que – devido ao aumento dos anos de estudo e, conseqüentemente, do nível de escolaridade da população na RMBH e no Brasil como um todo nos últimos anos – o grupo “analfabeto” vem perdendo a sua representatividade.

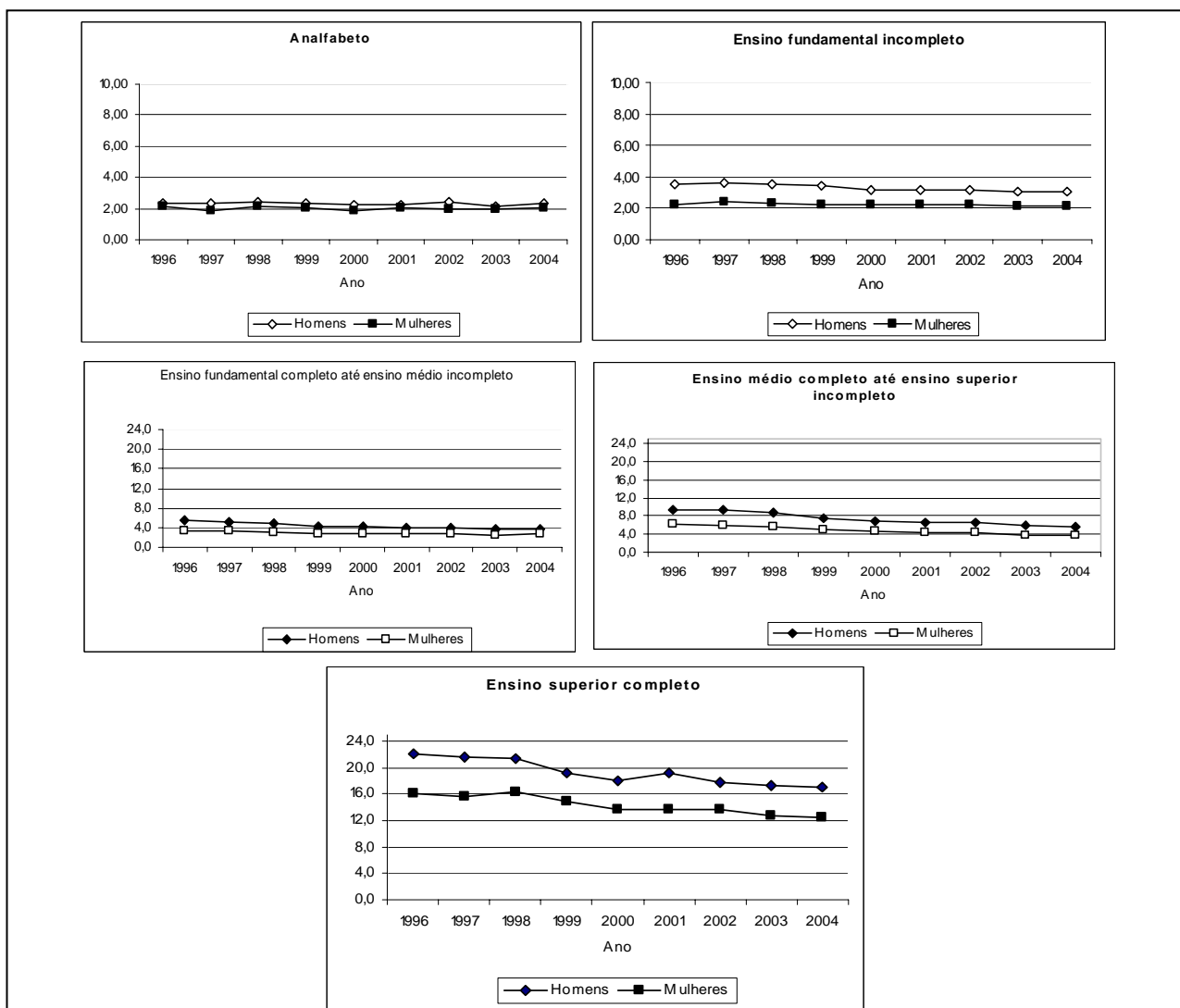
**TABELA 17 – RENDIMENTO MÉDIO REAL DOS OCUPADOS (1), POR HORA TRABALHADA E NÍVEIS DE ESCOLARIDADE, SEGUNDO SEXO
REGIÃO METROPOLITANA DE BELO HORIZONTE (RMBH) - 1996-2004**

ANO	TOTAL	ANALFABETOS	ENSINO FUNDAMENTAL INCOMPLETO	ENSINO FUND. COMPLETO + MÉDIO INCOMPLETO	ENSINO MÉDIO COMP. + SUPERIOR INCOMPLETO	SUPERIOR COMPLETO
Homens (A)						
1996	6,5	2,4	3,5	5,5	9,4	22,1
1997	6,4	2,4	3,6	5,3	9,4	21,6
1998	6,2	2,4	3,5	4,8	8,8	21,4
1999	5,8	2,3	3,4	4,3	7,5	19,3
2000	5,5	2,2	3,1	4,2	6,9	18,0
2001	5,6	2,2	3,1	4,0	6,7	19,2
2002	5,7	2,4	3,2	3,9	6,6	17,9
2003	5,4	2,2	3,0	3,6	6,0	17,3
2004	5,4	2,3	3,0	3,6	5,6	17,0
Mulheres (B)						
1996	5,0	2,2	2,3	3,3	6,3	16,0
1997	5,0	1,9	2,4	3,3	5,9	15,7
1998	4,9	2,2	2,3	3,1	5,7	16,3
1999	4,6	2,1	2,2	2,7	5,1	15,0
2000	4,4	1,9	2,2	2,7	4,6	13,8
2001	4,4	2,0	2,3	2,6	4,4	13,8
2002	4,5	1,9	2,2	2,6	4,3	13,8
2003	4,2	2,0	2,1	2,5	3,8	12,6
2004	4,2	2,0	2,2	2,6	3,8	12,6
Razão (B)/(A)						
1996	0,8	0,9	0,6	0,6	0,7	0,7
1997	0,8	0,8	0,7	0,6	0,6	0,7
1998	0,8	0,9	0,7	0,6	0,7	0,8
1999	0,8	0,9	0,7	0,6	0,7	0,8
2000	0,8	0,9	0,7	0,7	0,7	0,8
2001	0,8	0,9	0,7	0,7	0,7	0,7
2002	0,8	0,8	0,7	0,7	0,7	0,8
2003	0,8	0,9	0,7	0,7	0,6	0,7
2004	0,8	0,8	0,7	0,7	0,7	0,7

Fonte: Fundação João Pinheiro (FJP), Centro de Estatística e Informações (CEI), Pesquisa de Emprego e Desemprego na Região Metropolitana de Belo Horizonte (PED/RMBH). Convênio FJP/DIEESE/SEADE/SINE-MG

(1) Inflator utilizado: Índice de Preço ao Consumidor Amplo de Belo Horizonte (IPCA-BH) da Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas, Administrativas e Contábeis de Minas Gerais (IPEAD). Valores em reais de novembro de 2004.

GRÁFICO 17- RENDIMENTO MÉDIO REAL DOS OCUPADOS (1), POR HORA TRABALHADA E NÍVEIS DE ESCOLARIDADE, SEGUNDO SEXO REGIÃO METROPOLITANA DE BELO HORIZONTE (RMBH) - 1996-2004



Fonte: Fundação João Pinheiro (FJP), Centro de Estatística e Informações (CEI), Pesquisa de Emprego e Desemprego na Região Metropolitana de Belo Horizonte (PED/RMBH). Convênio FJP/DIEESE/SEADE/SINE-MG

(1) Inflator utilizado: Índice de Preço ao Consumidor Amplo de Belo Horizonte (IPCA-BH) da Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas, Administrativas e Contábeis de Minas Gerais (IPEAD). Valores em reais de novembro de 2004.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com este trabalho, foi possível sinalizar algumas modificações sofridas pelo mercado de trabalho entre 1996 e 2004. Observou-se que a participação da mulher tem aumentado ininterruptamente, o que, em termos de trajetória, sugere uma tendência de continuidade. Por outro lado, persistem os diferenciais de rendimento e tudo indica que, embora possa haver uma convergência futura, tenha sido verificada uma manutenção das diferenças nos últimos anos.

Pontuando-se as considerações a respeito dos resultados, destacam-se os seguintes aspectos principais aprendidos neste trabalho:

- 1º) entre 1996 e 2004, a taxa de desemprego total sofreu elevação tanto em relação ao desemprego aberto (de 7,8% para 12,6%) quanto ao oculto (de 4,9% para 6,7%). Considerando-se o

- desemprego aberto, as mulheres tiveram um aumento mais acentuado do que os homens. Já com relação ao desemprego oculto, os dados sugeriram o contrário;
- 2º) no decorrer da série, o tempo médio de procura por trabalho ampliou-se consideravelmente, chegando, em 2004, ao dobro do que era em 1996. Os homens passaram de 31 para 61 semanas, as mulheres de 34 para 68, um crescimento de 96,8% e 100% respectivamente;
- 3º) quanto ao indicador que mede a intensidade de geração de desemprego segundo setores de atividade econômica, observou-se que, no caso dos homens, foi na construção civil que ele apresentou o maior valor (1,36 e 1,92), tanto com relação a 1996 quanto a 2004. Para as mulheres, em 1996, o comércio (1,48) e a indústria de transformação (1,38) foram os que apresentaram os piores comportamentos. Em 2004, destacaram-se os serviços domésticos (1,37) e o comércio (1,37), com os indicadores mais elevados;
- 4º) os homens obtiveram aumento de postos de trabalho para quase todos os anos verificados, com exceção entre 1997 e 1998, período para o qual houve relativa estabilidade (0,2%), e entre 1998 e 1999, para o qual se observa decréscimo (2,2%). Já para as mulheres o crescimento da ocupação foi mais intenso, com exceção de 1997 e 1998, que apresentou retração de 1,6%. As taxas de crescimento foram mais expressivas nos períodos de 2003 e 2004 (6,8%), 1999 e 2000 (5,4%) e 2001 e 2002 (4,9%);
- 5º) a jornada média masculina é superior à feminina, em média 6 horas semanais;
- 6º) constatou-se um processo de envelhecimento da força de trabalho na RMBH. Isso foi evidenciado pela distribuição da população ocupada de 40 a 59 anos, que passou de 28,2%, em 1996, para 33,3%, em 2004, o que significou uma variação de 18,1%. Ainda na comparação entre os extremos da série, as mulheres sofreram um aumento mais expressivo (21,7%), se comparado ao crescimento na distribuição dos homens trabalhadores nessa mesma faixa (15,4%). No que se refere à população ocupada de 60 anos ou mais, também houve aumento (de 3,1%, em 1996, para 3,7%, em 2004), embora essa detenha uma participação pouco expressiva, se comparada com outros grupos de idade. As mulheres apresentaram elevação na representatividade percentual de 24%, enquanto os homens, de 19,4%. As demais faixas analisadas (10 a 17, 18 a 24 e 25 a 39 anos) sofreram perda no percentual de ocupados, entre 1996 e 2004;
- 7º) verificou-se crescimento importante entre os que são “cônjuges no domicílio onde residem”. Para os homens, o crescimento foi de 28,6%, para elas, de 14,5%. O aumento de “cônjuges” na força de trabalho pode ter sido ocasionado pelo crescente empobrecimento das famílias e pelas mudanças ocorridas nos arranjos familiares;
- 8º) analisando-se a distribuição dos ocupados, em 1996, pouco mais da metade, 50,4% dos trabalhadores estavam inseridos no grupo com até ensino fundamental incompleto. Já em 2004 esse percentual foi diluído entre os grupos subsequentes e ficou com 32% do total de ocupados. O crescimento mais expressivo foi entre os que possuem de ensino médio completo até ensino superior incompleto (67,8%);
- 9º) no que tange aos rendimentos auferidos pelos homens ocupados, houve retração para quase todos os segmentos analisados entre 1996 e 2004. As mulheres também perderam, mas isso ocorreu de maneira generalizada, em todos os segmentos populacionais. Na comparação entre o rendimento das mulheres com relação ao dos homens, elas percebem aproximadamente 64% do deles. No início da série, elas percebiam um percentual menor (63%), e em 2002, alcançaram a situação mais favorável (68%).

Vale ainda salientar que a queda da fecundidade nos últimos anos e seu rejuvenescimento corroboraram ainda mais para a manutenção e intensificação da trajetória de crescimento da participação da mulher no mercado de trabalho e também podem ter colaborado para que a força de trabalho feminina envelhecesse. Tudo indica que as mulheres estão tendo menos filhos, detendo uma taxa de fecundidade total muito baixa. Por outro lado, ao invés de postergar a chegada do filho, elas estão tendo filhos numa idade média precoce. Isso acarreta um possível retardamento de sua entrada no mercado de trabalho e uma intensificação da participação no mercado, daquelas com 30 anos ou mais.

Devido ao declínio da fecundidade específica em idades mais avançadas do ciclo reprodutivo e, em menor intensidade devido ao acréscimo desta no grupo mais jovem em 2000, vem aumentando a importância relativa do grupo etário mais jovem no cômputo da taxa de fecundidade total. De 9% em 1980 passa a 14% em 1991, e em 2000 a fecundidade das jovens de 15 a 19 anos já responde por 20% do número total de filhos tidos pelas mulheres ao longo de todo o período reprodutivo, ou seja, dos 15 e 49 anos. (BERQUÓ; CAVENAGHI, 2004, p. 5)

Por fim, a diminuição do tamanho da família, o aumento da infra-estrutura das instituições (escolas e creches, por exemplo) – embora estas ainda sejam precárias e insuficientes, além de onerosas –, aliados ao empobrecimento e acirramento das desigualdades sociais são motivos que levaram ao crescimento contínuo da participação das mulheres no mercado de trabalho nas regiões metropolitanas, áreas mais dinâmicas, e no Brasil inteiro. Neste trabalho foi possível abstrair algumas transformações positivas ocorridas quanto à inserção feminina no mercado de trabalho, ao longo dos nove anos analisados. Apesar disso, entretanto, as mulheres continuam discriminadas e em situação de desigualdade, o que sinaliza um longo caminho em busca de justiça e equidade entre os sexos.

5 REFERÊNCIAS

- ABRAMO, Laís; ARMIJO, M. Cambio tecnológico y el trabajo de las mujeres. *Estudos feministas*, v. 5, n. 1, 1997.
- ARDAILLON, D. *O cotidiano de mulheres profissionais: o engodo do individualismo*. 1989. Dissertação (Mestrado) - Departamento de Ciência Política da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1989.
- BARROS, R. P.; JATOBÁ, J.; MENDONÇA, R. *A evolução da participação das mulheres no mercado de trabalho: uma análise de decomposição*. Rio de Janeiro: Associação Brasileira de Estudos do Trabalho, 1995. V. 2.
- BARROS, R. P.; RAMOS, L.; SANTOS, E. Gender differences in brazilian labor markets. In: ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA, 20, 1992. *Anais...* 1992. p. 63-80.
- BERQUÓ E.; CAVENAGHI S. Mapeamento sócio-econômico e demográfico dos regimes de fecundidade no Brasil e sua variação entre 1991 e 2000. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 14, 2004. Caxambu. *Anais...* [Caxambu, 2004].
- BOLETIM PESQUISA DE EMPREGO E DESEMPREGO NA REGIÃO METROPOLITANA DE BELO HORIZONTE, Belo Horizonte, Fundação João Pinheiro, v. 2, 1996 – v. 10, 2004.
- BRUSCHINI, Cristina. Gênero e trabalho feminino no Brasil: novas conquistas ou persistências da discriminação? In: SEMINÁRIO TRABALHO E GÊNERO. MUDANÇAS, PERMANÊNCIAS E DESAFIOS, 1998. Campinas. *Anais...* [S.l.] : ABEP, 1998.
- _____. O trabalho da mulher no Brasil: tendências recentes. In: SAFFIOTI, Heleieth I. B.; VARGAS, Mônica Muñoz (Org). *Mulher brasileira é assim*. Rio de Janeiro: Rosa dos Ventos/NIPAS; Brasília, DF; UNICEF, 1994.
- _____. *Tendências da força de trabalho feminina brasileira nos anos setenta e oitenta: algumas comparações regionais*. São Paulo: FCC, 1989. (Textos FCC, 1).
- CAMPOS, Maria M; ROSEMBERG, F.; FERREIRA, I. *Creches e pré-escolas no Brasil*. São Paulo: Cortez, FCC, 1993.
- CARVALHO, J. A. M. *Para onde iremos: algumas tendências populacionais no século XXI*. In: CONFERÊNCIA DE POPULAÇÃO, 24, 2001, Salvador.
- CASTRO, Mary Garcia. *Family, gender and work: the case of female heads of household in Brazil (São Paulo and Bahia)*. 1989. Tese (Doutorado em Sociologia) - University of Flórida, Gainesville, 1989.
- CASTRO, Mary Garcia. Feminização da pobreza em cenário neoliberal. *Mulher e Trabalho*, Porto Alegre, v. 1, p. 89-96, mar. 2001.

CAVALIERI, Cláudia Helena; FERNANDES, Reynaldo. Diferenciais de salários por gênero e cor: uma comparação entre as regiões metropolitanas brasileiras. *Revista de Economia Política*. v. 18, n. 1, jan./mar. 1998.

DI CIOMMO R. C. *Maternidade e atividade profissional*. 1990. Dissertação (Mestrado). Faculdade de Ciências e Letras. Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Araraquara, 1990.

GALEAZZI, Irene et al. Mulheres trabalhadoras: 10 anos de mudanças no mercado de trabalho atenuam desigualdades. *Mulher e trabalho*, Porto Alegre, v. 3, p. 9-35, 2003.

IBGE. *Censo demográfico 2000: características da população e dos domicílios; resultados do universo*, Brasil, grandes regiões, unidades da federação, mesorregiões, microrregiões, regiões metropolitanas, distritos, subdistritos e bairros. [Rio de Janeiro], 2001.

LAVINAS, L. Renda e relações sociais de gênero: evolução de uma década. In: SEMINÁRIO NACIONAL: POLÍTICAS ECONÔMICAS, POBREZA E TRABALHO, 2, 1994, Rio de Janeiro. *Anais...* Rio de Janeiro: IPEA, maio, 1994.

LAVINAS, L.; LINHARES, L. B. Mudanças na sociedade salarial, regulamentação e emprego feminino. *Anais da ABEP*, v. 1, 1996. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 10, 1996, Caxambu. *Anais...* [Caxambu: s. n., 1996].

LEONE, E. T. População ocupada, escolaridade e rendimentos: uma comparação entre homens e mulheres em regiões metropolitanas do Brasil. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 14, 2004, Caxambu. *Anais...* [Caxambu: s. n., 2004].

MASSI, M. *Vida de mulheres: cotidiano e imaginário*. Rio de Janeiro: Imago, 1992.

A ORIGEM setorial e ocupacional dos desempregados na RMBH. Informativo CEI, Belo Horizonte, dez. 2004. Disponível em <<http://www.fjp.mg.gov.br/produtos/cei/infoPED12-2004.pdf>>.

ROSEMBERG F. *A educação da mulher no Brasil*. São Paulo: Global, 1982.

SAFFIOTI, H. *Mulher brasileira: opressão e exploração*. Rio de Janeiro: Achiamé, 1984.

SEDLACEK, G. L.; SANTOS, E. C. *A mulher cônjuge no mercado de trabalho como estratégia de geração de renda familiar*. Rio de Janeiro: IPEA, 1991. (Texto para discussão, 209).

A situação das trabalhadoras brasileiras. *Boletim DIEESE*, Ed. especial, mar. 2002.

STERNBERG, Sheila S. Wagner; JORNADA, Maria Isabel H. da. A mulher no mercado de trabalho formal do RS nos anos 90: notas sobre escolaridade e rendimento. *Revista Mulher e Trabalho FEE*, Porto Alegre, v. 2, p. 69-87, 2000.

WAJNMAN, S; PERPÉTUO, I. H. A redução do emprego formal e a participação feminina no mercado de trabalho brasileiro. *Nova Economia*, v. 7, n. 1, 1997.

WAJNMAN, S.; RIOS-NETO, E.L.G. *Female labor force participation in Brazil: alternatives for projecting levels and patterns*. Belo Horizonte: CEDEPLAR/UFMG, 1994. (CEDEPLAR. Texto para discussão, 77).

ESCOLARIDADE, CICLO ECONÔMICO E OS DETERMINANTES DO RENDIMENTO NA REGIÃO METROPOLITANA DE BELO HORIZONTE

Alexandre Queiroz Guimarães * ¹⁴

1 INTRODUÇÃO

Este artigo estuda o comportamento dos rendimentos na Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH) entre os anos 2001 e 2004. Partindo de um trabalho similar escrito em 2003 (FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO, 2003), procura-se analisar as suas conclusões à luz das evoluções recentes ocorridas no mercado de trabalho metropolitano. Como pano de fundo e preocupação central, encontram-se a má distribuição de renda no Brasil e a contribuição da educação para esse resultado. Procura-se, também, verificar o impacto que a escolaridade e a posição na ocupação exercem na renda auferida e os efeitos do ciclo econômico nas rendas recebidas pelos grupos mais vulneráveis.

A má distribuição de renda no Brasil remonta ao período colonial, fruto da segmentação na estrutura social, da distribuição de terra desigual e do acesso às decisões políticas muito diferenciado. No século XX, a forma como foi conduzida a industrialização em um país periférico, marcada por um processo dual e por uma oferta ilimitada de mão-de-obra, contribuiu significativamente para a obtenção de resultados desiguais. A isso se somou um modelo de substituição de importações voltado para o mercado interno, privilegiando alguns setores intensivos em capital e discriminando negativamente o de exportações e outros em que o país tinha vantagens comparativas, como a agricultura e a indústria leve intensiva em trabalho (BALASSA, 1982). Para completar o quadro, soma-se uma política econômica permissiva em relação à inflação, que, por si só, já penalizava os grupos mais vulneráveis, alternada com planos de estabilização que, ao desacelerar a atividade econômica e ao controlar os salários, atingia mais fortemente as categorias salariais mais baixas.

Em meio a todos esses fatores, inegavelmente importantes para a explicação da desigualdade, destaca-se a pouca atenção dada à educação durante o processo de desenvolvimento, resultando em baixo grau de escolaridade e grande desigualdade na distribuição do ativo *escolaridade*. Quando se avaliam as concepções dos economistas do desenvolvimento que balizaram os programas de desenvolvimento adotados pelos países do Terceiro Mundo no imediato pós-guerra, nota-se que eles dispensaram grande atenção ao capital físico, à infra-estrutura, à poupança e às falhas do mercado, porém foram parcimoniosos com relação ao capital humano (MEIER, 2000). Esse diagnóstico, que espelha carências críticas verificadas naquele momento nos países pobres, ajuda, em parte, a entender o principal foco do programa adotado.

Uma segunda hipótese, ainda que em termos bastante especulativos, pode ser aqui aventada para explicar o descaso conferido à educação no Brasil, qual seja, a forma desigual como se deu a modernização

* PHD em Política, pela Universidade de Sheffield; professor da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC-MG); e pesquisador da Fundação João Pinheiro.

¹⁴ Agradeço a Plínio de Souza, Marcy Soares, Maria Ramos, Jussara Januzzi e aos demais colegas da Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED) que motivaram e permitiram a realização deste artigo.

do Estado brasileiro.¹⁵ Na impossibilidade política de efetuar reformas radicais, esta se deu via introdução de bolsões de eficiência, estratégia que atingiu principalmente os órgãos relacionados à burocracia econômica, como o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), a Consultoria e Assessoria de Comércio Exterior (CACEX) e empresas estatais – e à política externa, como o Itamaraty. A educação não se incluía nesses bolsões de eficiência, o que pode estar relacionado à importância da nomeação de professores para a prática clientelista, uma característica central do jogo político daquela época. Assim, os órgãos públicos ligados à educação, por serem redutos importantes da política de patronagem e não foram modernizados, o que explica em parte os resultados insatisfatórios verificados para o setor durante os programas de desenvolvimento.¹⁶

A importância da escolaridade para explicar a desigual distribuição de renda no Brasil é atestada em vários estudos, que atribuem a essa variável entre um terço e um meio da desigualdade de renda existente no país. Segundo Barros, Henriques e Mendonça (2002, p. 409), a escolaridade explica dois terços das fontes de desigualdade identificáveis, enquanto a eliminação da heterogeneidade educacional reduziria em 40% a desigualdade salarial. Para os mesmos autores, diferenciais de escolaridade explicam 47% da desigualdade salarial brasileira, contra apenas 15% nos Estados Unidos.¹⁷ Conclusões similares são obtidas por Ramos e Vieira (2001, p. 7), segundo os quais diferenças na escolaridade, quando avaliadas em conjunto com outras variáveis, explicam 25% da desigualdade total.¹⁸

A despeito da estabilização monetária e de mudanças de governos e nas políticas adotadas, a persistência da desigualdade, em anos recentes, reforçou a importância da escolaridade como variável-chave para a explicação das desigualdades de renda no Brasil. Experiências de outros países mostram o impacto do rápido aumento da escolaridade na redução do valor de mercado da escolaridade, contribuindo para a melhoria na distribuição de renda (BARROS; HENRIQUES; MENDONÇA, 2002, p. 415).

Na década de 90, importantes eventos tiveram impacto na distribuição de renda, com destaque para a estabilização monetária, que muito contribuiu para a redução da pobreza (ROCHA, 2003). Essa década foi marcada pela melhoria das políticas sociais, com destaque para a previdência rural e outras políticas de transferência de renda para famílias mais pobres. No entanto, essas forças favoráveis à melhor distribuição foram contrapostas com outros fatos e eventos, os quais, em decorrência da interação dos vetores, foram responsáveis pela estabilidade da desigualdade nos últimos anos. Combinada com a valorização do câmbio, a abertura econômica forçou as empresas a se adaptarem a um mercado altamente competitivo. A importação de máquinas intensivas em capital e a introdução de inovações organizacionais tiveram efeito negativo sobre

¹⁵ Estado esse que, como bem sabido, desempenhou um papel muito influente no programa de desenvolvimento brasileiro.

¹⁶ Isso é bem exemplificado pelo Plano de Metas, em que, além da pouca atenção relativa dedicada à educação, os resultados para esta meta específica foram insatisfatórios (LAFER, 2002).

¹⁷ Enquanto a distribuição salarial entre trabalhadores com escolaridade similar era pouco mais desigual no Brasil que nos Estados Unidos, a desigualdade salarial entre trabalhadores com escolaridade diferente explicava grande parte da desigualdade (BARROS; HENRIQUES; MENDONÇA, 2002, p. 410).

¹⁸ Vale enfatizar que a importância conferida à escolaridade não implica abraçar alguma teoria específica. Constatou-se apenas a existência de forte correlação entre renda recebida e escolaridade, o que pode ser explicado pela teoria do capital humano, pela teoria do credencial ou por outra teoria.

o emprego. Além disso, o processo de abertura prejudicou algumas indústrias intensivas em trabalho, como a têxtil, colaborando para uma ocupação menor no setor industrial.

O desemprego cresceu vertiginosamente, afetando criticamente as pessoas mais pobres e com menor qualificação. Por sua vez, algumas tendências internacionais ligadas à globalização e à introdução de novas tecnologias tiveram como impacto a valorização dos trabalhadores mais qualificados, em prejuízo dos menos qualificados e escolarizados.¹⁹ Segundo Ramos e Brito (2003, p. 46), aproximadamente 60% dos novos postos gerados entre 1991 e 2002 foram ocupados por indivíduos com alguma formação universitária (ou seja, aqueles que pelo menos ingressaram na universidade). Os anos 90 foram também marcados pelo baixo crescimento do assalariamento, pelo aumento da informalidade, que em 1999 rompeu a barreira dos 50%, e pela queda na participação dos salários na renda nacional (RAMOS; BRITO, 2003, p. 37).

Uma mudança importante a se destacar foi a evolução das políticas para o setor educacional a partir dos anos 90. A introdução do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (FUNDEF), que teve impactos importantes na gestão das escolas e no salário dos professores, aliada a outros programas, como o Bolsa Escola e o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil, contribuiu para a promoção de melhorias consideráveis no setor educacional: aumentou a frequência à escola, tanto no nível fundamental como no nível médio; as taxas de analfabetismo foram reduzidas; e a escolaridade média da população elevou-se significativamente. No entanto, o processo foi também marcado por sérias limitações: o aumento no grau de escolaridade não tem sido acompanhado por uma elevação significativa da qualidade do ensino; e, mais que isso, muitas pessoas têm passado pela escola sem aprender nada, e formam um grande grupo de analfabetos funcionais (PUC-Minas; PNUD, 2004).

Um ponto que aqui muito nos interessa verificar é o impacto dessas mudanças na distribuição de renda. Não obstante as limitações enfatizadas, é importante conferir se a melhoria no grau de escolaridade tem se refletido na redução da desigualdade de renda. A questão que se coloca é: em face de um novo ciclo de crescimento econômico, poder-se-ia esperar redução do valor de mercado da educação, de modo a contribuir para a redução na desigualdade de renda? Essas são questões importantes, a serem analisadas em conjunto com outros fatos e tendências destacados, incluindo a introdução de novas tecnologias e de mudanças organizacionais – que têm reflexos na demanda por trabalho. Se, de um lado, notam-se melhorias na escolaridade média, a justificar a expectativa de impactos positivos, ainda que modestos, na distribuição de renda, de outro, alguns autores enfatizam que os efeitos dos investimentos em educação seriam esperados apenas no longo prazo, uma vez que levará certo tempo para os atuais beneficiários do sistema educacional ingressarem no mercado de trabalho.

Relacionado a esse quadro, está o impacto do ciclo econômico na distribuição de renda. Em estudo sobre os anos 70 e 80, Ramos (1993) concluiu que em períodos de grande crescimento econômico, em que a economia aproximou-se do pleno emprego, houve uma elevação relativa da renda dos menos escolarizados

¹⁹ Isso é ilustrado por estudo do DIEESE (2001), que mostra que mesmo em anos de expansão da oferta de postos de trabalho a oferta de postos para trabalhadores com baixa qualificação reduziu-se.

em relação aos ocupados com escolaridade mais alta. De forma inversa, os trabalhadores menos qualificados sofreram mais com a crise dos anos 80, uma vez que as empresas procuraram preservar os mais qualificados, que recebiam maiores investimentos em treinamento e tinham, conseqüentemente, maior custo de reposição.

Os últimos dez anos foram de crise, alternados por breves períodos de recuperação. Estudo realizado pela Fundação João Pinheiro (2003) mostrou como esse período de crise teve efeitos negativos sobre os grupos com menor escolaridade, incluindo os trabalhadores autônomos e os empregados no comércio. No entanto, 2004 foi um ano de crescimento econômico relevante, com fortes sinais de recuperação. Em face da recuperação do mercado de trabalho, que continua em 2005 a se comportar bem e a criar postos de trabalho, é importante verificar o comportamento da renda dos menos qualificados vis-à-vis os trabalhadores com maior escolaridade. Isso contribui para entender o impacto da escolaridade na distribuição de renda, gerando *insights* para a compreensão de tendências futuras, principalmente no caso de a economia reencontrar uma rota sustentada de crescimento.

2 CONCLUSÕES RELATIVAS AO ANO DE 2001

Em 2001, a escolaridade foi responsável por 37,6% do diferencial de renda verificado entre os ocupados²⁰ na Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH) (FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO, 2003). Sua influência foi muito significativa para os assalariados com carteira e para os assalariados do setor público, porém menos relevante para os assalariados sem carteira e menos relevante ainda para os autônomos. Em média, um ano a mais de estudo elevava a renda em 10,2%. Entre 1996 e 2001, o grau de escolaridade dos ocupados na RMBH elevou-se significativamente, com grande aumento das pessoas que concluíram o primeiro e o segundo grau, enquanto o aumento na conclusão do terceiro grau foi bem mais modesto. No entanto, a melhoria na escolaridade não significou elevação expressiva na renda recebida. Isso é bem ilustrado pela grande redução da renda média dos ocupados com o segundo grau completo. Como concluíam o segundo grau, mas não tinham seu rendimento elevado, a renda média do grupo dos ocupados com o segundo grau completo reduziu significativamente. Esse resultado foi confirmado pela regressão em que, ao contrário de 1996, a conclusão tanto do primeiro quanto do segundo grau não teve efeito autônomo expressivo sobre a renda auferida.²¹

A segunda variável mais relevante na explicação dos diferenciais de renda havia sido a *posição na ocupação*, responsável por 16,1% da desigualdade de renda. A existência de segmentação no mercado de trabalho foi atestada pela situação dos assalariados sem carteira, que recebiam, em média, 18,5% a menos que os assalariados com carteira com características similares. No caso dos autônomos, verificou-se forte queda de rendimentos entre 1996 e 2001, 2,76 vezes superior àquela verificada para os assalariados com

²⁰ Naquela pesquisa, assim como na atual, incluíam-se como ocupados os indivíduos que possuíam trabalho remunerado exercido regularmente, os que possuíam trabalho remunerado obtido de forma irregular mas não estavam procurando trabalho e os que possuíam trabalho não remunerado de ajuda em negócios de parentes, desde que não estivessem procurando emprego. Para considerações metodológicas detalhadas, vale a consulta à Pesquisa de Emprego e Desemprego, realizada em parceria com o Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócio-Econômicos (DIEESE) em várias capitais do país.

²¹ Em 1996, além do aumento na renda propiciado por cada ano de estudo, a conclusão de cada grau tinha um efeito adicional. Esse efeito foi de 8,2% para a conclusão do primeiro grau e de 33,8% para a conclusão do segundo grau. Em 2001, a conclusão do primeiro grau deixou de ter importância, enquanto a conclusão do segundo grau passou a aumentar a renda em apenas 14,9%.

carteira. Em 1996, autônomos recebiam 4% a mais que assalariados com carteira com características similares de escolaridade, sexo, setor de atividade, idade e tempo no trabalho. Em 2001, a diferença inverteu-se em 12,3% a favor dos assalariados com carteira.²²

3 RESULTADOS PARA 2004

A tabela 1 mostra as rendas médias e a participação de cada grupo, segundo a escolaridade, na população dos ocupados para 2001 e 2004. Na mesma direção das transformações verificadas entre 1996 e 2001, nota-se um aumento no grau de escolaridade da população: o número de pessoas com pelo menos o primeiro grau subiu de 60,1% para 66,6%; o de pessoas com pelo menos o segundo grau completo, de 40% para 46%; e os com terceiro grau completo, de 10,6% para 12,1%. Também na mesma direção do período anterior, a remuneração dos que contam com o segundo grau completo caiu muito mais do que a remuneração dos ocupados como um todo: 16,2%, contra 8,3%. Assim, vale insistir que esse resultado não se traduz em aumentos significativos na remuneração obtida, contribuindo para a redução da renda média recebida por este grupo²³, embora mais pessoas estejam concluindo o segundo grau.

Um ponto importante a se destacar é que a renda caiu menos para os grupos de menor escolaridade: 7% para aqueles com até a 4ª série, e 5% para os ocupados entre a 5ª e a 7ª série, contra 15% para os grupos com o primeiro grau completo e 15% para aqueles com o terceiro grau completo. Assim, revertendo uma tendência verificada entre 1996 e 2001, houve uma melhoria relativa da renda dos grupos com menor escolaridade.²⁴ De acordo com esse resultado estão as conclusões obtidas pelo cálculo do índice L de Theil para o período. **Esses cálculos indicam uma redução da influência da escolaridade na explicação da desigualdade de renda verificada na RMBH.** Em 2001, os diferenciais de renda entre os grupos de escolaridade explicavam 37,6% da desigualdade, influência que, em 2004, caiu para 36,2%.

TABELA 1 - RENDIMENTO REAL MÉDIO E DISTRIBUIÇÃO DOS OCUPADOS, SEGUNDO GRAUS DE ESCOLARIDADE
REGIÃO METROPOLITANA DE BELO HORIZONTE (RMBH) - 2001/2004

GRAU DE ESCOLARIDADE	PARTICIPAÇÃO (%)		RENDIMENTO REAL MÉDIO (R\$ DEZ/2004)	
	2001	2004	2001	2004
Até a 4ª série do 1º grau	22,5	19,2	453,00	423,00
De 5ª a 7ª série	16,6	14,2	489,00	465,00
1º grau completo	20,4	19,2	613,00	522,00
2º grau completo	29,6	35,4	926,00	776,00
3º grau completo	10,6	12,1	2.717,00	2.311,00
Total/Média Geral	100,0	100,0	873,00	801,00

Fonte: Fundação João Pinheiro (FJP), Centro de Estatística e Informações (CEI), Pesquisa de Emprego e Desemprego na Região Metropolitana de Belo Horizonte (PED/RMBH). Convênio FJP/DIEESE/SEADE/SINE-MG

Entre 2001 e 2004, houve pouca variação na distribuição dos ocupados por posição na ocupação (tab. 2). Em relação aos rendimentos, a queda maior se deu para os autônomos (17%), confirmando a tendência

²² Em relação ao setor de atividade, a principal mudança entre 1996 e 2001 foi a forte queda na renda verificada no setor de comércio, que caiu 24,1%, contra uma queda de 10,5% verificada no setor de serviços.

²³ Concluir o segundo grau não apenas tem sido mais comum. Vale enfatizar a proliferação de cursos supletivos e de má qualidade que facilitaram a conclusão desse estágio da formação escolar, apesar do impacto desprezível em termos de formação e qualidade do estudante.

²⁴ Entre 1996 e 2001, a renda caiu 28% para os ocupados com o segundo grau completo, 23% para os indivíduos com o primeiro grau completo, 12% para os dois primeiros grupos de escolaridade e 10,7% para os ocupados com o terceiro grau completo.

que se verifica desde 1996. A queda para os empregadores foi de 9%; para os assalariados do setor público, de 7%; para os assalariados com carteira, de 6,5%; e para os assalariados sem carteira, de 3,2%. Vale destacar, à semelhança do que ocorreu no período de 1996 a 2001, a melhor *performance* relativa dos assalariados sem carteira em relação aos outros grupos. Nota-se também que o *emprego doméstico* foi a única categoria que teve um aumento real de renda, embora bastante modesto.

A influência da posição na ocupação para as desigualdades de renda cresceu entre 2001 e 2004. Em 2001, 16,1% da desigualdade total verificada eram explicados pelos diferenciais de renda entre as respectivas posições na ocupação (excluindo os domésticos).²⁵ Em 2004, a contribuição da posição da ocupação para a desigualdade subiu para 19,3%. Portanto, enquanto houve redução do poder explicativo da escolaridade, a influência da variável *posição na ocupação* para a explicação da desigualdade teve uma elevação significativa. Vale notar que a desigualdade caiu entre os assalariados com carteira, porém subiu entre os assalariados sem carteira, autônomos e empregadores.²⁶

**TABELA 2 - DISTRIBUIÇÃO E RENDIMENTO REAL MÉDIO DOS OCUPADOS, SEGUNDO A POSIÇÃO NA OCUPAÇÃO
REGIÃO METROPOLITANA DE BELO HORIZONTE (RMBH) – 2001/2004**

POSIÇÃO NA OCUPAÇÃO	DISTRIBUIÇÃO DOS OCUPADOS (%)		RENDIMENTO REAL MÉDIO (R\$ DEZ/2004)	
	2001	2004	2001	2004
Assalariados com carteira	42,3	42,3	820	766
Assalariados sem carteira	9,1	9,3	502	486
Assalariados do setor público	13,4	13,2	1.473	1.370
Autônomos	19,1	18,9	712	593
Empregadores	3,1	3,2	2.460	2.239
Empregados domésticos	11,5	11,6	284	289
Outros	1,5	1,5	-	-
Total/Média Geral	100,0	100,0	873	801

Fonte: Fundação João Pinheiro (FJP), Centro de Estatística e Informações (CEI), Pesquisa de Emprego e Desemprego na Região Metropolitana de Belo Horizonte (PED/RMBH). Convênio FJP/DIEESE/SEADE/SINE-MG

Os assalariados do setor público possuem grau de escolaridade superior ao dos ocupados em geral e recebem, na média, rendimentos 71% acima. Vale enfatizar que essa diferença em 2001 foi de 56%, indicando que a renda média dos assalariados do setor público caiu menos que a daqueles de outras categorias. Entre os assalariados do setor público, as categorias com menor escolaridade tendem a receber mais que os ocupados, enquanto o inverso ocorre apenas para o grupo com o terceiro grau completo. É interessante destacar as variações na renda média dos assalariados do setor público vis-à-vis os ocupados entre 2001 e 2004, por grupo de escolaridade. Na faixa até a 4ª série do primeiro grau, a diferença reduziu de 20%, em 2001, para apenas 8%, em 2004. Já para indivíduos com o primeiro grau completo, a redução foi de 35%, em 2001, para 30%, em 2004. Para indivíduos com o segundo grau completo, a diferença aumentou de 22,6% favoravelmente aos assalariados do setor público, em 2001, para 32%, em 2004. Enfim, para os ocupados com o terceiro grau completo a diferença reduziu de 6,3% para 3,4%, indicando, também para essa faixa, que a renda caiu mais lentamente para os assalariados do setor público do que para os ocupados em

²⁵ A categoria dos domésticos foi excluída, devido à sua renda muito baixa e ao seu grau de homogeneidade. A escolha foi justificada pelo desejo de centrar a análise nas diferenças de renda existente entre as demais categorias, procurando destacar outras fontes de segmentação no mercado de trabalho. No entanto, deve-se destacar que, uma vez considerando o emprego doméstico, a influência da posição na ocupação sobre a desigualdade seria ainda maior.

²⁶ Em 2001, os índices L de Theil foram de 0,33 para os assalariados com carteira, 0,34 para os assalariados sem carteira, 0,40 para os assalariados do setor público, 0,43 para os autônomos e 0,35 para os empregadores. Em 2004, os respectivos índices foram: 0,29, 0,35, 0,40, 0,47 e 0,39.

geral. Vale também destacar que as quedas de renda mais significativas para os assalariados do setor público ocorreram para os trabalhadores com até a 4ª série (16%), para aqueles com o primeiro grau completo (18%) e para aqueles com o terceiro grau completo (13%), conforme tabela 3. Apesar dessas variações, a desigualdade interna dos assalariados do setor público, medida pelo índice L de Theil, não se alterou.

TABELA 3 - DISTRIBUIÇÃO E RENDIMENTO REAL MÉDIO DOS ASSALARIADOS DO SETOR PÚBLICO, SEGUNDO GRAUS DE ESCOLARIDADE REGIÃO METROPOLITANA DE BELO HORIZONTE (RMBH) – 2001/2004

GRAU DE ESCOLARIDADE	PARTICIPAÇÃO (%)		RENDIMENTO MÉDIO REAL (R\$ DEZ/2004)	
	2001	2004	2001	2004
Até a 4ª série do 1º grau	8,9	7,7	544,00	457,00
De 5ª a 7ª série	5,5	3,8	626,00	587,00
1º grau completo	12,4	9,8	830,00	682,00
2º grau completo	40,9	42,4	1.137,00	1.025,00
3º grau completo	32,3	36,3	2.547,00	2.233,00
Média Geral	100,0	100,0	1.473,00	1.370,00

Fonte: Fundação João Pinheiro (FJP), Centro de Estatística e Informações (CEI), Pesquisa de Emprego e Desemprego na Região Metropolitana de Belo Horizonte (PED/RMBH). Convênio FJP/DIEESE/SEADE/SINE-MG

Em relação aos assalariados sem carteira, ocorreu um significativo aumento do grau de escolaridade média, sendo que 47,6% tinham, em 2004, concluído pelo menos o segundo grau completo, contra 36,8%, em 2001. Além de a renda média para o grupo como um todo ter caído bem menos do que para os ocupados em geral, é interessante notar que a renda dos assalariados sem carteira com o terceiro grau completo aumentou 13,7%, contrastando com a queda de renda de 15% para os ocupados com a mesma escolaridade. Isso aponta para uma mudança de perfil nesse grupo, com os ocupados mais qualificados passando a trabalhar sem carteira, o que se reflete no significativo aumento da contribuição da escolaridade para explicar a desigualdade de renda entre os assalariados sem carteira. Em 2001, diferenciais de renda entre grupos de escolaridade explicavam apenas 24,5% da desigualdade verificada para esse grupo. Em 2004, diferenciais de escolaridade passaram a ser responsáveis por 39% da desigualdade interna ao grupo, uma contribuição maior que para os ocupados em geral.

A tabela 4 mostra as diferenças de renda entre os assalariados com carteira, os sem carteira e os autônomos, segundo o setor de atividade. Vale notar que os assalariados sem carteira recebem bem menos que os assalariados com carteira em todos os setores, exceto na construção civil.²⁷ Esse resultado reflete a existência de segmentação do mercado de trabalho, uma vez que indivíduos com atributos semelhantes têm acesso a postos de trabalho diferenciados e recebem, portanto, de modo diferenciado. Essa conclusão é reforçada pelos resultados da regressão.

TABELA 4 - RENDIMENTO REAL MÉDIO (1), POR POSIÇÃO NA OCUPAÇÃO, SEGUNDO SETORES DE ATIVIDADE ECONÔMICA REGIÃO METROPOLITANA DE BELO HORIZONTE (RMBH) – 2001/2004

SETOR DE ATIVIDADE	POSIÇÃO NA OCUPAÇÃO					
	RENDA REAL MÉDIA (2001)			RENDA REAL MÉDIA (2004)		
	A	B	C	A	B	C
Indústria	959,00	498,00	728,00	947,00	503,00	558,00
Construção civil	817,00	492,00	512,00	695,00	690,00	460,00
Comércio	665,00	451,00	664,00	615,00	399,00	563,00
Serviços	814,00	526,00	802,00	753,00	500,00	662,00
Total	820,00	502,00	712,00	766,00	486,00	593,00

Fonte: Fundação João Pinheiro (FJP), Centro de Estatística e Informações (CEI), Pesquisa de Emprego e Desemprego na Região Metropolitana de Belo Horizonte (PED/RMBH). Convênio FJP/DIEESE/SEADE/SINE-MG

Nota: A - Assalariado com Carteira; B - Assalariado sem Carteira; C - Autônomo.

(1) A preços de dezembro de 2004.

²⁷ A diferença nesse setor era também significativa em 2001, o que demanda certa cautela ao interpretar o resultado para 2004: uma vez que é reduzido o número de assalariados sem carteira na construção civil, a confiança estatística em tal resultado é limitada.

Os autônomos compõem o grupo com escolaridade mais baixa, com apenas 53% tendo completado o primeiro grau, e apenas 31,2%, o segundo grau. É também o grupo mais desigual, uma vez que agrega ocupações muito distintas, e aquele em que a escolaridade menos contribui para explicar os diferenciais de renda.²⁸ Entre 1996 e 2001, o grupo dos autônomos foi o que mais sofreu queda de renda, tendência que continuou a se verificar entre 2001 e 2004. A queda na renda dos autônomos se verificou para todos os grupos de escolaridade e foi maior no caso dos autônomos com o terceiro grau completo (28%), seguido pelos autônomos com o primeiro grau completo (25%). Em relação aos setores de atividade, a queda foi de 23,4% na indústria, 17,5% no setor de serviços, 15,3% no setor de comércio e 10,2% na construção civil. Vale enfatizar a diferença em relação ao período de 1996 a 2001, em que as quedas tinham sido muito mais acentuadas no comércio e na construção civil. Assim, os resultados apresentados, em relação tanto ao grupo de *escolaridade* como ao grupo do setor de atividade, podem estar refletindo a retomada do crescimento econômico iniciada em 2003 e confirmada em 2004, contribuindo para a redução do diferencial de renda entre grupos menos e mais escolarizados (tab. 5).

TABELA 5 - DISTRIBUIÇÃO E RENDIMENTO REAL MÉDIO DOS AUTÔNOMOS, SEGUNDO GRAUS DE ESCOLARIDADE
REGIÃO METROPOLITANA DE BELO HORIZONTE (RMBH) – 2001/2004

GRAU DE ESCOLARIDADE	PARTICIPAÇÃO (%)		RENDIMENTO MÉDIO REAL (R\$ DEZ/2004)	
	2001	2004	2001	2004
Até a 4ª série do 1º grau	30,0	27,6	506,00	427,00
De 5ª a 7ª série	20,5	19,2	525,00	486,00
1º grau completo	21,5	22,1	704,00	528,00
2º grau completo	24,5	27,2	927,00	751,00
3º grau completo	3,5	4,0	2.114,00	1.527,00
Média Geral	100,0	100,0	712,00	593,00

Fonte: Fundação João Pinheiro (FJP), Centro de Estatística e Informações (CEI), Pesquisa de Emprego e Desemprego na Região Metropolitana de Belo Horizonte (PED/RMBH). Convênio FJP/DIEESE/SEADE/SINE-MG

Os autônomos agregam grande parte dos postos mal remunerados e dos ocupados situados abaixo da linha de pobreza. Em 2004, 22,3% dos autônomos ganhavam até R\$200,00, enquanto 48,3% recebiam até R\$400,00. Esta situação se agravou em relação a 2001, quando 19% dos autônomos ganhavam até R\$200,00 (a preços de dezembro de 2004) e 23,3%, até R\$400,00. Quando se considera a linha de pobreza de meio salário-mínimo *per capita*, é bastante factível considerar que um número considerável dos autônomos está abaixo da linha de pobreza.

Como enfatizado no estudo realizado pela Fundação João Pinheiro (2003), a remuneração dos autônomos depende principalmente de variáveis como *posse dos instrumentos e localização do negócio*. Autônomos que trabalham em instalação fora da residência e com posse de instrumentos, especialmente equipamento automotivo, tendem a receber bem mais que autônomos com residência não adaptada e que trabalham em barracas ou bancas. Vale enfatizar que entre 2001 e 2004 a queda de rendimentos foi maior para os autônomos que trabalhavam em barracas ou bancas (20,9%) e para os sem instalação fixa e sem equipamentos (23%), exatamente aqueles que vivem em condições mais precárias. A queda foi menor para os autônomos com equipamento automotivo, 11,5%, contra 11,7% para os que trabalham em residência não adaptada (tab. 6).

²⁸ Em 2001, apenas 15% dos diferenciais de renda entre os autônomos era explicado por diferenças entre os grupos de escolaridade.

TABELA 6 - RENDIMENTO REAL MÉDIO E DISTRIBUIÇÃO DOS AUTÔNOMOS, SEGUNDO LOCAL ONDE FUNCIONA A EMPRESA OU NEGÓCIO REGIÃO METROPOLITANA DE BELO HORIZONTE (RMBH) – JAN.-DEZ./2004

LOCAL DA EMPRESA	RENDIMENTO REAL MÉDIO (R\$ DEZ/2004)	PARTICIPAÇÃO (%)
Residência adaptada	593,00	7,5
Residência não-adaptada	372,00	16,3
Fora da residência	773,00	35,3
Barracas ou bancas	424,00	2,2
Equipamento automotivo	1.053,00	6,6
Sem instrumento com equipamento	446,00	27,6
Sem instrumento sem equipamento	314,00	3,9
Total	593,00	100,0

Fonte: Fundação João Pinheiro (FJP), Centro de Estatística e Informações (CEI), Pesquisa de Emprego e Desemprego na Região Metropolitana de Belo Horizonte (PED/RMBH). Convênio FJP/DIEESE/SEADE/SINE-MG

Os diferenciais de renda entre setores de atividade contribuem pouco para explicar a desigualdade.²⁹ Entre 2001 e 2004, houve aumento na participação relativa do comércio e do setor de serviços no total dos ocupados. A maior renda média é encontrada no setor de serviços (R\$948,00) e na indústria (R\$947,00), enquanto a menor renda média é encontrada no setor de comércio (R\$647,00). Vale enfatizar que entre 2001 e 2004 houve aumento na renda média recebida na indústria, atestando a recuperação dessa atividade na RMBH, favorecida pelo bom comportamento dos setores de bens intermediários, vocação de Minas Gerais, e de automóveis. Destaca-se também a queda significativa na renda média verificada no setor de comércio (15%) e no setor de serviços (9,5%). A esse respeito, é importante lembrar que a renda do comércio já vinha decrescendo desde 1996. Entre 1996 e 2004 a renda média desse setor diminuiu 42,6%.³⁰

TABELA 7 - DISTRIBUIÇÃO E RENDIMENTO REAL MÉDIO DOS OCUPADOS, SEGUNDO SETORES DE ATIVIDADE ECONÔMICA REGIÃO METROPOLITANA DE BELO HORIZONTE (RMBH) – 2001/2004

SETOR DE ATIVIDADE	PARTICIPAÇÃO (%)		RENDA MÉDIA (R\$ DEZ/2004)	
	2001	2004	2001	2004
Indústria	14,8	14,2	915,00	947,00
Construção civil	7,2	6,0	690,00	657,00
Comércio	13,6	14,3	755,00	647,00
Serviços	52,8	53,8	1.048,00	948,00
Doméstico	11,6	11,7	284,00	289,00
Total/Média	100,0	100,0	873,00	801,00

Fonte: Fundação João Pinheiro (FJP), Centro de Estatística e Informações (CEI), Pesquisa de Emprego e Desemprego na Região Metropolitana de Belo Horizonte (PED/RMBH). Convênio FJP/DIEESE/SEADE/SINE-MG

A construção civil é o setor em que o grau de escolaridade é o mais baixo, sendo que 67,5% dos ocupados não haviam completado o primeiro grau.³¹ No comércio, 27,6% não haviam completado o primeiro grau, ao passo que 48,9% haviam completado pelo menos o segundo grau; e apenas 3,9%, o terceiro grau. No setor de serviços, 24,5% não completaram o primeiro grau, 58,1% completaram pelo menos o segundo grau e 19%, o terceiro grau. Na indústria, 29,6% não completaram o primeiro grau; 46,7%, completaram pelo menos o segundo grau e 7,4%, o terceiro grau. Vale enfatizar a considerável mudança no perfil dos ocupados na indústria: enquanto em 2001 havia 36,9% dos ocupados sem o primeiro grau completo, essa participação caiu para 29% em 2004, verificando-se pois uma queda de 7,9 pontos percentuais. Para o total

²⁹ Em 2001, excluindo a categoria emprego doméstico, as desigualdades de renda média entre os setores de atividade explicavam apenas 2,3% da desigualdade total entre os ocupados.

³⁰ Essa redução de renda no setor de comércio atingiu especialmente os autônomos, que em 1996 recebiam, em média, 27% a mais que um assalariado com carteira no mesmo setor. Em 2001, a renda média entre as duas categorias havia se igualado, enquanto em 2004 os assalariados passaram a receber 9,2% a mais. Embora tanto os autônomos como o setor de comércio tendem a ser mais vulneráveis em períodos de crise, é factível a hipótese de que o maior rigor na fiscalização dos camelôs tenha tido influência significativa na redução da renda dos autônomos no setor de comércio.

³¹ Isso dá a esse setor importante significado social, uma vez que é responsável por grande número de postos de trabalho para indivíduos com baixa qualificação.

dos ocupados, a queda foi de 5,7 pontos percentuais. Além disso, vale acentuar que, ao contrário do verificado para os ocupados em geral, a influência da escolaridade para explicar desigualdades de renda elevou-se na indústria. Em 2004, 39% da desigualdade de renda do setor foram devidos a desigualdades de renda entre os grupos de escolaridade; em 2001, apenas 32,2% da desigualdade de renda verificada no setor industrial eram explicados pela escolaridade. Esses resultados reforçam a idéia de que a indústria passa a demandar pessoas mais qualificadas e a valorizar mais o ativo *escolaridade*, em consequência das transformações tecnológicas e do padrão manufatureiro. Enfim, outro resultado interessante foi a modificação no padrão de ocupação verificada na construção civil. Em 2004, 55,1% dos ocupados neste setor eram autônomos, contra 51,9%, em 2001. Esse resultado também pode refletir a tentativa dos agentes de escaparem da forte regulamentação existente no mercado formal.

Destacam-se também as diferenças de remuneração de renda entre os indivíduos com o terceiro grau completo e aqueles com escolaridade até a 4ª série. Na indústria, os primeiros ganhavam seis vezes mais do que os segundos. No setor de serviços, esse valor foi de 4,9 vezes, e no setor de comércio, de 4 vezes. Em 2001, esses valores foram, respectivamente, de 6,1, 5,1 e 4,9 vezes. Assim, houve mudança substancial apenas no setor de comércio, em que o diferencial de renda entre os dois grupos de escolaridade, que já era menor, reduziu-se mais ainda.³²

A tabela 8 explora os efeitos do tempo de permanência no trabalho sobre a remuneração obtida. Nos três setores, a remuneração média se eleva com o maior tempo de permanência no trabalho. Tal elevação, no entanto, é mais pronunciada nos setores de indústria e serviços, que revelaram comportamento muito semelhante. Nesses setores, um ocupado com mais de cinco anos no emprego recebe, em média, 3,1 vezes que um com menos de três meses no emprego.

TABELA 8 - RENDIMENTO REAL MÉDIO NA INDÚSTRIA, COMÉRCIO E NO SETOR DE SERVIÇOS, SEGUNDO O TEMPO DE PERMANÊNCIA NO TRABALHO - REGIÃO METROPOLITANA DE BELO HORIZONTE (RMBH) - JAN.-DEZ./2004

TEMPO DE PERMANÊNCIA NO TRABALHO	SETOR DE ATIVIDADE		
	indústria	comércio	serviços
Menos de 3 meses	430,00	353,00	437,00
De 3 meses a menos 1 ano	526,00	469,00	521,00
De 1 ano a menos de 2 anos	627,00	548,00	630,00
De 2 anos a menos de 5 anos	738,00	637,00	823,00
Mais de 5 anos	1.354,00	937,00	1.360,00

Fonte: Fundação João Pinheiro (FJP), Centro de Estatística e Informações (CEI), Pesquisa de Emprego e Desemprego na Região Metropolitana de Belo Horizonte (PED/RMBH). Convênio FJP/DIEESE/SEADE/SINE-MG

4 DISTRIBUIÇÃO DE RENDA, EFEITO RENDA E EFEITO COMPOSIÇÃO

Em 2004, a distribuição de renda entre os ocupados melhorou, quando comparada com 2001, reforçando a tendência verificada desde 1996. O índice L de Theil caiu de 0,51 em 1996 para 0,47 em 2001 e

³² Destaca-se a pouca importância da escolaridade para explicar diferenças de renda no setor de comércio. Em 2001, apenas 18% da desigualdade verificada no setor de comércio eram explicados por desigualdades entre os grupos de escolaridade. Os dados estão baseados nos questionários da pesquisa de Emprego e Desemprego de 2001 e 2004.

para 0,45 em 2004. A queda também se verificou para o índice de Gini, que declinou de 0,53 em 1996 para 0,51 em 2001 e 0,48 em 2004.³³

Decompondo a variação do índice L de Theil, conclui-se que a melhoria na distribuição de renda entre 1996 a 2004 deu-se, basicamente, devido ao efeito interno a cada categoria de escolaridade, o que é indicado pela redução do índice de Theil para praticamente todos os grupos de escolaridade, com exceção do grupo com o terceiro grau completo.³⁴ Vale enfatizar que tanto o efeito *composição* como o efeito *renda* não contribuíram para a melhoria na distribuição de renda.³⁵ O primeiro, que mede o efeito de mudanças na distribuição dos indivíduos por grupo de escolaridade sobre a distribuição de renda, foi praticamente nulo: embora tenha contribuído com 15,4% da melhoria na distribuição de renda verificada entre 1996 e 2001, seu efeito foi negativo no período de 2001 a 2004.

O resultado do efeito *renda* foi desfavorável no período de 1996 a 2001, indicando que as diferenças entre os grupos de escolaridade estavam contribuindo para o agravamento da desigualdade.³⁶ No entanto, o efeito *renda* foi fortemente favorável no período de 2001 a 2004, contribuindo muito para a melhoria da distribuição da renda. O efeito *renda* entre 2001 e 2004 foi de 119%, indicando que, se dependesse apenas dele, a melhoria na distribuição de renda seria ainda maior. No entanto, o efeito *composição* foi na direção oposta (seu valor foi de -67,45%). Mas o efeito *interno* também foi favorável à redução na desigualdade de renda (valor de 47,57) e, combinando-se os vetores, ocorreu a melhoria na distribuição de renda supracitada.

O resultado verificado entre 2001 e 2004 é muito importante para o argumento levantado neste trabalho. Ele indica que em um período de recuperação da atividade econômica os diferenciais de renda entre os grupos de escolaridade têm contribuído para melhorar a distribuição de renda. Este resultado está em sintonia com outros obtidos, de forma desagregada, no decorrer deste trabalho. Assim, são evidências em favor da teoria do *Labor Hoarding* (RAMOS, 1993), indicando melhoria relativa dos grupos menos qualificados em períodos de aceleração econômica. Trata-se de um resultado com implicações otimistas, sinalizando que um ciclo sustentado de crescimento econômico (quando vier a ocorrer) pode ter impacto positivo na distribuição de renda. A indústria, como visto, é uma exceção.

A aceitação da conclusão apresentada, muito importante para o argumento do artigo, implica, no entanto, a necessidade de descartar outras possíveis causas que teriam afetado a renda dos grupos com menor qualificação. Em outras palavras, se o comportamento do efeito *renda* fosse atribuído a um outro fator, o argumento dos efeitos da aceleração econômica sobre a distribuição de renda não se sustentaria. Na busca de possíveis fatores capazes de influenciar o resultado, a variável mais evidente é o *salário-mínimo*, pois, na

³³ É importante enfatizar que esses resultados são para os ocupados, e não para a população em geral. Nesse último caso, seria necessário considerar também a situação dos desempregados e dos inativos, ou seja, aqueles que, por alguma razão, estão fora do mercado de trabalho.

³⁴ Em 1996, o índice de Theil para os grupos com até a 4ª série do primeiro grau e entre a 5ª e a 7ª série foi de 0,3. Para os grupos com o primeiro e o segundo grau completo, o valor foi 0,37, enquanto, para o grupo com o terceiro grau completo, o índice foi igual a 0,29. Em 2004, os valores foram, respectivamente, 0,25, 0,27, 0,27, 0,32 e 0,34.

³⁵ Para o significado dos dois efeitos, ver Ramos (1993). Para o cálculo de cada um, ver Hoffmann (1998).

³⁶ Se dependesse apenas do efeito *renda*, a distribuição de renda, medida pelo índice L de Theil, teria piorado aproximadamente em 25,6% entre 1996 e 2001. Isto não ocorreu porque foi mais que compensado pelo efeito *composição* e pelo efeito *interno*.

medida em que afeta mais fortemente categorias com renda menor, um aumento do mesmo seria capaz de reduzir a desigualdade de renda.

Apesar do efeito inegável do salário-mínimo sobre a renda de algumas categorias com menor qualificação, não é possível atribuir os resultados apresentados às suas variações. Observando uma série do salário-mínimo real entre 1995 e 2004, notamos que o seu aumento foi maior entre 1996 a 2001, período em que o efeito *renda* contribuiu para aumentar a desigualdade de renda, do que no período de 2001 a 2004, em que o mesmo efeito teve os resultados positivos supracitados.³⁷

5 RESULTADOS A PARTIR DA REGRESSÃO

Os resultados obtidos por meio de uma regressão complementam os obtidos via comparação das médias e via os índices de Theil. Por intermédio de variáveis de controle, a regressão permite apontar a contribuição marginal de cada variável para a renda auferida. A regressão foi realizada com informações de ocupados com idade entre 18 e 65 anos, que trabalham entre 24 e 100 horas semanais e tiveram rendimento maior que zero e menor ou igual a R\$10.700,00, compreendendo um contingente de 19.492 indivíduos. Utilizando o logaritmo neperiano da renda como variável dependente, elegeram-se os anos de estudo e o tempo de permanência no trabalho atual (em anos) como variáveis independentes. A essas foi acrescentada uma série de *dummies*³⁸, procurando medir os efeitos da posição na ocupação, do sexo, da idade e do setor de atividade:

$$\ln y_t = c + b_{ij} X_t + u_t,$$

onde,

y_t = vetor da renda real auferida mensalmente pelos indivíduos;

c = constante;

X_t = matriz com os anos de estudo, tempo de serviço do indivíduo e com as várias *dummies* supradestacadas;

u_t = resíduo.

Cada ano de estudo aumenta a renda auferida em 10,1%. Apurou-se, ainda, uma redução em relação a 2001, quando esse valor foi de 10,4%, indicando redução na sensibilidade da renda à escolaridade, uma trajetória que se verifica desde 1996, quando cada ano de estudo elevava a renda em 11,2%. Em relação à segunda variável independente, verificou-se que cada ano no serviço aumenta a renda em 2,6%, em média (ver seção 9).

³⁷ O salário-mínimo oficial foi deflacionado pelo Índice de Preço ao Consumidor Amplo (IPCA), calculado pela Fundação Instituto de Pesquisa Econômicas e Administrativas (IPEAD) para a Região Metropolitana de Belo Horizonte. A fim de captarmos o efeito do salário-mínimo sobre a renda, optamos por uma média ponderada entre o salário-mínimo do ano anterior (vigente nos quatro primeiros meses do ano) e o vigente a partir de maio. Assim, encontrou-se que o salário-mínimo real aumentou 18,25%, entre 1996 e 2001, enquanto o aumento foi de 14,01%, entre 2001 e 2004. O maior aumento anual ocorreu entre 2000 e 2001, de 10,7%.

³⁸ As *dummies* foram introduzidas apenas no intercepto.

A idade tem influência positiva sobre a renda, indicando a desvantagem relativa dos jovens que ingressam no mercado de trabalho. Mesmo descontando os outros atributos, como escolaridade e tempo no serviço, mostra-se que indivíduos mais velhos tendem a receber significativamente mais que os incluídos na categoria base (entre 18 e 24 anos). A tabela 9 sintetiza os efeitos da variável *idade* sobre a renda recebida. Indivíduos na faixa de 40 a 50 anos tendem a receber 52,8% a mais que indivíduos entre 18 e 24 anos, controlando pelas demais variáveis.³⁹ Comparando com 2001, nota-se uma redução na influência da idade sobre a renda recebida. Essa queda foi muito pronunciada para a categoria de 25 a 29 anos, em que a influência reduziu-se em 8,6 pontos percentuais⁴⁰, e para a categoria de 60 a 65 anos, na qual a queda foi de 6,8 pontos percentuais.

TABELA 9 - INFLUÊNCIA DA IDADE SOBRE A RENDA MÉDIA, QUANDO CONTROLADO PELAS VARIÁVEIS DA REGRESSÃO REGIÃO METROPOLITANA DE BELO HORIZONTE (RMBH) - JAN.-DEZ./2004

FAIXA DE IDADE	ELEVAÇÃO NA RENDA (%) EM RELAÇÃO À CATEGORIA BÁSICA (18 A 24 ANOS)	
	2001	2004
25 a 29 anos	36,5	27,9
30 a 34 anos	46,5	42,2
35 a 40 anos	50,0	49,0
40 a 49 anos	57,2	52,8
50 a 59 anos	55,5	52,2
60 a 65 anos	51,5	44,7

Fonte: Fundação João Pinheiro (FJP), Centro de Estatística e Informações (CEI), Pesquisa de Emprego e Desemprego na Região Metropolitana de Belo Horizonte (PED/RMBH). Convênio FJP/DIEESE/SEADE/SINE-MG

A regressão também captou a influência do sexo sobre a renda recebida: comparando indivíduos com as demais características semelhantes, encontrou-se que os homens recebiam, em média, 42% a mais que as mulheres, resultado muito próximo do verificado em 2001. Em relação aos setores de atividade, nota-se que indivíduos ocupados na indústria tendem a receber 3,7% a mais que os com características semelhantes ocupados no setor de serviços. A construção civil tende a pagar 3,2% a mais⁴¹, enquanto o setor de comércio paga 4,4% a menos. Isso significa: a renda média inferior verificada no setor de comércio deve-se não apenas a diferenciais de escolaridade e a outros atributos, mas também ao fato de que o setor, por si só, tende a pagar menos. Em 2001, esse diferencial negativo verificado para o setor de comércio foi de 5,9%. Em 1996, porém, indivíduos empregados neste setor recebiam mais do que aqueles ocupados no setor de serviços com características semelhantes. Enfim, empregados domésticos tendem a receber 16,8% a menos que indivíduos com características semelhantes ocupados no setor de serviços. Em 1996, essa diferença era de 17,5%.

Em relação à posição na ocupação, os assalariados sem carteira recebem 23,7% a menos que os assalariados com carteira com características semelhantes, forte indicativo da existência de segmentação no mercado de trabalho. Em 2001, essa diferença foi de 18,5%, um aumento deveras significativo. Uma vez que esse indicador ligado à segmentação aumentou, mas a diferença de renda entre assalariados com e sem

³⁹ Quando comparados com a faixa de 25 a 29 anos, indivíduos entre 40 e 50 anos tendem a receber 19,4% a mais. Vale acrescentar que, analisando os dados para o Brasil como um todo nos anos 90, nota-se um grande aumento da participação da faixa entre 40 e 49 anos entre os ocupados (RAMOS; BRITO, 2003).

⁴⁰ Para esse grupo, pode-se levantar a hipótese de um possível retardamento na entrada dos indivíduos no mercado de trabalho. Indivíduos recém ingressados e com pouca experiência tenderiam, assim, a receber remunerações menores.

⁴¹ Nesse setor, nota-se uma diferença em relação a 2001, quando ocupados na construção civil recebiam 3,3% a menos que indivíduos com características semelhantes ocupados no setor de serviços.

carteira diminuiu, pode-se concluir que esse último resultado se deve a uma mudança nos atributos dos assalariados sem carteira, que passaram a ter um grau de escolaridade maior e a ocupar postos mais qualificados. Como enfatizado, esse movimento pode ser explicado pela decisão de algumas categorias driblarem a regulamentação implícita no emprego com carteira. A despeito disso, vale enfatizar a persistência da segmentação, e em um grau mais elevado.

O resultado da regressão para os assalariados do setor público não se alterou muito em relação a 2001. Esse grupo recebeu 11,8% a mais que assalariados com carteira com atributos similares em 2004. Já a situação dos autônomos continuou a se deteriorar. Em 2004, recebiam 24,3% a menos que assalariados com carteira com atributos semelhantes. Vale enfatizar que essa diferença em 2001 era apenas de 12,1%, enquanto em 1996 os autônomos recebiam, em média, 4% a mais que assalariados com carteira com atributos similares. Para os empregadores, o diferencial positivo foi de 42,7%.

A partir de uma outra regressão, procurou-se verificar diferenças na sensibilidade da renda à escolaridade a partir dos setores produtivos e da posição na ocupação.⁴² Verificou-se que ela é maior na indústria (20% a mais que no setor de serviços) e menor no comércio e na construção civil. Em relação à posição na ocupação, essa sensibilidade é muito alta para os assalariados do setor público (39% superior aos assalariados com carteira). Para os assalariados sem carteira e para os autônomos, ela é muito próxima aos assalariados com carteira. Também aqui vale destacar a mudança verificada entre os assalariados sem carteira, dado que tanto em 1996 como em 2001 a sensibilidade da renda à escolaridade era muito menor para este grupo.

Enfim, vale a pena fazer algumas observações sobre o impacto da conclusão do grau de estudo na renda recebida. À semelhança de 2001, esse impacto, substancial em 1996, reduziu-se consideravelmente em 2004. Nesse ano, a conclusão do segundo grau não representou contribuição positiva alguma sobre a renda recebida. Em relação à conclusão do terceiro grau, o impacto extra além dos anos de estudo reduziu-se de 75,7%, em 2001 para 52,6%, em 2004. Apesar da redução, ele é ainda considerável, indicando que o mercado valoriza sobremaneira a obtenção de um diploma universitário.

6 RESULTADOS PARA O SEGUNDO SEMESTRE DE 2004

De modo a apurar com maior acuidade os efeitos da aceleração da economia, fez-se uma análise em separado apenas para o segundo semestre de 2004, quando a economia manteve-se mais aquecida.⁴³ Para este período, as rendas médias para os grupos de menor escolaridade são muito próximas àquelas verificadas para o ano de 2004 como um todo. A única diferença digna de nota refere-se aos ocupados com o terceiro grau completo, em que a renda média do segundo semestre é 2% mais baixa que a do ano como um todo. Observando o setor de serviços, nota-se que a renda média do segundo semestre para os ocupados até a 4ª

⁴² Para os detalhes da regressão, ver Fundação João Pinheiro (2003).

⁴³ Vale enfatizar que a comparação é feita entre o segundo semestre de 2004 e o ano de 2004 como um todo, indicando que as diferenças encontradas significam uma tendência à mudança e que as diferenças teriam sido bem maiores no caso de a comparação ter sido feita entre o segundo e o primeiro semestre.

série e de 5ª à 7ª série é respectivamente, 3,7% e 2,9% superior à média do ano, enquanto a daqueles com o terceiro grau completo é 2,1% inferior. Os resultados se invertem para a indústria, em que a renda no mesmo período é, respectivamente, 4,57% e 3% inferior para as duas categorias mais baixas de escolaridade. É, no entanto, 4,3% superior para a categoria com o terceiro grau completo. **Isso reforça a tese de que neste setor vem ocorrendo uma valorização de indivíduos mais qualificados. Os resultados para o setor de serviços, entretanto, apontam para uma redução no diferencial de renda entre os grupos de escolaridade.**

Rodando a regressão para apenas o segundo semestre de 2004, nota-se que a diferença de renda em relação à idade reduziu-se para todas as categorias, de maneira considerável para as faixas de 25 a 29 anos e de 60 a 65 anos. Isso confirma a tendência verificada entre 2001 e 2004. Em relação à posição na ocupação, a regressão mostra uma redução relativa no diferencial recebido pelos assalariados do setor público, que cai de 11,9% para 10,1% a mais que os assalariados com carteira. Esse resultado não é surpreendente, uma vez que o salário dos assalariados do setor público é menos sensível às variações na conjuntura econômica. Para os autônomos, a situação continuou a piorar, indicação de que autônomos com as demais características semelhantes a assalariados com carteira passaram a receber 26% a menos (para o ano como um todo, este valor foi de 24,3%). A situação dos empreendedores também se deteriorou um pouco: o diferencial caiu de 42,7% para 39,6%.

O impacto dos anos de estudos e do tempo de trabalho sobre a renda não sofreu alteração. Para os setores de atividade, destaca-se a queda no diferencial antes atribuído à indústria, que se reduziu de 3,7% para 2,3%. A situação do comércio melhorou levemente, com indivíduos empregados recebendo 4% a menos que indivíduos com características similares ocupados no setor de serviços.

7 CONCLUSÃO

Em 2004, confirmou-se a tendência de aumento na escolaridade dos ocupados na Região Metropolitana de Belo Horizonte. No entanto, à semelhança de 2001, o rápido aumento no número de pessoas com o segundo grau concluído não foi acompanhado de uma respectiva elevação da renda. Isso explica que essa tenha sido, mais uma vez, a faixa de escolaridade em que ocorreu a maior queda na renda média. Como resultado positivo, no entanto, vale destacar a elevação relativa da renda dos ocupados com até a 7ª série do primeiro grau, possivelmente indicando efeitos positivos da recuperação da atividade econômica e, mais especificamente, na construção civil, para a remuneração dos indivíduos com baixa escolaridade.

O perfil dos assalariados sem carteira continuou mudando, fato comprovado pelo aumento da escolaridade, pela maior sensibilidade da renda à escolaridade, pela queda menor de renda nessa categoria e pela elevação da renda dos assalariados sem carteira com o terceiro grau completo. Essa mudança é verificada para o Brasil como um todo, provavelmente explicada pela reação dos agentes à grande regulamentação existente no mercado de trabalho.

A renda dos autônomos continuou caindo, embora, ao contrário do período de 1996 a 2001, essa queda tenha sido maior na indústria e no setor de serviços. Em termos sociais, esse resultado é muito negativo e indica que a recuperação da atividade econômica não reverteu a deterioração de renda de uma categoria na qual se encontra grande parcela dos ocupados abaixo da linha de pobreza. No entanto, o fato de a queda na renda dos autônomos ter sido maior para o grupo com o terceiro grau completo e menor para os autônomos com menor escolaridade é uma indicação positiva, uma vez que aponta para redução da desigualdade. Além disso, uma vez que a participação dos autônomos na construção civil e no comércio é muito expressiva⁴⁴ a recuperação dessas atividades tende a ter impactos positivos na situação dos autônomos.

Vale também destacar o comportamento da remuneração média na indústria, único setor de atividade a acusar crescimento na renda média. Como indicado, isso se deu em paralelo a um forte aumento na escolaridade dos ocupados na indústria, refletindo a oferta de postos de trabalho mais qualificados, em consequência das adaptações aos imperativos impostos por novas tecnologias, por uma competição mais intensa e por mudanças no padrão manufatureiro.

Em síntese, o trabalho explorou as mudanças recentes verificadas no mercado de trabalho. Foi importante observar que, ao contrário do que ocorreu no período de 1996 a 2001, os três anos seguintes foram marcados pela redução no diferencial de renda entre as categorias com maior escolaridade e aquelas com menor escolaridade. Esse resultado está consonante com a redução do poder explicativo da escolaridade sobre a desigualdade de renda, como confirmado pelos cálculos do índice L de Theil. Como atestado pelos cálculos dos efeitos *renda* e *composição*, a melhoria na distribuição de renda entre 2001 e 2004 pode ser, em grande medida, explicada pelo efeito *renda*, indicando as consequências positivas da recuperação econômica sobre os grupos de menor escolaridade, corroborando a Teoria do *Labor Hoarding* (Ramos, 1993).⁴⁵ Embora esses resultados sejam diferentes para a indústria, os efeitos do aquecimento da atividade econômica no setor de comércio, na construção civil e em ramos do setor de serviços indicam impactos positivos nas categorias com menor escolaridade. Enfim, o resultado foi também confirmado pela regressão, que vem mostrando redução da sensibilidade da renda aos anos de estudo.

⁴⁴ Em 2004, 55,1% dos ocupados na construção civil eram autônomos. No comércio, a participação dos autônomos foi de 23,4%.

⁴⁵ O fato de o efeito *composição* ter sido desfavorável para a distribuição de renda reitera que a melhoria no grau de escolaridade ainda não tem o efeito positivo que seria esperado por algumas teorias, assim como implícito na curva de Kuznetz.

8 REFERÊNCIAS

- BALASSA, B. Development strategies and economic performance: a comparative analysis of eleven semi-industrial economies. In: BALASSA, B. et al. (Ed.). *Development strategies in semi-industrial economies*. Baltimore: The Johns Hopkins University, 1982. p. 38-62.
- BARROS, Ricardo Paes de; HENRIQUES, Ricardo; MENDONÇA, Rosane. Pelo fim das décadas perdidas: educação e desenvolvimento sustentado no Brasil. In: HENRIQUES, Ricardo (Org.). *Desigualdade e pobreza no Brasil*. Rio de Janeiro: IPEA, 2002.
- BONELLI, Régis; RAMOS, Lauro. *Distribuição de renda no Brasil: avaliação das tendências de longo prazo e mudanças na desigualdade desde meados dos anos 70*. Rio de Janeiro: IPEA, 1993.
- DIEESE (SP). *A situação do trabalho no Brasil*. São Paulo, 2001.
- FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. Centro de Estatística e Informações. *Determinantes da distribuição de renda na Região Metropolitana de Belo Horizonte: uma análise a partir da Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED) para 2001*. Belo Horizonte, 2003.
- HOFFMANN, Rodolfo. *Distribuição de renda: medidas de desigualdade e pobreza*. São Paulo: EDUSP, 1998.
- LAFER, Celso. *O programa de metas (1956-1961): processo de planejamento e sistema político no Brasil*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2002.
- MEIER, Gerald. The old generation of development economists and the new. In: MEIER, Gerald M.; STIGLITZ, Joseph (Ed.). *Frontiers of development economics: the future in perspective*. Washington: The World Bank; New York: Oxford University, 2000.
- PUC Minas. Instituto de Desenvolvimento Humano Sustentável; PNUD (Org.). *Educação: objetivo 2: atingir o ensino universal*. Belo Horizonte: PUC Minas, IDHS, 2004.
- RAMOS, Lauro; *A distribuição de rendimentos no Brasil: 1976/85*. Rio de Janeiro: IPEA, 1993.
- RAMOS, Lauro; BRITO, Marcelo. *O funcionamento do mercado de trabalho metropolitano brasileiro no período 1991-2002: tendências, fatos estilizados e mudanças estruturais*. Rio de Janeiro: IPEA, 2003.
- RAMOS, Lauro; VIEIRA, Maria Lucia. *Desigualdade de rendimentos no Brasil nas décadas de 80 e 90: evolução e principais determinantes*. Rio de Janeiro: IPEA, 2001. (Texto para discussão, 803).
- ROCHA, Sônia. *Pobreza no Brasil: afinal, de que se trata?* Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2003.

9 APÊNDICE

TABELA 10 – RESULTADOS DA REGRESSÃO

VARIABLES:	UNSTANDARDIZED COEFFICIENTS B	Std. Error	t	Sig.	95% CONFIDENCE INTERVAL FOR B	
					Lower Bound	Upper Bound
(Constant)	4,748	0,001	6.750,601	0,000	4,74640	4,74916
ANEST	0,101	0,000	2.057,046	0,000	0,10070	0,10089
ID1.....	0,279	0,001	530,316	0,000	0,27823	0,28029
ID2	0,422	0,001	745,941	0,000	0,42109	0,42330
ID3	0,490	0,001	843,630	0,000	0,48880	0,49107
ID4	0,528	0,001	987,611	0,000	0,52683	0,52892
ID5	0,522	0,001	764,368	0,000	0,52091	0,52359
ID6	0,447	0,001	361,674	0,000	0,44435	0,44920
POS1	-0,237	0,001	-396,710	0,000	-0,23802	-0,23568
POS2	0,119	0,001	207,020	0,000	0,11760	0,11984
POS3	-0,243	0,000	-515,417	0,000	-0,24410	-0,24225
POS4	0,427	0,001	472,631	0,000	0,42475	0,42829
Q400	0,026	0,000	934,811	0,000	0,02568	0,02579
SET1	0,037	0,000	76,719	0,000	0,03583	0,03771
SET2	0,032	0,001	44,897	0,000	0,03037	0,03314
SET3	-0,044	0,000	-91,955	0,000	-0,04533	-0,04344
SET4.....	-0,168	0,001	-272,356	0,000	-0,16915	-0,16674
SEXO.....	0,420	0,000	1.182,471	0,000	0,41975	0,42114

Fonte: Regressão realizada com os dados da Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED)

DESEMPREGO DE LONGA DURAÇÃO COMO COROLÁRIO DA “DÉCADA NEOLIBERAL”: A EVOLUÇÃO DO DESEMPREGO METROPOLITANO ENTRE AS DÉCADAS DE 1990 E 2000⁴⁶

Lúcia Santos Garcia*
Mario Marcos Sampaio Rodarte**
Thaiz Silveira Braga***

1 INTRODUÇÃO

Principal índice sobre o mercado de trabalho, a taxa de desemprego apontou diferentes tendências ao longo do período que se objetiva estudar: meados da década de 90 até 2004. Após o período de rápida elevação até 1999, a proporção de desempregados na força de trabalho estabilizou-se, flutuando em torno de um patamar elevado até 2004. Mas isso não representou uma estabilidade da situação dos desempregados: pelo crescente tempo de procura por trabalho, aponta-se para a deterioração das suas condições de vida. De fato, o tempo de procura dos desempregados deve merecer mais atenção, pois, ao longo dos anos recentes, tornou-se um dos índices mais resistentes à melhora em cenário de lenta recuperação econômica, o que torna o desemprego uma situação mais aflitiva.

A investigação sobre a mudança da natureza do desemprego, de curta para longa duração, é o principal objetivo deste texto. A fonte privilegiada para a análise desse período é a Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED) de metodologia do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócio-Econômicos/Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados (DIEESE/SEADE), desenvolvida atualmente em seis importantes regiões metropolitanas do Brasil: São Paulo, Porto Alegre, Belo Horizonte, Salvador, Distrito Federal e Recife. Neste trabalho, a análise centrou-se nas quatro primeiras áreas metropolitanas e teve o intuito de mostrar a abrangência do fenômeno do aumento do tempo de procura, nas grandes cidades brasileiras e no respectivo entorno de cada uma.

O presente trabalho é composto de quatro seções. A primeira objetivou associar o comportamento do desemprego com os principais acontecimentos econômicos que influíram no mercado de trabalho. Mediante uso de uma periodização definida de 1996 a 1999 e de 2000 a 2004, a segunda seção explicita a dinâmica de crescimento ocupacional e o comportamento dos vários setores econômicos, as formas de inserção e

⁴⁶ O presente trabalho foi desenvolvido no âmbito da pesquisa “Mercado de Trabalho e Modernização do Setor Terciário Brasileiro”, que foi coordenada pelo Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócio-Econômicos (DIEESE) e Centro de Estudos de Economia Sindical e do Trabalho (CESIT) da Universidade de Campinas (UNICAMP), com o apoio do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Os autores agradecem o trabalho da equipe técnica do DIEESE/PED, sobretudo, de Edgard Rodrigues Fusaro (PED/RMSP) e de Ana Paula Queirós Sperotto (PED/RMPA). Os autores também manifestam gratidão à Jussara Maria Januzzi do Centro de Estatística e Informações (CEI) da Fundação João Pinheiro (FJP), pelas sugestões apresentadas. Naturalmente, os autores se responsabilizam por quaisquer incorreções que, porventura, tenham restado.

* Economista e Coordenadora da Pesquisa de Emprego e Desemprego da Região Metropolitana de Porto Alegre (RMPA) pelo Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócio-Econômicos (DIEESE).

** Doutorando em Demografia e mestre em Economia pelo Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional (CEDEPLAR) da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Coordenador da Pesquisa de Emprego e Desemprego da Região Metropolitana de Belo Horizonte pelo Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócio-Econômicos (DIEESE).

*** Doutoranda em Demografia e mestre em Economia pelo CEDEPLAR/UFMG. Coordenadora da Pesquisa de Emprego e Desemprego da Região Metropolitana de Salvador (RMS) pelo Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócio-Econômicos (DIEESE).

categorias ocupacionais. A terceira parte, núcleo central, procura investigar a origem dos desempregados e a evolução de seu tempo de procura, utilizando a mesma periodização usada na seção anterior. Por fim, como considerações finais, são feitas algumas reflexões sobre os resultados alcançados.

2 EVOLUÇÃO E DESCONTINUIDADES DAS TENDÊNCIAS DO MERCADO DE TRABALHO

O surgimento da metodologia da Pesquisa de Emprego e Desemprego está vinculado ao momento de crise econômica no início da década de 80. Até então, os pólos industriais, principalmente o da região metropolitana de São Paulo, sobretudo nas décadas anteriores de 60 e 70, vinham estruturando seu mercado de trabalho e absorvendo mais e mais contingentes migratórios de outras regiões do Brasil. A interrupção da dinâmica de crescimento vultoso de postos de trabalho pela crise econômica agravou um problema antes visto como marginal: o crescimento do número de pessoas desempregadas e o aumento da demora para se obter uma colocação.

Em decorrência disso, registrou-se nessa época o surgimento de indicadores sobre o mercado de trabalho brasileiro. Mas havia uma clara insatisfação da sociedade pelos dados oficiais, que, ao adotar uma metodologia mais afeita a captar o fenômeno do desemprego nos países industrializados, de mercados de trabalho estruturados, acabava por indicar um desemprego baixo, flagrantemente contraditório com o que se intuía do estado de convulsão social decorrente do colapso econômico.

Da experiência pioneira da Pesquisa de Padrão de Vida e Emprego (PPVE)⁴⁷, foi desenvolvida a metodologia da PED, que além de captar o desemprego aberto, comparável a outros países centrais, procurava investigar formas “camufladas” de desemprego ao utilizar um conceito mais amplo de desocupação, que incluía o desemprego oculto pelo trabalho precário e o desemprego oculto pelo desalento.⁴⁸ Sua experiência bem sucedida na Região Metropolitana de São Paulo (RMSP), desde 1985, fez com que sua metodologia fosse replicada nas áreas metropolitanas de outros estados do país, principalmente a partir da década de 1990.

Do ano de criação da PED/RMSP até 1989, a taxa de desemprego total reduziu-se de 12,2% da força de trabalho, para 8,7%. Esta última é a menor média anual alcançada na série histórica. Isso decorreu do expressivo crescimento da ocupação, 3,5% a.a., superior ao ritmo de crescimento da população em idade ativa (2,2% a.a.) e mesmo da PEA (2,5% a.a.). A partir de então, a taxa de desemprego iniciou trajetória de elevação, em decorrência da desaceleração do ritmo de crescimento das ocupações (tab. 1).

A sincronia da evolução das taxas de desemprego entre as regiões metropolitanas, observada desde o final da década de 80, sugere que o mercado de trabalho tinha uma dinâmica muito mais influenciada pelas políticas econômicas nacionais, e menos por determinantes regionais. As especificidades econômicas dos

⁴⁷ Em um dos artigos que discutia o emergente desafio do desemprego, no III Encontro Nacional da ABEP, em 1982, e que utilizou as informações da PPVE-DIEESE, apurava-se que “a força de trabalho desempregada” nos meses de abril a maio de 1981, representava 13,2% da população economicamente ativa na RMSP (BARELLI; TROYANO, 1982, v. 1, p. 23). Pela Pesquisa Mensal de Emprego (PME) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em maio de 1982, o desemprego atingia apenas 5,4% da população economicamente ativa. Outro texto do período (TROYANO; MATTOSO; HOFFMANN, 1984, v. 3) trata mais detidamente as diferenças metodológicas entre a PPVE-DIEESE, PED-SEADE/DIEESE e PME/IBGE.

⁴⁸ Ver Principais Conceitos e Indicadores da Pesquisa de Emprego e Desemprego no final da publicação.

estados estariam relacionadas, quase sempre, com os níveis diferenciados das taxas de desemprego em suas áreas metropolitanas (graf. 1), embora em períodos maiores, seja possível observar melhora relativa do mercado de trabalho como aconteceu com a região metropolitana de Porto Alegre em relação à de Belo Horizonte, a partir de 1999.

TABELA 1 - ESTIMATIVAS MÉDIAS DA POPULAÇÃO EM IDADE ATIVA (PIA), POPULAÇÃO ECONOMICAMENTE ATIVA (PEA), OCUPADOS, DESEMPREGADOS INATIVOS E TAXAS DE DESEMPREGO E DE PARTICIPAÇÃO REGIÃO METROPOLITANA DE SÃO PAULO (RMSP) – 1985/1989/1996/1999/2004

ESPECIFICAÇÃO	ANO					VARIÇÃO ANUAL MÉDIA (%)			
	1985	1989	1996	1999	2004	1989/1985	1996/1989	1999/1996	2004/1999
Em mil pessoas									
PIA	10.787	11.747	13.563	14.445	15.581	2,2	2,1	2,1	1,5
PEA	6.505	7.177	8.382	8.985	9.941	2,5	2,2	2,3	2,0
Ocupados	5.711	6.553	7.116	7.251	8.082	3,5	1,2	0,6	2,2
Desempregados	794	624	1.266	1.734	1.859	-5,8	10,6	11,1	1,4
Inativos	4.282	4.570	5.181	5.460	5.640	1,6	1,8	1,8	0,7
Em %									
Taxa de participação	60,3	61,1	61,8	62,2	63,8	0,3	0,2	0,2	0,5
Taxa de desemprego total	12,2	8,7	15,1	19,3	18,7	-8,1	8,2	8,5	-0,6
Aberto	7,6	6,5	10,0	12,1	11,6	-3,8	6,3	6,6	-0,8
Oculto	4,6	2,2	5,1	7,2	7,1	-16,8	12,8	12,2	-0,3
Pelo trabalho precário	2,9	1,5	3,8	5,1	5,1	-15,2	14,2	10,3	0,0
Pelo desalento	1,7	0,7	1,3	2,1	1,9	-19,9	9,2	17,3	-2,0

Fontes: Dados básicos: Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED). Convênio DIEESE/SEADE/MTE-FAT - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Censo Demográfico, 1980, 1991

Nota: estimativas de 1985 e 1989 feitas por meio de interpolação intercensitária.

Ao analisar o desemprego nas regiões metropolitanas com estatísticas mais longevas (São Paulo, Distrito Federal e Porto Alegre), constata-se que a história da década de 90 é a história do crescimento do desemprego, descontados alguns momentos de tímida recuperação. A evolução da taxa de desemprego da região metropolitana de Salvador, apesar de descontinuada entre 1989 a 1996, corrobora essa afirmação. De outro lado, a evolução da taxa de desemprego das regiões metropolitanas com séries mais jovens (Recife e Belo Horizonte) sugere que o desemprego seria menor no início da década de 90. Já as pequenas séries interrompidas de Belém e Curitiba mostram níveis baixos de desemprego no início e meados da década respectivamente. No entanto, no curto período de existência apontam para uma trajetória de ascensão da proporção de desempregados na PEA, de 1995 a 1997 (tab. 4), no caso de Curitiba principalmente.

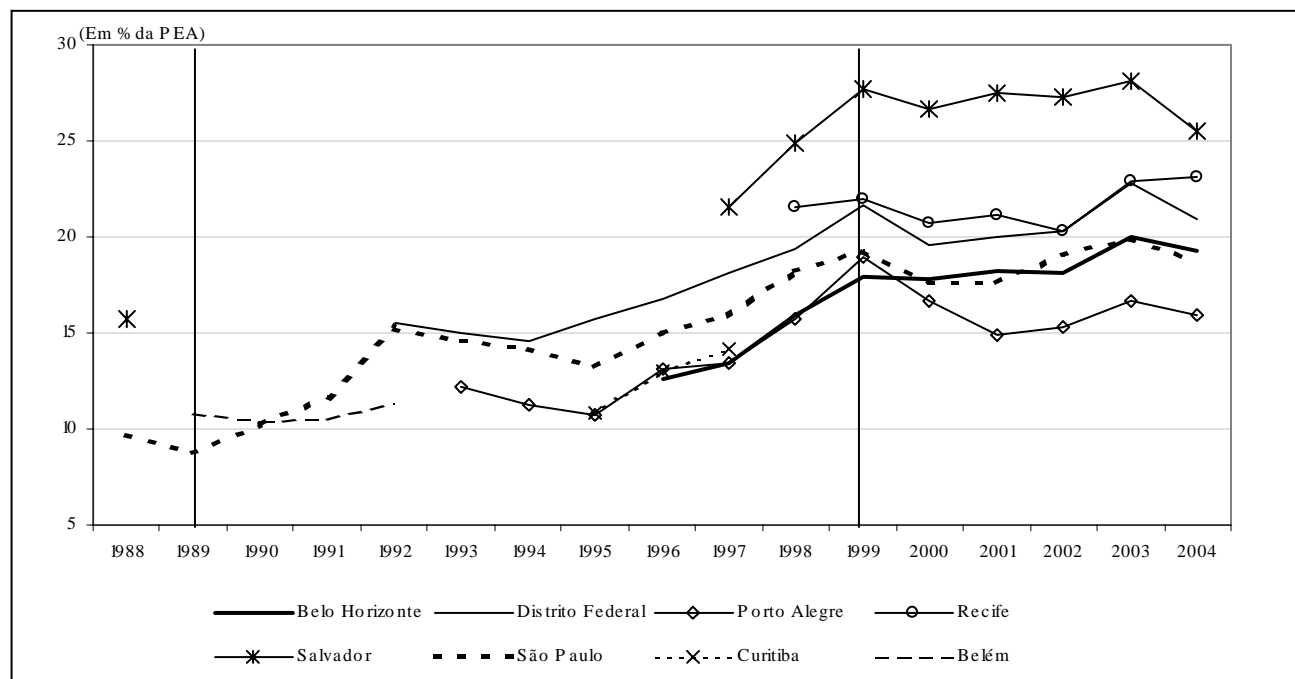
A política econômica da década de 90 pode ser caracterizada brevemente por uma agenda pautada pela abertura comercial acompanhada de austeridade monetária, sem vínculos com qualquer política industrial, com o fim único de estabilização monetária. Os períodos de maior crescimento do desemprego coincidem justamente com os momentos em que essa agenda política mais influenciou negativamente a produção nacional.

O primeiro momento de revés no mercado de trabalho foi o de 1990 a 1992, caracterizado pela primeira tentativa de estabilização econômica, com o “Plano Collor” ou “Brasil Novo”. Nesse período, o Produto Interno Bruto (PIB) havia retraído 4,8%, e a taxa de desemprego ampliou-se em 74,7% na Grande São Paulo, ao passar de 8,7%, em 1989, para 15,2% da PEA, em 1992.

O interregno compreendido entre o governo Collor e o primeiro ano do Plano Real, de 1993 a 1995, com uma política monetária mais frouxa, foi o momento em que se verificou crescimento do PIB e redução nas taxas de desemprego sem, contudo, voltar ao nível apresentado no final da década de 80, para o caso da

Grande São Paulo. De fato, nenhuma região metropolitana pesquisada, na década de 90, apresentou taxas de desemprego total de um dígito, tal como se observou entre 1986 e 1989, na região metropolitana paulista.

GRÁFICO 1 - MÉDIAS ANUAIS DAS TAXAS DE DESEMPREGO TOTAL
REGIÕES METROPOLITANAS E DISTRITO FEDERAL - 1988-2004



Fontes: Dados básicos: Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED). Convênio DIEESE/SEADE/MTE-FAT e Instituições Regionais

Notas: a) ver tabela 4 no anexo estatístico (seção 7); b) em Minas Gerais, as instituições regionais são Fundação João Pinheiro (FJP), Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social e Esportes/Sistema Nacional de Emprego (SEDESE/SINE-MG); no Distrito Federal, Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Humano (STDH); no Rio Grande do Sul, Fundação de Economia e Estatística Siegfried Emanuel Heuser (FEE), Fundação Gaúcha do Trabalho e Ação Social (FGTAS/SINE-RS); na Bahia, Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI), Secretaria do Trabalho, Assistência Social e Esportes do Estado da Bahia (SETRAS), Universidade Federal da Bahia (UFBA); em Pernambuco, Secretaria de Planejamento (SEPLAN).

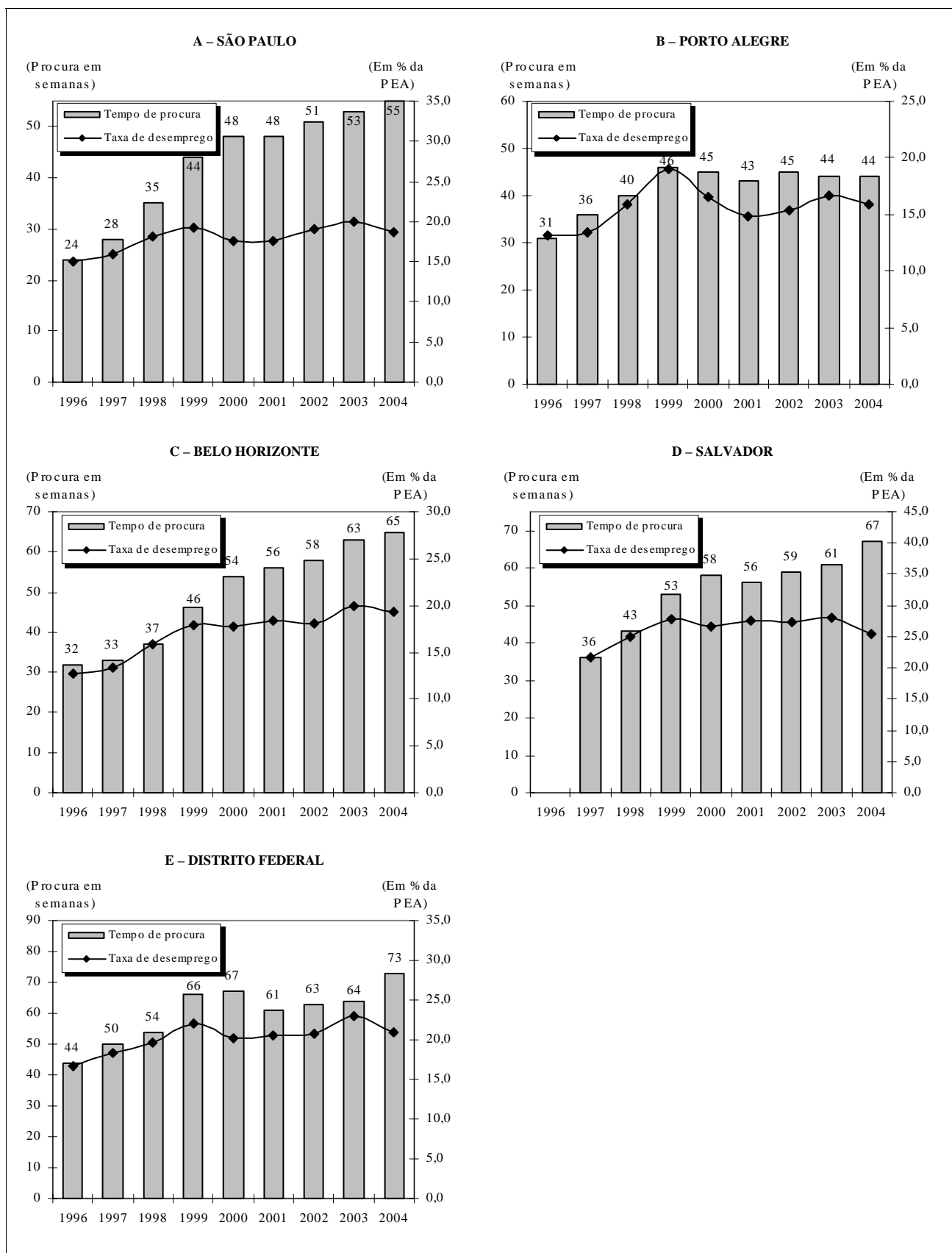
Entre 1996 e início de 1999, o mercado de trabalho conheceu o lado mais negativo da política de câmbio fixo, seja, o atributo de “importar crises” de outros países, sendo as principais a do Sudeste Asiático (1997) e a da Rússia (1998). Nessas situações de crise, havia um esgotamento da liquidez do estado anterior, e a manutenção do câmbio era feita elevando-se as taxas de juros. Se a política cambial já estava irrealista, tornou-se insustentável com esses eventos, o que redundou no colapso cambial e na mudança de regime, já em janeiro de 1999. A magnitude da “importação da crise” pode ser sugerida pela escalada do desemprego em todas as regiões metropolitanas analisadas (tab. 4).

O período pós-Plano Real, na sua primeira formulação, surpreendeu mais pela melhora em alguns indicadores do mercado de trabalho, como a volta ao crescimento mais acelerado do nível ocupacional, do que pela reação da atividade econômica. Contudo, o ritmo mais célere de criação dos postos de trabalho não resultou na redução da taxa de desemprego, em igual velocidade, e nas áreas metropolitanas pesquisadas houve uma relativa estabilidade da proporção de desempregados, em patamar muito elevado em relação à década de 80, e mesmo em comparação com a década de 90, nos anos que antecederam a *debacle* definitiva da política de câmbio fixo valorizado. Além disso, o período recente caracterizou-se por um agravamento da situação dos desempregados, com o aumento do tempo médio de procura.

No período anterior, até 1999, tempo médio de procura por trabalho e taxa de desemprego cresciam em ritmos semelhantes, o que sugeria a relação causal entre ambas as variáveis. A partir de então, a evolução

expansiva do tempo de procura passou a adquirir certa autonomia, em relação ao comportamento da taxa de desemprego (graf. 2). Em outras palavras, o tempo de procura por trabalho tornou-se um indicador mais resistente à melhora no cenário econômico. Isso é mostrado de forma emblemática em dois momentos do período pós-Plano Real: o primeiro, entre 1999 e 2000; o segundo, entre 2003 e 2004. Em ambos os casos, a recuperação econômica resultou na redução do desemprego, porém acompanhada, curiosamente, de estabilidade, ou mesmo de aumento do tempo de procura. Na Grande São Paulo, por exemplo, o declínio da taxa de desemprego total, entre 1999 e 2000, de 19,3% para 17,6%, foi simultâneo à elevação do tempo de procura, de 44 para 48 semanas.

GRÁFICO 2 - EVOLUÇÃO DO TEMPO DE PROCURA POR TRABALHO E DA TAXA DE DESEMPREGO TOTAL
REGIÕES METROPOLITANAS SELECIONADAS E DISTRITO FEDERAL - 1996-2004



Fontes: Dados básicos: Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED). Convênio DIEESE/SEADE/MTE-FAT e Instituições Regionais

Notas: a) PEA: População Economicamente Ativa; b) ver tabela 4 no anexo estatístico (seção 7); c) em Minas Gerais, as instituições regionais são Fundação João Pinheiro (FJP), Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social e Esportes/Sistema Nacional de Emprego (SEDESE/SINE-MG); no Distrito Federal, Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Humano (STDH); no Rio Grande do Sul, Fundação de Economia e Estatística Siegfried Emanuel Heuser (FEE), Fundação Gaúcha do Trabalho e Ação Social (FGTAS/SINE-RS); na Bahia, Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEL), Secretaria do Trabalho, Assistência Social e Esportes do Estado da Bahia (SETRAS), Universidade Federal da Bahia (UFBA); em Pernambuco, Secretaria de Planejamento (SEPLAN).

Mais recentemente, em 2004, a estabilidade monetária, proporcionada pelas elevações constantes dos juros e pela austeridade fiscal, não se tornou fator impeditivo da recuperação do crescimento. O bom desempenho da economia doméstica refletiu o cenário externo favorável, que permitiu que o país se beneficiasse do comércio internacional em expansão e da liquidez externa abundante. Como resultado, as taxas de crescimento dos diversos setores econômicos se sustentaram em patamares elevados, com crescimento do PIB em 3,9%, com resultados positivos sobre a expansão ocupacional. O virtuosismo econômico gerou a esperada redução do desemprego em todas as regiões metropolitanas analisadas, porém com aumento no tempo de procura por trabalho em todos os casos, com a exceção da Grande Porto Alegre, onde o indicador manteve-se estável.

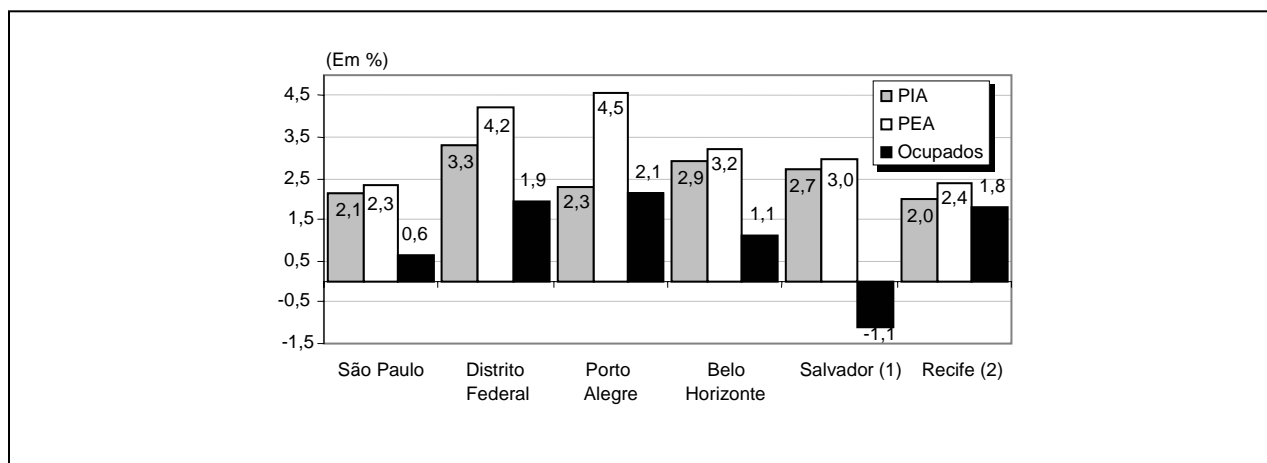
Em busca de mais elementos para analisar as mutações do desemprego, a seção 3 analisará ruptura da evolução do crescimento das ocupações entre o período de 1996 a 1999, e o período posterior, de 2000 a 2004.

3 DINÂMICA DO CRESCIMENTO OCUPACIONAL

3.1 Período de 1996 a 1999: crise do mercado de trabalho

Um dos aspectos marcantes na evolução ocupacional, entre 1996 e 1999, foi a baixa capacidade da atividade produtiva de gerar postos de trabalho. Nas seis regiões metropolitanas analisadas, o ritmo de geração de ocupação foi inferior ao crescimento da população em idade ativa (PIA). Na Grande Salvador, o crescimento ocupacional chegou a ser negativo, de 1,1% a.a., entre 1997 e 1999, enquanto que a PIA obtinha incremento de 2,7% a.a. no mesmo período (graf. 3 e tab. 6). Na região metropolitana de São Paulo, o crescimento da PIA era menor (2,1% a.a.), mas o incremento ocupacional também era inferior ao ritmo demográfico da PIA (0,6% a.a.). O descompasso do tímido ritmo de crescimento das ocupações em atender às necessidades da sociedade de trabalho tornava-se ainda mais evidente ao analisar crescimento efetivo da força de trabalho (PEA). Ele era mais acelerado que o aumento da população em idade adulta, devido a mudanças do comportamento da sociedade, como a entrada da mulher no mercado de trabalho. Na área metropolitana da capital gaúcha, o crescimento da PEA era de 4,5% a.a., mas as ocupações cresciam a 2,1% a.a., o que resultava na rápida formação do estoque de desempregados.

GRÁFICO 3 – VARIÇÕES ANUAIS MÉDIAS DA POPULAÇÃO EM IDADE ATIVA (PIA), DA POPULAÇÃO ECONOMICAMENTE ATIVA (PEA) E DOS OCUPADOS - REGIÕES METROPOLITANAS SELECIONADAS E DISTRITO FEDERAL – 1996/1999



Fontes: Dados básicos: Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED). Convênio DIEESE/SEADE/MTE-FAT e Instituições Regionais

Notas: a) PIA: População em Idade Ativa; b) ver tabela 6 no anexo estatístico (seção 7); c) em Minas Gerais, as instituições regionais são Fundação João Pinheiro (FJP), Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social e Esportes/Sistema Nacional de Emprego (SEDESE/SINE-MG); no Distrito Federal, Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Humano (STDH); no Rio Grande do Sul, Fundação de Economia e Estatística Siegfried Emanuel Heuser (FEE), Fundação Gaúcha do Trabalho e Ação Social (FGTAS/SINE-RS); na Bahia, Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEL), Secretaria do Trabalho, Assistência Social e Esportes do Estado da Bahia (SETRAS), Universidade Federal da Bahia (UFBA); em Pernambuco, Secretaria de Planejamento (SEPLAN).

(1) Salvador: variação entre 1997 e 1999. (2) Recife: variação entre 1998 e 1999.

Em relação aos setores de atividade econômica (tab. 7), um importante movimento que afetou a composição dos ocupados, nesse período, relaciona-se ao decréscimo dos ocupados na indústria, mais acentuado na Grande São Paulo (4,2% a.a.), justamente a área metropolitana mais industrializada, mas também observado nas outras regiões estudadas (1,5% a.a., em Porto Alegre, 2,6% a.a., em Belo Horizonte; e 1,7% a.a., em Salvador). A desindustrialização nas regiões de São Paulo, Porto Alegre e Belo Horizonte ocorreu tanto nos seus ramos modernos como nos respectivos segmentos tradicionais, enquanto, na área metropolitana de Salvador, a retração ocupacional havia se circunscrito aos segmentos modernos (6,6% a.a.). Em Salvador e Belo Horizonte, a expansão de postos de trabalho na construção civil compensou em parte a retração na indústria, em ambas as regiões metropolitanas. O mesmo não ocorreu, porém, em São Paulo nem em Porto Alegre.

O setor de serviços, por sua vez, cresceu em Porto Alegre (3,2% a.a.), em São Paulo (2,4% a.a.) e em Belo Horizonte (1,6% a.a.), mas retraiu-se em Salvador (1% a.a.). A evolução dos subsetores dos serviços foi bastante diferenciada entre as regiões analisadas, mas existem alguns pontos em comum. Por um lado, o subsetor de serviços distributivos, que tem uma dinâmica muito sensível ao comportamento da demanda, por exemplo, cresceu pouco em Belo Horizonte (1% a.a.) e se retraiu nas regiões de São Paulo e Salvador (5% a.a.) principalmente. Por outro lado, o subsetor de serviços produtivos, provavelmente influenciado pela terceirização, teve crescimento na Grande São Paulo (5% a.a.) e nas demais regiões analisadas. Com a exceção da área metropolitana de Salvador, o setor de serviços pessoais, nesse período, absorveu relativamente mais trabalhadores, que em outros segmentos dos serviços.

TABELA 2 - VARIAÇÃO ANUAL MÉDIA DOS OCUPADOS, SEGUNDO SETORES E SUBSETORES DE ATIVIDADE
REGIÕES METROPOLITANAS SELECIONADAS – 1996-1997/1999/2002/2004
(PERCENTAGEM)

ESPECIFICAÇÃO	SÃO PAULO				PORTO ALEGRE				BELO HORIZONTE				SALVADOR			
	1999/ 1996	2002/ 1999	2004/ 2002	2004/ 1999	1999/ 1996	2002/ 1999	2004/ 2002	2004/ 1999	1999/ 1996	2002/ 1999	2004/ 2002	2004/ 1999	1999/ 1997	2002/ 1999	2004/ 2002	2004/ 1999
Ocupados	0,6	2,4	1,9	2,2	2,1	2,9	1,7	2,4	1,1	3,7	3,6	3,6	-1,1	4,1	3,8	4,0
Indústria	-4,2	3,3	-0,5	1,8	-1,5	2,9	1,1	2,2	-2,6	3,9	3,3	3,7	-1,7	4,9	5,0	4,9
Moderna	-5,0	2,8	0,3	1,8	-1,6	2,9	3,6	3,2	-1,8	3,1	5,5	4,0	-6,6	7,3	11,3	8,9
Tradicional	-3,4	3,8	-1,1	1,8	-1,5	2,9	-0,6	1,5	-3,3	4,6	1,7	3,5	2,0	3,2	0,9	2,2
Construção civil	-7,8	7,9	-5,9	2,2	-0,9	-1,9	-1,5	-1,7	5,6	-12,1	-7,5	-10,3	3,1	6,4	-3,7	2,2
Serviços	2,4	2,0	2,7	2,3	3,2	3,2	1,8	2,6	1,6	4,8	4,4	4,6	-1,0	4,2	3,8	4,0
Produtivos	5,0	2,7	5,8	3,9	4,6	8,4	-0,9	4,6	2,5	4,3	4,2	4,2	0,9	6,1	2,2	4,5
Distributivos	-0,1	2,1	1,6	1,9	2,9	1,7	2,8	2,2	1,0	4,9	3,0	4,1	-5,0	4,6	5,4	4,9
Sociais	1,7	2,1	2,6	2,3	1,1	4,3	2,5	3,6	2,9	4,4	6,9	5,4	1,8	3,7	5,4	4,3
Pessoais.....	3,3	2,2	2,1	2,2	5,1	2,0	-0,5	1,0	2,1	2,7	2,5	2,6	-0,5	3,5	2,9	3,3
Reformas e reparação	3,6	1,3	3,0	2,0	1,8	1,5	4,9	2,9	-5,1	11,1	6,1	9,1	-1,5	2,9	0,5	1,9
Outros serviços	5,1	-1,8	0,0	-1,1	10,1	0,8	0,0	0,5	9,8	5,2	6,8	5,8	2,5	8,7	1,8	5,9
Outros setores	-7,0	10,4	10,9	10,6	5,3	-17,0	41,4	2,7	-2,4	-5,4	8,7	0,0	-7,8	-13,5	16,8	-2,5
Sem informação	(1)	(1)	(1)	(1)	(1)	(1)	(1)	(1)	(1)	(1)	(1)	(1)	(1)	(1)	(1)	(1)

Fontes: Dados básicos: Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED). Convênio DIEESE/SEADE/MTE-FAT e Instituições Regionais

Notas: a) setores e subsetores: ver tabela 7 no anexo estatístico (seção 7); b) em Minas Gerais, as instituições regionais são Fundação João Pinheiro (FJP), Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social e Esportes/Sistema Nacional de Emprego (SEDESE/SINE-MG); no Distrito Federal, Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Humano (STDH); no Rio Grande do Sul, Fundação de Economia e Estatística Siegfried Emanuel Heuser (FEE), Fundação Gaúcha do Trabalho e Ação Social (FGTAS/SINE-RS); na Bahia, Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI), Secretaria do Trabalho, Assistência Social e Esportes do Estado da Bahia (SETRAS), Universidade Federal da Bahia (UFBA); em Pernambuco, Secretaria de Planejamento (SEPLAN).

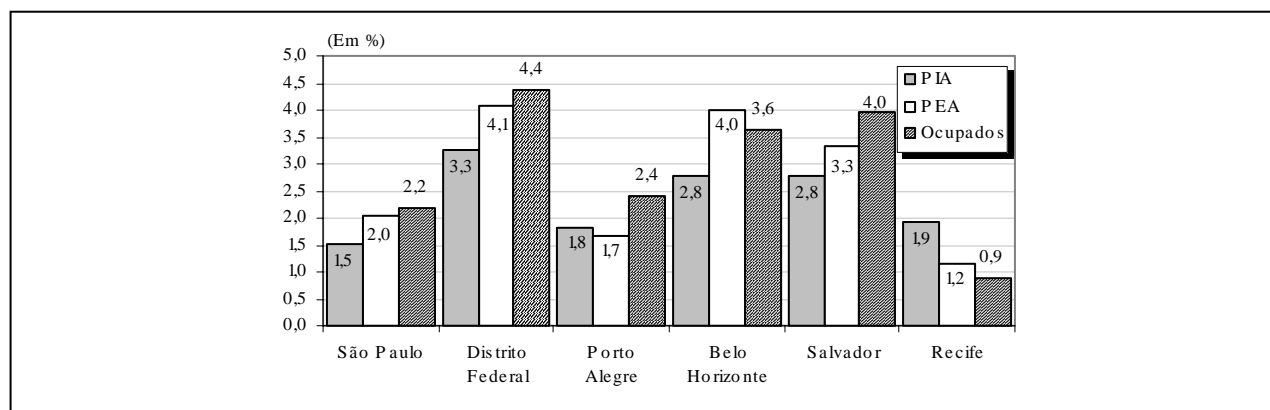
(1) A amostra não comporta desagregação para essa categoria.

Deve-se observar que, nesse momento de crise, as duas formas de inserção com maiores rendimentos se retraíram nas áreas metropolitanas analisadas. Eram os assalariados no setor público (3,6% a.a. na RMPA, 3,3% a.a., na RMS; 1,6% a.a., na RMBH; e 1,4% a.a., na RMSP) e os empregadores (6,7% a.a., na RMS; 2,5% a.a., na RMBH; e 2% a.a. em RMSP), com a exceção de Porto Alegre. Tais movimentos sugerem a crise permeando o setor público de um lado e o número de negócios no setor privado de outro (tab. 11). Também merece destaque o fato de que, nesse período, buscou-se o uso de formas flexíveis de trabalho, processo em grande parte conhecido como de terceirização, pela subcontratação de assalariados e contratação de autônomos por empresas. Na época, o número de assalariados subcontratados no setor privado obtinha incrementos expressivos de 17,1% a.a. em Porto Alegre, 9,8% anuais na região soteropolitana, 7,9% na RMBH e 5,9% na RMSP. O uso da contratação de autônomos nas empresas, uma outra categoria de terceirização, também havia ampliado nas regiões, com exceção da área metropolitana de Salvador. Segundo as categorias ocupacionais (tab. 13), houve retração entre os ocupados não-qualificados na execução nas regiões de Salvador e Belo Horizonte, de serviços gerais em Salvador e São Paulo e de serviços de escritório na Grande Belo Horizonte e na RMSP. Além, claro, da redução ou estagnação do número de empresários.

3.2 Período de 2000 a 2004: moderada recuperação do mercado de trabalho

O ano de 2000 marca a ruptura de tendência da situação do mercado de trabalho em relação ao período anterior. O advento de uma nova fase pode ser caracterizado, basicamente, pelo ritmo célere e consistente de geração de ocupações. Com exceção da Grande Recife, esse ritmo foi até mesmo superior ao crescimento da população em idade ativa. De fato, em quatro das seis áreas metropolitanas analisadas, o crescimento do nível ocupacional chegou a ser superior ao elevado crescimento da PEA, o que ocasionou redução do desemprego em relação aos níveis de 1999 (graf. 4 e tab. 6).

GRÁFICO 4 – VARIÇÕES ANUAIS MÉDIAS DA POPULAÇÃO EM IDADE ATIVA (PIA), DA POPULAÇÃO ECONOMICAMENTE ATIVA (PEA) E DOS OCUPADOS - REGIÕES METROPOLITANAS SELECIONADAS E DISTRITO FEDERAL – 1999/2004



Fontes: Dados básicos: Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED). Convênio DIEESE/SEADE/MTE-FAT e Instituições Regionais

Notas: a) ver tabela 6 no anexo estatístico (seção 7); b) em Minas Gerais, as instituições regionais são Fundação João Pinheiro (FJP), Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social e Esportes/Sistema Nacional de Emprego (SEDESE/SINE-MG); no Distrito Federal, Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Humano (STDH); no Rio Grande do Sul, Fundação de Economia e Estatística Siegfried Emanuel Heuser (FEE), Fundação Gaúcha do Trabalho e Ação Social (FGTAS/SINE-RS); na Bahia, Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SED), Secretaria do Trabalho, Assistência Social e Esportes do Estado da Bahia (SETRAS), Universidade Federal da Bahia (UFBA); em Pernambuco, Secretaria de Planejamento (SEPLAN).

Mas essa recuperação, entretanto, foi moderada, na medida em que o incremento ocupacional não reduziu a taxa de desemprego aos níveis de meados da década de 90. Nesse período a ocupação crescia 2,2% ao ano, enquanto a PEA aumentava num ritmo de 2% a.a. na RMS. No Distrito Federal, a PEA crescia 4,1% a.a., mas o incremento ocupacional era ainda maior, 4,4% a.a. (tab. 6).

Por setor de atividade, observou-se que a aceleração do crescimento das ocupações decorreu da retomada da capacidade de geração de postos de trabalho de setores que cresciam mais lentamente na fase anterior, ou mesmo que estavam se retraindo, como o setor industrial. Nesse último setor, é emblemático o comportamento do subsetor moderno da indústria na Grande Salvador, que passa da posição de segundo subsetor que mais encolhia no primeiro período ao que mais expandia no período de 2000 a 2004 (tab. 2). Os segmentos tradicionais da indústria imitaram a evolução do setor moderno, embora em menor intensidade, em todas as regiões metropolitanas, com a exceção da de São Paulo, onde o ritmo foi igual ao do setor moderno. Dentre os subsetores que já cresciam no primeiro período, mas que aceleraram a geração de postos de trabalho posteriormente, deve-se mencionar os serviços sociais e os produtivos. O comportamento desses subsetores sugere que o processo de terceirização em curso na fase mais recente era mais decorrente do aumento da complexidade da economia em expansão do que de uma saturação do setor terciário pela mão-

de-obra expelida do setor industrial, uma vez que os setores que mais se expandiam demandavam um trabalho mais qualificado.

A construção civil foi o setor que apresentou as menores taxas de crescimento, ao desacelerar, no caso de Salvador, e retrair seu nível ocupacional, nos casos de Porto Alegre e Belo Horizonte. Nesse último caso, o comportamento de crescimento de 5,6% a.a., no período de 1996 a 1999, foi substituído por uma dinâmica de expressiva retração de 10,5% a.a., no período de 2000 a 2004 (tab. 2).

Pela análise da forma de inserção, observou-se que a recuperação moderada do mercado de trabalho também refletiu na retomada da sua formalização, uma vez que se notou crescimento mais expressivo dos trabalhadores assalariados com carteira no setor privado, e em especial, a de Salvador (5,7% a.a.) e na reversão de tendência de redução para aumento entre assalariados no setor público (tab. 11). Ainda sobre os assalariados no setor privado, deve-se mencionar a desaceleração do crescimento do segmento dos subcontratados, entre os dois períodos, o que sugere o aumento da qualidade desses postos de trabalho. A exceção está na Grande São Paulo.

Embora a taxa de crescimento dos autônomos tenha se mantido positiva, essa expansão foi menos intensa que a média do crescimento das ocupações, com a exceção de São Paulo. Similar ao observado entre os assalariados no setor público, os empregadores, que haviam diminuído ao longo do primeiro período, se expandiram na fase subsequente, o que pode estar refletindo o aumento do número de negócios e das iniciativas empreendedoras (tab. 2). Por categoria ocupacional, observou-se que os maiores incrementos tenderam a ocorrer em grupos de profissões que tinham sofrido menos com o limitado crescimento ocupacional no período anterior, como as atividades de planejamento e organização e as ocupações qualificadas e semiqualficadas na execução.

4 EVOLUÇÃO DO DESEMPREGO

4.1 Período de 1996 a 1999: crise do mercado de trabalho

O recrudescimento do desemprego no período de 1996 a 1999 assumiu características distintas nas regiões metropolitanas analisadas. Nas de São Paulo, Porto Alegre, Salvador e Recife, o aumento do desemprego incidiu mais no seu componente oculto, tanto no desemprego oculto pelo desalento como no oculto pelo trabalho precário. Na região metropolitana de Belo Horizonte e no Distrito Federal, entretanto, o desemprego aberto havia crescido com maior intensidade (tab. 6).

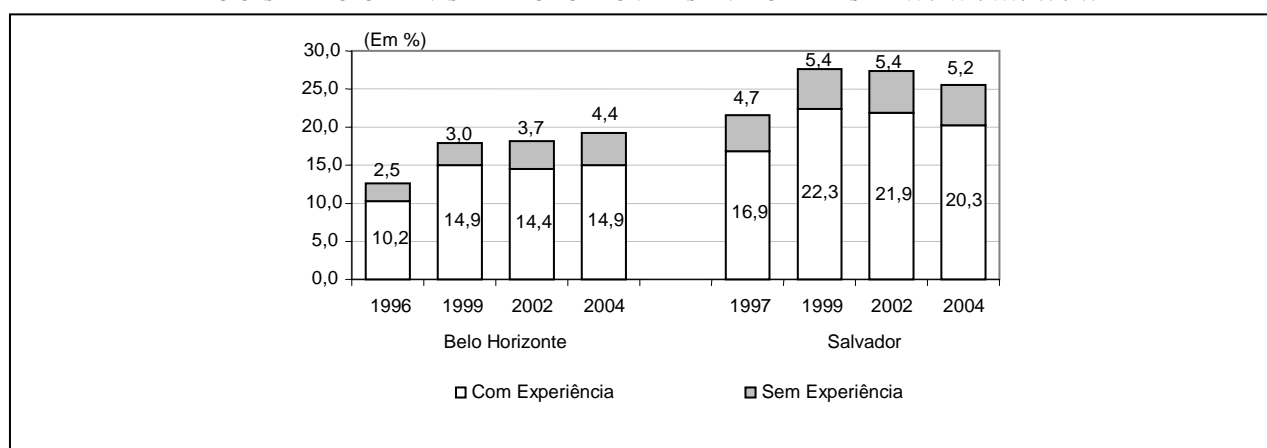
Na análise das regiões metropolitanas de Porto Alegre, Salvador e Belo Horizonte, é notório o fato de que o desemprego cresceu no componente das pessoas com experiência anterior de trabalho. Por outro lado, a participação dos sem experiência anterior não havia variado muito entre 1996 e 1999 (graf. 5 e tab. 18).

Dada a maior relevância do movimento de aumento do desemprego das pessoas com experiência anterior, decidimos neste estudo investigar mais detidamente as origens dos desempregados com experiência,

segundo aspectos da sua antiga inserção. Complementa a análise dos ritmos de crescimentos dos setores o índice de geração de desemprego. Ao relacionar a proporção de desempregados com a de ocupados no mesmo setor, ele fornece um elemento para se avaliar se o setor está gerando mais desempregados (quando maior que um) ou contribuindo para não elevar os desempregados (se menor que um)⁴⁹ num período de crescimento do desemprego.

Como a evolução dos ritmos de crescimento da ocupação já sugeriam, os subsetores da indústria é que apresentavam índices elevados de geração de desemprego no período de 1996 a 1999. Deve-se ressaltar que já em 1996, esse índice era maior que um, em todas as regiões analisadas, o que sugere um processo de retração já em curso no início do período analisado (tab. 8).

GRÁFICO 5 - COMPOSIÇÃO DA TAXA DE DESEMPREGO, POR EXPERIÊNCIA ANTERIOR DE TRABALHO, SEGUNDO AS REGIÕES METROPOLITANAS DE BELO HORIZONTE E SALVADOR – BRASIL – 1996-1997/1999/2002/2004



Fontes: Dados básicos: Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED). Convênio DIEESE/SEADE/MTE-FAT e Instituições Regionais

Notas: a) ver tabela 17 no anexo estatístico (seção 7); b) em Minas Gerais, as instituições regionais são Fundação João Pinheiro (FJP), Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social e Esportes/Sistema Nacional de Emprego (SEDESE/SINE-MG); no Distrito Federal, Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Humano (STDH); no Rio Grande do Sul, Fundação de Economia e Estatística Siegfried Emanuel Heuser (FEE), Fundação Gaúcha do Trabalho e Ação Social (FGTAS/SINE-RS); na Bahia, Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SED), Secretaria do Trabalho, Assistência Social e Esportes do Estado da Bahia (SETRAS), Universidade Federal da Bahia (UFBA); em Pernambuco, Secretaria de Planejamento (SEPLAN).

Apesar do crescimento ocupacional expressivo, a construção civil apresentou alto índice de geração de desempregados e cresceu mais na região metropolitana de Salvador (de 2,2 para 2,6). O oposto ocorreu com o setor de serviços, que manteve o período com índice inferior a um, indicando haver possuído um contingente de ocupados maior, relativamente, que a parcela de desempregados provenientes desse setor. Dentro dos serviços, os subsetores com menores índices foram os sociais (0,5 na RMSP, RMPA e RMBH), enquanto os pessoais foram superiores a um (1,3 na Grande Belo Horizonte e em Porto Alegre, e 1,1 nas regiões metropolitanas de Salvador e São Paulo, em 1999).

O cotejamento entre os índices de geração de desemprego (tab. 8) e a evolução do tempo de procura por trabalho dos desempregados (tab. 3) induz a relação positiva entre as duas variáveis, ao longo do período. Essa relação torna-se mais evidente nos setores e subsetores que absorviam mão-de-obra menos qualificada, ou seja, na indústria tradicional, na construção civil (RMSP e RMS principalmente), nos serviços pessoais e nas reformas e reparação (RMSP, RMPA e RMS). Embora, no início do período, os

⁴⁹ Uma exposição mais detalhada sobre o Índice de Geração de Desemprego é encontrada no Informativo CEI (A ORIGEM..., 2004), e seu primeiro emprego deu-se no estudo do Informativo PED-RMBH (1996).

desempregados originários desses setores e subsetores tivessem um tempo de procura menor, o crescimento havia sido mais intenso que nos serviços produtivos e sociais (que tendiam a absorver mão-de-obra mais qualificada) entre 1996 e 1999 (tab. 9).

TABELA 3 - VARIAÇÃO ANUAL MÉDIA DO TEMPO MÉDIO DE PROCURA POR TRABALHO DOS DESEMPREGADOS COM EXPERIÊNCIA, SEGUNDO SETORES E SUBSETORES DE ATIVIDADE DO ÚLTIMO TRABALHO REGIÕES METROPOLITANAS SELECIONADAS – 1996-1997/1999/2002/2004 (PERCENTAGEM)

ESPECIFICAÇÃO	SÃO PAULO (RMSP)				PORTO ALEGRE (RMPA)				BELO HORIZONTE (RMBH)				SALVADOR (RMS)			
	1999/ 1996	2002/ 1999	2004/ 2002	2004/ 1999	1999/ 1996	2002/ 1999	2004/ 2002	2004/ 1999	1999/ 1996	2002/ 1999	2004/ 2002	2004/ 1999	1999/ 1997	2002/ 1999	2004/ 2002	2004/ 1999
Ocupados	24,2	4,8	3,7	4,4	14,5	-1,4	-1,1	-1,3	11,7	9,3	6,5	8,1	21,9	3,5	6,4	4,6
Indústria	23,6	5,6	1,7	4,0	15,9	-6,7	1,2	-3,7	11,1	8,9	10,7	9,6	21,5	1,1	6,8	3,3
Moderna	24,5	4,1	3,2	3,8	14,1	-6,5	0,0	-3,9	8,1	13,0	6,3	10,2	13,4	1,0	5,2	2,7
Tradicional	23,5	6,4	0,8	4,1	15,6	-7,0	2,4	-3,4	12,3	6,7	13,6	9,4	28,4	1,1	8,4	3,9
Construção civil	21,3	8,9	5,5	7,6	6,1	9,8	-11,9	0,5	15,8	8,2	11,6	9,5	28,7	0,6	10,5	4,4
Serviços	22,4	5,0	4,8	4,9	15,7	-1,4	0,0	-0,8	11,7	9,3	4,9	7,5	20,8	3,6	6,5	4,7
Produtivos	19,8	3,0	2,1	2,6	12,5	-1,4	1,1	-0,4	4,9	7,6	3,5	5,9	21,0	1,1	5,5	2,8
Distributivos	21,6	3,6	5,8	4,5	16,1	-1,4	1,1	-0,4	11,7	8,0	4,2	6,5	18,3	3,5	5,5	4,3
Sociais	22,8	5,7	-1,7	2,7	15,9	-4,4	5,0	-0,7	10,1	6,0	8,5	7,0	24,4	3,5	3,4	3,4
Pessoais	25,0	6,1	5,9	6,1	10,7	3,1	-3,3	0,5	15,9	14,5	2,4	9,5	23,8	6,1	9,5	7,5
Reformas e reparação	26,9	5,4	5,3	5,4	25,2	-4,1	-6,9	-5,2	10,3	6,6	13,2	9,2	28,7	-0,6	10,1	3,5
Outros serviços	20,1	6,3	7,2	6,6	(1)	-0,6	-2,9	-1,6	(1)	9,0	5,2	7,4	(1)	15,4	2,4	10,0

Fontes: Dados básicos: Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED). Convênio DIEESE/SEADE/MTE-FAT e Instituições Regionais

Notas: a) setores e subsetores: ver tabela 7 no anexo estatístico (seção 7); b) em Minas Gerais, as instituições regionais são Fundação João Pinheiro (FJP), Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social e Esportes/Sistema Nacional de Emprego (SEDESE/SINE-MG); no Distrito Federal, Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Humano (STDH); no Rio Grande do Sul, Fundação de Economia e Estatística Siegfried Emanuel Heuser (FEE), Fundação Gaúcha do Trabalho e Ação Social (FGTAS/SINE-RS); na Bahia, Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI), Secretaria do Trabalho, Assistência Social e Esportes do Estado da Bahia (SETRAS), Universidade Federal da Bahia (UFBA); em Pernambuco, Secretaria de Planejamento (SEPLAN).

(1) A amostra não comporta a desagregação para essa categoria.

Segundo as categorias ocupacionais, observamos que as ocupações de baixa qualificação apresentaram índices de geração de desemprego mais elevados que as demais ocupações. No início do período, no grupo de execução, a única categoria com índice superior à unidade era a de ocupações não-qualificadas (1,8 na RMSP e RMPA, 1,9 na RMBH, e 2,0 na RMS), enquanto que nas categorias de apoio, os maiores índices encontravam-se nos serviços gerais (1,4 na RMSP e RMPA, e 1,5 nas outras duas regiões metropolitanas). Ademais, os índices dessas categorias ampliaram-se ao longo do período ou mantiveram-se relativamente estáveis nos seus elevados patamares (tab. 14).

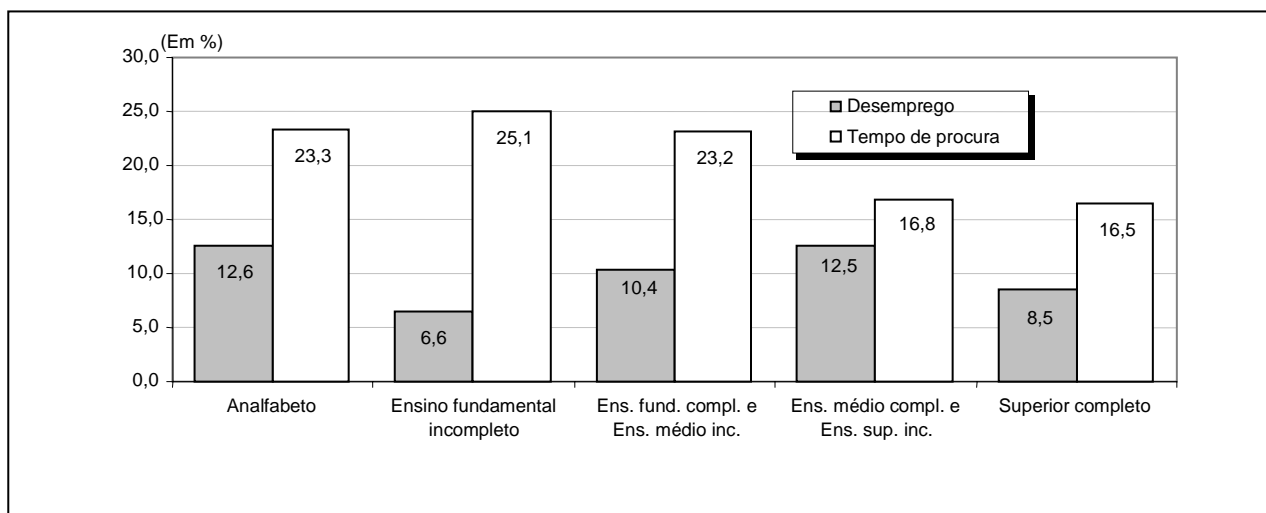
De forma análoga ao estudo setorial, constatou-se correlação positiva entre os índices de geração de desemprego e o tempo de procura, uma vez que as maiores elevações do tempo de procura incidiram nas ocupações não-qualificadas de execução, e nos serviços gerais (tab. 16). Embora tais segmentos dos desempregados estivessem associados com menor tempo de procura, no início do período, as mudanças ao longo do período atenuaram essa particularidade das ocupações de baixa qualificação.

No período de elevação do desemprego, apesar de indivíduos com atributos pessoais específicos (mulheres, negros, jovens, membros não-chefes de domicílio e indivíduos menos escolarizados) terem sido mais vulneráveis ao desemprego, observou-se também a intensificação do desemprego para homens, chefes de domicílio e indivíduos mais escolarizados (tab. 18). Conquanto os jovens sofressem mais com o desemprego, a sua incidência, ao longo desses anos, foi maior entre as pessoas de 40 anos ou mais.

Pelos movimentos do tempo de procura por trabalho, pôde-se observar uma maior dificuldade de reinserção de segmentos da PEA, que em períodos precedentes tinham desemprego de menor duração. Essa

transformação é mais clara observando os desempregados segundo os níveis de instrução (graf. 6). Embora o menor tempo de procura, nos anos iniciais, fosse relacionado aos segmentos de menor escolaridade, a ampliação do tempo de procura havia incidido no mesmo, refletindo o processo de marginalização desse segmento da PEA (tab. 20). Pôde-se também observar, a elevação do tempo de procura em alguns grupos associados ao perfil de baixa qualificação, como os negros.

GRÁFICO 6 - VARIAÇÃO ANUAL MÉDIA DA TAXA DE DESEMPREGO E DO TEMPO MÉDIO DE PROCURA POR TRABALHO, SEGUNDO NÍVEIS DE INSTRUÇÃO - REGIÃO METROPOLITANA DE SÃO PAULO - 1996/1999



Fontes: Dados básicos: Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED). Convênio DIEESE/SEADE/MTE-FAT e Instituições Regionais

Notas: a) ver tabela 17 no anexo estatístico (seção 7); b) em Minas Gerais, as instituições regionais são Fundação João Pinheiro (FJP), Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social e Esportes/Sistema Nacional de Emprego (SEDESE/SINE-MG); no Distrito Federal, Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Humano (STDH); no Rio Grande do Sul, Fundação de Economia e Estatística Siegfried Emanuel Heuser (FEE), Fundação Gaúcha do Trabalho e Ação Social (FGTAS/SINE-RS); na Bahia, Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI), Secretaria do Trabalho, Assistência Social e Esportes do Estado da Bahia (SETRAS), Universidade Federal da Bahia (UFBA); em Pernambuco, Secretaria de Planejamento (SEPLAN).

4.2 Período de 2000 a 2004: moderada recuperação do mercado de trabalho

A elevação do ritmo de crescimento das ocupações fez com que se reduzisse a taxa de desemprego em quatro áreas metropolitanas analisadas, e desacelerasse o crescimento nas outras duas regiões (de Belo Horizonte, e Recife) em relação ao momento anterior. Com a exceção da RMSP, a redução do desemprego incidiu exatamente naquelas situações onde o mesmo mais tinha se agravado no final da década de 90.

Assim, o desemprego oculto, que tinha crescido mais na Grande Porto Alegre do que o desemprego aberto (19,9% a.a. e 10% a.a., respectivamente) entre 1996 e 1999, foi também a taxa de desemprego que mais se retraiu (5,5% a.a.), entre 2000 e 2004, refletindo o decréscimo, em especial, do desemprego oculto pelo trabalho precário (6,1% a.a.). No Distrito Federal, por sua vez, a redução da taxa de desemprego total decorreu da diminuição do desemprego aberto (1,9% a.a.), uma vez que o desemprego oculto havia crescido 0,6% a.a., entre 2000 e 2004. No período da crise, o desemprego aberto havia crescido 10,1% a.a., enquanto que o desemprego oculto havia ampliado 9,4% a.a. (tab. 6).

Entre 2000 e 2004, a recuperação moderada, na maioria dos casos, fez com que o componente das pessoas sem experiência anterior na taxa de desemprego aumentasse em relação ao das pessoas com experiência, refletindo a maior desafio dos entrantes na PEA. Entretanto, a taxa de desemprego continuou a

ser influenciada principalmente pelo componente dos desempregados com experiência anterior de trabalho (graf. 5 e tab. 17).

O índice de geração de desemprego, entre 1999 e 2004, reduziu-se no setor industrial e elevou-se ou manteve-se estável no setor de serviços, fazendo com que, ao final do período, em ambos setores o índice indicasse neutralidade, ou valor próximo disso. Mas esse comportamento não eliminou a sua relação positiva com o tempo de procura por trabalho, observada no período anterior, mais evidente em alguns subsetores. No segmento tradicional da indústria, com índice superior à unidade, o tempo de procura de seus desempregados cresceu 4,1% a.a. na Grande São Paulo. Por outro lado, com baixo índice de geração de desemprego nos serviços sociais e produtivos, os desempregados com experiência anterior nesses setores sofreram ampliação mais atenuada de seus respectivos tempos de procura, na maioria dos casos (tab. 3). Esses movimentos tiveram como resultado, a maior ampliação do tempo de procura por trabalho de desempregados oriundos de setores demandantes de mão-de-obra menos qualificada, que ao início do período de estudo, tinham os menores tempos de procura.

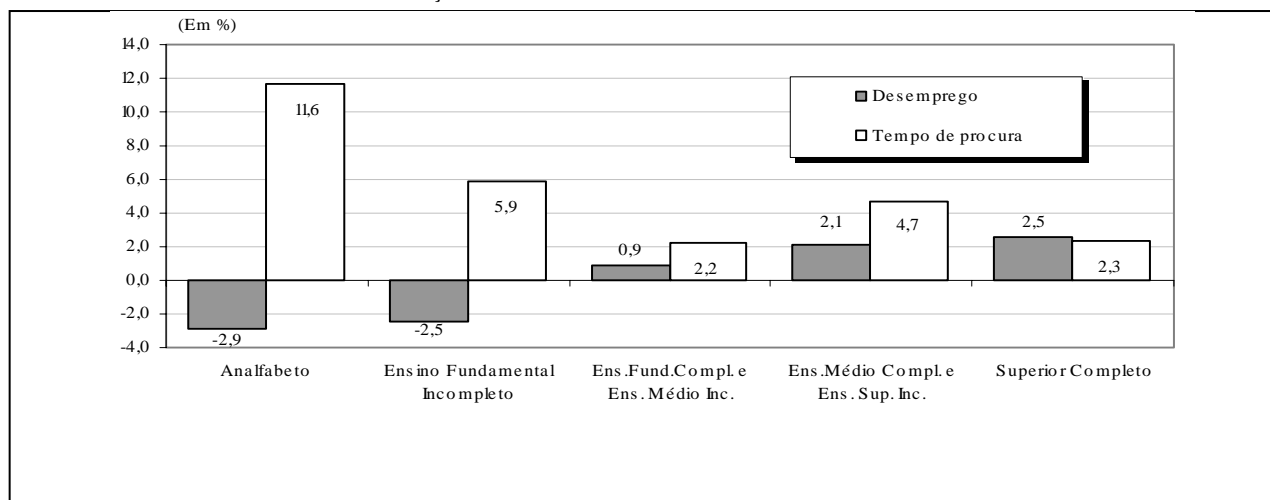
Segundo as categorias ocupacionais, os índices de geração de desemprego no período de 2000 a 2004 reforçaram as tendências já delineadas na fase anterior de maior dificuldade de inserção dos ocupados menos qualificados, uma vez que nas categorias não-qualificadas de execução e em serviços gerais, houve crescimento da relação entre a proporção de desempregados que desempenhavam essas ocupações, e os ocupados em atividade (tab. 14).

Similarmente à análise setorial, observou-se aumento mais intenso do tempo de procura por trabalho dos desempregados com experiência anterior de trabalho com menos qualificação na execução e no apoio, evidenciando, mais uma vez, a relação entre o maior índice de geração de desemprego e o aumento do tempo de procura em ambas áreas metropolitanas (tab. 16).

No período de recuperação moderada do mercado de trabalho, evidenciou-se a desassociação da evolução da taxa de desemprego e do tempo de procura por trabalho, que no período anterior, tinham elevado *pari passu*. Esse novo comportamento não foi observado de forma generalizada entre os vários segmentos da força de trabalho, e de fato, o desvencilhamento entre as dinâmicas das taxas de desemprego e do tempo de procura assumiu maiores proporções entre os segmentos com menor instrução (graf. 7).

A combinação de maior tempo de procura por trabalho, com redução do desemprego, nos segmentos mais fragilizados da força de trabalho, exprime o real sentido desse movimento do desemprego, que diminui não pela maior (re)inserção na ocupação, mas sim pela sua expulsão na força de trabalho, ao serem compelidos a entrar na inatividade. Dessa forma, o maior tempo de procura tende a refletir, e consubstanciar, a discriminação desse segmento da sociedade.

GRÁFICO 7 - VARIAÇÃO ANUAL MÉDIA DA TAXA DE DESEMPREGO E DO TEMPO MÉDIO DE PROCURA POR TRABALHO, SEGUNDO NÍVEIS DE INSTRUÇÃO - REGIÃO METROPOLITANA DE SÃO PAULO - 2000/2004



Fontes: Dados básicos: Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED). Convênio DIEESE/SEADE/MTE-FAT e Instituições Regionais

Notas: ver tabela 17 no anexo estatístico (seção 7); b) em Minas Gerais, as instituições regionais são Fundação João Pinheiro (FJP), Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social e Esportes/Sistema Nacional de Emprego (SEDESE/SINE-MG); no Distrito Federal, Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Humano (STDH); no Rio Grande do Sul, Fundação de Economia e Estatística Siegfried Emanuel Heuser (FEE), Fundação Gaúcha do Trabalho e Ação Social (FGTAS/SINE-RS); na Bahia, Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI), Secretaria do Trabalho, Assistência Social e Esportes do Estado da Bahia (SETRAS), Universidade Federal da Bahia (UFBA); em Pernambuco, Secretaria de Planejamento (SEPLAN).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo, ao utilizar periodização já delineada em trabalhos anteriores (RODARTE; BRAGA; QUEIROZ, 2004; RODARTE; QUEIROZ, 2004), visou aprofundar a investigação sobre a mutação do desemprego ao longo do período entre 1996 e 2004. Apesar de o desemprego manter-se relativamente estável, ou mesmo ter se reduzindo nos anos posteriores a 1999, o tempo de procura por trabalho manteve a trajetória de crescimento, ano após ano.

Buscou-se investigar as razões desse comportamento, que se mostrou relacionado ao processo de marginalização da PEA menos qualificada. Semelhante fenômeno só pôde ser engendrado pelo contexto histórico definido nos últimos 15 anos: a criação, na década de 90, de um contingente de desempregados em magnitude sem precedentes na história do país, de um lado; e a modernização dos processos produtivos, de outro, são os principais condicionantes da redefinição do trabalhador ideal requerido pelo mercado de trabalho, de perfil mais qualificado, pois o excesso de oferta de mão-de-obra estimulou a tornar a demanda mais exigente quanto à qualificação, que em parte, foi legitimada pela complexificação do exercício das atividades.

Os desempregados da indústria tradicional, dos serviços pessoais, de reforma e reparação, e em especial, da construção civil, e que exerciam atividades não-qualificadas na execução ou nos serviços gerais, parecem ter sido os alvos preferenciais desse recente processo de discriminação. Sob o aspecto dos atributos pessoais, observou-se relação direta entre o aumento do tempo de procura e os segmentos: chefes de domicílios, pessoas com 40 anos ou mais, e baixo nível de instrução.

A gravidade desse diagnóstico deve ser apontada em dois aspectos. O primeiro refere-se à “queima de capital humano”, pois o maior tempo de afastamento da profissão reduz gradativamente as aptidões e a

destreza pela força do esquecimento e da falta do exercício diário da profissão, além da desatualização das eventuais inovações, por estar alijado do ambiente de trabalho. O segundo aspecto é mais dramático, e foi ressaltado por Fernandes (2002): à medida que prolonga o tempo de procura, vão se exaurindo as fontes próprias de sobrevivência do desempregado. Diante desse fato, torna-se ainda mais evidente a inadequação dos escassos mecanismos de proteção social, como o seguro desemprego, que além de cobrir apenas parte dos desempregados, possuem tempo de abrangência relativamente pequeno, se comparado às recentes estatísticas de tempo médio de procura.

O diagnóstico da situação do mercado de trabalho elegendo como uma das variáveis principais o tempo médio de procura deve ser matéria para (re)formulação de políticas públicas visando a melhor identificação dos segmentos marginalizados da força de trabalho, merecedores de atenção especial.

Entretanto, mesmo que haja uma continuação bem sucedida do esforço de escolarização e qualificação de extensa parte da PEA, não se deve concluir que o tempo médio de procura por trabalho irá, como resposta, diminuir de forma acentuada, pois o maior tempo de procura é um aspecto imanente dos segmentos mais instruídos, pela maior rigidez que tais segmentos já apresentam na readaptação do emprego dos seus conhecimentos às novas oportunidades de trabalho, em cenário de constante mutação e modernização. As evidências mostradas nesse estudo levam a acreditar que se os anos 90 foram conhecidos como o período da escalada do desemprego, a década atual poderá ser identificada por produzir desemprego de longa duração.

6 REFERÊNCIAS

- BARELLI, Walter; TROYANO, Annez Andraus. Pesquisa de padrão de vida e emprego na Região Metropolitana de São Paulo: população economicamente ativa e situação ocupacional. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 3, 1982. *Anais...* [s. l.]: ABEP, 1982, V. 1, p. 11-29. Disponível em: <<http://www.abep.nepo.unicamp.br/docs/anais/pdf/1982/T82V1A001.pdf>>.
- BOLETIM PESQUISA DE EMPREGO E DESEMPREGO NA REGIÃO METROPOLITANA DE BELO HORIZONTE – PED/RMBH: Resultados do ano de 2004. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, v. 1, n. 1, 2005.
- CANTÚ, Margarete. *Mercado de trabalho e reconfiguração do setor terciário na Região Metropolitana de Porto Alegre, no período 1993-2002*. São Paulo: CNPq, 2004.
- CENSO DEMOGRÁFICO: mão-de-obra – São Paulo. Rio de Janeiro: IBGE, 1983. (IX Recenseamento Geral do Brasil – 1980, v. 1, t. 5, n. 19).
- CENSO DEMOGRÁFICO: 1991, mão-de-obra, Rio de Janeiro, IBGE, 1991. São Paulo, n. 21.
- FERNANDES, R. Estratégias de sobrevivência do trabalhador desempregado. In: CHAHAD, J. P. Z.; PICCHETTI, P. (Org.). *Mercado de trabalho no Brasil: padrões de comportamento e transformações Institucionais*. São Paulo, [s. n.], 2002.
- OLIVEIRA, André Mourthé de; CARVALHO NETO, Antonio. Análise do mercado de trabalho da Região Metropolitana de Belo Horizonte no período de 1995 a 2001. In: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 13, 2002, Ouro Preto. *Anais...* Ouro Preto: ABEP, 2002.
- A ORIGEM setorial e ocupacional dos desempregados na RMBH. Informativo CEI, Belo Horizonte, dez. 2004. Disponível em <<http://www.fjp.mg.gov.br/produtos/cei/infoPED12-2004.pdf>>.
- QUEIROZ, Eliza Antonia. *Reestruturação do setor terciário e impactos no mercado de trabalho da Região Metropolitana de Belo Horizonte*. São Paulo: CNPq, 2004.
- RODARTE, Mario Marcos Sampaio; BRAGA, Thaiz Silveira; QUEIROZ, Eliza Antonia de. À guisa de periodização, o desemprego metropolitano recente - 1996 a 2002. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 14., 2004, Caxambu. *Anais...* Belo Horizonte: Cedeplar/UFMG, 2004. Disponível em: <http://www.abep.nepo.unicamp.br/site_eventos_abep/PDF/ABEP2004_669.pdf>.
- RODARTE, Mario Marcos Sampaio; QUEIROZ, Eliza Antonia de. As fases e faces do desemprego e da ocupação na Grande Belo Horizonte: 1996-2003. In: SEMINÁRIO SOBRE A ECONOMIA MINEIRA, 11, 2004, Diamantina. *Anais...* Belo Horizonte: Cedeplar/UFMG, 2004. Disponível em: <<http://www.cedeplar.ufmg.br/diamantina2004/textos/D04A067.PDF>>.
- TROYANO, Annez Andraus; MATTOSO, Jorge E. L. HOFFMANN, Marise P. O emprego: dimensões da crise. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 4, 1984, Águas de São Pedro. *Anais...* Águas de São Pedro, (SP): ABEP, 1984. V. 3, p. 1383-1413. Disponível em: <<http://www.abep.nepo.unicamp.br/docs/anais/pdf/1984/T84V03A07.pdf>>.

7 ANEXO ESTATÍSTICO

TABELA 4 – MÉDIAS ANUAIS DAS TAXAS DE DESEMPREGO TOTAL
REGIÕES METROPOLITANAS E DISTRITO FEDERAL - 1988-2004

ANO	SÃO PAULO	DISTRITO FEDERAL	PORTO ALEGRE	BELO HORIZONTE	SALVADOR	RECIFE	BELÉM	CURITIBA
1988	9,7	15,7
1989	8,7	10,8	...
1990	10,3	10,4	...
1991	11,7	10,6	...
1992	15,2	15,6	11,4	...
1993	14,6	15,1	12,2
1994	14,2	14,6	11,3
1995	13,2	15,7	10,7	10,8
1996	15,1	16,8	13,1	12,7	13,0
1997	16,0	18,1	13,5	13,4	21,6	14,2
1998	18,3	19,4	15,8	15,9	24,9	21,6
1999	19,3	21,6	19,0	18,0	27,8	22,0
2000	17,6	19,6	16,7	17,8	26,6	20,7
2001	17,6	20,0	14,9	18,3	27,5	21,1
2002	19,0	20,3	15,4	18,1	27,3	20,4
2003	19,9	22,9	16,7	20,0	28,1	22,9
2004	18,7	20,9	15,9	19,3	25,5	23,1

Fontes: Dados básicos: Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED). Convênio DIEESE/SEADE/MTE-FAT e Instituições Regionais

Notas: a) médias anuais obtidas pela média simples das taxas de desemprego trimestrais; b) em Minas Gerais, as instituições regionais são Fundação João Pinheiro (FJP), Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social e Esportes/Sistema Nacional de Emprego (SEDESE/SINE-MG); no Distrito Federal, Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Humano (STDH); no Rio Grande do Sul, Fundação de Economia e Estatística Siegfried Emanuel Heuser (FEE), Fundação Gaúcha do Trabalho e Ação Social (FGTAS/SINE-RS); na Bahia, Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI), Secretaria do Trabalho, Assistência Social e Esportes do Estado da Bahia (SETRAS), Universidade Federal da Bahia (UFBA); em Pernambuco, Secretaria de Planejamento (SEPLAN).

TABELA 5 – ESTIMATIVAS MÉDIAS DA POPULAÇÃO EM IDADE ATIVA (PIA), POPULAÇÃO ECONOMICAMENTE ATIVA (PEA), INATIVOS, E
TAXAS DE DESEMPREGO E PARTICIPAÇÃO
REGIÕES METROPOLITANAS SELECIONADAS E DISTRITO FEDERAL – 1996-1999/2002/2004

(Continua)

ESPECIFICAÇÃO	SÃO PAULO				DISTRITO FEDERAL				PORTO ALEGRE			
	1996	1999	2002	2004	1996	1999	2002	2004	1996	1999	2002	2004
Em mil pessoas												
PIA	13.563	14.445	15.148	15.581	1.393	1.536	1.692	1.804	2.669	2.855	3.019	3.123
PEA	8.382	8.985	9.619	9.941	841	953	1.090	1.163	1.457	1.665	1.736	1.807
Ocupados	7.116	7.251	7.791	8.082	701	742	864	920	1.266	1.349	1.470	1.520
Desempregados	1.266	1.734	1.828	1.859	140	210	226	243	191	316	266	287
Inativos	5.181	5.460	5.529	5.640	552	583	602	641	1.212	1.190	1.283	1.316
Em %												
Taxa de participação	61,8	62,2	63,5	63,8	60,4	62,0	64,4	64,5	54,6	58,3	57,5	57,9
Taxa de desemprego total	15,1	19,3	19,0	18,7	16,6	22,1	20,8	20,9	13,1	19,0	15,3	15,9
Aberto	10,0	12,1	12,1	11,6	10,8	14,4	12,9	13,1	9,1	12,1	10,0	10,7
Oculto	5,1	7,2	6,9	7,1	5,9	7,7	7,9	7,9	4,0	6,9	5,3	5,2
Pelo trabalho precário	3,8	5,1	4,9	5,1	3,2	4,3	4,2	4,2	3,0	4,8	3,4	3,5
Pelo desalento	1,3	2,1	2,0	1,9	2,7	3,3	3,6	3,7	1,0	2,1	1,9	1,7
(Conclusão)												
ESPECIFICAÇÃO	BELO HORIZONTE				SALVADOR				RECIFE			
	1996	1999	2002	2004	1997	1999	2002	2004	1998	1999	2002	2004
Em mil pessoas												
PIA	3.111	3.391	3.683	3.886	2.260	2.385	2.589	2.734	2.657	2.710	2.863	2.980
PEA	1.764	1.940	2.166	2.359	1.354	1.436	1.611	1.692	1.429	1.463	1.523	1.550
Ocupados	1.540	1.593	1.774	1.904	1.061	1.038	1.171	1.261	1.120	1.140	1.214	1.192
Desempregados	224	347	392	455	293	398	440	431	309	323	309	358
Inativos	1.347	1.451	1.517	1.527	906	949	978	1.042	1.228	1.247	1.340	1.430
Em %												
Taxa de participação	56,7	57,2	58,8	60,7	59,9	60,2	62,2	61,9	53,8	54,0	53,2	52,0
Taxa de desemprego total	12,7	17,9	18,1	19,3	21,6	27,7	27,3	25,5	21,6	22,1	20,3	23,1
Aberto	7,8	11,8	11,5	12,6	12,4	15,6	16,3	14,9	11,8	11,8	11,2	14,3
Oculto	4,9	6,1	6,6	6,7	9,2	12,1	11,0	10,6	9,8	10,3	9,1	8,8
Pelo trabalho precário	3,3	4,3	4,1	4,1	6,0	8,4	7,8	7,6	5,3	5,9	4,7	4,4
Pelo desalento	1,6	1,8	2,5	2,6	3,2	3,7	3,2	3,0	4,5	4,4	4,4	4,4

Fontes: Dados básicos: Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED). Convênio DIEESE/SEADE/MTE-FAT e Instituições Regionais

Nota: em Minas Gerais, as instituições regionais são Fundação João Pinheiro (FJP), Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social e Esportes/Sistema Nacional de Emprego (SEDESE/SINE-MG); no Distrito Federal, Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Humano (STDH); no Rio Grande do Sul, Fundação de Economia e Estatística Siegfried Emanuel Heuser (FEE), Fundação Gaúcha do Trabalho e Ação Social (FGTAS/SINE-RS); na Bahia, Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI), Secretaria do Trabalho, Assistência Social e Esportes do Estado da Bahia (SETRAS), Universidade Federal da Bahia (UFBA); em Pernambuco, Secretaria de Planejamento (SEPLAN).

TABELA 6 – VARIAÇÃO ANUAL MÉDIA DA POPULAÇÃO EM IDADE ATIVA (PIA), DA POPULAÇÃO ECONOMICAMENTE ATIVA (PEA), INATIVOS E DAS TAXAS DE DESEMPREGO E PARTICIPAÇÃO REGIÕES METROPOLITANAS E DISTRITO FEDERAL – 1996-1999/2002/2004 (PERCENTAGEM)

(Continua)

ESPECIFICAÇÃO	SÃO PAULO				DISTRITO FEDERAL				PORTO ALEGRE			
	1999/ 1996	2002/ 1999	2004/ 2002	2004/ 1999	1999/ 1996	2002/ 1999	2004/ 2002	2004/ 1999	1999/ 1996	2002/ 1999	2004/ 2002	2004/ 1999
PIA	2,1	1,6	1,4	1,5	3,3	3,3	3,3	3,3	2,3	1,9	1,7	1,8
PEA	2,3	2,3	1,7	2,0	4,2	4,6	3,3	4,1	4,5	1,4	2,0	1,7
Ocupados	0,6	2,4	1,9	2,2	1,9	5,2	3,2	4,4	2,1	2,9	1,7	2,4
Desempregados	11,1	1,8	0,8	1,4	14,6	2,4	3,7	2,9	18,3	-5,6	3,9	-1,9
Inativos	1,8	0,4	1,0	0,7	1,8	1,1	3,2	1,9	-0,6	2,5	1,3	2,0
Taxa de participação	0,2	0,7	0,2	0,5	0,9	1,3	0,0	0,8	2,2	-0,5	0,3	-0,1
Taxa de desemprego total	8,5	-0,5	-0,8	-0,6	9,9	-2,0	0,2	-1,1	13,2	-7,0	1,9	-3,5
Aberto	6,6	0,0	-2,1	-0,8	10,1	-3,8	0,9	-1,9	10,0	-6,2	3,4	-2,4
Oculto	12,2	-1,4	1,4	-0,3	9,4	1,0	0,2	0,6	19,9	-8,4	-0,9	-5,5
Pelo trabalho precário	10,3	-1,3	2,0	0,0	10,9	-0,6	-0,5	-0,5	17,0	-10,9	1,5	-6,1
Pelo desalento	17,3	-1,6	-2,5	-2,0	7,5	2,9	0,9	2,1	28,1	-3,3	-5,4	-4,1

(Conclusão)

ESPECIFICAÇÃO	BELO HORIZONTE				SALVADOR				RECIFE			
	1999/ 1996	2002/ 1999	2004/ 2002	2004/ 1999	1999/ 1997	2002/ 1999	2004/ 2002	2004/ 1999	1999/ 1998	2002/ 1999	2004/ 2002	2004/ 1999
PIA	2,9	2,8	2,7	2,8	2,7	2,8	2,8	2,8	2,0	1,8	2,0	1,9
PEA	3,2	3,7	4,4	4,0	3,0	3,9	2,5	3,3	2,4	1,3	0,9	1,2
Ocupados	1,1	3,7	3,6	3,6	-1,1	4,1	3,8	4,0	1,8	2,1	-0,9	0,9
Desempregados	15,7	4,1	7,7	5,6	16,5	3,4	-1,0	1,6	4,5	-1,5	7,6	2,1
Inativos	2,5	1,5	0,3	1,0	2,3	1,0	3,2	1,9	1,5	2,4	3,3	2,8
Taxa de participação	0,3	0,9	1,6	1,2	0,3	1,1	-0,2	0,6	0,4	-0,5	-1,1	-0,8
Taxa de desemprego total	12,1	0,4	4,3	1,9	13,2	-0,5	-3,4	-1,6	2,3	-2,8	6,7	0,9
Aberto	14,8	-0,9	4,7	1,3	12,2	1,5	-4,4	-0,9	0,0	-1,7	13,0	3,9
Oculto	7,6	2,7	0,8	1,9	14,7	-3,1	-1,8	-2,6	5,1	-4,0	-1,7	-3,1
Pelo trabalho precário	9,2	-1,6	0,0	-0,9	18,3	-2,4	-1,3	-2,0	11,3	-7,3	-3,2	-5,7
Pelo desalento	4,0	11,6	2,0	7,6	7,5	-4,7	-3,2	-4,1	-2,2	0,0	0,0	0,0

Fontes: Dados básicos: Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED). Convênio DIEESE/SEADE/MTE-FAT e Instituições Regionais

Nota: em Minas Gerais, as instituições regionais são Fundação João Pinheiro (FJP), Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social e Esportes/Sistema Nacional de Emprego (SEDESE/SINE-MG); no Distrito Federal, Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Humano (STDH); no Rio Grande do Sul, Fundação de Economia e Estatística Siegfried Emanuel Heuser (FEE), Fundação Gaúcha do Trabalho e Ação Social (FGTAS/SINE-RS); na Bahia, Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEL), Secretaria do Trabalho, Assistência Social e Esportes do Estado da Bahia (SETRAS), Universidade Federal da Bahia (UFBA); em Pernambuco, Secretaria de Planejamento (SEPLAN).

TABELA 7 - DISTRIBUIÇÃO DOS OCUPADOS E VARIAÇÕES ANUAIS, SEGUNDO SETORES E SUBSETORES DE ATIVIDADE REGIÕES METROPOLITANAS SELECIONADAS – 1996-1997/1999/2002/2004 (PERCENTAGEM)

ESPECIFICAÇÃO	SÃO PAULO				PORTO ALEGRE				BELO HORIZONTE				SALVADOR			
	1996	1999	2002	2004	1996	1999	2002	2004	1996	1999	2002	2004	1997	1999	2002	2004
Ocupados	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Indústria	22,6	19,5	20,0	19,1	21,1	18,9	18,9	18,7	16,1	14,4	14,5	14,4	8,3	8,2	8,4	8,6
Moderna	11,3	9,5	9,6	9,3	8,3	7,4	7,4	7,7	7,2	6,6	6,5	6,7	3,7	3,3	3,6	4,1
Tradicional	11,3	10,0	10,4	9,8	12,8	11,5	11,5	11,0	8,9	7,8	8,0	7,7	4,6	4,9	4,8	4,5
Construção civil	3,0	2,3	2,7	2,3	2,9	2,7	2,3	2,2	6,2	7,0	4,3	3,4	3,0	3,3	3,5	3,0
Serviços	73,8	77,7	76,7	78,0	75,5	77,9	78,5	78,6	76,7	77,8	80,3	81,5	86,7	86,9	87,2	87,2
Produtivos	11,1	12,6	12,7	13,7	9,3	10,0	11,7	11,1	9,4	9,8	10,0	10,1	10,6	11,0	11,6	11,3
Distributivos	22,4	21,9	21,7	21,6	21,9	22,4	21,6	22,1	20,8	20,7	21,5	21,2	23,1	21,3	21,6	22,3
Sociais	13,0	13,4	13,3	13,5	18,3	17,8	18,5	18,8	17,3	18,2	18,6	19,8	20,7	22,0	21,7	22,4
Pessoais	15,7	17,0	16,9	17,0	13,7	14,9	14,5	13,9	18,8	19,4	18,9	18,5	20,7	21,0	20,7	20,3
Reformas e reparação	8,7	9,5	9,2	9,4	9,9	9,8	9,4	10,0	8,0	6,6	8,1	8,5	9,7	9,6	9,3	8,7
Outros serviços	2,9	3,3	2,9	2,8	2,4	3,0	2,8	2,7	2,4	3,1	3,2	3,4	1,9	2,0	2,3	2,2
Outros setores	0,5	0,4	0,5	0,6	0,5	0,5	0,3	0,5	0,9	0,8	0,6	0,7	1,9	1,6	0,9	1,2
Sem informação	(1)	(1)	(1)	(1)	(1)	(1)	(1)	(1)	(1)	(1)	(1)	(1)	(1)	(1)	(1)	(1)

Fontes: Dados básicos: Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED). Convênio DIEESE/SEADE/MTE-FAT e Instituições Regionais

Notas: a) a presente agregação dos subsectores foi idealizada por Cantú (2004), utilizada por Queiroz (2004) e apresenta a seguinte composição: **indústria moderna**: metal-mecânica, química, farmacêutica e plásticos; **indústria tradicional**: têxtil, vestuário, calçados e artefatos de tecido, alimentação, gráficas e editoras, indústria extrativa mineral, outras indústrias; **serviços produtivos**: creditícios e financeiros, comunicações, especializados, auxiliares, comércio e administração de valores imobiliários e de imóveis; **serviços distributivos**: transporte e armazenagem, comércio varejista e atacadista; **serviços sociais**: administração pública, forças armadas e polícia; educação; saúde; diversões, radiodifusão e televisão; utilidade pública; comunitários; **serviços pessoais**: pessoais; alimentação e doméstico; **reformas e reparação**: reformas e reparações de edificações; oficinas de reparação mecânica; outros serviços de reparação, serviços de limpeza e vigilância.; b) em Minas Gerais, as instituições regionais são Fundação João Pinheiro (FJP), Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social e Esportes/Sistema Nacional de Emprego (SEDESE/SINE-MG); no Distrito Federal, Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Humano (STDH); no Rio Grande do Sul, Fundação de Economia e Estatística Siegfried Emanuel Heuser (FEE), Fundação Gaúcha do Trabalho e Ação Social (FGTAS/SINE-RS); na Bahia, Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEL), Secretaria do Trabalho, Assistência Social e Esportes do Estado da Bahia (SETRAS), Universidade Federal da Bahia (UFBA); em Pernambuco, Secretaria de Planejamento (SEPLAN).

(1) A amostra não comporta desagregação para essa categoria.

TABELA 8 – ÍNDICE DE GERAÇÃO DE DESEMPREGO, SEGUNDO SETORES E SUBSETORES DE ATIVIDADE
REGIÕES METROPOLITANAS SELECIONADAS – 1996-1997/1999/2002/2004

ESPECIFICAÇÃO	SÃO PAULO				PORTO ALEGRE				BELO HORIZONTE				SALVADOR			
	1996	1999	2002	2004	1996	1999	2002	2004	1996	1999	2002	2004	1997	1999	2002	2004
Ocupados	1,0	1,0	1,0	1,0	1,0	1,0	1,0	1,0	1,0	1,0	1,0	1,0	1,0	1,0	1,0	1,0
Indústria	1,2	1,3	1,1	1,1	1,3	1,2	1,0	1,0	1,2	1,2	1,1	1,0	1,4	1,4	1,1	1,1
Moderna	1,1	1,1	1,0	0,9	1,2	1,0	0,9	0,8	1,1	1,2	1,1	0,8	1,2	1,4	0,8	0,8
Tradicional	1,4	1,4	1,2	1,3	1,3	1,2	1,1	1,0	1,3	1,2	1,0	1,1	1,5	1,4	1,4	1,4
Construção civil	1,3	1,8	1,7	1,6	1,7	2,0	1,7	1,5	1,4	1,5	2,0	2,1	2,2	2,6	2,6	2,8
Serviços	0,9	0,9	1,0	1,0	0,9	0,9	1,0	0,0	0,9	0,9	0,9	1,0	0,9	0,9	0,9	0,9
Produtivos	0,9	0,8	0,9	0,8	1,1	0,9	0,8	0,9	0,8	0,8	0,8	0,8	1,0	1,0	0,9	1,0
Distributivos	1,0	1,0	1,0	1,0	1,1	1,0	1,1	1,1	1,1	1,0	1,0	1,1	1,0	1,1	1,0	1,0
Sociais	0,5	0,5	0,6	0,6	0,5	0,5	0,5	0,6	0,5	0,5	0,5	0,5	0,7	0,6	0,5	0,5
Pessoais	1,1	1,1	1,1	1,2	0,9	1,3	1,3	1,5	1,1	1,3	1,3	1,4	1,1	1,1	1,2	1,2
Reformas e reparação	1,1	1,2	1,2	1,2	1,1	1,0	1,0	0,9	0,8	0,8	0,8	0,8	1,0	0,9	1,0	1,1
Outros serviços	0,8	0,8	0,9	0,9	1,0	1,1	1,1	1,2	1,1	1,0	1,0	1,0	(1)	(1)	0,8	0,9
Outros setores	(1)	(1)	(1)	(1)	(1)	(1)	(1)	(1)	(1)	(1)	(1)	(1)	(1)	(1)	(1)	(1)
Sem informação	(1)	(1)	(1)	(1)	(1)	(1)	(1)	(1)	(1)	(1)	(1)	(1)	(1)	(1)	(1)	(1)

Fontes: Dados básicos: Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED). Convênio DIEESE/SEADE/MTE-FAT e Instituições Regionais

Notas: a) setores e subsetores: ver tabela 7; b) em Minas Gerais, as instituições regionais são Fundação João Pinheiro (FJP), Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social e Esportes/Sistema Nacional de Emprego (SEDESE/SINE-MG); no Distrito Federal, Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Humano (STDH); no Rio Grande do Sul, Fundação de Economia e Estatística Siegfried Emanuel Heuser (FEE), Fundação Gaúcha do Trabalho e Ação Social (FGTAS/SINE-RS); na Bahia, Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI), Secretaria do Trabalho, Assistência Social e Esportes do Estado da Bahia (SETRAS), Universidade Federal da Bahia (UFBA); em Pernambuco, Secretaria de Planejamento (SEPLAN).

(1) A amostra não comporta desagregação para essa categoria.

TABELA 9 – TEMPO MÉDIO DE PROCURA POR TRABALHO DOS DESEMPREGADOS COM EXPERIÊNCIA, SEGUNDO SETORES E SUBSETORES DE ATIVIDADE DO ÚLTIMO TRABALHO - REGIÕES METROPOLITANAS SELECIONADAS – 1996-1997/1999/2002/2004 (EM SEMANAS)

ESPECIFICAÇÃO	SÃO PAULO				PORTO ALEGRE				BELO HORIZONTE				SALVADOR			
	1996	1999	2002	2004	1996	1999	2002	2004	1996	1999	2002	2004	1997	1999	2002	2004
Ocupados	24	46	53	57	32	48	46	45	33	46	60	68	37	55	61	69
Indústria	27	51	60	62	34	53	43	44	35	48	62	76	42	62	64	73
Moderna	28	54	61	65	37	55	45	45	34	43	62	70	49	63	65	72
Tradicional	26	49	59	60	33	51	41	43	36	51	62	80	37	61	63	74
Construção civil	23	41	53	59	31	37	49	38	29	45	57	71	35	58	59	72
Serviços	24	44	51	56	31	48	46	46	33	46	60	66	37	54	60	68
Produtivos	25	43	47	49	33	47	45	46	39	45	56	60	41	60	62	69
Distributivos	25	45	50	56	30	47	45	46	33	46	58	63	40	56	62	69
Sociais	27	50	59	57	36	56	49	54	39	52	62	73	42	65	72	77
Pessoais	21	41	49	55	31	42	46	43	27	42	63	66	30	46	55	66
Reformas e reparação	23	47	55	61	26	51	45	39	35	47	57	73	32	53	52	63
Outros serviços	26	45	54	62	(1)	53	52	49	(1)	51	66	73	(1)	41	63	66
Outros setores	(1)	(1)	(1)	(1)	(1)	(1)	(1)	(1)	(1)	(1)	(1)	(1)	(1)	(1)	(1)	(1)
Sem informação	(1)	(1)	(1)	(1)	(1)	(1)	(1)	(1)	(1)	(1)	(1)	(1)	(1)	(1)	(1)	(1)

Fontes: Dados básicos: Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED). Convênio DIEESE/SEADE/MTE-FAT e Instituições Regionais

Notas: a) setores e subsetores: ver tabela 7; b) em Minas Gerais, as instituições regionais são Fundação João Pinheiro (FJP), Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social e Esportes/Sistema Nacional de Emprego (SEDESE/SINE-MG); no Distrito Federal, Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Humano (STDH); no Rio Grande do Sul, Fundação de Economia e Estatística Siegfried Emanuel Heuser (FEE), Fundação Gaúcha do Trabalho e Ação Social (FGTAS/SINE-RS); na Bahia, Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI), Secretaria do Trabalho, Assistência Social e Esportes do Estado da Bahia (SETRAS), Universidade Federal da Bahia (UFBA); em Pernambuco, Secretaria de Planejamento (SEPLAN).

(1) A amostra não comporta desagregação para essa categoria.

TABELA 10 – DISTRIBUIÇÃO DOS OCUPADOS, SEGUNDO POSIÇÃO NA OCUPAÇÃO
REGIÕES METROPOLITANAS SELECIONADAS – 1996-1997/1999/2002/2004 (PERCENTAGEM)

ESPECIFICAÇÃO	SÃO PAULO				PORTO ALEGRE				BELO HORIZONTE				SALVADOR			
	1996	1999	2002	2004	1996	1999	2002	2004	1996	1999	2002	2004	1997	1999	2002	2004
Ocupados	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Assalariados Total	63,0	61,4	62,4	62,5	65,6	63,2	65,5	66,2	62,9	61,4	63,7	63,1	56,1	58,5	59,9	59,9
No Setor Privado	53,9	52,8	54,1	54,0	51,2	51,1	53,3	53,5	49,1	48,8	51,2	50,5	40,0	43,0	45,7	46,0
Subcontratados	2,3	2,7	3,2	3,4	3,8	5,7	6,0	6,5	2,8	3,4	2,8	3,4	4,1	5,1	5,0	6,2
Com carteira	42,5	40,4	40,2	40,2	44,2	42,3	43,3	43,7	39,3	39,1	40,1	40,8	29,2	31,7	33,9	34,4
Sem carteira	11,4	12,5	14,0	13,9	7,0	8,8	10,0	9,8	9,8	9,7	11,1	9,8	10,8	11,3	11,8	11,6
No Setor Público	9,1	8,5	8,2	8,5	14,3	12,0	12,2	12,7	13,7	12,6	12,5	12,6	16,1	15,4	14,2	13,9
Autônomo	19,8	21,0	21,6	21,6	17,6	18,9	17,5	17,8	18,9	21,0	20,1	20,6	24,6	23,9	23,1	23,5
Trab. para o público	12,5	12,9	12,9	12,8	12,7	13,6	12,6	12,4	14,4	16,1	15,5	15,2	19,7	19,0	18,9	19,3
Trab. para empresa	7,4	8,1	8,7	8,8	4,9	5,3	4,9	5,4	4,5	4,9	4,6	5,4	4,8	4,9	4,2	4,2
Empregadores	5,8	5,4	4,7	4,5	3,7	4,0	4,2	4,1	5,3	4,8	4,8	4,4	4,3	3,9	4,2	4,1
Empregados domésticos ...	8,1	8,9	8,6	8,7	7,3	7,6	7,2	6,8	10,0	10,1	9,5	9,3	10,8	10,4	10,1	9,7
Demais	3,3	3,3	2,7	2,7	5,8	6,3	5,6	5,1	2,9	2,7	1,9	2,6	4,2	3,3	2,7	2,7

Fontes: Dados básicos: Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED). Convênio DIEESE/SEADE/MTE-FAT e Instituições Regionais

Nota: em Minas Gerais, as instituições regionais são Fundação João Pinheiro (FJP), Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social e Esportes/Sistema Nacional de Emprego (SEDESE/SINE-MG); no Distrito Federal, Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Humano (STDH); no Rio Grande do Sul, Fundação de Economia e Estatística Siegfried Emanuel Heuser (FEE), Fundação Gaúcha do Trabalho e Ação Social (FGTAS/SINE-RS); na Bahia, Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI), Secretaria do Trabalho, Assistência Social e Esportes do Estado da Bahia (SETRAS), Universidade Federal da Bahia (UFBA); em Pernambuco, Secretaria de Planejamento (SEPLAN).

**TABELA 11 - VARIAÇÃO ANUAL MÉDIA DOS OCUPADOS, SEGUNDO POSIÇÃO NA OCUPAÇÃO
REGIÕES METROPOLITANAS SELECIONADAS – 1996-1997/1999/2002/2004
(PERCENTAGEM)**

ESPECIFICAÇÃO	SÃO PAULO				PORTO ALEGRE				BELO HORIZONTE				SALVADOR			
	1999/ 1996	2002/ 1999	2004/ 2002	2004/ 1999	1999/ 1996	2002/ 1999	2004/ 2002	2004/ 1999	1999/ 1996	2002/ 1999	2004/ 2002	2004/ 1999	1999/ 1996	2002/ 1999	2004/ 2002	2004/ 1999
Ocupados	0,6	2,4	1,9	2,2	2,1	2,9	1,7	2,4	1,1	3,7	3,6	3,6	-1,1	4,1	3,8	4,0
Assalariados Total	-0,2	3,0	1,9	2,6	0,9	4,1	2,2	3,4	0,3	4,9	3,1	4,2	1,0	4,9	3,8	4,5
No Setor Privado	0,0	3,2	1,8	2,6	2,1	4,4	1,8	3,4	0,9	5,3	2,9	4,4	2,6	6,3	4,1	5,4
Subcontratados	5,9	8,3	5,1	7,0	17,1	4,6	6,1	5,2	7,9	-2,5	14,0	3,8	9,8	3,6	15,0	8,0
Com carteira	-1,1	2,3	1,9	2,1	0,7	3,7	2,1	3,1	1,0	4,5	4,5	4,5	3,0	6,5	4,6	5,7
Sem carteira	3,8	6,5	1,5	4,4	10,2	7,3	0,7	4,6	0,9	8,3	-2,6	3,8	0,9	5,7	2,9	4,5
No Setor Público	-1,4	1,1	3,7	2,1	-3,6	3,6	3,5	3,6	-1,6	3,4	4,0	3,6	-3,3	1,2	2,7	1,8
Autônomo	2,6	3,4	1,9	2,8	4,6	0,3	2,7	1,2	4,8	2,1	4,8	3,2	-2,5	3,0	4,5	3,6
Trab. para o público	1,7	2,5	1,4	2,1	4,4	0,4	0,8	0,5	4,9	2,4	2,5	2,5	-2,9	3,9	4,9	4,3
Trab. para empresa	4,0	4,7	2,4	3,8	4,6	0,5	6,7	2,9	4,2	1,7	12,1	5,7	0,0	-1,3	4,0	0,8
Empregadores	-2,0	-2,1	-0,3	-1,4	4,7	4,7	0,0	2,8	-2,5	3,8	-0,6	2,0	-6,7	7,0	3,0	5,4
Empregados domésticos ...	4,0	1,3	2,4	1,7	3,8	1,0	-1,4	0,0	1,5	1,6	2,3	1,9	-3,1	3,0	1,7	2,5

Fontes: Dados básicos: Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED). Convênio DIEESE/SEADE/MTE-FAT e Instituições Regionais

Nota: em Minas Gerais, as instituições regionais são Fundação João Pinheiro (FJP), Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social e Esportes/Sistema Nacional de Emprego (SEDESE/SINE-MG); no Distrito Federal, Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Humano (STDH); no Rio Grande do Sul, Fundação de Economia e Estatística Siegfried Emanuel Heuser (FEE), Fundação Gaúcha do Trabalho e Ação Social (FGTAS/SINE-RS); na Bahia, Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEL), Secretaria do Trabalho, Assistência Social e Esportes do Estado da Bahia (SETRAS), Universidade Federal da Bahia (UFBA); em Pernambuco, Secretaria de Planejamento (SEPLAN).

**TABELA 12 – DISTRIBUIÇÃO DOS OCUPADOS, SEGUNDO CATEGORIA OCUPACIONAL, EM REGIÕES METROPOLITANAS SELECIONADAS
BRASIL – 1996-1997/1999/2002/2004
(PERCENTAGEM)**

ESPECIFICAÇÃO	SÃO PAULO				PORTO ALEGRE				BELO HORIZONTE				SALVADOR			
	1996	1999	2002	2004	1996	1999	2002	2004	1996	1999	2002	2004	1997	1999	2002	2004
Ocupados	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Direção e Planejamento	15,7	15,6	13,5	13,7	15,6	13,7	14,7	(1)	16,4	14,3	14,7	13,8	12,8	12,2	12,2	11,7
Empresário, Diretor e Gerente	8,5	8,0	6,5	5,7	9,1	6,6	6,5	(1)	10,0	7,1	6,8	5,8	6,7	5,9	5,6	5,0
Planejamento e Organização	7,2	7,6	7,0	8,0	6,5	7,1	8,2	(1)	6,4	7,2	7,9	8,0	6,1	6,3	6,6	6,7
Execução	51,8	52,3	52,9	54,5	54,3	56,4	55,4	(1)	54,4	55,6	54,5	53,9	54,9	53,7	54,8	54,3
Qualificadas	8,6	8,4	8,7	9,0	9,0	9,0	10,1	(1)	9,6	10,3	10,0	10,4	9,6	9,9	10,4	10,5
Semiqualficadas	31,1	31,5	32,0	32,6	31,9	33,1	31,3	(1)	30,4	31,7	32,1	31,7	30,4	29,6	30,4	31,1
Não-qualificadas	12,0	12,4	12,1	12,9	13,5	14,3	14,0	(1)	14,4	13,6	12,4	11,8	14,8	14,2	14,0	12,7
Apoio	18,9	19,2	19,8	19,9	18,6	18,5	19,0	(1)	20,2	20,3	20,6	21,7	20,5	21,2	20,3	21,1
Não-operacionais	6,8	7,6	8,4	8,2	7,4	7,5	8,0	(1)	6,7	6,9	7,7	8,1	6,3	6,9	7,3	7,9
Serviços de escritório ...	5,2	4,7	4,1	4,3	5,0	4,8	4,6	(1)	6,5	5,8	5,5	5,5	6,2	6,7	6,2	6,1
Serviços gerais	6,8	7,0	7,3	7,4	6,2	6,2	6,4	(1)	7,0	7,6	7,4	8,1	8,0	7,6	6,8	7,1
Mal definidas	13,7	12,8	13,8	12,0	11,5	11,4	10,9	(1)	9,0	9,8	10,2	10,6	11,8	12,9	12,7	12,9

Fontes: Dados básicos: Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED). Convênio DIEESE/SEADE/MTE-FAT e Instituições Regionais

Nota: em Minas Gerais, as instituições regionais são Fundação João Pinheiro (FJP), Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social e Esportes/Sistema Nacional de Emprego (SEDESE/SINE-MG); no Distrito Federal, Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Humano (STDH); no Rio Grande do Sul, Fundação de Economia e Estatística Siegfried Emanuel Heuser (FEE), Fundação Gaúcha do Trabalho e Ação Social (FGTAS/SINE-RS); na Bahia, Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEL), Secretaria do Trabalho, Assistência Social e Esportes do Estado da Bahia (SETRAS), Universidade Federal da Bahia (UFBA); em Pernambuco, Secretaria de Planejamento (SEPLAN).

(1) A amostra não comporta desagregação para essa categoria.

**TABELA 13 - VARIAÇÃO ANUAL MÉDIA DOS OCUPADOS, SEGUNDO CATEGORIA OCUPACIONAL
REGIÕES METROPOLITANAS SELECIONADAS – 1996-1997/1999/2002/2004
(PERCENTAGEM)**

ESPECIFICAÇÃO	SÃO PAULO				PORTO ALEGRE				BELO HORIZONTE				SALVADOR			
	1999/ 1996	2002/ 1999	2004/ 2002	2004/ 1999	1999/ 1996	2002/ 1999	2004/ 2002	2004/ 1999	1999/ 1996	2002/ 1999	2004/ 2002	2004/ 1999	1999/ 1997	2002/ 1999	2004/ 2002	2004/ 1999
Ocupados	0,6	2,4	1,9	2,2	2,1	2,9	1,7	2,4	1,1	3,7	3,6	3,6	-1,1	4,1	3,8	4,0
Direção e Planejamento	0,4	-2,4	2,6	-0,4	-2,1	5,3	-3,4	4,6	0,4	2,9	-3,4	4,0	1,7	3,1
Empresário, Diretor e Gerente	-1,2	-4,4	-4,6	-4,5	-8,2	2,6	-9,8	2,3	-4,7	-0,5	-7,3	2,7	-2,3	0,6
Planejamento e Organização	2,7	-0,5	9,0	3,2	5,4	8,0	5,1	6,8	4,2	5,7	0,0	5,8	4,4	5,3
Execução	0,9	2,8	3,4	3,0	3,5	2,3	1,9	3,0	3,0	3,0	-2,2	4,8	3,3	4,2
Qualificadas	-0,3	3,7	3,6	3,6	2,0	6,9	3,5	2,6	5,8	3,8	0,5	5,8	4,0	5,1
Semiqualficadas	1,1	2,9	2,8	2,9	3,4	1,0	2,6	4,1	3,0	3,6	-2,5	5,1	4,9	5,0
Não-qualificadas	1,6	1,6	5,2	3,0	4,1	2,2	-0,8	0,5	1,1	0,7	-3,2	3,7	-1,2	1,7
Apoio	1,2	3,5	2,1	2,9	2,1	3,7	1,3	4,2	6,4	5,0	0,5	2,7	5,7	3,9
Não-operacionais	4,1	6,0	0,7	3,8	2,4	5,3	2,2	7,6	6,0	7,0	3,7	5,7	8,5	6,8
Serviços de escritório ...	-3,1	-1,8	4,4	0,6	1,0	1,5	-2,7	2,1	3,5	2,7	3,0	1,4	2,7	1,9
Serviços gerais	1,4	4,0	2,5	3,4	2,5	3,8	3,9	2,7	8,4	4,9	-3,6	0,4	6,1	2,6

Fontes: Dados básicos: Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED). Convênio DIEESE/SEADE/MTE-FAT e Instituições Regionais

Nota: em Minas Gerais, as instituições regionais são Fundação João Pinheiro (FJP), Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social e Esportes/Sistema Nacional de Emprego (SEDESE/SINE-MG); no Distrito Federal, Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Humano (STDH); no Rio Grande do Sul, Fundação de Economia e Estatística Siegfried Emanuel Heuser (FEE), Fundação Gaúcha do Trabalho e Ação Social (FGTAS/SINE-RS); na Bahia, Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEL), Secretaria do Trabalho, Assistência Social e Esportes do Estado da Bahia (SETRAS), Universidade Federal da Bahia (UFBA); em Pernambuco, Secretaria de Planejamento (SEPLAN).

**TABELA 14 – ÍNDICE DE GERAÇÃO DE DESEMPREGO, SEGUNDO CATEGORIA OCUPACIONAL
REGIÕES METROPOLITANAS SELECIONADAS – 1996-1997/1999/2002/2004**

ESPECIFICAÇÃO	SÃO PAULO				PORTO ALEGRE				BELO HORIZONTE				SALVADOR			
	1996	1999	2002	2004	1996	1999	2002	2004	1996	1999	2002	2004	1997	1999	2002	2004
Ocupados	1,0	1,0	1,0	1,0	1,0	1,0	1,0	1,0	1,0	1,0	1,0	1,0	1,0	1,0	1,0	1,0
Direção e Planejamento ...	0,3	0,3	0,3	0,3	0,3	0,3	0,3	...	0,3	0,3	0,3	0,3	0,3	0,3	0,2	0,2
Empresário, Diretor e Gerente.....	(1)	(1)	(1)	(1)	(1)	0,3	0,3	...	(1)	(1)	(1)	(1)	(1)	(1)	(1)	(1)
Planejamento e Organização	(1)	(1)	(1)	(1)	(1)	0,3	0,3	...	(1)	(1)	(1)	(1)	0,4	(1)	(1)	(1)
Execução	1,1	1,1	1,1	1,1	1,0	1,0	1,0	...	1,2	1,2	1,2	1,2	1,2	1,2	1,2	1,2
Qualificadas.....	0,8	0,7	0,7	0,6	0,6	0,6	0,5	...	0,8	0,7	0,7	0,6	0,7	0,7	0,6	0,6
Semiqualficadas.....	1,0	0,9	0,9	0,9	1,0	0,9	0,9	...	1,0	0,9	0,9	0,9	0,9	1,0	1,0	1,0
Não-qualificadas	1,8	1,8	1,9	1,8	1,4	1,5	1,5	...	1,9	2,1	2,2	2,4	2,0	2,1	2,2	2,4
Apoio	0,0	1,2	1,1	1,1	1,2	1,1	1,2	...	1,2	1,2	1,2	1,1	1,3	1,2	1,1	1,1
Não-operacionais.....	1,1	1,1	1,0	1,0	1,0	0,9	0,9	...	1,0	1,1	1,0	1,0	1,2	1,1	1,1	0,9
Serviços de escritório ...	0,9	1,0	1,0	1,0	1,3	1,2	1,3	...	1,0	1,0	1,1	1,0	1,0	0,9	0,7	0,8
Serviços gerais	1,4	1,4	1,3	1,4	1,4	1,4	1,4	...	1,5	1,5	1,4	1,1	1,5	1,4	1,5	1,4
Mal definidas	1,1	1,1	1,1	1,2	1,5	1,5	1,6	...	0,8	0,8	0,8	0,8	0,4	0,4	0,5	0,6

Fontes: Dados básicos: Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED). Convênio DIEESE/SEADE/MTE-FAT e Instituições Regionais

Nota: em Minas Gerais, as instituições regionais são Fundação João Pinheiro (FJP), Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social e Esportes/Sistema Nacional de Emprego (SEDESE/SINE-MG); no Distrito Federal, Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Humano (STDH); no Rio Grande do Sul, Fundação de Economia e Estatística Siegfried Emanuel Heuser (FEE), Fundação Gaúcha do Trabalho e Ação Social (FGTAS/SINE-RS); na Bahia, Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEL), Secretaria do Trabalho, Assistência Social e Esportes do Estado da Bahia (SETRAS), Universidade Federal da Bahia (UFBA); em Pernambuco, Secretaria de Planejamento (SEPLAN).

(1) A amostra não comporta desagregação para essa categoria.

TABELA 15 – TEMPO MÉDIO DE PROCURA POR TRABALHO DOS DESEMPREGADOS COM EXPERIÊNCIA, SEGUNDO CATEGORIA OCUPACIONAL DO ÚLTIMO TRABALHO - REGIÕES METROPOLITANAS SELECIONADAS – 1996-1997/1999/2002/2004 (EM SEMANAS)

ESPECIFICAÇÃO	SÃO PAULO				PORTO ALEGRE				BELO HORIZONTE				SALVADOR			
	1996	1999	2002	2004	1996	1999	2002	2004	1996	1999	2002	2004	1997	1999	2002	2004
Ocupados	24	46	53	57	31	47	46	44	33	46	60	68	37	55	61	69
Direção e Planejamento ..	34	50	49	60	39	59	47	...	42	53	57	73	50	65	71	76
Empresário, Diretor e Gerente	(1)	(1)	(1)	(1)	(1)	55	53	...	(1)	(1)	(1)	(1)	(1)	(1)	(1)	(1)
Planejamento e Organização	(1)	(1)	(1)	(1)	(1)	63	41	...	(1)	(1)	(1)	(1)	50	(1)	(1)	(1)
Execução	23	45	55	59	32	46	46	...	32	46	62	69	34	53	58	69
Qualificadas	26	50	60	60	37	56	50	...	36	49	59	76	35	64	62	66
Semiqualficadas	24	45	57	62	31	47	47	...	35	47	62	70	37	55	60	70
Não-qualificadas	22	44	52	57	31	42	45	...	27	45	63	68	31	48	55	68
Apoio	26	47	50	55	31	51	46	...	34	46	60	67	42	62	67	72
Não-operacionais	28	45	44	51	34	51	42	...	33	45	56	57	41	60	62	66
Serviços de escritório ..	27	48	49	56	30	51	44	...	40	46	62	70	47	69	67	71
Serviços gerais	25	48	56	58	30	50	51	...	32	47	61	75	40	59	70	77
Mal definidas	23	45	49	49	28	45	42	...	30	43	53	58	38	50	58	62

Fontes: Dados básicos: Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED). Convênio DIEESE/SEADE/MTE-FAT e Instituições Regionais

Nota: em Minas Gerais, as instituições regionais são Fundação João Pinheiro (FJP), Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social e Esportes/Sistema Nacional de Emprego (SEDESE/SINE-MG); no Distrito Federal, Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Humano (STDH); no Rio Grande do Sul, Fundação de Economia e Estatística Siegfried Emanuel Heuser (FEE), Fundação Gaúcha do Trabalho e Ação Social (FGTAS/SINE-RS); na Bahia, Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEL), Secretaria do Trabalho, Assistência Social e Esportes do Estado da Bahia (SETRAS), Universidade Federal da Bahia (UFBA); em Pernambuco, Secretaria de Planejamento (SEPLAN).

(1) A amostra não comporta desagregação para essa categoria.

TABELA 16 - VARIAÇÃO ANUAL MÉDIA DO TEMPO MÉDIO DE PROCURA POR TRABALHO DOS DESEMPREGADOS COM EXPERIÊNCIA, SEGUNDO CATEGORIA OCUPACIONAL DO ÚLTIMO TRABALHO - REGIÕES METROPOLITANAS SELECIONADAS – 1996-1997/1999/2002/2004 (PERCENTAGEM)

ESPECIFICAÇÃO	SÃO PAULO				PORTO ALEGRE				BELO HORIZONTE				SALVADOR			
	1999/1996	2002/1999	2004/2002	2004/1999	1999/1996	2002/1999	2004/2002	2004/1999	1999/1996	2002/1999	2004/2002	2004/1999	1999/1997	2002/1999	2004/2002	2004/1999
Desempregados	24,2	4,8	3,7	4,4	14,5	-1,4	-1,1	-1,3	11,7	9,3	6,5	8,1	21,9	3,5	6,4	4,6
Direção e Planejamento ...	13,7	-0,7	10,7	3,7	14,8	-7,3	8,1	2,5	13,2	6,6	14,0	3,0	3,5	3,2
Empresário, Diretor e Gerente.....	(1)	(1)	(1)	(1)	(1)	-1,0	(1)	(1)	(1)	(1)	(1)	(1)	(1)	(1)
Planejamento e Organização	(1)	(1)	(1)	(1)	(1)	-13,0	(1)	(1)	(1)	(1)	(1)	(1)	(1)	(1)
Execução	25,1	6,9	3,6	5,6	12,9	0,0	12,9	10,5	5,5	8,4	24,9	3,1	9,1	5,4
Qualificadas	24,4	6,3	0,0	3,7	14,8	-3,7	10,8	6,4	13,5	9,2	35,2	-1,1	3,2	0,6
Semiqualficadas	23,3	8,2	4,3	6,6	14,9	0,0	10,3	9,7	6,3	8,3	21,9	2,9	8,0	4,9
Não-qualificadas	26,0	5,7	4,7	5,3	10,7	2,3	18,6	11,9	3,9	8,6	24,4	4,6	11,2	7,2
Apoio	21,8	2,1	4,9	3,2	18,1	-3,4	10,6	9,3	5,7	7,8	21,5	2,6	3,7	3,0
Não-operacionais	17,1	-0,7	7,7	2,5	14,5	-6,3	10,9	7,6	0,9	4,8	21,0	1,1	3,2	1,9
Serviços de escritório ...	21,1	0,7	6,9	3,1	19,3	-4,8	4,8	10,5	6,3	8,8	21,2	-1,0	2,9	0,6
Serviços gerais	24,3	5,3	1,8	3,9	18,6	0,7	13,7	9,1	10,9	9,8	21,4	5,9	4,9	5,5

Fontes: Dados básicos: Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED). Convênio DIEESE/SEADE/MTE-FAT e Instituições Regionais

Nota: em Minas Gerais, as instituições regionais são Fundação João Pinheiro (FJP), Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social e Esportes/Sistema Nacional de Emprego (SEDESE/SINE-MG); no Distrito Federal, Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Humano (STDH); no Rio Grande do Sul, Fundação de Economia e Estatística Siegfried Emanuel Heuser (FEE), Fundação Gaúcha do Trabalho e Ação Social (FGTAS/SINE-RS); na Bahia, Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEL), Secretaria do Trabalho, Assistência Social e Esportes do Estado da Bahia (SETRAS), Universidade Federal da Bahia (UFBA); em Pernambuco, Secretaria de Planejamento (SEPLAN).

(1) A amostra não comporta desagregação para essa categoria.

**TABELA 17 – TAXAS DE DESEMPREGO, SEGUNDO ATRIBUTOS PESSOAIS
REGIÕES METROPOLITANAS SELECIONADAS – 1996-1997/1999/2004
(PERCENTAGEM)**

ESPECIFICAÇÃO	SÃO PAULO			PORTO ALEGRE			BELO HORIZONTE			SALVADOR		
	1996	1999	2004	1996	1999	2004	1996	1999	2004	1997	1999	2004
Total	15,1	19,3	18,7	13,1	19,0	15,9	12,7	17,9	19,3	21,6	27,7	25,5
Sexo												
Homens	13,5	17,3	16,3	12,4	16,7	13,1	11,5	15,9	16,8	20,1	25,8	23,2
Mulheres	17,2	21,7	21,5	14,1	21,9	19,1	14,2	20,4	21,9	23,3	29,9	28,0
Cor												
Negra	19,2	24,3	22,5	17,5	26,4	23,2	14,6	19,4	21,2	22,7	29,1	26,9
Não-negra	13,0	16,8	16,4	12,5	18,0	14,9	10,8	16,3	16,4	17,0	21,2	18,4
Posição no Domicílio												
Chefe	8,5	11,8	10,3	8,4	12,2	9,0	6,8	10,1	10,2	13,0	17,9	15,7
Demais	19,9	24,8	24,8	17,3	24,7	21,5	16,5	23,0	25,0	27,1	33,9	31,8
Cônjuge	14,5	19,0	18,4	10,9	17,5	14,8	10,9	16,9	18,8	19,9	26,4	23,7
Filho	24,4	29,5	29,6	23,2	30,9	27,4	20,3	27,3	29,1	34,0	40,7	38,1
Outros	17,2	22,9	24,2	15,4	25,3	21,4	13,2	19,0	22,8	21,2	27,5	28,2
Faixa Etária												
De 10 a 14 anos	44,3	49,7	44,5	36,7	60,8	(1)	42,0	48,4	51,2	31,6	41,3	(1)
De 15 a 17 anos	38,7	48,7	53,5	33,9	50,1	50,4	34,0	44,4	57,9	43,1	53,5	50,6
De 18 a 24 anos	21,0	27,5	29,2	21,0	28,1	26,4	19,2	28,3	30,8	32,7	41,4	41,8
De 25 a 39 anos	11,9	15,4	14,6	11,1	15,6	13,3	9,9	14,5	15,4	18,2	24,2	22,6
De 40 anos ou mais	8,3	12,2	11,4	7,4	12,2	8,9	5,7	9,2	10,5	11,8	15,8	14,1
Nível de Instrução												
Analfabeto	14,3	20,4	17,6	15,9	21,8	(1)	9,6	15,7	(1)	18,1	24,1	21,5
Ensino fundamental incompleto	18,1	21,9	19,3	15,1	22,2	17,8	15,2	20,8	21,1	25,5	32,6	28,2
Ensino fundamenta compl. e Ensino médio incompleto	18,9	25,4	26,6	15,0	22,9	21,7	14,9	22,3	27,0	27,3	35,7	34,3
Ensino médio compl. e Ensino superior incompleto	11,3	16,1	17,9	10,7	15,0	13,8	9,1	14,5	17,6	17,3	22,4	24,1
Superior completo	4,7	6,0	6,8	3,8	6,2	5,2	3,8	5,2	5,9	6,6	7,9	7,2
Experiência Anterior de Trabalho (composição da taxa de desemprego)												
Com experiência	13,2	16,7	15,8	11,1	15,4	13,0	10,2	14,9	14,9	16,9	22,3	20,3
Sem experiência	1,9	2,6	2,8	2,0	3,6	2,9	2,5	3,0	4,4	4,7	5,4	5,2

Fontes: Dados básicos: Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED). Convênio DIEESE/SEADE/MTE-FAT e Instituições Regionais

Nota: em Minas Gerais, as instituições regionais são Fundação João Pinheiro (FJP), Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social e Esportes/Sistema Nacional de Emprego (SEDESE/SINE-MG); no Distrito Federal, Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Humano (STDH); no Rio Grande do Sul, Fundação de Economia e Estatística Siegfried Emanuel Heuser (FEE), Fundação Gaúcha do Trabalho e Ação Social (FGTAS/SINE-RS); na Bahia, Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SED), Secretaria do Trabalho, Assistência Social e Esportes do Estado da Bahia (SETRAS), Universidade Federal da Bahia (UFBA); em Pernambuco, Secretaria de Planejamento (SEPLAN).

(1) A amostra não comporta desagregação para essa categoria.

**TABELA 18 – VARIAÇÃO ANUAL MÉDIA DAS TAXAS DE DESEMPREGO, SEGUNDO ATRIBUTOS PESSOAIS
REGIÕES METROPOLITANAS SELECIONADAS – 1996/1999/2004
(PERCENTAGEM)**

ESPECIFICAÇÃO	SÃO PAULO		PORTO ALEGRE		BELO HORIZONTE		SALVADOR	
	1999/1996	2004/1999	1999/1996	2004/1999	1999/1996	2004/1999	1999/1996	2004/1999
Total	8,5	-0,6	13,2	-3,5	12,1	1,5	13,2	-1,6
Sexo								
Homens	8,6	-1,2	10,4	-4,7	11,4	1,1	13,3	-2,1
Mulheres	8,1	-0,2	15,8	-2,7	12,8	1,4	13,3	-1,3
Cor								
Negra	8,2	-1,5	14,7	-2,6	9,9	1,8	13,2	-1,6
Não-negra	8,9	-0,5	12,9	-3,7	14,7	0,1	11,7	-2,8
Posição no Domicílio								
Chefe	11,6	-2,7	13,2	-5,9	14,1	0,2	17,3	-2,6
Demais	7,6	0,0	12,6	-2,7	11,7	1,7	11,8	-1,3
Cônjuge	9,4	-0,6	17,1	-3,3	15,7	2,2	15,2	-2,1
Filho	6,5	0,1	10,0	-2,4	10,4	1,3	9,4	-1,3
Outros	10,0	1,1	18,0	-3,3	12,9	3,7	13,9	0,5
Faixa Etária								
De 10 a 14 anos	3,9	-2,2	18,3	(1)	4,8	1,1	14,3	(1)
De 15 a 17 anos	8,0	1,9	13,9	0,1	9,3	5,5	11,4	-1,1
De 18 a 24 anos	9,4	1,2	10,2	-1,2	13,8	1,7	12,5	0,2
De 25 a 39 anos	9,0	-1,1	12,0	-3,1	13,6	1,2	15,3	-1,4
De 40 anos ou mais	13,7	-1,3	18,1	-6,1	17,3	2,7	15,7	-2,3
Nível de Instrução								
Analfabeto	12,6	-2,9	11,1	(1)	17,8	(1)	15,4	-2,3
Ensino fundamental incompleto	6,6	-2,5	13,7	-4,3	11,0	0,3	13,1	-2,9
Ensino fundamental compl. e Ensino médio incompleto	10,4	0,9	15,1	-1,1	14,4	3,9	14,4	-0,8
Ensino médio completo e Ensino superior incompleto	12,5	2,1	11,9	-1,7	16,8	4,0	13,8	1,5
Superior completo	8,5	2,5	17,7	-3,5	11,0	2,6	9,4	-1,8
Experiência Anterior de Trabalho (composição da taxa de desemprego)								
Com experiência	8,2	-1,1	11,5	-3,3	13,5	0,0	14,9	-1,9
Sem experiência	11,0	1,5	21,6	-4,2	6,3	8,0	7,2	-0,8

Fontes: Dados básicos: Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED). Convênio DIEESE/SEADE/MTE-FAT e Instituições Regionais

Nota: em Minas Gerais, as instituições regionais são Fundação João Pinheiro (FJP), Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social e Esportes/Sistema Nacional de Emprego (SEDESE/SINE-MG); no Distrito Federal, Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Humano (STDH); no Rio Grande do Sul, Fundação de Economia e Estatística Siegfried Emanuel Heuser (FEE), Fundação Gaúcha do Trabalho e Ação Social (FGTAS/SINE-RS); na Bahia, Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SED), Secretaria do Trabalho, Assistência Social e Esportes do Estado da Bahia (SETRAS), Universidade Federal da Bahia (UFBA); em Pernambuco, Secretaria de Planejamento (SEPLAN).

(1) A amostra não comporta desagregação para essa categoria.

TABELA 19 – TEMPO MÉDIO DE PROCURA POR TRABALHO DOS DESEMPREGADOS, SEGUNDO ATRIBUTOS PESSOAIS
REGIÕES METROPOLITANAS SELECIONADAS – 1996-1997/1999/2004
(EM SEMANAS)

ESPECIFICAÇÃO	SÃO PAULO			PORTO ALEGRE			BELO HORIZONTE			SALVADOR		
	1996	1999	2004	1996	1999	2004	1996	1999	2004	1997	1999	2004
Total	24	44	55	31	47	44	32	46	65	36	53	67
Sexo												
Homens	24	45	56	30	46	42	31	44	61	34	51	65
Mulheres	23	44	55	33	48	46	34	47	68	37	55	69
Cor												
Negra	23	45	53	28	50	46	31	46	64	36	54	68
Não-negra	24	44	56	32	46	44	34	46	65	38	51	60
Posição no Domicílio												
Chefe	27	52	69	31	53	47	35	49	75	43	62	79
Demais	23	42	51	32	45	43	31	45	62	34	50	63
Cônjuge	25	48	64	36	54	52	40	52	83	43	63	76
Filho	22	40	46	31	41	40	30	43	56	32	47	60
Outros	19	37	45	26	40	39	26	41	53	30	46	59
Faixa Etária												
De 10 a 14 anos	11	20	21	12	23	(1)	19	25	26	14	17	(1)
De 15 a 17 anos	18	31	30	26	32	26	24	35	37	21	29	33
De 18 a 24 anos	21	40	46	29	40	40	28	41	56	30	44	55
De 25 a 39 anos	26	46	60	32	50	47	36	49	70	42	63	76
De 40 anos ou mais	33	61	81	41	64	59	47	60	95	52	72	92
Nível de Instrução												
Analfabeto	24	45	78	42	67	(1)	27	51	(1)	35	56	87
Ensino fundamental incompleto	23	45	60	30	47	44	30	44	70	32	48	66
Ensino fundamental compl. e Ensino médio incompleto	23	43	48	31	44	41	32	45	56	37	53	62
Ensino médio compl. e Ensino superior incompleto	27	43	54	33	49	47	40	49	66	43	61	70
Superior completo	31	49	55	48	55	49	47	53	60	46	72	65
Experiência Anterior de Trabalho (composição da taxa de desemprego)												
Com experiência	24	46	57	32	48	45	33	46	68	37	55	69
Sem experiência	18	35	44	30	43	54	31	43	53	32	45	59

Fontes: Dados básicos: Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED). Convênio DIEESE/SEADE/MTE-FAT e Instituições Regionais

Nota: em Minas Gerais, as instituições regionais são Fundação João Pinheiro (FJP), Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social e Esportes/Sistema Nacional de Emprego (SEDESE/SINE-MG); no Distrito Federal, Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Humano (STDH); no Rio Grande do Sul, Fundação de Economia e Estatística Siegfried Emanuel Heuser (FEE), Fundação Gaúcha do Trabalho e Ação Social (FGTAS/SINE-RS); na Bahia, Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEL), Secretaria do Trabalho, Assistência Social e Esportes do Estado da Bahia (SETRAS), Universidade Federal da Bahia (UFBA); em Pernambuco, Secretaria de Planejamento (SEPLAN).

(1) A amostra não comporta desagregação para essa categoria.

TABELA 20 – VARIAÇÃO ANUAL MÉDIA DO TEMPO DE PROCURA POR TRABALHO DOS DESEMPREGADOS, SEGUNDO ATRIBUTOS PESSOAIS
REGIÕES METROPOLITANAS SELECIONADAS – 1996/1999/2004
(PERCENTAGEM)

ESPECIFICAÇÃO	SÃO PAULO		PORTO ALEGRE		BELO HORIZONTE		SALVADOR	
	1999/1996	2004/1999	1999/1996	2004/1999	1999/1996	2004/1999	1999/1996	2004/1999
Total	22,4	4,6	14,9	-1,3	12,9	7,2	21,3	4,8
Sexo								
Homens.....	23,3	4,5	15,3	-1,8	12,4	6,8	22,5	5,0
Mulheres	24,1	4,6	13,3	-0,8	11,4	7,7	21,9	4,6
Cor								
Negra	25,1	3,3	21,3	-1,7	14,1	6,8	22,5	4,7
Não-negra	22,4	4,9	12,9	-0,9	10,6	7,2	15,8	3,3
Posição no Domicílio								
Chefe	24,4	5,8	19,6	-2,4	11,9	8,9	20,1	5,0
Demais	22,2	4,0	12,0	-0,9	13,2	6,6	21,3	4,7
Cônjuge	24,3	5,9	14,5	-0,8	9,1	9,8	21,0	3,8
Filho	22,1	2,8	9,8	-0,5	12,7	5,4	21,2	5,0
Outros	24,9	4,0	15,4	-0,5	16,4	5,3	23,8	5,1
Faixa Etária								
De 10 a 14 anos	22,1	1,0	24,2	(1)	9,6	0,8	10,2	(1)
De 15 a 17 anos	19,9	-0,7	7,2	-4,1	13,4	1,1	17,5	2,6
De 18 a 24 anos	24,0	2,8	11,3	0,0	13,6	6,4	21,1	4,6
De 25 a 39 anos.....	20,9	5,5	16,0	-1,2	10,8	7,4	22,5	3,8
De 40 anos ou mais	22,7	5,8	16,0	-1,6	8,5	9,6	17,7	5,0
Nível de Instrução								
Analfabeto	23,3	11,6	16,8	(1)	23,6	(1)	26,5	9,2
Ensino fundamental incompleto	25,1	5,9	16,1	-1,3	13,6	9,7	22,5	6,6
Ensino fundamental compl. e Ensino médio incompleto	23,2	2,2	12,4	-1,4	12,0	4,5	19,7	3,2
Ensino médio compl. e Ensino superior incompleto	16,8	4,7	14,1	-0,8	7,0	6,1	19,1	2,8
Superior completo	16,5	2,3	4,6	-2,3	4,1	2,5	25,1	-2,0
Experiência Anterior de Trabalho (composição da taxa de desemprego)								
Com experiência	24,2	4,4	14,5	-1,3	11,7	8,1	21,9	4,6
Sem experiência	24,8	4,7	12,7	4,7	11,5	4,3	18,6	5,6

Fontes: Dados básicos: Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED). Convênio DIEESE/SEADE/MTE-FAT e Instituições Regionais

Nota: em Minas Gerais, as instituições regionais são Fundação João Pinheiro (FJP), Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social e Esportes/Sistema Nacional de Emprego (SEDESE/SINE-MG); no Distrito Federal, Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Humano (STDH); no Rio Grande do Sul, Fundação de Economia e Estatística Siegfried Emanuel Heuser (FEE), Fundação Gaúcha do Trabalho e Ação Social (FGTAS/SINE-RS); na Bahia, Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEL), Secretaria do Trabalho, Assistência Social e Esportes do Estado da Bahia (SETRAS), Universidade Federal da Bahia (UFBA); em Pernambuco, Secretaria de Planejamento (SEPLAN).

(1) A amostra não comporta desagregação para essa categoria.

VULNERABILIDADE À POBREZA NO MERCADO DE TRABALHO EM BELO HORIZONTE:

UMA ANÁLISE A PARTIR DA PED

Ana Flávia Machado*

Frederico Luiz Barbosa de Melo**

1 INTRODUÇÃO

Estudos sobre a pobreza têm-se preocupado em relacionar esse fenômeno à inserção dos indivíduos no mercado de trabalho. A compreensão de tal relação é particularmente importante, em especial em áreas metropolitanas, onde o mercado de trabalho é bastante influenciado por contínua reestruturação econômica e mudanças demográficas de grande escala, como envelhecimento, migração e outras forças. A relação entre inserção ocupacional e mercado de trabalho é tão expressiva que, segundo Rocha (2003), entre 1999 e 2001, a retomada na criação de postos de trabalho nas metrópoles brasileiras interrompeu o processo de empobrecimento iniciado em 1997.

O interesse dos pesquisadores é motivado pelo acentuado crescimento do desemprego mundial e pela menor absorção dos trabalhadores menos qualificados. Esse crescimento ocorre, notadamente, entre os mais pobres. Eles detêm desvantagem relativa no mercado de trabalho, devido às suas características familiares e individuais, sendo mais identificados entre desempregados e trabalhadores do setor informal (FERREIRA et al., 2000). A baixa escolaridade dos pais, a divisão do trabalho no núcleo familiar, o tamanho da família, o acesso restrito a serviços como de saúde, de educação e de crédito, entre outros, acaba por definir a entrada do jovem no mercado de trabalho em condições desfavoráveis, que tendem a serem reproduzidas por todo o ciclo de vida ativa.

Tal inserção no mercado de trabalho contribui para perpetuar o histórico familiar de pobreza, uma vez que ela é um conceito muito mais associado à família do que ao indivíduo. A estrutura familiar assegura transferências de renda entre seus indivíduos, possibilitando a sobrevivência dos que não trabalham. Nesse sentido, a participação de ocupados na família é importante, pois determina a renda familiar, juntamente com outras rendas advindas de transferências, aposentadorias etc. O efeito de desemprego agregado sobre a pobreza familiar é consideravelmente mais complexo do que a resposta de oferta de trabalho de um único indivíduo. Assim, mudança na condição de ocupação (saída da ocupação para desemprego) de um dos membros da família repercute sobre a estratégia ocupacional de outros membros. Por exemplo, a perda de renda ou o desemprego do chefe de família leva, muitas vezes, à busca por ocupação do cônjuge ou de filhos (efeito “trabalhador adicional”). Isso é tão mais verdadeiro quanto mais pobre é a família. Além disso,

* Professora do Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional (CEDEPLAR) da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).

** Técnico do Departamento Intersindical de Estudos Sócio-Econômicos de Minas Gerais (DIEESE-MG).

famílias de diferentes tamanhos e composições podem mostrar diferentes respostas ao desemprego e ao *status* de ocupação.

Esses estudos têm, portanto, a preocupação de identificar as condições de permanência e saída da pobreza dado o histórico familiar, as características dos indivíduos e a inserção ocupacional dos membros das famílias. Considerando essa relação estreita entre pobreza familiar e mercado de trabalho, este artigo busca, por intermédio dos dados da Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED), caracterizar grupos socioocupacionais mais vulneráveis à pobreza no mercado de trabalho da metrópole de Belo Horizonte. Ao contrário dos estudos supracitados, o objetivo não é identificar os determinantes da pobreza nem sua dinâmica. É, sim, identificar, no conjunto da população economicamente ativa (PEA) belorizontina, os grupos sobre-representados em famílias com escassez de renda e *status* ocupacional precário, tendo por unidade de análise o indivíduo.

Para construção das categorias socioocupacionais, recorre-se ao método *Grade of Membership* (GoM), que, por meio da aplicação da teoria de conjuntos nebulosos, possibilita construir perfis ou tipos de inserção ocupacional, dados os atributos do indivíduo e de sua família. Como ressalta Melo (2005, apud KAGEYAMA, 1999) o processo de construção de tipologia tem, fundamentalmente, dois objetivos inter-relacionados. O primeiro é separar, mediante critérios externos, elementos com características semelhantes no interior de um universo diversificado, organizando, assim, a heterogeneidade. O segundo é sintetizar, por meio de tal organização, aspectos considerados importantes para a análise a ser feita. Desse modo, os tipos ou perfis constituem indicadores sintéticos do mercado de trabalho belorizontino, tendo-se por ênfase a vulnerabilidade à pobreza.

O artigo é constituído por três seções, além desta. A segunda seção descreve o método GoM e as variáveis selecionadas. A terceira traz a caracterização dos perfis, e a última apresenta as principais conclusões.

2 METODOLOGIA E DESCRIÇÃO DAS VARIÁVEIS

O *Grade of Membership* – GoM ou Grau de Pertencimento – como já salientado, baseia-se na teoria dos conjuntos nebulosos (*fuzzy sets*) (MANTON; WOODBURY; TOLLEY, 1994). O GoM estima simultaneamente as características prováveis dos perfis (a partir das probabilidades de cada resposta a cada variável pertencer a dado perfil) e o grau de “proximidade” de todos os elementos aos perfis. Dentre os elementos do conjunto são identificados dois ou mais perfis bem definidos, chamados “perfis extremos”, aos quais são relacionados os demais elementos por “graus de pertencimento” a partir de seus atributos.

Quando determinado elemento tem todas as características de um dado perfil extremo, seu grau de pertencimento é de 100%, e de 0% aos demais perfis extremos. Porém, há elementos que possuem características de diferentes perfis extremos, situação em que se aproximarão mais de um perfil do que de outros ou em que terão posição equidistante entre perfis extremos identificados.

A partir dos dados dos elementos, o modelo estatístico que aplica a metodologia GoM identifica os perfis extremos com base em máxima verossimilhança e obtém, simultaneamente, os graus de pertencimento de cada elemento aos perfis extremos. Para cada elemento do conjunto nebuloso, é determinado um escore de grau de pertencimento g_{ik} , que indica o grau de pertencimento do elemento i ao perfil k , isto é, a intensidade de sua “filiação” ao perfil extremo k . Assim,

$$0 \leq g_{ik} \leq 1 \text{ para cada } i \text{ e cada } k; \text{ e}$$

$$\sum g_{ik} = 1 \text{ para cada } i.$$

Além disso, a probabilidade de resposta l para a j -ésima questão pelo elemento com k -ésimo perfil extremo é dada por λ_{kjl} , com

$$0 \leq \lambda_{kjl} \leq 1 \text{ para cada } k, j \text{ e } l; \text{ e}$$

$$\sum \lambda_{kjl} = 1 \text{ para cada } k \text{ e } j.$$

A probabilidade de resposta l para a j -ésima questão pelo elemento i , condicionada ao seu escore de grau de pertencimento g_{ik} , será dada por:

$$\Pr (Y_{ijl} = 1) = \sum g_{ik} \lambda_{kjl}.$$

E a função de máxima verossimilhança é dada por:

$$L_{(Y)} = \prod \prod \prod (\sum g_{ik} \lambda_{kjl}).$$

Dentro dos parâmetros colocados pela reflexão teórica sobre o tema, o GoM é flexível o suficiente para permitir o teste de várias alternativas para a obtenção dos perfis extremos, inclusive quanto ao número deles, e para auxiliar na escolha do mais adequado. Em última instância, o número de perfis a serem obtidos ao final da investigação depende dos objetivos da análise e da capacidade, dos conhecimentos e da decisão do pesquisador. As estimativas dos perfis extremos e dos graus de pertencimento são tão mais robustas quanto, para determinado número de indivíduos, maior for o número de variáveis incorporadas no modelo.

A análise a seguir tem por referência os microdados da PED para a Região Metropolitana de Belo Horizonte (PED/RMBH) no ano de 2004. A PED/RMBH é uma pesquisa domiciliar por amostragem que investiga características dos moradores do domicílio, sobretudo aquelas relacionadas à inserção no mercado de trabalho.

As variáveis referentes aos indivíduos utilizadas foram: sexo, faixa de idade, cor, condição de migração, nível educacional, posição na família, situação ocupacional, posição na ocupação, setor de atividade para os ocupados e o último setor para os desempregados com experiência anterior de trabalho e quartos de rendimento individual.⁵⁰ No que tange às variáveis da família, foram selecionados: tamanho, quartos de proporção de ocupados e quartos de rendimento familiar *per capita*.⁵¹

⁵⁰ A PED coleta os seguintes tipos de rendimentos: rendimento do trabalho principal, do trabalho adicional, do trabalho ocasional, renda de aposentadoria ou pensão e valor de seguro-desemprego.

⁵¹ Para que não se perdessem informações, considerou-se como “não declarado” (*missing*) o rendimento familiar quando pelo menos um dos membros da família, mesmo ocupados (com exceção de ‘trabalhador familiar’), não tenha declarado rendimento do trabalho principal. Para o aposentado que se encontrava novamente ocupado, desconsiderou-se a não declaração da renda do trabalho, desde que fosse declarado o valor da aposentadoria. Assim, não se descartaram as informações de rendimento familiar quando eram “não declarados” os tipos “secundários” de rendimento de um dos membros da família.

Como o GoM utiliza, exclusivamente, variáveis categóricas, as contínuas (neste caso, rendimento e proporções) foram categorizadas e ordenadas segundo quartis, com os menores valores no primeiro quarto e os maiores, no superior.⁵²

A descrição das variáveis consideradas neste estudo e o número e a proporção de indivíduos em cada resposta é apresentada no quadro 1. A participação de mulheres na PEA é um pouco menor do que a dos homens na RMBH. Cerca de 43% da população têm idade entre 30 e 49 anos, 60% são negros (pretos e pardos), 61% são naturais da RMBH. Em termos da distribuição por nível educacional, verificam-se duas modas, um terço da população com ensino fundamental incompleto e um terço com ensino médio completo. Os chefes compreendem 39% da população, ao passo que filhos, 34%. Em 2004, cerca de 80% da PEA eram constituídos por ocupados. A variável posição na ocupação está muito desagregada, no entanto, um terço é de assalariados com carteira assinada. Entre os ocupados, 43% estão no setor de serviços e, entre os desempregados com experiência anterior de trabalho, a maioria provém da indústria e do serviço doméstico. As famílias apresentam tamanho modal de quatro membros, embora cerca de 21% delas sejam constituídas por três.

QUADRO 1-A - VARIÁVEIS, RESPECTIVAS RESPOSTAS E DISTRIBUIÇÕES (ABSOLUTA E RELATIVA)
REGIÃO METROPOLITANA DE BELO HORIZONTE (RMBH) - 2004

(Continua)

VARIÁVEL	RESPOSTA	DISTRIBUIÇÃO	
		absoluta	relativa (%)
Sexo	masculino	22.820	52,8
	feminino	20.418	47,2
Faixa etária	10 a 14 anos	292	0,7
	15 a 19 anos	4.262	9,9
	20 a 24 anos	7.525	17,4
	25 a 29 anos	6.544	15,1
	30 a 39 anos	10.268	23,7
	40 a 49 anos	8.706	20,1
	50 a 59 anos	4.237	9,8
	60 e mais anos	1.404	3,2
Cor	sem declaração	9	0,0
	brancos	17.003	39,3
	negros	26.226	60,7
Condição de migração	sem declaração	22	0,1
	naturais	26.423	61,1
	imigrantes + de 10 anos	13.052	30,2
	imigrantes + 5 e - 10 anos	1.932	4,5
	imigrantes - de 5 anos	1.809	4,2

⁵² A relação entre o número de membros ocupados da família e o número total de familiares fornece uma proporção similar a uma razão de dependência. Os valores dessa proporção para cada indivíduo na PEA foram agregados segundo faixas ordenadas de 25% (um quarto), isto é, os 25% menores valores, os 25% seguintes (até a mediana), os 25% seguintes (imediatamente acima da mediana) e os 25% superiores.

QUADRO 1-B - VARIÁVEIS, RESPECTIVAS RESPOSTAS E DISTRIBUIÇÕES (ABSOLUTA E RELATIVA)
REGIÃO METROPOLITANA DE BELO HORIZONTE (RMBH) - 2004

(Continuação)

VARIÁVEL	RESPOSTA	DISTRIBUIÇÃO	
		absoluta	relativa (%)
Nível educacional	sem declaração	3	0,0
	analfabeto	644	1,5
	fundamental incompleto	13.898	32,1
	fundamental completo	5.651	13,1
	médio incompleto	3.583	8,3
	médio completo	13.106	30,3
	superior incompleto	2.105	4,9
	superior completo	4.248	9,8
Posição na família	não parente	624	1,4
	chefe	16.856	39,0
	cônjuge	8.446	19,5
	filho	14.804	34,2
	outro parente	2.508	5,8
Situação ocupacional	desempregado	8.401	19,4
	ocupado	34.837	80,6
Tamanho da família	1 pessoa	2.204	5,1
	2 pessoas	5.500	12,7
	3 pessoas	9.316	21,5
	4 pessoas	11.442	26,5
	5 pessoas	8.012	18,5
	6 pessoas	3.684	8,5
	7 ou mais	3.080	7,1
	Posição na ocupação	assalariado com carteira	14.330
assalariado sem carteira		3.404	7,9
assalariado no setor público		4.258	9,8
assalariado não sabe		8	0,0
autônomo para o público		5.454	12,6
autônomo para a empresa		1.886	4,4
empregador		1.424	3,3
doméstico mensalista		2.464	5,7
doméstico diarista		831	1,9
trabalhador familiar		152	0,4
outro		515	1,2
dono de negócio familiar		111	0,3
não se aplica		8.401	19,4
Quartos de renda individual	sem declaração	10.395	24,0
	R\$0 a R\$79	8.168	18,9
	R\$80 a R\$329	8.225	19,0
	R\$330 a R\$600	8.472	19,6
	R\$601 e mais	7.978	18,5

QUADRO 1-C - VARIÁVEIS, RESPECTIVAS RESPOSTAS E DISTRIBUIÇÕES (ABSOLUTA E RELATIVA)
REGIÃO METROPOLITANA DE BELO HORIZONTE (RMBH) - 2004

(Conclusão)

VARIÁVEL	RESPOSTA	DISTRIBUIÇÃO	
		absoluta	relativa (%)
Quartos de proporção de ocupados na família	0,00 a 0,30	8.799	20,4
	0,33 a 0,50	16.802	38,9
	0,55 a 0,67	7.376	17,1
	0,70 a 1,00	10.261	23,7
Quartos de renda familiar <i>per capita</i>	sem declaração	18.018	41,7
	R\$0,00 a R\$133,33	6.360	14,7
	R\$133,75 a R\$253,33	6.262	14,5
	R\$253,50 a R\$466,50	6.275	14,5
	R\$466,67 e mais	6.323	14,6
Setor de atividade dos ocupados	sem declaração	5	-
	nunca trabalhou	-	-
	indústria de transformação	5.129	11,9
	construção civil	2.126	4,9
	comércio	5.443	12,6
	serviços	18.610	43,0
	serviços domésticos	3.295	7,6
	outros	229	0,5
	não se aplica	8.401	19,4
Setor de atividade anterior dos desempregados.....	sem declaração	2	0,0
	nunca trabalhou	1.881	4,4
	indústria de transformação	935	2,2
	construção civil	638	1,5
	comércio	1.186	2,7
	serviços	2.759	6,4
	serviços domésticos	954	2,2
	outros	46	0,1
	não se aplica	34.837	80,6

Fonte: Dados básicos: Fundação João Pinheiro (FJP), Centro de Estatística e Informações (CEI), Pesquisa de Emprego e Desemprego na Região Metropolitana de Belo Horizonte (PED/RMBH). Convênio FJP/DIEESE/SEADE/SINE-MG

Nota: dados sem ponderação.

Observe-se que foi alta a proporção dos que se recusaram a fornecer informações sobre rendimento. Há 24% de dados não declarados sobre os rendimentos individuais, e quanto aos familiares, 42%. Considerando apenas os ocupados, é de 30% a proporção dos que não declararam rendimentos individuais, com maior incidência entre os “autônomos para o público”, “empregadores” e “assalariados sem carteira”, nessa ordem (graf. 1–A do apêndice). Esse volume de informações ausentes sobre os rendimentos poderia dificultar a investigação sobre vulnerabilidade à pobreza. Contudo, segundo o que indicam os dados, a recusa em declarar o rendimento familiar *per capita* concentra-se fortemente entre indivíduos não incluídos entre os mais vulneráveis à pobreza familiar, como é visto ao final deste trabalho.

3 PERFIS SOCIOOCUPACIONAIS NA REGIÃO METROPOLITANA DE BELO HORIZONTE

O modelo final escolhido para obtenção dos perfis e dos graus de pertencimento gerou quatro perfis extremos, por meio do programa estatístico GoM versão 3.4, desenvolvido pela Universidade de Yale (EUA).

A descrição dos perfis é indicada pela análise das probabilidades estimadas (lambdas), para cada perfil, de cada resposta a cada variável, tomando por referência a distribuição da frequência marginal das respostas. A identificação dos perfis considerou uma linha de corte de 1,2 para a relação entre as probabilidades e a frequência. Ou seja, sempre que o resultado da divisão de lambda pela frequência da mesma resposta foi superior a 1,2, entendeu-se que o perfil onde isso ocorreu era caracterizado por uma concentração relativamente maior daquela resposta à variável.⁵³

Os resultados das probabilidades estimadas por resposta e perfil, que possibilitam a descrição dos tipos, encontram-se na tabela A1 no apêndice. A última coluna da tabela (“Lambdas/Freq.”), que se subdivide em quatro colunas menores correspondentes a cada um dos perfis, traz células sombreadas a indicar características de cada um deles.

A tipologia das inserções ocupacionais pressupõe uma consideração mais matizada dos graus de pertencimento. Ou seja, a identificação dos tipos “puros” e “mistos” é alcançada mediante uma interpretação dos escores que vá além de “pertencimento integral a determinado perfil” ($g_k = 1$) ou não ($g_k < 1$). Considera-se de perfil “puro” a inserção em que predominam, de maneira ampla, as características de determinado perfil extremo. Já as inserções pertencentes aos perfis mistos compartilham características de perfis extremos diferentes. De acordo com o critério utilizado neste estudo, os perfis mistos têm predominância de características de um determinado perfil extremo, combinadas, secundariamente, com um conjunto relevante de características de outro perfil extremo. Assim, observe-se que, na nomenclatura adotada neste estudo, perfil (ou tipo) “puro” se contrapõe a perfil “misto”, e o conceito de “perfil puro” não se confunde com o de “perfil extremo”.⁵⁴

No presente estudo, considerou-se a inserção do indivíduo i pertencente ao perfil m aquela que tem graus de pertencimento aos perfis m , n , o e p :

a) $g_{im} \geq 0,75$;

ou

b) $0,50 < g_{im} < 0,75$, desde que $g_{in} \leq 0,25$ e $g_{io} \leq 0,25$ e $g_{ip} \leq 0,25$.

⁵³ Observe-se que a linha de corte de 1,2 visa apenas subsidiar a descrição dos perfis extremos, uma vez que os graus de pertencimento, apesar de dependerem dos perfis obtidos pelo programa, independem da *descrição* dos perfis. O estudo dos escores dos indivíduos, por meio de tabelas de frequência das variáveis usadas na obtenção dos perfis, permite verificar se os perfis foram adequadamente descritos.

⁵⁴ Em outros estudos que adotam a metodologia GoM, as expressões “perfis extremos” e “perfis puros” muitas vezes são intercambiáveis e utilizadas como sinônimas.

Considerou-se a inserção do indivíduo i como pertencente ao perfil misto de m com n (em que predominam as características de m) aquela cujos graus de pertencimento aos perfis m e n :

$0,50 < g_{im} \leq 0,75$, desde que $0,25 \leq g_{in} < 0,50$.

Por fim, considerou-se a inserção mista sem predomínio aquela que não possui escore superior a 0,50 em relação a nenhum dos três perfis extremos ou tem escores de exatos 0,50 a dois perfis extremos ao mesmo tempo.

O quadro 2 apresenta a síntese das características dos quatro perfis extremos. No perfil 1 predominam jovens, na posição de filho ou outro parente, escolaridade média-alta, assalariados com ou sem carteira. As características predominantes no segundo perfil são sexo feminino, idade entre 30 e 49 anos, negros, imigrantes, baixa escolaridade, cônjuges, na posição de empregadas domésticas e autônomos para público, com baixa ou média-baixa proporção de ocupados na família. O perfil 3 é descrito por homens, com mais de 30 anos, brancos, alta escolaridade, chefe ou não parente, assalariado do setor público, autônomo para empresa, empregador ou outro, de maior renda familiar *per capita* e em famílias pequenas (até três pessoas). O perfil 4 é o único em que a característica estar desempregado discrimina, indivíduos muito jovens, de média-baixa escolaridade, filhos ou outros parentes em famílias muito grandes (seis pessoas ou mais), menor renda familiar *per capita* e baixa proporção de ocupados na família.

Em função dessa descrição, o perfil 1 foi denominado “ocupados regulares”, o 2, “ocupados precários”, o 3, “ocupados seguros”, e o 4, “jovens desempregados”.

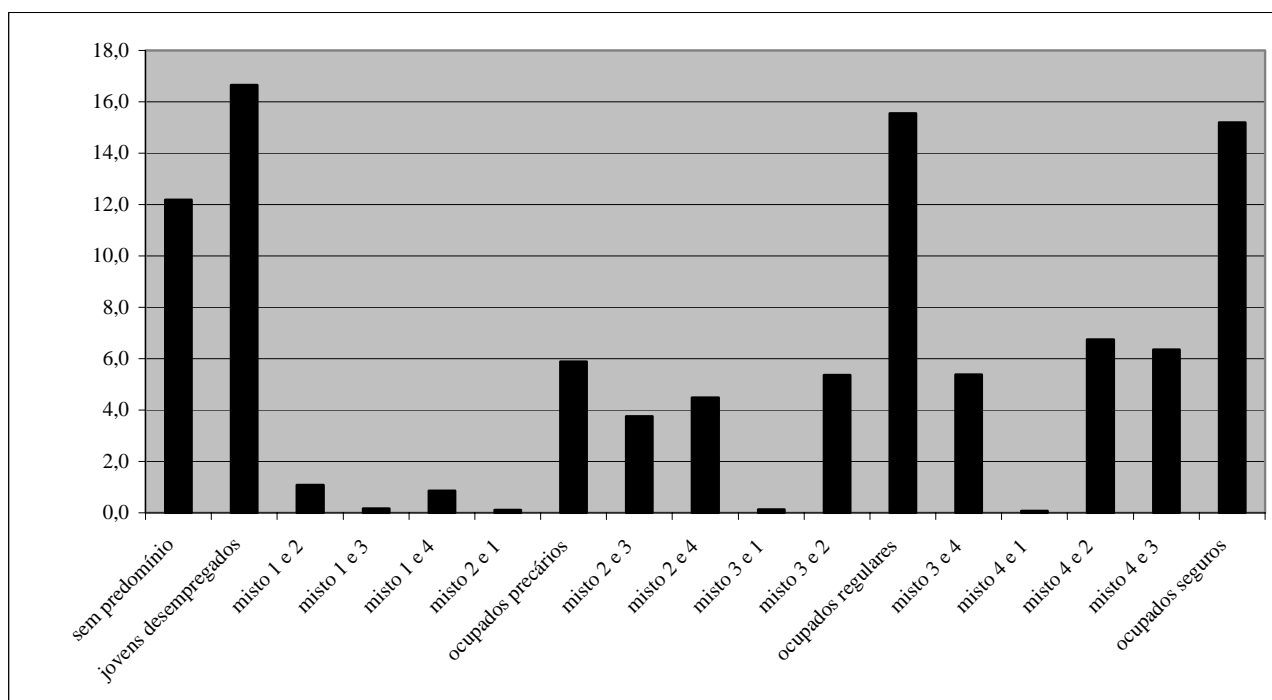
QUADRO 2 – APRESENTAÇÃO DOS PERFIS, SEGUNDO CARACTERÍSTICAS MAIS PROVÁVEIS, EM TERMOS RELATIVOS
REGIÃO METROPOLITANA DE BELO HORIZONTE (RMBH) - 2004

PERFIL 1	PERFIL 2	PERFIL 3	PERFIL 4
Ocupados regulares	Ocupados precários	Ocupados seguros	Jovens desempregados
“Sexo” não discrimina	Mulheres	Homens	“Sexo” não discrimina
Adolescentes e jovens adultos (15 a 29 anos)	Adultos (30 a 49 anos)	Adultos e mais velhos (30 anos ou mais)	Crianças, adolescentes e jovens (10 a 24 anos)
“Cor” não discrimina	Negros	Brancos	“Cor” não discrimina
Naturais	Imigrantes (com qualquer tempo de residência na RMBH)	Imigrantes há mais de 10 anos	Naturais
Escolaridade média-alta (médio completo a superior incompleto)	Baixa escolaridade (sem escolaridade ou fundamental incompleto)	Alta escolaridade (superior completo)	Média-baixa escolaridade (fundamental completo ou médio incompleto)
Filho ou outro parente	Cônjuge	Chefe ou não parente	Filho ou outro parente
Ocupados	Ocupados	Ocupados	Desempregados
Famílias grandes (cinco pessoas ou mais)	Famílias médias (quatro pessoas)	Famílias pequenas (até três pessoas)	Famílias muito grandes (seis pessoas ou mais)
Assalariados com ou sem carteira	Empregadas domésticas (diaristas e mensalistas) ou autônomos para o público	Assalariado do setor público, autônomo para empresa, empregador ou outro	“Posição na ocupação” não se aplica (desempregados)
Sem declaração de rendimento individual total ou rendimento individual médio-alto (3º quarto)	Rendimento individual total médio (2º ou 3º quarto)	Rendimento individual total alto (4º quarto)	Rendimento individual total baixo (1º quarto)
Alta ou média-alta proporções de ocupados na família (4º ou 3º quarto)	Baixa ou média-baixa proporções de ocupados na família (1º ou 2º quarto)	Alta proporção de ocupados na família (4º quarto)	Baixa proporção de ocupados na família (1º quarto)
Sem declaração de renda familiar	Renda familiar <i>per capita</i> média-baixa ou baixa (2º ou 1º quarto)	Renda familiar <i>per capita</i> alta ou média-alta (4º ou 3º quarto)	Renda familiar <i>per capita</i> baixa (1º quarto)
Setor de atividade corrente: comércio, indústria, outro ou serviços	Setor de atividade corrente: serviço doméstico ou construção civil	Setor de atividade corrente: outro, serviços ou indústria	“Setor de atividade corrente” não se aplica (desempregados)
“Setor de atividade anterior (para desempregados)” não se aplica	“Setor de atividade anterior (para desempregados)” não se aplica	“Setor de atividade anterior (para desempregados)” não se aplica	“Setor de atividade anterior (para desempregados)”: todos, com exceção de “outro” (indústria, construção, comércio, serviços ou serviço doméstico), além de “nunca trabalhou”

Fonte: Dados básicos: Fundação João Pinheiro (FJP), Centro de Estatística e Informações (CEI), Pesquisa de Emprego e Desemprego na Região Metropolitana de Belo Horizonte (PED/RMBH). Convênio FJP/DIEESE/SEADE/SINE-MG

Os perfis puros, jovens desempregados, ocupados precários, ocupados regulares e ocupados seguros perfazem 53,27% da PEA da metrópole de Belo Horizonte (graf. 1). O grupo de “jovens desempregados” é o de maior peso (16,65%). O segundo grupo de maior peso é o de “ocupados regulares” com participação de 15,55%, seguidos por “ocupados seguros” (15,19%) e por “ocupados precários”, com participação bem menor (5,88%). Chama atenção, também, o grupo onde não há predomínio de nenhum dos quatro perfis extremos, denominado “misto sem predomínio”, com 12,18% de participação.

GRÁFICO 1 - DISTRIBUIÇÃO DO PERCENTUAL DAS PESSOAS NA POPULAÇÃO ECONOMICAMENTE ATIVA (PEA), POR PERFIS REGIÃO METROPOLITANA DE BELO HORIZONTE (RMBH) – 2004

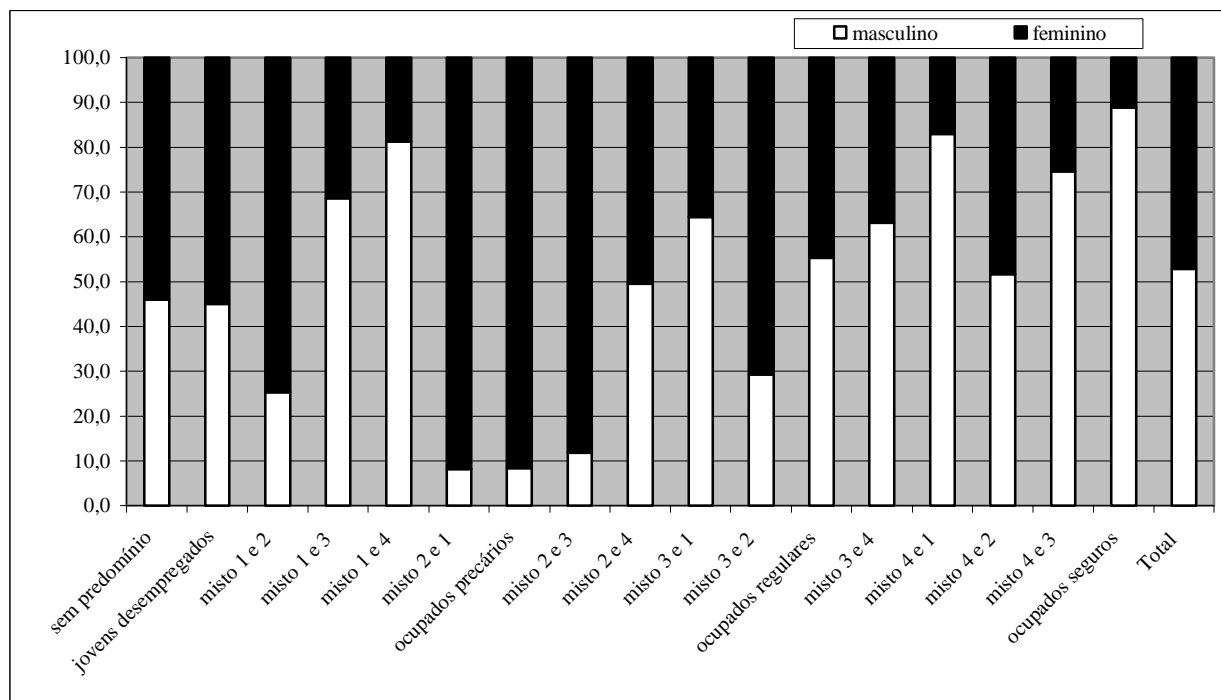


Fonte: Dados básicos: Fundação João Pinheiro (FJP), Centro de Estatística e Informações (CEI), Pesquisa de Emprego e Desemprego na Região Metropolitana de Belo Horizonte (PED/RMBH). Convênio FJP/DIEESE/SEADE/SINE-MG

Nota: dados ponderados.

No que tange ao gênero, observa-se elevada proporção de mulheres associada aos perfis de ocupados precários e sob sua influência. No caso do perfil puro e dos mistos “2 e 1” e “2 e 3”, essa proporção chega a 90%.

GRÁFICO 2 - COMPOSIÇÃO DOS PERFIS, POR GÊNEROS - REGIÃO METROPOLITANA DE BELO HORIZONTE (RMBH) – 2004 (PERCENTAGEM)

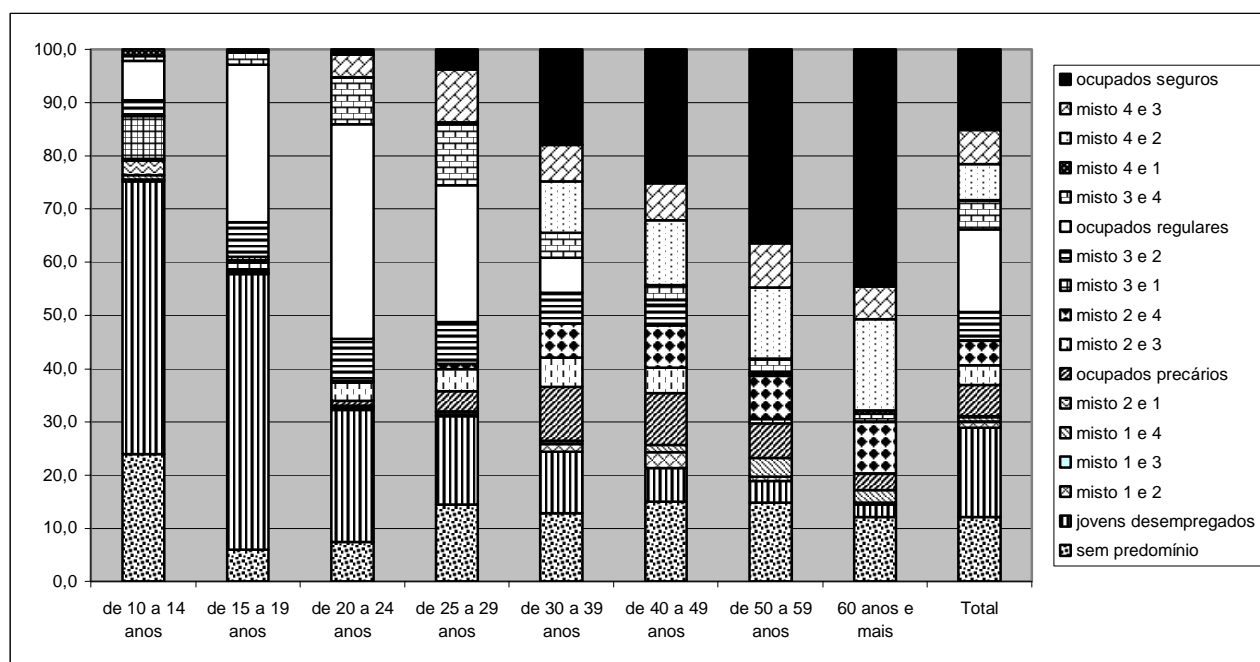


Fonte: Dados básicos: Fundação João Pinheiro (FJP), Centro de Estatística e Informações (CEI), Pesquisa de Emprego e Desemprego na Região Metropolitana de Belo Horizonte (PED/RMBH). Convênio FJP/DIEESE/SEADE/SINE-MG

Nota: dados ponderados.

O gráfico 3 reporta a distribuição dos perfis por faixa etária. Como era de se esperar, há predominância do perfil “jovem desempregado” nas faixas de 10 a 14 anos e de 15 a 19 anos. Entre 15 e 29 anos, a incidência de “ocupados regulares” é significativa. Por outro lado, a partir dos 30 anos, à medida que se avança na idade, nota-se maior peso do perfil “ocupados seguros”. Embora os dados se refiram a período, a distribuição dos perfis por faixa etária sugere a hipótese de ciclo de vida, ou seja, jovens entram como desempregados ou “ocupados regulares” no mercado de trabalho e, com avanço da idade, uma parcela expressiva tende a se mover para o perfil “ocupados seguros”, na medida em que adquirem experiência e formação no mercado de trabalho.

GRÁFICO 3 - DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DOS PERFIS, POR FAIXAS ETÁRIAS
REGIÃO METROPOLITANA DE BELO HORIZONTE (RMBH) – 2004

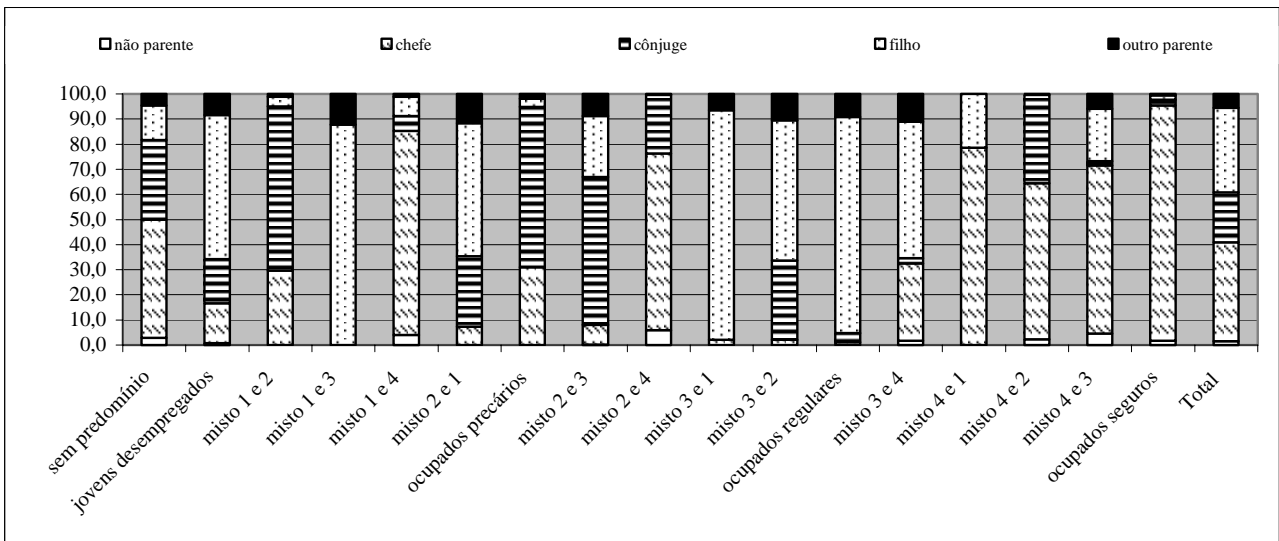


Fonte: Dados básicos: Fundação João Pinheiro (FJP), Centro de Estatística e Informações (CEI), Pesquisa de Emprego e Desemprego na Região Metropolitana de Belo Horizonte (PED/RMBH). Convênio FJP/DIEESE/SEADE/SINE-MG

Nota: dados ponderados.

Analisando as posições na família por perfis (graf. 4), nota-se que os chefes tendem a se concentrar nos perfis de “ocupados seguros”, sejam eles puro ou mistos (aqueles numerados como 4 no gráfico 4). Os filhos, por sua vez, concentram-se em torno de “ocupados regulares” (puro e mistos 3) e de “jovens desempregados” (puro e mistos 1). No caso da posição filho, a distribuição de perfis por faixa etária já é uma sugestão dessa concentração. Os cônjuges, como já sabido, de ampla maioria feminina, integram o perfil de “ocupados precários” puro e mistos 2, algo também já enfatizado na análise por gênero.

GRÁFICO 4 - DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DAS POSIÇÕES NA FAMÍLIA, POR PERFIS
REGIÃO METROPOLITANA DE BELO HORIZONTE (RMBH) – 2004

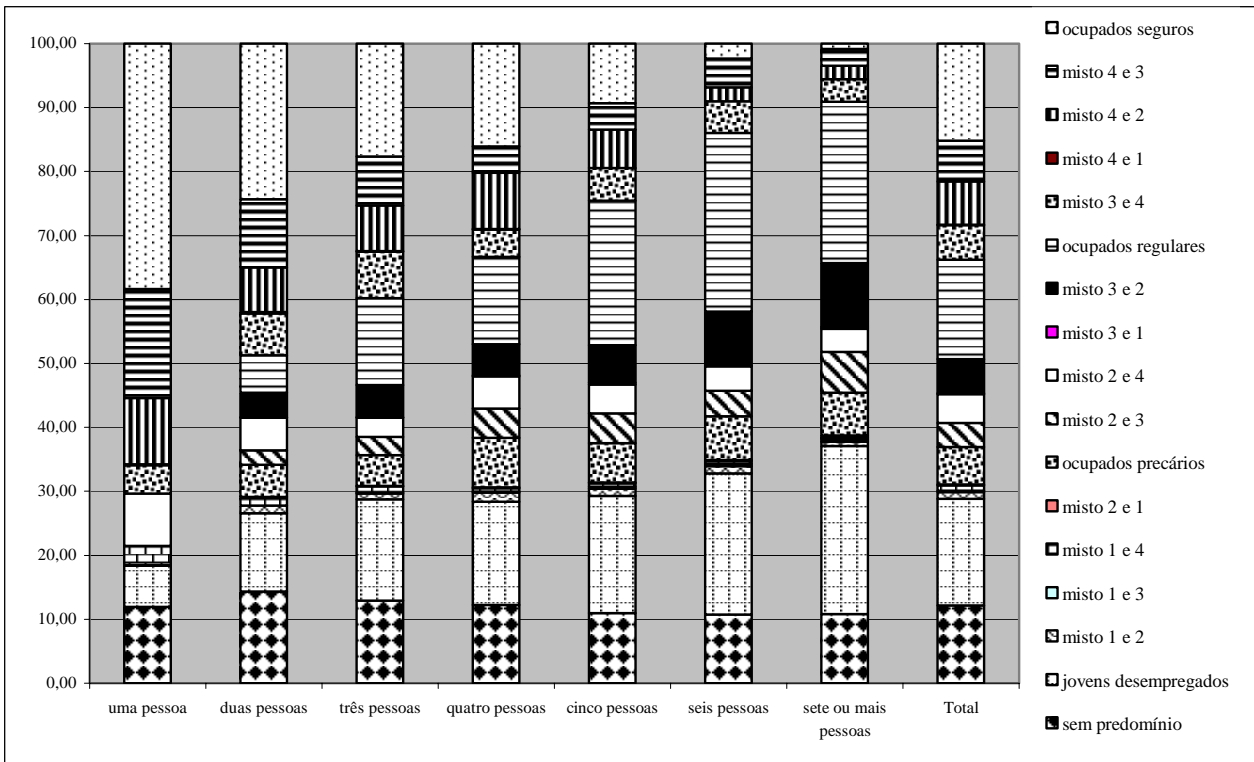


Fonte: Dados básicos: Fundação João Pinheiro (FJP), Centro de Estatística e Informações (CEI), Pesquisa de Emprego e Desemprego na Região Metropolitana de Belo Horizonte (PED/RMBH) Convênio FJP/DIEESE/SEADE/SINE-MG

Nota: dados ponderados.

Em termos do tamanho da família (graf. 5), verifica-se que quanto maior a família, mais inseguro parece ser o perfil da inserção ocupacional de seus membros. Cerca de 40% das famílias unipessoais compõem-se de “ocupados seguros”, que tendem a apresentar parcela relativamente expressiva em famílias de até quatro membros. Por outro lado, os perfis “ocupados regulares” e de “jovens desempregados” adquirem mais destaque em famílias maiores (com mais de seis membros). No caso de “ocupados precários” não há distinção em termos de sua distribuição.

GRÁFICO 5 - DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DO TAMANHO DA FAMÍLIA, POR PERFIS
REGIÃO METROPOLITANA DE BELO HORIZONTE (RMBH) – 2004

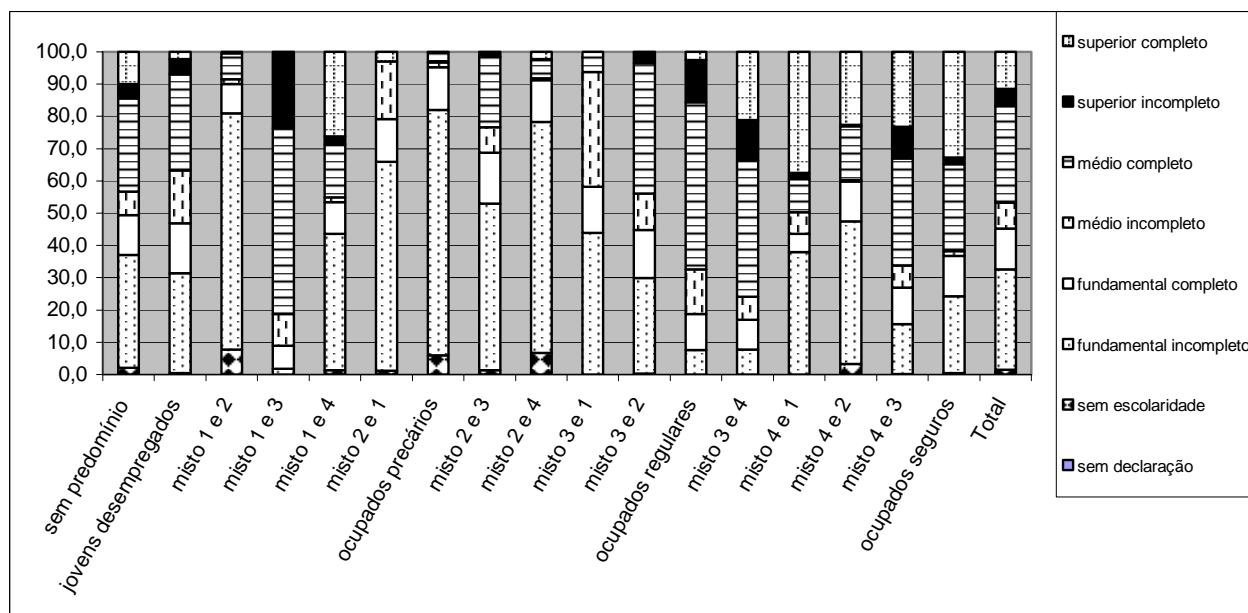


Fonte: Dados básicos: Fundação João Pinheiro (FJP), Centro de Estatística e Informações (CEI), Pesquisa de Emprego e Desemprego na Região Metropolitana de Belo Horizonte (PED/RMBH). Convênio FJP/DIEESE/SEADE/SINE-MG

Nota: dados ponderados.

A análise do gráfico 6 mostra a importância da escolaridade para a inserção no mercado de trabalho. O ensino fundamental incompleto é o nível de escolaridade predominante do perfil de “ocupados precários”, o médio completo, de “ocupados regulares”, e o superior completo, de “ocupados seguros”. Já os “jovens desempregados” alcançam uma escolaridade intermediária entre os “ocupados precários” e os “regulares”.

GRÁFICO 6 - DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DOS NÍVEIS EDUCACIONAIS, POR PERFIS
REGIÃO METROPOLITANA DE BELO HORIZONTE (RMBH) – 2004

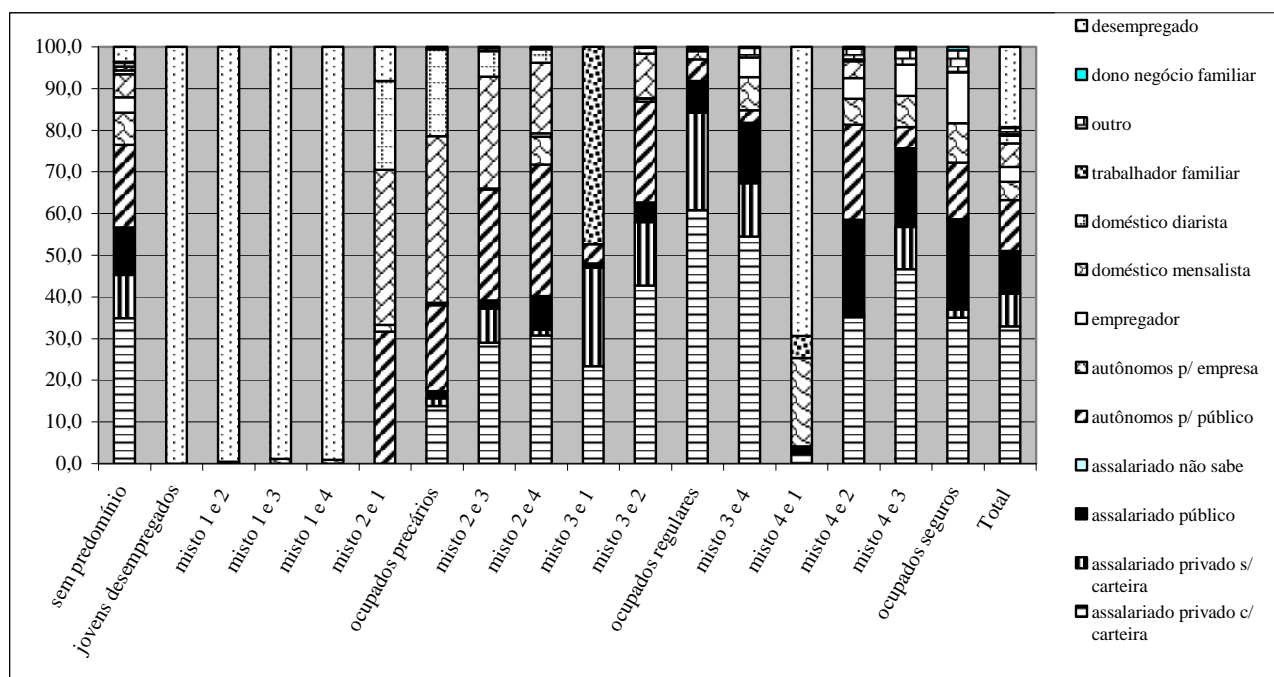


Fonte: Dados básicos: Fundação João Pinheiro (FJP), Centro de Estatística e Informações (CEI), Pesquisa de Emprego e Desemprego na Região Metropolitana de Belo Horizonte (PED/RMBH). Convênio FJP/DIEESE/SEADE/SINE-MG

Nota: dados ponderados.

O gráfico 7 evidencia a presença quase integral de desempregados no perfil “jovens desempregados” e nos “mistos 1 e 2”, “1 e 3” e “1 e 4”. Por que houve essa distribuição entre os perfis? Na verdade, outras características que definem esses perfis estão influenciando sua distribuição entre os perfis. No caso do tipo “misto 1 e 2”, predominam as mulheres, cônjuges, com fundamental incompleto. No caso do “misto 1 e 3”, há homens, filhos e com ensino médio completo. E, no “misto 1 e 4”, encontram-se homens, chefes, com ensino fundamental incompleto e, com peso relativo, os desempregados com superior completo. Essa composição confirma o que já foi evidenciado na análise de outros critérios, o que demonstra a robustez do método na identificação de grupos.

No que tange ao tipo “ocupados precários”, observa-se maior predominância de domésticas, tanto mensalistas quanto diaristas, assim como de autônomos para o público. Em “ocupados regulares”, há prevalência de assalariados do setor privado, tanto sem carteira quanto com carteira assinada. O tipo “ocupados seguros” apresenta uma distribuição por posição na ocupação mais heterogênea, porque identifica-se a presença de assalariados privados com carteira assinada, assalariados públicos, autônomos para empresa, empregador e outros (principalmente profissionais liberais) que, comparativamente à amostra toda, estão sobre-representados.

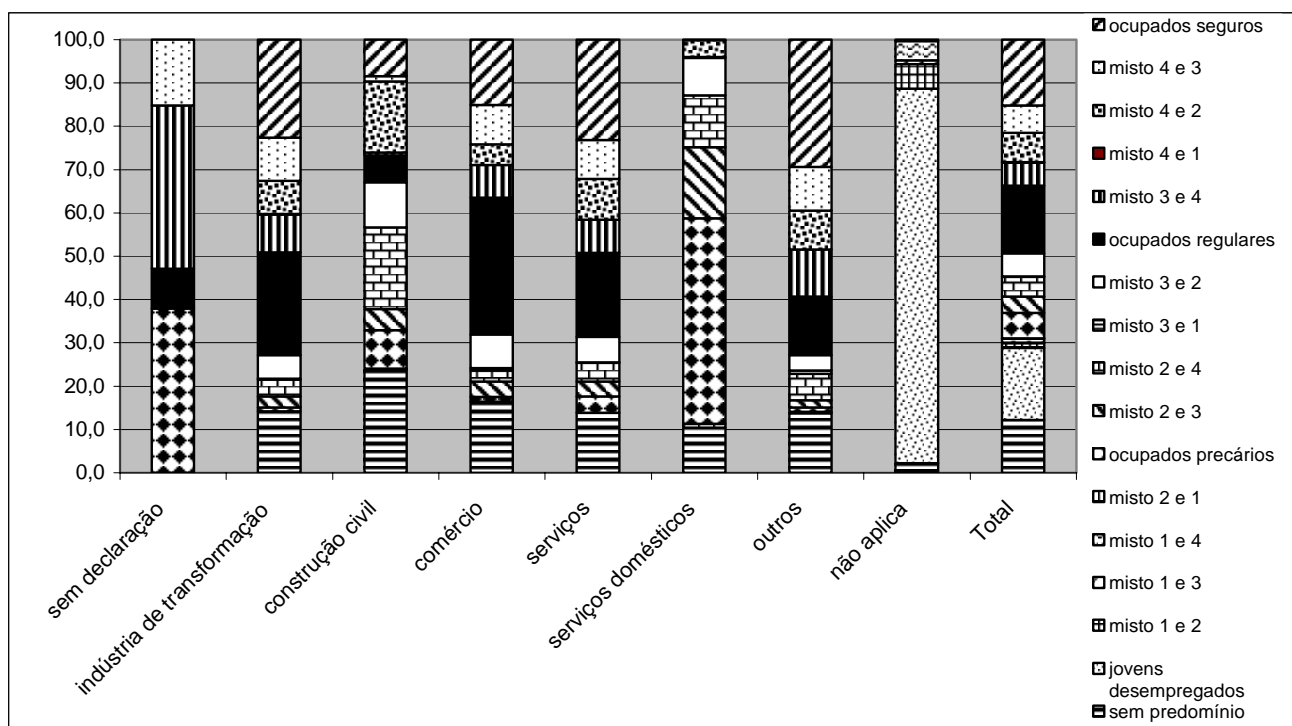
GRÁFICO 7 - DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DAS POSIÇÕES NA OCUPAÇÃO, POR PERFIS
REGIÃO METROPOLITANA DE BELO HORIZONTE (RMBH) – 2004

Fonte: Dados básicos: Fundação João Pinheiro (FJP), Centro de Estatística e Informações (CEI), Pesquisa de Emprego e Desemprego na Região Metropolitana de Belo Horizonte (PED/RMBH). Convênio FJP/DIEESE/SEADE/SINE-MG

Nota: dados ponderados.

Quando se considera o setor de atividade como critério de análise (graf. 8), percebe-se que a composição da indústria e dos serviços é muito semelhante no que se refere aos perfis. De certa maneira, essa característica é surpreendente. O que a literatura aponta é uma heterogeneidade ocupacional maior no setor serviços vis-à-vis a indústria de transformação. Provavelmente, devido ao fato de que o que está sob análise é uma região metropolitana onde os serviços especializados têm importância, as configurações se tornam parecidas. Além disso, o gráfico 8 evidencia que os serviços domésticos concentram os “ocupados precários”, algo já evidenciado na análise por posição na ocupação. Também no setor de construção civil, esse tipo tem peso, comparativamente à distribuição da amostra.

GRÁFICO 8 - DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DE PERFIS, POR SETORES DE ATIVIDADE CORRENTE
REGIÃO METROPOLITANA DE BELO HORIZONTE (RMBH) – 2004

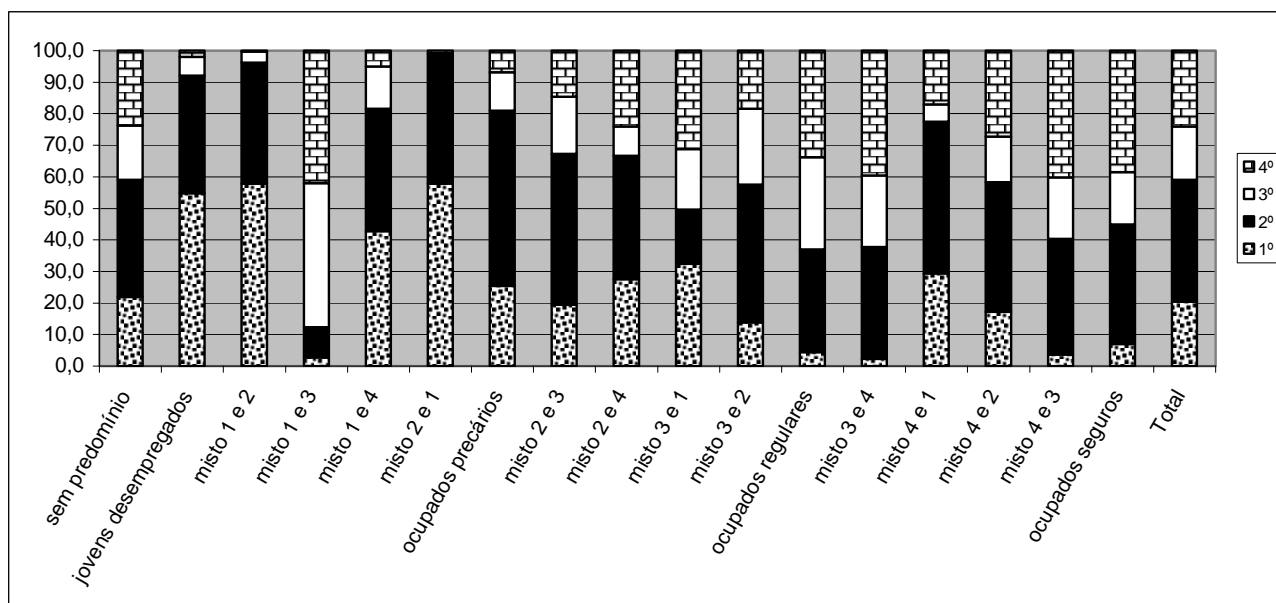


Fonte: Dados básicos: Fundação João Pinheiro (FJP), Centro de Estatística e Informações (CEI), Pesquisa de Emprego e Desemprego na Região Metropolitana de Belo Horizonte (PED/RMBH). Convênio FJP/DIEESE/SEADE/SINE-MG

Nota: dados ponderados.

O gráfico 9, que descreve a distribuição dos quartos de ocupados por perfis, mostra que a proporção de ocupados nas famílias no entorno de perfil “jovens desempregados” é baixa (primeiro quarto), enquanto é alta junto ao perfil de “ocupados seguros” (quarto superior).

GRÁFICO 9 - DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DOS QUARTOS DE PROPORÇÃO DE OCUPADOS, POR PERFIS
REGIÃO METROPOLITANA DE BELO HORIZONTE (RMBH) – 2004

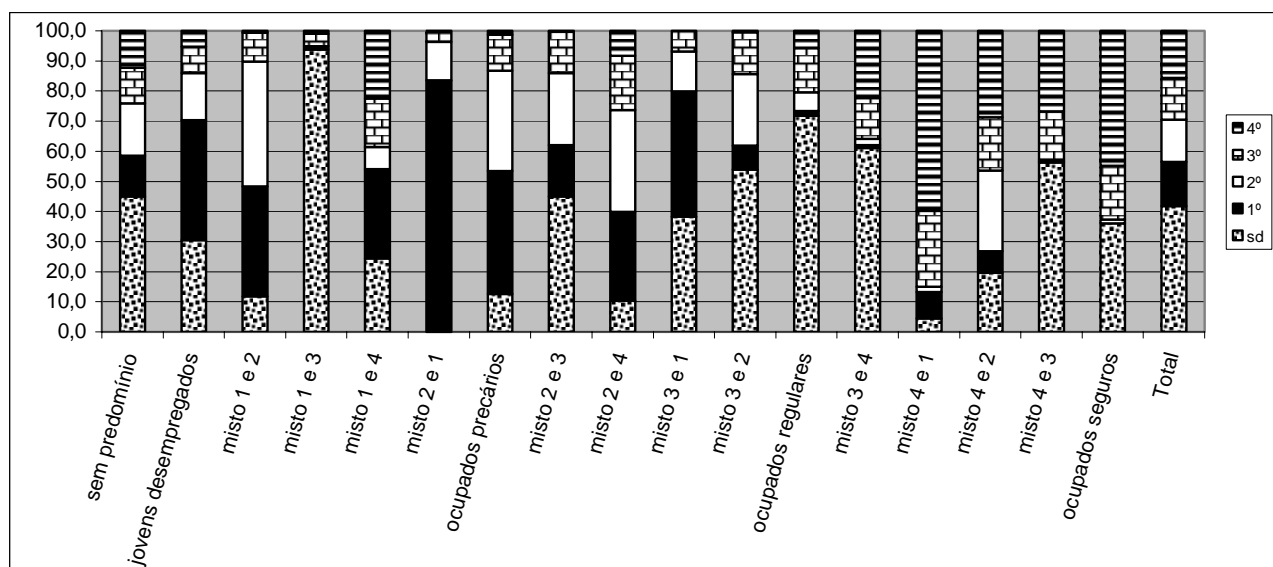


Fonte: Dados básicos: Fundação João Pinheiro (FJP), Centro de Estatística e Informações (CEI), Pesquisa de Emprego e Desemprego na Região Metropolitana de Belo Horizonte (PED/RMBH). Convênio FJP/DIEESE/SEADE/SINE-MG

Nota: dados ponderados.

A comparação entre os gráficos 9 e 10 revela uma correspondência. As famílias onde há menor proporção de ocupados são aquelas que se encontram na faixa de renda familiar *per capita* mais baixa, ao passo que aquelas em que há maior inserção na condição de ocupado são as de maior renda *per capita*. Essa é mais uma evidência de que a pobreza traduzida em seu aspecto monetário, escassez de renda familiar, está intimamente ligada à participação de membros da família no mercado de trabalho.

GRÁFICO 10 - COMPOSIÇÃO DOS PERFIS, POR FAIXA DE RENDA FAMILIAR *PER CAPITA*
REGIÃO METROPOLITANA DE BELO HORIZONTE (RMBH) – 2004
(PERCENTAGEM)



Fonte: Dados básicos: Fundação João Pinheiro (FJP), Centro de Estatística e Informações (CEI), Pesquisa de Emprego e Desemprego na Região Metropolitana de Belo Horizonte (PED/RMBH). Convênio FJP/DIEESE/SEADE/SINE-MG

Nota: dados ponderados.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

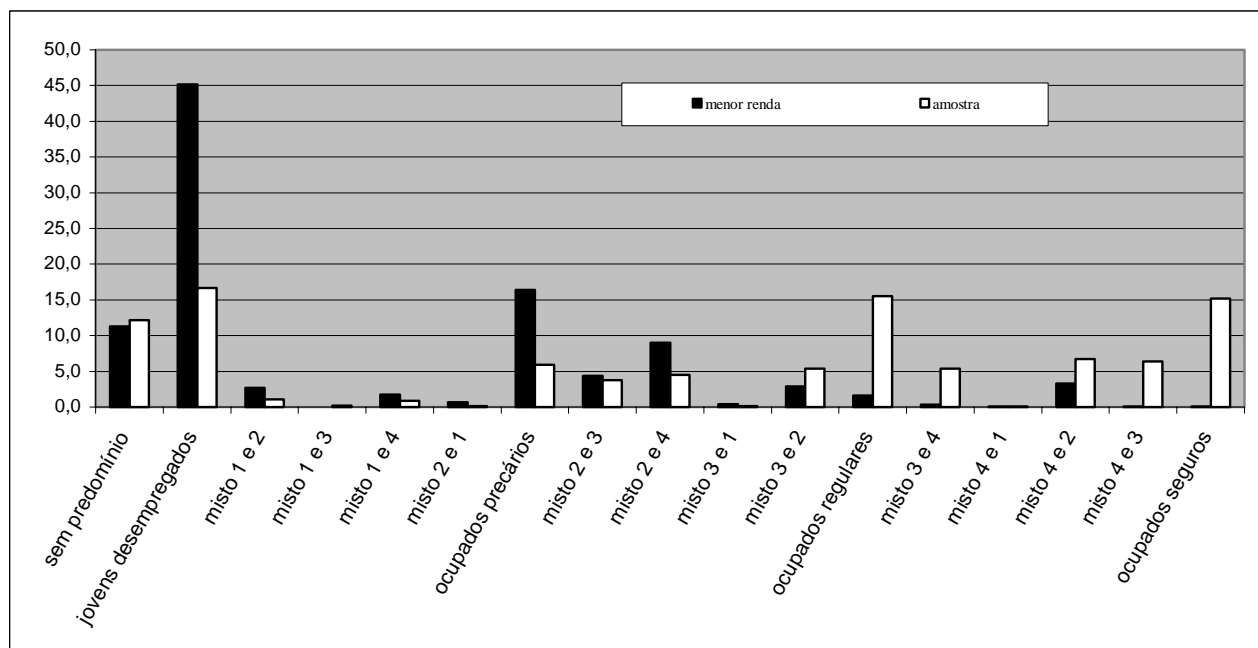
A construção e caracterização dos perfis socioocupacionais na metrópole de Belo Horizonte mostra a importância da análise de inserção ocupacional em estudos sobre pobreza. A partir das características do indivíduo e da família, o uso do GoM possibilitou o desenvolvimento de uma tipologia que, mesmo específica do mercado de trabalho de Belo Horizonte, mostra uma coerência interna que permite ser aplicada a outras fontes de dados.

Utilizando como critérios para identificação de vulnerabilidade à pobreza a segmentação das famílias segundo faixa de renda e segundo proporção de membros ocupados, constata-se que, entre os grupos mais vulneráveis, estão os perfis de “jovens desempregados” e “ocupados precários”. Fundamentalmente, os atributos mais associados a essa condição são escolaridade, idade, posição na ocupação e, no caso de “jovens desempregados”, tamanho da família.

O gráfico 11 apresenta a comparação da distribuição entre os perfis dos indivíduos das famílias mais pobres e das famílias da amostra. Por outro lado, analisando-se a distribuição dos indivíduos que não declararam rendimentos familiares pelos perfis, constata-se que a recusa em declará-los tende a se concentrar

fortemente entre indivíduos de perfis (e de posições na ocupação) que não se encontram entre os mais vulneráveis à pobreza familiar (graf. 2-A do apêndice).

GRÁFICO 11 - DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DOS INDIVÍDUOS DO 1º QUARTO DE RENDIMENTO FAMILIAR *PER CAPITA* E DA AMOSTRA, POR PERFIS - REGIÃO METROPOLITANA DE BELO HORIZONTE (RMBH) – 2004



Fonte: Dados básicos: Fundação João Pinheiro (FJP), Centro de Estatística e Informações (CEI), Pesquisa de Emprego e Desemprego na Região Metropolitana de Belo Horizonte (PED/RMBH). Convênio FJP/DIEESE/SEADE/SINE-MG

Nota: dados ponderados.

A vulnerabilidade de grupos no mercado de trabalho foi objeto em um estudo preliminar. Nesse outro estudo, busca-se identificar grupos vulneráveis à pobreza para formulação de políticas públicas por meio de uma definição apriorística de vulnerabilidade baseada em renda e condição na ocupação. Análises de proporções possibilitaram chegar à definição de sete grupos. No presente trabalho, recorrendo à técnica de categorização GoM e partindo da amostra da PED referente à RMBH, foi possível obter quatro perfis puros, dois deles contendo alguns dos grupos de vulnerabilidade apontados no estudo preliminar. Ambas metodologias apontam que, no mercado de trabalho metropolitano belorizontino, domésticas, jovens desempregados e, em menor medida, trabalhadores da construção civil e autônomos para o público são inserções que podem ser consideradas vulneráveis à pobreza.

Mesmo em se tratando de uma análise referente a um ponto específico no tempo, o ano de 2004, pode-se inferir que a capacidade de resposta desses grupos a mudanças econômicas, com a possível exceção de alguns dos “jovens desempregados”, é muito restrita ou praticamente nula. Ou seja, a tendência é persistirem na pobreza ou mesmo piorarem, o que sugere a importância de formulação de políticas voltadas para esse público. Em relação aos “jovens desempregados”, a questão é possibilitar que seu ingresso no mercado de trabalho os coloque numa trajetória ocupacional virtuosa.

Os desafios das políticas de geração de emprego e renda para os grupos mais vulneráveis à pobreza são combinar sua dimensão emergencial com a estrutural, quebrar o ciclo de reprodução da pobreza e articular tais políticas a um projeto de governo voltado para o desenvolvimento econômico.

5 REFERÊNCIAS

FERREIRA, F. H. G.; LANJOUW, P.; NERI, M. *A new poverty profile for Brazil using PPV, PNAD and census data*. Rio de Janeiro: PUC-Rio, 2000. (Texto para discussão, 418)

KAGEYAMA, Angela. *Uma tipologia dos domicílios agrícolas no Brasil em 1995*. Campinas: Instituto de Economia / Unicamp, abr.1999. 52 p. (Texto para discussão, 70)

MANTON, K. G.; WOODBURY, M. A.; TOLLEY, H. D. *Statistical application using fuzzy sets*. New York: John Wiley, 1994.

MELO, Frederico. *Trajatórias no mercado de trabalho: perfis socioocupacionais de indivíduos e casais da Grande São Paulo*. 2005. Tese em andamento (Doutorado em Demografia) – Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2005.

ROCHA, S. *Pobreza no Brasil: afinal, de que se trata?* Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2003.

6 APÊNDICE

TABELA A1 - FREQUÊNCIAS MARGINAIS, PROBABILIDADES ESTIMADAS E FATORES DESCRITORES DOS PERFIS EXTREMOS, SEGUNDO AS RESPOSTAS ÀS VARIÁVEIS REFERENTES AOS INDIVÍDUOS E À SUA CONDIÇÃO OCUPACIONAL
REGIÃO METROPOLITANA DE BELO HORIZONTE (RMBH) - 2004

(Continua)

VARIÁVEL	RESPOSTA	FREQ. MARG.		LAMBDA				LAMBDA / FREQ. MARG.			
		abs.	rel.	1	2	3	4	1	2	3	4
Sexo	masculino	22.820	0,528	0,501	0,000	1,000	0,456	0,948	0,000	1,894	0,863
	feminino	20.418	0,472	0,500	1,000	0,000	0,544	1,058	2,119	0,000	1,153
Faixa etária	10 a 14 anos	292	0,007	0,000	0,000	0,000	0,038	0,000	0,000	0,000	5,400
	15 a 19 anos	4.262	0,099	0,138	0,000	0,000	0,356	1,395	0,000	0,000	3,596
	20 a 24 anos	7.525	0,174	0,410	0,000	0,000	0,275	2,355	0,000	0,000	1,582
	25 a 29 anos	6.544	0,151	0,367	0,041	0,000	0,155	2,433	0,271	0,000	1,027
	30 a 39 anos	10.268	0,237	0,085	0,473	0,286	0,144	0,358	1,995	1,208	0,609
	40 a 49 anos	8.706	0,201	0,000	0,428	0,334	0,032	0,000	2,128	1,660	0,157
	50 a 59 anos	4.237	0,098	0,000	0,059	0,275	0,000	0,000	0,598	2,808	0,000
	60 e mais anos	1.404	0,032	0,000	0,000	0,105	0,000	0,000	0,000	3,275	0,000
Cor	sem declaração	9	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000				
	brancos	17.003	0,393	0,437	0,119	0,574	0,331	1,112	0,304	1,461	0,841
	negros	26.226	0,607	0,563	0,881	0,426	0,669	0,928	1,451	0,701	1,103
Condição de migração	sem declaração	22	0,001	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000
	naturais	26.423	0,611	0,952	0,371	0,351	0,771	1,557	0,607	0,575	1,261
	imigrantes + de 10 anos	13.052	0,302	0,000	0,481	0,565	0,147	0,000	1,592	1,870	0,485
	imigrantes + 5 e - 10 anos	1.932	0,045	0,017	0,088	0,045	0,039	0,384	1,964	1,004	0,867
	imigrantes - de 5 anos	1.809	0,042	0,031	0,060	0,039	0,044	0,743	1,433	0,921	1,045
Nível de escolaridade	sem declaração	3	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000				
	analfabeto	644	0,015	0,000	0,070	0,000	0,000	0,000	4,687	0,000	0,000
	fundamental incompleto	13.898	0,321	0,000	0,787	0,282	0,322	0,000	2,452	0,879	1,002
	fundamental completo	5.651	0,131	0,110	0,143	0,129	0,159	0,841	1,089	0,988	1,212
	médio incompleto	3.583	0,083	0,172	0,000	0,000	0,174	2,076	0,000	0,000	2,095
	médio completo	13.106	0,303	0,581	0,000	0,252	0,306	1,916	0,000	0,831	1,008
	superior incompleto	2.105	0,049	0,137	0,000	0,000	0,040	2,798	0,000	0,000	0,818
	superior completo	4.248	0,098	0,000	0,000	0,337	0,000	0,000	0,000	3,436	0,000
Posição na família.....	não parente	624	0,014	0,000	0,000	0,047	0,000	0,000	0,000	3,343	0,000
	chefe	16.856	0,390	0,000	0,176	0,953	0,114	0,000	0,451	2,444	0,292
	cônjuge	8.446	0,195	0,000	0,824	0,000	0,116	0,000	4,227	0,000	0,596
	filho	14.804	0,342	0,858	0,000	0,000	0,682	2,507	0,000	0,000	1,995
	outro parente	2.508	0,058	0,143	0,000	0,000	0,088	2,457	0,000	0,000	1,510
Situação ocupacional	desempregado	8.401	0,194	0,000	0,000	0,000	1,000	0,000	0,000	0,000	5,155
	ocupado	34.837	0,806	1,000	1,000	1,000	0,000	1,241	1,241	1,241	0,000
Tamanho da família	1 pessoa	2.204	0,051	0,000	0,000	0,163	0,000	0,000	0,000	3,194	0,000
	2 pessoas	5.500	0,127	0,053	0,111	0,225	0,091	0,420	0,872	1,772	0,714
	3 pessoas	9.316	0,215	0,212	0,131	0,283	0,205	0,984	0,607	1,317	0,952
	4 pessoas	11.442	0,265	0,211	0,387	0,233	0,273	0,796	1,460	0,879	1,031
	5 pessoas	8.012	0,185	0,254	0,205	0,096	0,206	1,375	1,107	0,519	1,115
	6 pessoas	3.684	0,085	0,154	0,089	0,000	0,113	1,812	1,047	0,000	1,333
	7 pessoas ou mais	3.080	0,071	0,116	0,078	0,000	0,112	1,631	1,097	0,000	1,577

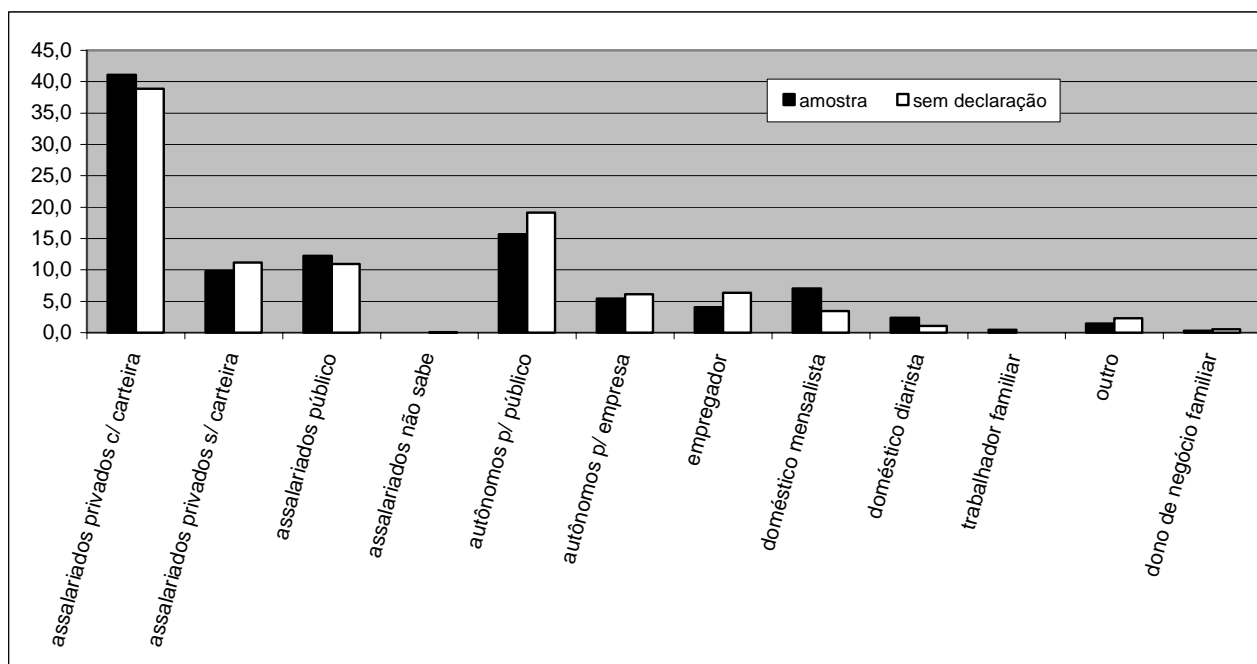
TABELA A1 - FREQUÊNCIAS MARGINAIS, PROBABILIDADES ESTIMADAS E FATORES DESCRITORES DOS PERFIS EXTREMOS, SEGUNDO AS RESPOSTAS ÀS VARIÁVEIS REFERENTES AOS INDIVÍDUOS E À SUA CONDIÇÃO OCUPACIONAL REGIÃO METROPOLITANA DE BELO HORIZONTE (RMBH) - 2004

(Conclusão)

VARIÁVEL	RESPOSTA	FREQ. MARG.		LAMBDA				LAMBDA / FREQ. MARG.			
		abs.	rel.	1	2	3	4	1	2	3	4
Posição na ocupação	assalariado com carteira	14.330	0,331	0,664	0,125	0,361	0,000	2,005	0,377	1,092	0,000
	assalariado sem carteira	3.404	0,079	0,266	0,000	0,000	0,000	3,367	0,000	0,000	0,000
	assalariados públicos	4.258	0,098	0,070	0,000	0,247	0,000	0,717	0,000	2,523	0,000
	assalariados não sabem	8	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000				
	autônomo p/ público	5.454	0,126	0,000	0,490	0,104	0,000	0,000	3,886	0,829	0,000
	autônomo p/ empresa	1.886	0,044	0,000	0,000	0,141	0,000	0,000	0,000	3,209	0,000
	empregador	1.424	0,033	0,000	0,000	0,107	0,000	0,000	0,000	3,239	0,000
	doméstico mensalista	2.464	0,057	0,000	0,292	0,000	0,000	0,000	5,121	0,000	0,000
	doméstico diarista	831	0,019	0,000	0,094	0,000	0,000	0,000	4,926	0,000	0,000
	trabalhador familiar	152	0,004	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000
	outro	515	0,012	0,000	0,000	0,039	0,000	0,000	0,000	3,233	0,000
	dono de negócio familiar	111	0,003	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000
não se aplica	8.401	0,194	0,000	0,000	0,000	1,000	0,000	0,000	0,000	5,155	
Quartos de renda individual	sem declaração	10.395	0,240	0,592	0,000	0,217	0,000	2,467	0,000	0,906	0,000
	R\$0 a R\$79	8.168	0,189	0,000	0,000	0,000	1,000	0,000	0,000	5,291	0,000
	R\$80 a R\$329	8.225	0,190	0,146	0,673	0,000	0,000	0,770	3,541	0,000	0,000
	R\$330 a R\$600	8.472	0,196	0,262	0,327	0,147	0,000	1,334	1,670	0,752	0,000
	R\$601 e mais	7.978	0,185	0,000	0,000	0,635	0,000	0,000	0,000	3,434	0,000
Quartos de proporção de ocupados na família	0,00 a 0,30	8.799	0,204	0,000	0,405	0,000	0,612	0,000	1,983	0,000	3,000
	0,33 a 0,50	16.802	0,389	0,323	0,522	0,391	0,355	0,831	1,343	1,005	0,913
	0,55 a 0,67	7.376	0,171	0,319	0,072	0,176	0,033	1,865	0,420	1,030	0,192
	0,70 a 1,00	10.261	0,237	0,358	0,001	0,433	0,000	1,510	0,005	1,827	0,000
Quartos de renda familiar <i>per capita</i>	sem declaração	18.018	0,417	0,859	0,000	0,329	0,310	2,059	0,000	0,788	0,743
	R\$0,00 a R\$133,33	6.360	0,147	0,000	0,331	0,000	0,447	0,000	2,250	0,000	3,042
	R\$133,75 a R\$253,33	6.262	0,145	0,000	0,550	0,000	0,153	0,000	3,790	0,000	1,054
	R\$253,50 a R\$466,50	6.275	0,145	0,141	0,120	0,199	0,090	0,975	0,826	1,371	0,623
	R\$466,67 e mais	6.323	0,146	0,000	0,000	0,473	0,000	0,000	0,000	3,237	0,000
Setor de atividade de ocupados correntes	sem declaração	5	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000				
	nunca trabalhou	0	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000				
	indústria de transformação	5.129	0,119	0,189	0,000	0,199	0,000	1,584	0,000	1,670	0,000
	construção civil	2.126	0,049	0,000	0,253	0,000	0,000	0,000	5,161	0,000	0,000
	comércio	5.443	0,126	0,282	0,000	0,127	0,000	2,236	0,000	1,004	0,000
	serviços	18.610	0,430	0,523	0,334	0,663	0,000	1,217	0,776	1,542	0,000
	serviço doméstico	3.295	0,076	0,000	0,412	0,000	0,000	0,000	5,422	0,000	0,000
	outros	229	0,005	0,006	0,001	0,012	0,000	1,280	0,260	2,340	0,000
	não aplica	8.401	0,194	0,000	0,000	0,000	1,000	0,000	0,000	0,000	5,155
	Setor de última atividade de desempregados com experiência ..	sem declaração	2	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000			
nunca trabalhou		1.881	0,044	0,000	0,000	0,000	0,224	0,000	0,000	0,000	5,091
indústria de transformação		935	0,022	0,000	0,000	0,000	0,115	0,000	0,000	0,000	5,227
construção civil		638	0,015	0,000	0,000	0,000	0,079	0,000	0,000	0,000	5,293
comércio		1.186	0,027	0,000	0,000	0,000	0,145	0,000	0,000	0,000	5,356
serviços		2.759	0,064	0,000	0,000	0,000	0,320	0,000	0,000	0,000	4,995
serviço doméstico		954	0,022	0,000	0,000	0,000	0,117	0,000	0,000	0,000	5,332
outros		46	0,001	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000
não aplica	34.837	0,806	1,000	1,000	1,000	0,000	1,241	1,241	1,241	0,000	

Fonte: Elaboração própria

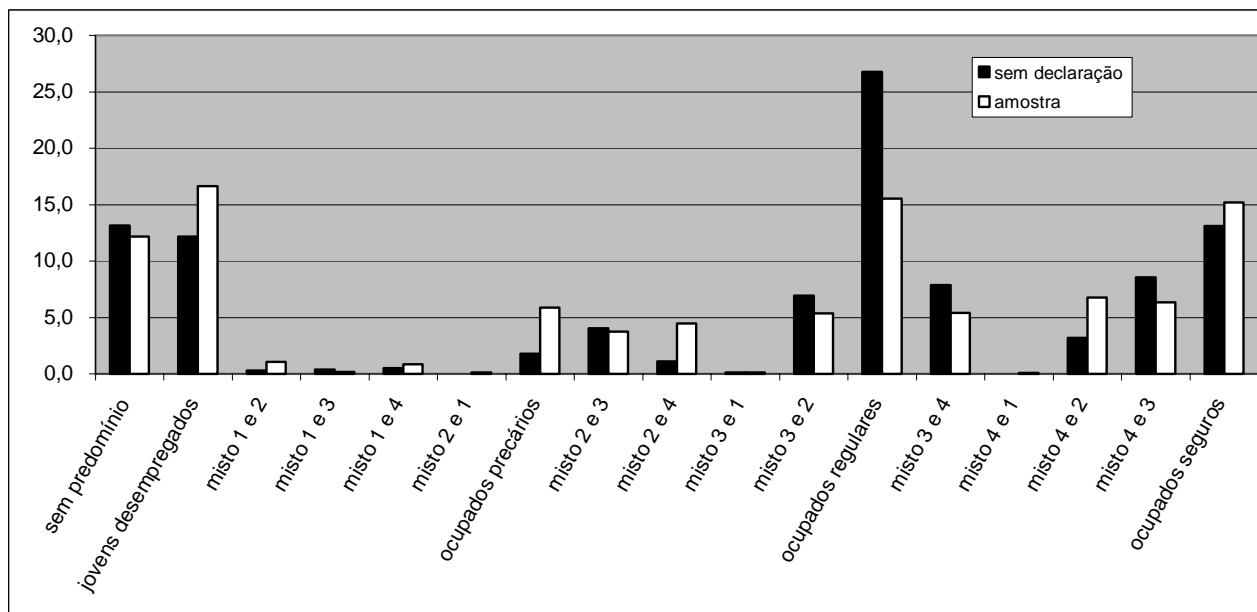
GRÁFICO 1-A - DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DOS OCUPADOS SEM DECLARAÇÃO DE RENDIMENTO INDIVIDUAL E NA AMOSTRA, POR POSIÇÃO NA OCUPAÇÃO - REGIÃO METROPOLITANA DE BELO HORIZONTE (RMBH) - 2004



Fonte: Dados básicos: Fundação João Pinheiro (FJP), Centro de Estatística e Informações (CEI), Pesquisa de Emprego e Desemprego na Região Metropolitana de Belo Horizonte (PED/RMBH). Convênio FJP/DIEESE/SEADE/SINE-MG

Nota: dados ponderados.

GRÁFICO 2-A - DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DOS INDIVÍDUOS SEM DECLARAÇÃO DE RENDIMENTO FAMILIAR PER CAPITA E NA AMOSTRA, POR PERFIS - REGIÃO METROPOLITANA DE BELO HORIZONTE (RMBH) - 2004



Fonte: Dados básicos: Fundação João Pinheiro (FJP), Centro de Estatística e Informações (CEI), Pesquisa de Emprego e Desemprego na Região Metropolitana de Belo Horizonte (PED/RMBH). Convênio FJP/DIEESE/SEADE/SINE-MG

Nota: dados ponderados.

DEZ ANOS DA PESQUISA DE EMPREGO E DESEMPREGO (PED) NA REGIÃO METROPOLITANA DE BELO HORIZONTE (RMBH): TEMPOS DIFÍCEIS PARA OS OCUPADOS

André Mourthé de Oliveira*

1 INTRODUÇÃO

Há mais de duas décadas a economia brasileira e a mineira vêm apresentando um baixo crescimento médio do Produto Interno Bruto (PIB). Um dos reflexos mais acentuados desse desempenho insatisfatório foi a expansão do desemprego, principalmente nos anos 90 e início da década atual. Nesse período, além do reduzido crescimento econômico, presenciou-se um conjunto de mudanças e reformas econômicas que, no primeiro momento, também influenciaram negativamente a geração de novas ocupações, a saber: a abertura comercial, a privatização das empresas estatais, a aceleração do processo de reestruturação produtiva das empresas, a desregulamentação de mercados e a estabilização inflacionária derivada da implementação do Plano Real a partir de 1994.

Nesse sentido, o objetivo deste texto é diagnosticar as principais mudanças no mercado de trabalho da Região Metropolitana de Belo Horizonte entre 1996 e 2004. Todos os dados aqui utilizados são oriundos da Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED), iniciada, em nossa região, em 1996, o que justifica a escolha desse período. Este artigo está subdividido em três seções mais a conclusão. A primeira apresenta a taxa de participação segundo os atributos pessoais (sexo, cor, posição no domicílio e nível de instrução, entre outros) e a distribuição das ocupações do mercado de trabalho metropolitano considerando esses atributos, os setores de atividade econômica, a posição na ocupação, as categorias ocupacionais e, por fim, a distribuição dos assalariados do setor privado segundo o tamanho da empresa. A segunda seção avalia o desemprego segundo a localidade (Belo Horizonte e demais municípios da RMBH), o tipo de desemprego e os atributos pessoais. A terceira avalia o comportamento dos rendimentos reais médios segundo posição na ocupação, setores de atividade, atributos pessoais, categoria ocupacional, tamanho da empresa e, por fim, distribuição dos rendimentos segundo grupos de renda. Fechando este artigo, uma breve conclusão sobre as variáveis aqui analisadas para a RMBH.

2 TAXAS DE PARTICIPAÇÃO E DESCRIÇÃO DA DISTRIBUIÇÃO DOS OCUPADOS DA RMBH NO PERÍODO DE 1996 A 2004

A tabela 1 apresenta a magnitude e o crescimento da População em Idade Ativa (PIA), da População Economicamente Ativa (PEA), da relação entre ambas, dos ocupados e desempregados e, finalmente, da taxa de desemprego. A PIA incorpora toda a população de dez anos ou mais e é determinada pelo crescimento populacional e pela estrutura etária da RMBH. A PEA é a parcela da PIA que se encontra

* Professor de Economia da Pontifícia Universidade Católica (PUC-Minas) e Pesquisador do Instituto de Relações do Trabalho (IRT) da PUC-Minas.

ocupada ou desempregada, e a relação entre ambas é chamada taxa global de participação. Percebe-se que elas apresentaram um crescimento contínuo no período aqui contemplado e, desde 1999, a PEA vem apresentando taxas maiores de crescimento comparada à PIA, elevando, assim, a taxa de participação. Com exceção de 1998 e 1999, em todos os demais anos houve crescimento da ocupação, 2004 tendo sido o ano de maior expansão absoluta. A parcela da PEA não ocupada nos dá o total de desempregados. Ele apresentou expansão em todos os anos, e a menor variação absoluta também ocorreu em 2004, com seis mil desempregados a mais comparativamente a 2003. Por fim, a taxa de desemprego é determinada pela relação entre o total de desempregados e a PEA. Em 2004, quase 20% dela se encontravam nessa situação.

TABELA 1 - PRINCIPAIS INDICADORES DO MERCADO DE TRABALHO - REGIÃO METROPOLITANA DE BELO HORIZONTE (RMBH) - 1996-2004 (EM MIL)

ANO	PIA	PEA	PEA/PIA	OCUPADOS	DESEMPREGADOS	TAXA DE DESEMPREGO (%)
1996	3.111	1.762	56,7	1.539	224	12,7
1997	3.201	1.852	57,8	1.607	245	13,4
1998	3.295	1.904	57,8	1.607	297	15,9
1999	3.391	1.934	57,0	1.587	347	17,9
2000	3.489	2.015	57,7	1.655	359	17,8
2001	3.585	2.093	58,4	1.713	381	18,3
2002	3.683	2.161	58,7	1.771	390	18,1
2003	3.783	2.281	60,3	1.831	451	20,0
2004	3.885	2.357	60,7	1.900	457	19,3

Fonte: Dados básicos: Fundação João Pinheiro (FJP), Centro de Estatística e Informações (CED), Pesquisa de Emprego e Desemprego na Região Metropolitana de Belo Horizonte (PED/RMBH). Convênio FJP/DIEESE/SEADE/SINE-MG

Nota: PEA: População Economicamente Ativa. PIA: População em Idade Ativa.

A tabela 2 apresenta as taxas de participação segundo alguns atributos pessoais. O primeiro refere-se ao sexo, e o destaque é a forte expansão da inserção feminina na PEA do mercado de trabalho metropolitano no período de 1996 a 2004. O crescimento foi ligeiramente superior a 16%, enquanto a inserção masculina não se alterou no mesmo período. No quesito cor percebe-se que a inserção dos negros é sempre superior à dos não-negros, e no período de 1996 a 2004 estes últimos apresentaram crescimento superior ao dos negros. No tocante à posição no domicílio, os chefes diminuem sua participação, enquanto se amplia substancialmente a do cônjuge e do filho. Essa alteração é também um retrato da elevação do desemprego nesses dez anos: na ausência da renda do chefe, caso ele se encontre desempregado, tanto o cônjuge quanto os filhos ainda não economicamente ativos partem ao mercado em busca de ocupação. A participação segundo seis faixas etárias indica alteração na inserção da PEA, positivamente, para as faixas de 18 a 24 anos e de 25 a 39 anos, com crescimento de, respectivamente, 7,9% e 6,1%. Outro destaque é a elevação da taxa de participação para aqueles de 60 anos ou mais de idade. Em contexto de forte elevação do desemprego, é comum presenciarmos o retorno de aposentados em busca de novo trabalho, ou mesmo a postergação da aposentadoria como estratégia de suprir parcela da renda perdida pela família em decorrência do desemprego de algum de seus membros. Por fim, a taxa de participação segundo nível de instrução sinaliza forte redução para aqueles de menor escolaridade e significativa expansão para as faixas de escolaridade média, notadamente para os que detêm ao menos o segundo grau completo. Outro ponto importante a destacar é a forte correlação entre níveis mais altos de escolaridade e de participação, o que nos possibilita afirmar que a escolaridade é uma ferramenta importante para o acesso ao trabalho.

TABELA 2 - TAXAS DE PARTICIPAÇÃO DOS OCUPADOS, SEGUNDO ATRIBUTOS PESSOAIS
REGIÃO METROPOLITANA DE BELO HORIZONTE (RMBH) – 1996-2004
(PERCENTAGEM)

ATRIBUTO PESSOAL	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2004/ 1996
Total	56,7	57,9	57,6	57,2	57,7	58,4	58,8	60,4	60,7	7,1
Sexo										
Homens	68,1	69,0	68,6	67,4	67,7	67,6	67,8	68,5	68,1	0,0
Mulheres	46,5	47,9	47,7	48,1	48,9	50,1	50,9	53,1	54,1	16,3
Cor										
Negra	58,2	59,3	58,5	57,9	58,7	59,1	59,0	60,9	61,5	5,7
Não-negra (1)	55,3	56,7	56,8	56,4	56,6	57,3	58,4	59,5	59,5	7,6
Posição no Domicílio										
Chefe	72,6	73,3	71,2	70,6	70,6	70,2	70,1	70,5	69,9	-3,7
Demais	49,6	50,9	51,4	51,0	51,6	52,7	53,1	55,2	56,0	12,9
Cônjuge	45,2	48,0	47,9	48,3	49,8	51,3	51,3	54,6	55,6	23,0
Filho	49,9	50,5	52,0	51,0	51,7	52,9	53,6	55,4	56,5	13,2
Outros	58,1	59,0	57,0	56,9	55,7	54,9	55,5	55,4	54,8	-5,7
Faixa Etária										
10 a 14 anos	7,4	7,6	6,8	4,1	3,9	4,1	3,8	4,6	4,0	-45,9
15 a 17 anos	39,2	41,0	40,4	36,5	34,8	34,6	32,2	38,2	39,7	1,3
18 a 24 anos	72,5	74,5	74,8	74,8	74,6	74,8	76,6	77,5	78,2	7,9
25 a 39 anos	78,2	78,7	79,0	79,8	80,9	81,3	81,3	83,0	83,0	6,1
40 a 59 anos	65,9	66,1	64,7	64,9	65,3	66,7	66,9	67,7	68,5	3,9
60 anos ou mais	17,0	17,9	17,7	15,8	15,5	15,6	16,9	18,3	18,0	5,9
Nível de Instrução										
Analfabeto	30,4	31,8	30,1	27,4	26,0	24,8	25,1	25,4	23,3	-23,4
Ensino fundamental incompleto	49,1	50,1	49,4	47,5	47,2	46,8	46,2	47,5	45,8	-6,7
Fundamental completo + Médio incompleto	64,1	65,0	65,1	64,7	64,7	64,3	62,8	65,5	66,8	4,2
Médio completo + Superior incompleto	73,7	74,0	74,1	73,7	73,7	74,9	76,3	76,3	77,1	4,6
Superior completo	84,9	84,6	82,4	82,6	83,3	82,9	81,7	81,8	81,9	-3,5

Fonte: Dados básicos: Fundação João Pinheiro (FJP), Centro de Estatística e Informações (CEI), Pesquisa de Emprego e Desemprego na Região Metropolitana de Belo Horizonte (PED/RMBH). Convênio FJP/DIEESE/SEADE/SINE-MG

(1) Categoria composta exclusivamente por brancos.

A tabela 3 apresenta a distribuição dos ocupados segundo o setor e ramo de atividade no período de 1996 a 2004. Percebe-se a forte elevação dos ocupados nos setores de serviços e comércio e a redução no setor da construção civil. Na indústria verifica-se uma tendência à redução relativa da ocupação nos espaços metropolitanos, e o pífio desempenho desse setor nesses últimos 15 anos para a realidade brasileira e a mineira, decorrente, sobretudo, do baixo crescimento do Produto Interno Bruto (PIB), da maior abertura comercial e da valorização cambial, durante o período de 1994 a 1999. Cabe destacar, entretanto, que esse setor vem apresentando crescimento consistente desde 1999. Os demitidos da indústria buscam a reinserção ocupacional nos setores de serviços e comércio, prioritariamente, conforme atesta um recente estudo para a realidade brasileira (CORSEUIL et al., 2002). É importante destacar também o péssimo resultado do setor da construção civil no período. Depois de 1994, ele pode ser debitado principalmente às elevadíssimas taxas de juros praticadas em nossa economia que se mantiveram ao redor de 20% reais ao ano, no período de 1994 a 1999, segundo dados do próprio Banco Central do Brasil (2005). Essas taxas penalizam seriamente um setor como esse, que depende de financiamento de longo prazo para viabilizar sua expansão. Por fim, os serviços domésticos também apresentaram redução relativa (cresceram menos que a média dos ocupados) no período. Esse comportamento pode ser explicado, parcialmente, pela redução da renda dos grupos mais ricos, principalmente da classe média, como se verá com mais detalhes na seção 4, quando se abordará o comportamento dos rendimentos na RMBH no período de 1996 a 2004.

**TABELA 3 - DISTRIBUIÇÃO DOS OCUPADOS, SEGUNDO SETORES E RAMOS DE ATIVIDADE ECONÔMICA
REGIÃO METROPOLITANA DE BELO HORIZONTE (RMBH) – 1996-2004
(EM MIL)**

SETOR E RAMO DE ATIVIDADE	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2004/1996 (%)
Ocupados	1.540	1.605	1.596	1.593	1.656	1.711	1.774	1.828	1.904	23,6
Indústria	248	258	244	229	240	252	257	265	274	10,5
Comércio	233	246	244	239	248	258	273	274	293	25,8
Serviços	764	788	795	817	868	900	940	991	1.028	34,6
Construção civil	126	136	137	132	124	123	122	117	116	-7,9
Serviços domésticos	154	162	161	161	162	164	169	168	177	14,9
Outras atividades não-classificadas	15	15	15	15	14	14	13	13	16	6,7

Fonte: Fundação João Pinheiro (FJP), Centro de Estatística e Informações (CEI), Pesquisa de Emprego e Desemprego na Região Metropolitana de Belo Horizonte (PED/RMBH). Convênio FJP/DIEESE/SEADE/SINE-MG

A tabela 4 apresenta a distribuição dos ocupados segundo as posições na ocupação, para a RMBH, no período de 1996 a 2004. Nela percebem-se algumas mudanças mais sutis quando a comparamos com a tabela 3, pois as alterações percentuais não foram muito significativas. Como exemplo, a participação dos assalariados, em termos gerais, saltou de 62,9%, em 1996, para 63,2%, em 2004. A alteração mais significativa ocorreu com os autônomos (crescimento de 18,9% para 20,6%), os empregadores tendo sido os que apresentaram a maior queda relativa (de 5,3% para 4,4%). É importante destacar que ocorreram algumas variações um pouco mais dignas de nota entre 1996 e 2004, principalmente em 1999 (maior valor relativo para os autônomos e menor para os assalariados), mas que posteriormente foram sendo diluídas. No tocante aos assalariados, percebe-se expansão para os do setor privado e redução para os do setor público. Para os primeiros, as principais alterações foram a expansão dos subcontratados e dos com carteira de trabalho assinada e, por fim, a estabilidade dos sem carteira de trabalho assinada. Quanto aos autônomos, o desempenho foi semelhante para os que trabalham para o público e os que o fazem para as empresas, ambos apresentando crescimento no período. Por fim, os empregados domésticos apresentaram recuo em sua participação na ocupação total, o mensalista caiu um ponto percentual e o diarista cresceu 0,3 ponto percentual.

**TABELA 4 - DISTRIBUIÇÃO DOS OCUPADOS, SEGUNDO A POSIÇÃO NA OCUPAÇÃO
REGIÃO METROPOLITANA DE BELO HORIZONTE (RMBH) – 1996-2004
(PERCENTAGEM)**

POSIÇÃO NA OCUPAÇÃO	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004
Ocupados	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Assalariados Total	62,9	62,0	62,1	61,4	61,9	62,7	63,7	62,8	63,2
Assalariados no Setor Privado	49,1	49,2	49,6	48,8	49,1	50,2	51,2	50,2	50,6
Subcontratados	2,8	3,1	3,2	3,4	3,2	2,9	2,8	3,3	3,4
Demais	46,3	46,1	46,4	45,4	45,9	47,3	48,4	46,9	47,2
Com carteira assinada	39,3	39,6	39,9	39,1	39,2	40,5	40,1	39,5	40,8
Sem carteira assinada	9,8	9,6	9,7	9,7	9,9	9,7	11,1	10,7	9,8
Assalariados no Setor Público	13,7	12,7	12,4	12,6	12,7	12,4	12,5	12,6	12,6
Assalariados que não sabem o tipo de empresa	0,1	0,1	0,1	0,0	0,1	0,1	0,0
Autônomo	18,9	19,8	20,1	21,0	20,6	20,8	20,1	20,7	20,6
Trabalha para o público	14,4	15,5	15,2	16,1	15,7	16,0	15,5	15,5	15,2
Trabalha para empresa	4,5	4,3	4,9	4,9	4,9	4,8	4,6	5,2	5,4
Empregadores	5,3	5,4	5,1	4,8	4,9	4,4	4,8	4,8	4,4
Empregados domésticos	10,0	10,1	10,1	10,1	9,8	9,6	9,5	9,2	9,3
Mensalista	8,1	8,2	8,1	8,1	8,0	7,7	7,7	7,2	7,1
Diarista	1,9	1,9	2,0	2,0	1,8	1,9	1,8	2,0	2,2
Demais	2,9	2,7	2,6	2,7	2,8	2,5	1,9	2,5	2,5

Fonte: Dados básicos: Fundação João Pinheiro (FJP), Centro de Estatística e Informações (CEI), Pesquisa de Emprego e Desemprego na Região Metropolitana de Belo Horizonte (PED/RMBH). Convênio FJP/DIEESE/SEADE/SINE-MG

A tabela 5 apresenta a distribuição dos ocupados segundo quatro grandes categorias ocupacionais para a RMBH, no período de 1996 a 2004. Nela, as categorias direção e planejamento e execução perderam posições relativas, e as categorias apoio e “mal definidas” apresentaram crescimento. No tocante à direção e planejamento, houve uma enorme redução dos empresários, diretores e gerentes e crescimento em planejamento e organização. Esses dados corroboram as transformações organizacionais implementadas pelas empresas em geral, ou em andamento, no Brasil e em Minas Gerais em particular, e que se caracterizam pelas reduções relativas dos níveis gerenciais de comando e de crescimento das ocupações vinculadas às áreas mais estratégicas como planejamento e organização. Na categoria execução, as qualificadas e semiqualficadas apresentaram expansão e as não-qualificadas, redução da ocupação, o que corrobora, ainda mais, essas mudanças organizacionais. Elas demandam também níveis mais elevados de qualificação para os trabalhadores de execução. Por fim, percebemos expansão para os não-operacionais de apoio e serviços gerais em apoio e redução dos serviços de escritório. Isso sinaliza maior relevância de ocupações mais vinculadas às atividades-fim, e redução das que em geral, podem ser consideradas atividades-meio e que vêm passando por importantes processos de modernização organizacional e tecnológica nos últimos anos.

**TABELA 5 - DISTRIBUIÇÃO DO OCUPADOS, SEGUNDO CATEGORIAS OCUPACIONAIS
REGIÃO METROPOLITANA DE BELO HORIZONTE (RMBH) - 1996-2004
(PERCENTAGEM)**

CATEGORIA OCUPACIONAL	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004
Ocupados	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Direção e Planejamento	16,4	15,8	15,5	14,3	14,9	14,4	14,7	14,4	13,8
Empresários, Diretores e Gerentes	10,0	9,1	8,6	7,1	7,5	7,1	6,8	6,7	5,8
Planejamento e Organização	6,4	6,7	6,9	7,2	7,4	7,3	7,9	7,7	8,0
Execução	54,4	54,3	54,9	55,6	54,9	54,9	54,5	54,3	53,9
Qualificadas de execução	9,6	9,4	10,0	10,3	10,0	10,5	10,0	10,6	10,4
Semiqualficadas de execução	30,4	30,5	30,9	31,7	31,5	31,6	32,1	31,7	31,7
Não-qualificadas de execução	14,4	14,4	14,0	13,6	13,4	12,8	12,4	12,0	11,8
Apoio	20,2	19,9	19,5	20,3	20,3	20,6	20,6	21,1	21,7
Não-operacionais de apoio	6,7	6,7	6,7	6,9	7,2	7,4	7,7	7,6	8,1
Serviços de escritório	6,5	6,2	5,6	5,8	5,6	5,6	5,5	5,4	5,5
Serviços gerais	7,0	7,0	7,2	7,6	7,5	7,6	7,4	8,1	8,1
Mal Definidas	9,0	10,0	10,1	9,8	9,9	10,1	10,2	10,2	10,6

Fonte: Fundação João Pinheiro (FJP), Centro de Estatística e Informações (CEI), Pesquisa de Emprego e Desemprego na Região Metropolitana de Belo Horizonte (PED/RMBH). Convênio FJP/DIEESE/SEADE/SINE-MG

A tabela 6 apresenta a distribuição dos assalariados do setor privado da RMBH segundo cinco faixas de tamanho das empresas no período de 1996 a 2004. Alguns pontos importantes devem ser destacados, e o primeiro deles se refere à redução relativa dos assalariados em empresas com até cinco empregados sobre o total dos assalariados do setor privado, redução esta de um ponto percentual (de 17,2% para 16,2%) entre 1996 e 2004. Se estabelecermos dois níveis para empresas de porte médio, a saber, o nível um para as com entre seis e 49 empregados, e o nível dois para as de 50 até 99 percebe-se que as primeiras apresentaram forte expansão relativa no período, principalmente entre 2002 e de 2004, enquanto as de nível dois praticamente não se alteraram, com um crescimento de apenas 0,1 ponto percentual entre 1996 e 2004. Também é importante destacar que, isoladamente, as empresas médias de nível um são as que mais empregam os assalariados na RMBH (33,3% em 2004). Já as empresas maiores estiveram perto de apresentar estabilidade, no caso daquelas com entre 100 e 499 empregados (redução de 0,1 ponto percentual), e forte expansão relativa para as que empregam 500 e mais empregados (crescimento de 3,1

pontos percentuais), quando observamos o período de 1996 a 2004. Quando consideramos a distribuição dos assalariados do setor privado segundo o critério da carteira de trabalho assinada e não assinada, percebemos, inicialmente, que os assalariados com carteira concentram aproximadamente 80% do total dos assalariados e os sem carteira, os restantes 20%. Em relação aos com carteira assinada, há maior concentração de assalariados nas empresas médias e grandes. Quando se considera os sem carteira, há uma total concentração dos assalariados nas empresas com até 49 empregados. Tal fato decorre, naturalmente, da existência de empresas informais de menor porte, conforme sublinhado pela recente pesquisa do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) sobre as empresas informais do Brasil (IBGE, 2005). Por fim, é importante destacar que para o conjunto dos assalariados do setor privado houve expansão da ocupação em 27,4% no período de 1996 a 2004. O mais interessante é que essa expansão foi ainda mais significativa para as empresas com 500 e mais empregados (crescimento de 47,6% no período considerado), nas com seis a 49 empregados (crescimento de 41,9%) e nas com 50 a 99 (29% de crescimento). Isso significa que a criação de empregos no setor privado não está privilegiando as pequenas e micro empresas, mas sim as médias e grandes, notadamente, quando se considera a RMBH no período aqui contemplado.

TABELA 6 - DISTRIBUIÇÃO DOS ASSALARIADOS DO SETOR PRIVADO, SEGUNDO O CRITÉRIO DA CARTEIRA DE TRABALHO ASSINADA OU NÃO ASSINADA – REGIÃO METROPOLITANA DE BELO HORIZONTE (RMBH) – 1996-2004 (PERCENTAGEM)

ASSALARIADO DO SETOR PRIVADO	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Até 5 empregados	17,2	16,5	15,5	16,5	17,0	16,4	16,8	17,3	16,2
De 6 a 49 empregados	29,9	28,1	27,0	29,3	31,1	28,9	31,5	31,8	33,3
De 50 a 99 empregados	7,8	7,5	6,0	7,8	7,2	6,6	6,6	7,6	7,9
De 100 a 499 empregados	15,9	13,8	12,6	14,4	15,9	13,7	13,4	14,9	15,8
Mais de 500 empregados	19,5	20,9	16,7	17,3	19,5	16,1	16,3	21,2	22,6
Não sabe	9,7	13,2	22,2	14,7	9,3	18,3	15,4	7,2	4,2
Com Carteira Assinada									
Total	79,8	79,9	80,5	80,3	79,6	80,8	78,5	79,0	80,4
Até 5 empregados	9,7	8,9	9,0	9,8	9,8	9,8	9,9	10,2	9,5
De 6 a 49 empregados	28,8	27,0	26,1	28,7	30,5	28,7	31,3	31,1	32,5
De 50 a 99 empregados	9,0	8,7	6,8	9,1	8,1	7,6	7,7	8,6	8,9
De 100 a 499 empregados	18,8	16,6	15,2	16,9	18,9	15,9	15,9	17,9	18,5
Mais de 500 empregados	23,7	25,1	20,1	20,6	23,2	19,1	20,0	25,4	26,8
Não sabe	10,1	13,6	22,9	15,0	9,5	18,8	15,3	6,8	3,8
Sem Carteira Assinada									
Total	20,2	20,1	19,5	19,7	20,4	19,2	21,5	21,0	19,6
Até 5 empregados	47,0	46,7	42,1	43,6	45,2	44,3	42,3	43,9	43,7
De 6 a 49 empregados	34,4	32,5	30,7	31,7	33,5	29,5	32,1	34,4	36,9
De 50 a 99 empregados	(1)	(1)	(1)	(1)	(1)	(1)	(1)	(1)	(1)
De 100 a 499 empregados	(1)	(1)	(1)	(1)	(1)	(1)	(1)	(1)	(1)
Mais de 500 empregados	(1)	(1)	(1)	(1)	(1)	(1)	(1)	(1)	(1)
Não sabe	8,3	11,7	19,6	13,8	8,5	16,3	15,7	8,4	(1)

Fonte: Dados básicos: Fundação João Pinheiro (FJP), Centro de Estatística e Informações (CED), Pesquisa de Emprego e Desemprego na Região Metropolitana de Belo Horizonte (PED/RMBH). Convênio FJP/DIEESE/SEADE/SINE-MG

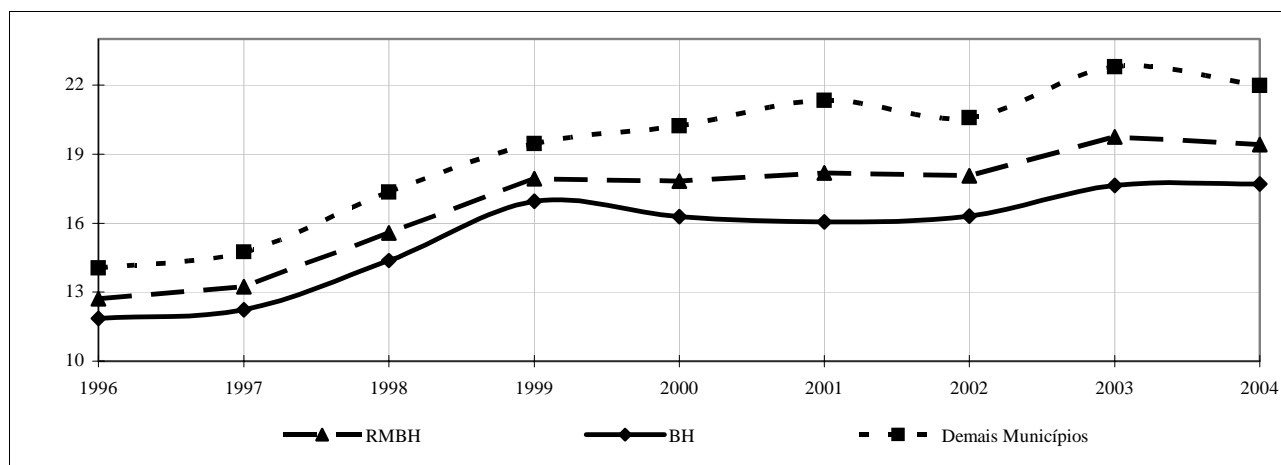
(1) A amostra não comporta desagregação para essa categoria.

Feita a caracterização dos perfis dos ocupados e assalariados da RMBH no período de 1996 a 2004, a próxima seção analisará o comportamento do desemprego para essa mesma região e período.

3 ANÁLISE DO COMPORTAMENTO DO DESEMPREGO NA RMBH ENTRE 1996 E 2004: A PRIMEIRA PARTE DOS “TEMPOS DIFÍCEIS”

Nesta seção, a análise do comportamento do desemprego ocorrerá, inicialmente, pela apresentação do gráfico 1. Ele apresenta a evolução do desemprego segundo a localidade (Belo Horizonte, demais municípios e a RMBH). A primeira observação importante é a menor taxa de desemprego do município de Belo Horizonte comparativamente aos demais municípios da RMBH em todo o período. O ano de 2001 presenciou a maior diferença entre o desemprego dessas duas localidades, diferença que ultrapassou os cinco pontos percentuais. Tal fato decorreu do crescimento ininterrupto do desemprego para os demais municípios entre 1996 a 2001, sendo que na capital (BH) esse comportamento ocorreu para um período menor, de 1996 a 1999, e nos dois anos subsequentes o desemprego apresentou redução. O crescimento do desemprego para a RMBH foi superior a seis pontos percentuais entre 1996 e 2004, para BH foi inferior a seis e para os demais municípios da RMBH foi de exatos oito pontos percentuais. É interessante observar que, em todo o período aqui considerado, os dois anos de maiores taxas de crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) – 2000 e 2004 –, apresentaram desempenhos diferentes quanto ao comportamento do desemprego quando considerada a localidade. Se em 2000 houve redução da taxa de desemprego em BH, elevação nos demais municípios e relativa estabilidade da taxa para o conjunto da região metropolitana, em 2004 percebe-se relativa estabilidade da taxa de desemprego em BH, importante redução nos demais municípios e ligeira queda para o conjunto da RMBH.

GRÁFICO 1 – TAXAS DE DESEMPREGO TOTAL – BELO HORIZONTE, REGIÃO METROPOLITANA DE BELO HORIZONTE (RMBH) E DEMAIS MUNICÍPIOS DA RMBH – 1996-2004 (PERCENTAGEM)



Fonte: Dados básicos: Fundação João Pinheiro (FJP), Centro de Estatística e Informações (CEI), Pesquisa de Emprego e Desemprego na Região Metropolitana de Belo Horizonte (PED/RMBH). Convênio FJP/DIEESE/SEADE/SINE-MG

A tabela 7 apresenta o comportamento do desemprego da RMBH segundo três tipos: o aberto, o oculto pelo trabalho precário e o oculto pelo desalento.⁵⁵ Quando consideramos o período de 1996 a 2004, percebemos que o primeiro e o último apresentaram taxas de crescimento superiores à média do período e que o desemprego oculto pelo trabalho precário apresentou expansão bem mais modesta no período aqui considerado. É importante destacar a forte redução – de 7,5% para 6,7% – do desemprego oculto entre 2003

⁵⁵ Sobre os conceitos aqui apresentados, ver PRINCIPAIS... (2005, p. 6).

e 2004, e que em 2004, o desemprego oculto representava, aproximadamente, a terça parte do desemprego total.

TABELA 7 - TAXA DE DESEMPREGO, SEGUNDO O TIPO - REGIÃO METROPOLITANA DE BELO HORIZONTE (RMBH) – 1996-2004 (PERCENTAGEM)

TIPO DE DESEMPREGO	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2004/1996
Total	12,7	13,4	15,9	17,9	17,8	18,3	18,1	20,0	19,3	52,0
Aberto	7,8	8,7	10,3	11,8	11,5	11,4	11,5	12,5	12,6	61,5
Oculto	4,9	4,7	5,6	6,1	6,3	6,9	6,6	7,5	6,7	36,7
Pelo trabalho precário	3,3	3,1	3,9	4,3	4,2	4,5	4,1	4,7	4,1	24,2
Pelo desalento	1,6	1,6	1,7	1,8	2,1	2,4	2,5	2,8	2,6	62,5

Fonte: Dados básicos: Fundação João Pinheiro (FJP), Centro de Estatística e Informações (CEI), Pesquisa de Emprego e Desemprego na Região Metropolitana de Belo Horizonte (PED/RMBH). Convênio FJP/DIEESE/SEADE/SINE-MG

As tabelas 8 e 9 apresentam a evolução do desemprego da RMBH segundo atributos pessoais. Na tabela 8 são apresentados os atributos sexo, posição no domicílio e cor. Quanto ao sexo, a primeira observação é o fato de o desemprego feminino ser sempre superior ao masculino e, o que é agravante, o crescimento da taxa feminina no período de 1996 a 2004 ter sido bem superior ao da masculina. Isso indica maior penalização das mulheres quando as empresas optam por demitir. Ou então, indica que, quando o desemprego atinge um chefe de domicílio homem, a cônica, que até então não fazia parte da PEA “opta” por se tornar economicamente ativa e tenta ingressar no mercado de trabalho em busca de ocupação, e caso não encontre trabalho, ela amplia o leque das mulheres desempregadas. O segundo atributo é a posição no domicílio e constata-se que as taxas de desemprego do chefe são sempre inferiores, comparadas às do cônjuge e filhos. É importante destacar que no período de 1996 a 2004 o desemprego do cônjuge apresentou a maior taxa de crescimento (72,5%). Quanto aos filhos, apesar de apresentarem a menor expansão relativa do desemprego nesse período, suas taxas são muito maiores comparadas aos demais membros em qualquer ano. Na tabela 8, o último atributo é a cor e percebem-se dois fatos: primeiro, o desemprego dos negros é sempre superior ao dos não-negros. Segundo, no período aqui considerado, a taxa de expansão relativa do desemprego dos não-negros foi superior à dos negros. Esses números podem corroborar unicamente a discriminação segundo a cor ou, então, a associação da cor com outros atributos pessoais, tais como baixa escolaridade média e faixa etária mais jovem, entre outros.

TABELA 8 – DESEMPREGO, SEGUNDO OS ATRIBUTOS SEXO, POSIÇÃO NO DOMICÍLIO E COR REGIÃO METROPOLITANA DE BELO HORIZONTE (RMBH) – 1996-2004 (PERCENTAGEM)

ATRIBUTO PESSOAL	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2004/1996
Sexo										
Homens	11,5	11,5	13,7	15,9	16,1	16,2	15,7	17,1	16,8	46,1
Mulheres	14,2	15,8	18,7	20,4	19,9	20,8	20,8	23,3	21,9	54,2
Posição no Domicílio										
Chefe	6,8	6,8	8,2	10,1	10,3	10,9	10,1	11,3	10,2	50,0
Demais	16,5	17,8	20,8	23	22,7	23,1	23,4	25,7	25,0	51,5
Cônjuge	10,9	12,2	14,9	16,9	16,4	17,2	17,8	20,3	18,8	72,5
Filho	20,3	21,6	24,9	27,3	26,8	27,0	27,1	29,4	29,1	43,3
Outros	13,2	14,9	16,9	19,0	19,7	19,9	20,9	23,4	22,8	72,7
Cor										
Negra	14,6	15,2	17,8	19,4	19,6	20,3	19,5	21,9	21,2	45,2
Não-negra	10,8	11,7	13,8	16,3	15,8	15,4	15,6	16,7	16,4	51,9

Fonte: Dados básicos: Fundação João Pinheiro (FJP), Centro de Estatística e Informações (CEI), Pesquisa de Emprego e Desemprego na Região Metropolitana de Belo Horizonte (PED/RMBH). Convênio FJP/DIEESE/SEADE/SINE-MG

A tabela 9 apresenta a segunda parte da análise do desemprego segundo atributos pessoais para a RMBH. O primeiro, faixa etária, contempla cinco conjuntos de idade e neste artigo excluir-se-á a primeira por ser pouco significativa em termos de tamanho absoluto e por apresentar pouca consistência estatística. Portanto, podemos concluir que existe enorme correlação entre pessoas mais jovens, pois as taxas para os incluídos na faixa de 15 a 17 anos são impressionantemente elevadas (57,9%), e, para os com 40 anos ou mais, são muito mais baixas (10,5%), quando consideramos os valores de 2004, mas que se reproduz em termos de diferença relativa, porém em escala menor, em todos os anos anteriores. Esses extremos de idade aqui analisados também apresentaram as maiores variações relativas no tocante à expansão do desemprego entre 1996 e 2004, 70,3% e 84,2%, respectivamente, para as faixas de 15 a 17 anos e de 40 anos ou mais. Encerrando essa tabela, o último atributo se refere a cinco faixas de nível de instrução. A primeira, a dos analfabetos, apresenta pequena inserção no tocante aos ocupados da RMBH e, para o ano de 2004 a amostra não comportou a desagregação para esse atributo. Assim, consideraremos apenas as quatro seguintes faixas de escolaridade em nossa análise. A primeira constatação relevante se refere à correlação entre níveis de escolaridade reduzidos e de desemprego altos, notadamente para os dois primeiros anos de nossa série, 1996 e 1997. A partir deles, percebe-se uma expansão mais elevada do desemprego para a faixa do ensino fundamental completo e do médio incompleto comparativamente a todas as demais. Em 2004, a diferença da taxa de desemprego dessa faixa em relação à anterior, de menor escolaridade média, alcançava quase seis pontos percentuais. É importante destacar que excluindo os analfabetos, os dois níveis de escolaridade que apresentaram as maiores expansões relativas da taxa de desemprego foram os níveis intermediários: o fundamental completo e médio incompleto e o médio completo e superior incompleto, respectivamente com 81,2% e 93,4% entre 1996 e 2004. As explicações para essas mudanças podem ser buscadas nos esforços para maior escolarização dos mais jovens e na subsequente ausência de postos de trabalho em quantidade suficiente, quando chegam ao mercado de trabalho, bem como na maior seletividade na busca de trabalho desses que apresentam maior escolaridade média. Por fim, é importante destacar que a menor expansão relativa do desemprego entre 1996 e 2004 se deu para aqueles que detinham apenas o fundamental incompleto, bem inferior à registrada para os de superior completo, apesar da diferença da taxa de desemprego entre ambos ser ainda muito grande em 2004.

**TABELA 9 – DESEMPREGO, SEGUNDO OS ATRIBUTOS FAIXAS ETÁRIAS E NÍVEIS DE INSTRUÇÃO
REGIÃO METROPOLITANA DE BELO HORIZONTE (RMBH) – 1996-2004
(PERCENTAGEM)**

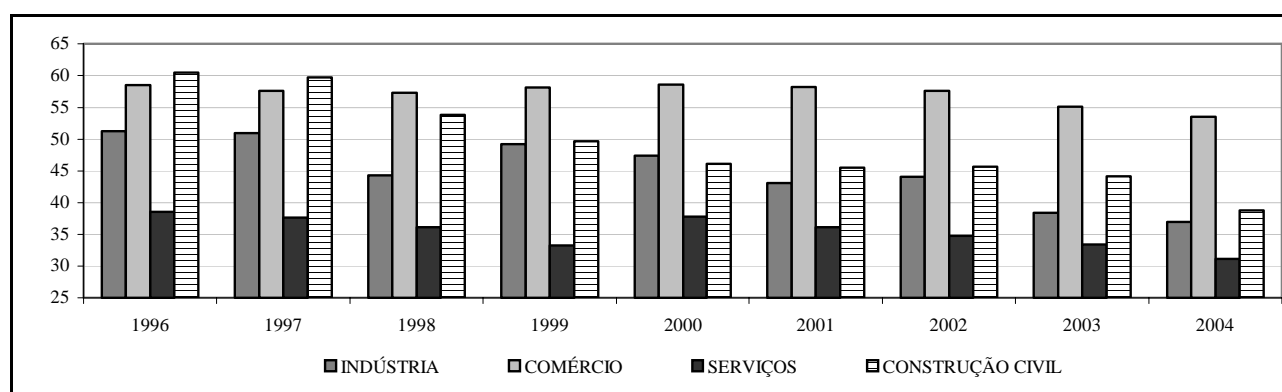
ATRIBUTO PESSOAL	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2004/1996
Faixa Etária										
10 a 14 anos	42,0	44,6	48,5	48,4	44,1	46,1	51,7	51,9	51,2	21,9
15 a 17 anos	34,0	37,1	43,4	44,4	45,6	47,5	51,1	55,9	57,9	70,3
18 a 24 anos	19,2	20,2	23,9	28,3	27,6	28,5	28,3	30,4	30,8	60,4
25 a 39 anos	9,9	10,0	12,3	14,5	14,4	14,8	14,9	16,4	15,4	55,6
40 anos ou mais	5,7	6,4	7,6	9,2	9,9	10,3	9,8	11,4	10,5	84,2
Nível de Instrução										
Analfabeto	9,6	10,0	13,4	15,7	17,7	19,1	18,7	21,0	(1)	..
Ensino fundamental incompleto	15,2	16,0	18,5	20,8	20,4	21,4	20,1	23,2	21,1	38,8
Fundamental completo + Médio incompleto	14,9	15,6	19,1	22,3	23,0	22,6	23,5	26,5	27,0	81,2
Médio completo + Superior incompleto	9,1	10,4	12,7	14,5	14,6	15,9	16,6	17,3	17,6	93,4
Superior completo	3,8	3,6	4,5	5,2	5,0	5,2	6,2	5,4	5,9	55,3

Fonte: Dados básicos: Fundação João Pinheiro (FJP), Centro de Estatística e Informações (CEI), Pesquisa de Emprego e Desemprego na Região Metropolitana de Belo Horizonte (PED/RMBH). Convênio FJP/DIEESE/SEADE/SINE-MG

(1) A amostra não comporta desagregação para essa categoria.

O gráfico 2 apresenta o percentual de ocupados da RMBH, por setores de atividade econômica, que excedem a jornada de 44 horas semanais. O primeiro ponto de destaque é o comércio, setor que apresentou percentual sempre acima de 50% em todo o período. Outro se refere à construção civil, que por dois anos (1996 e 1997), foi o setor que deteve o maior percentual de ocupados, excedendo a jornada de 44 horas e, nos anos subsequentes, apresentou forte redução desse percentual. Como contraponto ao comércio, o setor de serviços foi o que apresentou o menor percentual de ocupados que excediam a essa jornada de trabalho semanal. Por fim, o gráfico expressa uma nítida tendência à redução do percentual de ocupados que excedem tal jornada, para todos os setores de atividade aqui contemplados.

GRÁFICO 2 - PERCENTUAL DOS OCUPADOS, POR SETORES DE ATIVIDADE ECONÔMICA QUE EXCEDEM A JORNADA DE TRABALHO DE 44 HORAS SEMANAIS – REGIÃO METROPOLITANA DE BELO HORIZONTE (RMBH) – 1996-2004



Fonte: Dados básicos: Fundação João Pinheiro (FJP), Centro de Estatística e Informações (CEI), Pesquisa de Emprego e Desemprego na Região Metropolitana de Belo Horizonte (PED/RMBH). Convênio FJP/DIEESE/SEADE/SINE-MG

Na seção 4 será abordado o comportamento dos rendimentos dos ocupados e assalariados da RMBH segundo múltiplos atributos e características.

4 AVALIAÇÃO DOS RENDIMENTOS NA RMBH NESSES “TEMPOS DIFÍCEIS”

Esta seção discutirá a evolução dos rendimentos na RMBH no período que se estende de 1996 a 2004. A tabela 10 apresenta a evolução dos rendimentos reais médios segundo as posições na ocupação. A primeira observação se refere aos valores das remunerações médias dessas posições, pois existem significativas diferenças entre elas. Como exemplo, a menor remuneração média, para qualquer ano, é a dos empregados domésticos. Na seqüência vem a dos autônomos, a dos assalariados e, com maior rendimento médio, a dos empregadores. Considerando a subdivisão dos assalariados, os do setor privado recebem em média bem menos que os do setor público. Para os do setor privado, aqueles que têm carteira apresentam as maiores remunerações médias quando comparados aos subcontratados e aos assalariados sem carteira assinada. Para os autônomos, os que trabalham para empresas recebem mais, comparativamente aos que trabalham para o público.

Numa perspectiva de comportamento dos rendimentos entre 1996 e 2004, os autônomos, tanto os que trabalham para o público como os que o fazem para empresas, e os empregadores apresentaram fortes reduções dos rendimentos reais médios, sendo as mais elevadas entre todas as demais posições na ocupação. Considerando o conjunto dos assalariados, a maior redução relativa foi a dos com carteira assinada do setor

privado, seguida pela dos assalariados do setor público e a dos do setor privado sem carteira de trabalho assinada. Os subcontratados foram os únicos que apresentaram crescimento do rendimento real médio nesse período, quando consideramos a posição assalariados. Por fim, os empregados domésticos também apresentaram crescimento do rendimento real médio. Esse percentual foi ligeiramente inferior ao crescimento do rendimento da posição assalariados subcontratados do setor privado.

**TABELA 10 - RENDIMENTO REAL MÉDIO DOS OCUPADOS, SEGUNDO A POSIÇÃO NA OCUPAÇÃO
REGIÃO METROPOLITANA DE BELO HORIZONTE (RMBH) – 1996-2004
(VALORES EM REAIS DE NOVEMBRO DE 2004)**

POSIÇÃO NA OCUPAÇÃO	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2004/1996 (%)
Total de Ocupados	938	917	883	834	818	820	824	750	742	-20,9
Assalariados	922	919	905	874	851	854	857	775	797	-13,6
Setor Privado	785	795	777	741	728	722	719	654	682	-13,1
Subcontratados	463	524	525	516	507	470	486	465	489	5,6
Com carteira assinada	851	860	849	793	791	773	772	711	731	-14,1
Sem carteira assinada	501	510	457	504	451	487	514	422	457	-8,8
Setor Público	1.409	1.380	1.403	1.374	1.315	1.368	1.401	1.253	1.251	-11,2
Autônomo	854	829	786	709	704	691	671	569	571	-33,1
Trabalha para o público	779	742	708	645	620	605	581	497	482	-38,1
Trabalha para empresa	1.082	1.126	1.010	908	949	958	953	765	809	-25,2
Empregadores	2.623	2.558	2.405	2.291	2.072	2.208	2.093	2.078	1.826	-30,4
Empregados domésticos	272	286	281	281	278	280	284	271	285	4,8

Fonte: Dados básicos: Fundação João Pinheiro (FJP), Centro de Estatística e Informações (CEI), Pesquisa de Emprego e Desemprego na Região Metropolitana de Belo Horizonte (PED/RMBH). Convênio FJP/DIEESE/SEADE/SINE-MG

A tabela 11 apresenta os rendimentos reais médios segundo os setores de atividade econômica da RMBH no período de 1996 a 2004. Percebe-se que o setor de serviços é o que apresenta a maior média de rendimento dentre todos, e o de menor é o da construção civil. Quanto ao setor de serviços, essa média é mais elevada, devido, principalmente, àqueles ocupados nos serviços creditícios e financeiros, em serviços de utilidade pública, de educação e saúde. O segundo maior rendimento médio é o da indústria e as ocupações desse setor melhor remuneradas encontram-se nos subsetores da metal-mecânica e da extrativa mineral. Quando consideramos a evolução do rendimento real médio dos setores entre 1996 e 2004, a maior queda relativa ocorreu para os setores de comércio e construção civil. A indústria foi o setor de menor redução relativa do rendimento real médio no período. É importante afirmar que apesar de apresentar baixo dinamismo no tocante à geração de emprego nesse mesmo período, conforme visto na seção 3, a indústria apresentou a menor redução relativa do rendimento. Esse comportamento pode ser explicado, parcialmente, pela forte expansão de sua produtividade, conforme registro do IBGE (2005), ou então pela maior capacidade de mobilização e organização sindical, que favorece menores perdas salariais. Apesar da construção civil e o comércio apresentarem as maiores reduções dos rendimentos, o comportamento desses setores no tocante à geração de novos postos de trabalho foram bastante contrastantes. O primeiro reduziu, e o segundo expandiu, ambos bastante, o nível ocupacional. Em contextos de fortes elevações do desemprego, há, como contrapartida, redução do rendimento dos ocupados em termos gerais. No exemplo do comércio, apesar da ampliação dos postos de trabalho gerados, eles foram insuficientes para compensar a expansão do desemprego nos demais setores e/ou na entrada de jovens no mercado de trabalho, daí a tendência à queda dos rendimentos também no comércio.

**TABELA 11 - RENDIMENTO REAL MÉDIO DOS OCUPADOS, SEGUNDO SETORES DE ATIVIDADE ECONÔMICA
REGIÃO METROPOLITANA DE BELO HORIZONTE (RMBH) – 1996-2004
(VALORES EM REAIS DE NOVEMBRO DE 2004)**

SETOR DE ATIVIDADE	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2004/1996 (%)
Ocupados	938	917	883	834	818	820	824	750	742	-20,9
Indústria	994	1.029	957	907	877	858	911	809	815	-18,0
Comércio	947	888	831	743	753	725	699	666	622	-34,3
Serviços	1.092	1.063	1.044	998	962	979	967	864	870	-20,3
Construção civil	783	764	728	678	652	657	683	657	602	-23,1
Outras atividades não-classificadas	798	791	733	695	668	523	799	879	638	-20,1

Fonte: Dados básicos: Fundação João Pinheiro (FJP), Centro de Estatística e Informações (CEI), Pesquisa de Emprego e Desemprego na Região Metropolitana de Belo Horizonte (PED/RMBH). Convênio FJP/DIEESE/SEADE/SINE-MG

A tabela 12 apresenta o rendimento real médio da RMBH segundo os atributos pessoais. O primeiro refere-se à diferença dos rendimentos entre homens e mulheres no mercado de trabalho metropolitano no período de 1996 a 2004. Pela tabela, constata-se que as mulheres recebem, em média, um pouco mais de 60% do rendimento masculino e, nesse período, elas apresentaram uma redução relativa do rendimento real um pouco inferior à dos homens. O segundo atributo é a posição no domicílio e as diferenças de rendimento real médio entre os chefes de domicílio e os cônjuges situam-se em torno de 33%, entre os chefes e os filhos, de 50%. Entre 1996 e 2004, as maiores reduções relativas do rendimento real ocorreram para os chefes e cônjuges, a menor foi a dos filhos e de outros membros do domicílio. Quanto ao atributo cor, os negros absorvem uma renda média, aproximadamente, 30% a 40% (entre 1996 e 2004) menor, quando comparados aos não-negros. A redução relativa do rendimento real médio no período de 1996 a 2004 foi bem superior para os não-negros (queda de 20,1%). No tocante à faixa etária e desconsiderando a primeira (de 10 a 14 anos), percebe-se que todas apresentaram redução do rendimento real médio no período de 1996 a 2004. Tal redução é mais notável para as faixas de 25 a 39 anos e de 40 a 59 anos de idade, justamente aquelas em que se concentra a maior parcela dos chefes de domicílio. Como visto na mesma tabela 12, foi a posição no domicílio que mais perdeu rendimento nesse período. Por fim, o último atributo é o nível de instrução e também nele percebe-se queda generalizada de renda. Os dois níveis intermediários de instrução, fundamental completo e médio incompleto e médio completo e superior incompleto, foram os que apresentaram as maiores reduções relativas desse rendimento, respectivamente 33,5% e 40,6%. Esse último nível de instrução foi o que mais apresentou redução no rendimento entre todos os demais atributos aqui considerados, o que reforça a percepção da seletividade da crise no mercado de trabalho em nossa região metropolitana, pois esse atributo apresentou a maior expansão do desemprego e a maior redução do rendimento no período aqui considerado.

**TABELA 12 - RENDIMENTO REAL MÉDIO DOS OCUPADOS, SEGUNDO ATRIBUTOS PESSOAIS
REGIÃO METROPOLITANA DE BELO HORIZONTE (RMBH) – 1996-2004
(VALORES EM REAIS DE NOVEMBRO DE 2004)**

ATRIBUTO PESSOAL	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2004/1996 (%)
TOTAL	938	917	883	834	818	820	824	750	742	-20,9
Sexo										
Homens	1.124	1.100	1.055	991	972	982	969	905	897	-20,2
Mulheres	705	688	668	653	638	634	658	580	578	-18,0
Posição no Domicílio										
Chefe	1.298	1.258	1.192	1.125	1.083	1.091	1.084	990	961	-26,0
Demais	671	661	649	619	613	608	619	556	567	-15,5
Cônjuge	833	794	787	746	737	719	735	626	638	-23,4
Filho	611	597	594	563	554	545	551	510	527	-13,7
Outros	552	587	527	519	512	536	572	523	499	-9,6
Cor										
Negra	689	667	691	702	674	712	702	639	613	-11,0
Não-negra	1.172	1.151	1.092	994	977	977	1.041	925	936	-20,1
Faixa Etária										
10 a 14 anos	134	128	131	(1)	(1)	(1)	(1)	(1)	(1)	..
15 a 17 anos	238	236	219	221	199	209	200	194	213	-10,5
18 a 24 anos	489	503	474	444	432	440	432	413	424	-13,3
25 a 39 anos	1.002	986	942	887	891	848	835	752	746	-25,5
40 a 59 anos	1.305	1.240	1.199	1.131	1.056	1.101	1.110	1.001	959	-26,5
60 anos ou mais	1.000	1.121	1.080	893	970	972	1.045	894	884	-11,6
Nível de Instrução										
Analfabeto	352	346	341	341	315	319	328	297	306	-13,1
Ensino fundamental incompleto	523	525	505	491	470	464	465	425	434	-17,0
Fundamental completo + Médio incompleto	772	749	687	592	608	595	570	512	513	-33,5
Médio completo + Superior incompleto	1.250	1.184	1.114	985	937	888	859	759	742	-40,6
Superior completo	2.732	2.653	2.678	2.465	2.384	2.444	2.349	2.145	2.016	-26,2

Fonte: Dados básicos: Fundação João Pinheiro (FJP), Centro de Estatística e Informações (CEI), Pesquisa de Emprego e Desemprego na Região Metropolitana de Belo Horizonte (PED/RMBH). Convênio FJP/DIEESE/SEADE/SINE-MG

(1) A amostra não comporta desagregação para essa categoria.

A tabela 13 apresenta a evolução do rendimento real médio para as categorias ocupacionais da RMBH no período de 1996 a 2004. Destaca-se a diferença de rendimentos entre as categorias ocupacionais e dentre as três principais, a de direção e planejamento foi a que apresentou a maior redução relativa do rendimento real médio entre 1996 e 2004, com queda de 16,4%. Quanto às subdivisões das três categorias principais, percebe-se que as qualificadas de execução e as semiqualicadas de execução foram as que apresentaram as maiores reduções relativas do rendimento, sendo que uma apresentou crescimento e outra menor redução relativa, respectivamente não-qualificadas de execução (crescimento de 4,1%) e serviços gerais (queda de 1,8%). Ambas situam-se entre as de menor remuneração média entre todas as categorias aqui contempladas. Percebe-se que as menores remunerações médias são, em geral, as que apresentam ou as menores quedas de rendimento ou, como exceção, aquela que apresenta crescimento desse rendimento. Quando se associa o rendimento ao comportamento da ocupação para essas três principais categorias, percebe-se a correlação entre redução relativa da ocupação com maiores reduções relativas do rendimento. Conforme visto na tabela 5, direção e planejamento e execução apresentaram, em ordem decrescente, as maiores reduções relativas da ocupação. Na tabela 13, essas mesmas categorias também apresentaram as maiores reduções relativas da renda. A categoria de apoio apresentou expansão relativa da ocupação, segundo a tabela 5, e foi a que apresentou a menor redução do rendimento real médio no período nessa última tabela.

**TABELA 13 - RENDIMENTO REAL MÉDIO DOS OCUPADOS, SEGUNDO CATEGORIAS OCUPACIONAIS
REGIÃO METROPOLITANA DE BELO HORIZONTE (RMBH) – 1996-2004
(VALORES EM REAIS DE NOVEMBRO DE 2004)**

CATEGORIA OCUPACIONAL	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2004/1996 (%)
Ocupados	938	917	883	834	818	820	824	750	742	-20,9
Direção e Planejamento.....	2.391	2.330	2.377	2.318	2.168	2.218	2.171	2.086	2.000	-16,4
Empresários, Diretores e Gerentes	2.250	2.174	2.184	2.175	2.011	2.004	2.044	2.133	1.848	-17,9
Planejamento e Organização	2.590	2.517	2.579	2.429	2.306	2.399	2.268	2.050	2.095	-19,1
Execução	717	728	699	671	661	655	664	599	611	-14,8
Qualificadas de execução	1.132	1.114	1.084	1.046	1.025	977	998	872	906	-20,0
Semiqualificadas de execução	788	817	760	725	704	702	706	633	635	-19,4
Não-qualificadas de execução	315	322	326	312	318	321	327	316	328	4,1
Apoio	691	693	659	658	630	686	659	583	604	-12,6
Não-operacionais de apoio	820	827	836	844	807	871	818	741	760	-7,3
Serviços de escritório	967	982	886	901	844	976	910	823	851	-12,0
Serviços gerais	337	341	346	344	339	337	343	319	331	-1,8
Mal Definidas	486	510	453	421	415	421	413	328	360	-25,9

Fonte: Dados básicos: Fundação João Pinheiro (FJP), Centro de Estatística e Informações (CEI), Pesquisa de Emprego e Desemprego na Região Metropolitana de Belo Horizonte (PED/RMBH). Convênio FJP/DIEESE/SEADE/SINE-MG

A tabela 14 apresenta o rendimento real médio dos assalariados do setor privado da RMBH segundo o tamanho das empresas. Entre 1996 e 2004, os assalariados do setor privado com carteira de trabalho assinada apresentaram a maior redução relativa do rendimento real, 14,1%, muito superior à dos assalariados do setor privado sem carteira assinada (8,8%). Considerando o conjunto dos assalariados do setor privado, nota-se claramente que as maiores empresas percebem rendimento real médio superior comparativamente às menores mas, para efeito de evolução do rendimento no período de 1996 a 2004, as empresas com até cinco empregados foram as que presenciaram a menor redução relativa do rendimento real médio. As com entre 50 e 99 empregados, em contrapartida, apresentaram a maior redução desse rendimento para o mesmo período. Quando se considera os assalariados com carteira assinada, a avaliação do comportamento dos rendimentos segundo o tamanho da empresa ocorre de maneira análoga à do conjunto dos assalariados do setor privado. É importante destacar que, segundo a tabela 6, houve redução relativa da ocupação para as empresas com até cinco empregados e relativa estabilidade dessa no caso das empresas com entre 50 e 99 empregados. Finalmente, apesar do crescimento da ocupação para as empresas de 500 e mais empregados, nelas ocorreu forte redução relativa da renda.

TABELA 14 - RENDIMENTO REAL MÉDIO DOS ASSALARIADOS DO SETOR PRIVADO, SEGUNDO TAMANHO DA EMPRESA
REGIÃO METROPOLITANA DE BELO HORIZONTE (RMBH) – 1996-2004
(VALORES EM REAIS DE NOVEMBRO DE 2004)

TAMANHO DE EMPRESA	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2004/1996 (%)
Total de Assalariados do Setor Privado	785	795	777	741	728	722	719	654	682	-13,1
Até 5 empregados	435	428	421	422	407	419	420	380	394	-9,4
De 6 a 49 empregados	665	666	660	619	597	623	599	538	552	-17,0
De 50 a 99 empregados	860	937	848	828	879	806	805	703	704	-18,1
De 100 a 499 empregados	967	1.017	1.005	911	869	898	876	829	827	-14,5
500 empregados e mais	1.209	1.213	1.319	1.159	1.141	1.156	1.190	997	1.022	-15,5
Com Carteira	851	860	849	793	791	773	772	711	731	-14,1
Até 5 empregados	507	488	497	480	479	492	476	443	463	-8,7
De 6 a 49 empregados	697	690	694	624	630	640	622	550	571	-18,1
De 50 a 99 empregados	857	929	880	850	882	809	828	714	697	-18,7
De 100 a 499 empregados	965	1.023	1.014	908	875	895	856	836	818	-15,2
500 empregados e mais	1.220	1.218	1.330	1.179	1.158	1.160	1.199	1.020	1.039	-14,8
Sem Carteira	501	510	457	504	451	487	514	422	457	-8,8
Até 5 empregados	374	376	348	362	339	343	368	322	326	-12,8
De 6 a 49 empregados	549	582	531	597	464	544	512	493	476	-13,3
De 50 a 99 empregados	(1)	(1)	(1)	(1)	(1)	(1)	(1)	(1)	(1)	..
De 100 a 499 empregados	(1)	(1)	(1)	(1)	(1)	(1)	(1)	(1)	(1)	..
500 empregados e mais	(1)	(1)	(1)	(1)	(1)	(1)	(1)	600	718	..

Fonte: Dados básicos: Fundação João Pinheiro (FJP), Centro de Estatística e Informações (CEI), Pesquisa de Emprego e Desemprego na Região Metropolitana de Belo Horizonte (PED/RMBH). Convênio FJP/DIEESE/SEADE/SINE-MG

(1) A amostra não comporta desagregação para essa categoria.

A tabela 15 apresenta a apropriação da massa de rendimentos, no trabalho principal, dos ocupados da RMBH, segundo grupos de níveis de renda. O grupo 1 representa os primeiros 10% dos ocupados mais pobres, o grupo 10, os últimos 10% dos ocupados mais ricos. Essa tabela apresenta informações bastante positivas para a RMBH, pois demonstra que a concentração da renda em nossa região vem diminuindo de forma consistente durante todo o período aqui analisado. Apesar das enormes discrepâncias no tocante à absorção de renda entre os 10% mais ricos (grupo 10) e os 10% mais pobres (grupo 1), percebe-se que, entre 1996 e 2004, a diferença de renda absorvida entre um grupo e outro caiu de 29,8 vezes para 24,6 vezes, ou seja, os 10% mais ricos absorveram 24,6 vezes mais renda comparativamente aos 10% mais pobres em 2004. Outro quesito importante para inferir os níveis de desigualdade da renda é o resultado da divisão da renda absorvida pelo grupo 10 pela soma da renda absorvida dos grupos 1 a 4, os 40% mais pobres. Entre 1996 e 2004, os valores obtidos por essa divisão caíram, de 3,9 vezes para 2,9 vezes. Isso demonstra uma importante mudança no perfil da distribuição da renda na RMBH no período mais recente, mesmo considerando que ela decorre da redução da renda dos grupos mais ricos também. É importante destacar, na tabela 15, que os primeiros seis grupos apresentaram crescimento na apropriação da renda, o que num contexto de crise do mercado de trabalho já pode ser considerado fato extremamente positivo. Finalmente, deve-se destacar a redução na apropriação da renda para o grupo 9.

TABELA 15 - APROPRIAÇÃO DA MASSA DE RENDIMENTOS NO TRABALHO PRINCIPAL DOS OCUPADOS, SEGUNDO GRUPOS DE NÍVEIS DE RENDIMENTO – REGIÃO METROPOLITANA DE BELO HORIZONTE (RMBH) – 1996-2004 (PERCENTAGEM)

ANO	DISTRIBUIÇÃO DA MASSA DE RENDIMENTOS										
	Total	grupo 1	grupo 2	grupo 3	grupo 4	grupo 5	grupo 6	grupo 7	grupo 8	grupo 9	grupo 10
1996	100,0	1,4	2,3	3,1	3,9	4,9	6,2	8,1	11,0	17,5	41,7
1997	100,0	1,4	2,4	3,3	4,1	5,1	6,4	8,2	11,1	17,2	40,8
1998	100,0	1,4	2,5	3,4	4,2	5,1	6,4	8,2	11,0	16,8	41,0
1999	100,0	1,5	2,6	3,5	4,2	5,1	6,4	8,2	11,2	16,9	40,2
2000	100,0	1,5	2,7	3,5	4,3	5,2	6,4	8,2	11,1	16,8	40,1
2001	100,0	1,6	2,9	3,5	4,4	5,2	6,4	8,1	10,9	16,7	40,4
2002	100,0	1,6	3,0	3,5	4,4	5,3	6,3	8,0	10,8	16,9	40,4
2003	100,0	1,4	3,2	3,7	4,4	5,3	6,4	8,0	10,8	16,5	40,3
2004	100,0	1,6	3,4	3,9	4,6	5,5	6,6	8,1	10,9	16,3	39,1

Fonte: Dados básicos: Fundação João Pinheiro (FJP), Centro de Estatística e Informações (CEI), Pesquisa de Emprego e Desemprego na Região Metropolitana de Belo Horizonte (PED/RMBH). Convênio FJP/DIEESE/SEADE/SINE-MG

5 CONCLUSÃO

Na primeira seção priorizamos a caracterização do mercado de trabalho metropolitano de Belo Horizonte, no período de 1996 a 2004, segundo a apresentação de seus principais indicadores, das taxas de participação segundo atributos pessoais e da distribuição dos ocupados segundo a posição na ocupação, os setores de atividade econômica, as categorias ocupacionais e, por fim, a distribuição dos assalariados do setor privado segundo tamanho da empresa. Nessa seção, os destaques foram as maiores inserções femininas, do cônjuge e dos incluídos na faixa etária de 18 a 24 anos na PEA, bem como a elevação da escolarização média desta. Ademais, presenciamos a redução relativa dos ocupados na indústria, a redução absoluta dos ocupados na construção civil e a expansão dos ocupados no comércio e serviços. Quanto à distribuição dos ocupados segundo a posição na ocupação, os destaques foram o crescimento dos autônomos e a redução dos empregadores sobre o total dos ocupados. Por fim, houve queda relativa da ocupação nas categorias ocupacionais de direção e planejamento e de execução, e expansão para os inseridos na categoria apoio. A segunda seção analisou o comportamento do desemprego considerando múltiplos aspectos. Podemos destacar, inicialmente, o forte crescimento da taxa no período aqui compreendido. Esse crescimento do desemprego penalizou mais seriamente os demais municípios da RMBH, as mulheres, os negros e, principalmente, os jovens com até 24 anos e a PEA de escolaridade média. É importante afirmar que, apesar do ano de 2004 apresentar grandes reduções do desemprego para alguns atributos e localidade, o desemprego ainda se encontra em patamares muito altos quando comparados com os valores encontrados em 1996, indicando que levaremos alguns anos adiante para que se revertam as atuais taxas. Por fim, a terceira seção apresentou a evolução do rendimento real médio segundo atributos pessoais, posição na ocupação, setor de atividade econômica, categoria ocupacional e a apropriação da renda segundo grupos de níveis de renda. Semelhantemente ao que ocorreu com o desemprego, a renda caiu de forma quase sistemática e atingiu mais fortemente os cônjuges, a PEA de escolaridade média e que se encontra na faixa etária de 25 a 49 anos, a categoria ocupacional de direção e planejamento e os assalariados do setor privado que trabalham em empresas de porte médio (até 99 empregados). Mas também é importante frisar que existem sinais mais alentadores para o rendimento, pois o ano de 2004 presenciou não apenas a atenuação da queda, mas uma ligeira recuperação para algumas posições e atributos. Mais importante, houve uma grande melhora no tocante ao perfil da distribuição da renda em nossa região metropolitana, notadamente pelo crescimento do rendimento real médio para as faixas dos mais pobres. Eis aqui uma excelente notícia para esses tempos difíceis.

6 BIBLIOGRAFIA

BANCO CENTRAL DO BRASIL. *Economia e finanças*. Brasília, 2005.

CORSEUIL, C. et al. *Criação, destruição e realocação do emprego no Brasil*. Rio de Janeiro: IPEA, 2002. (Texto para discussão, n. 855).

IBGE. *Contas nacionais e pesquisa industrial mensal*. Rio de Janeiro, 2005. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>.

PRINCIPAIS conceitos. *Boletim Pesquisa de Emprego e Desemprego na Região Metropolitana de Belo Horizonte, Belo Horizonte*, ano 11, n. 1, p. 6, jan. 2005.

ECONOMIA E TRABALHO NA REGIÃO METROPOLITANA DE SÃO PAULO, 1985-2004

Claudio Salvadori Dedecca*

1 INTRODUÇÃO

O baixo desempenho da economia brasileira nestes últimos 20 anos tem afetado negativamente as condições de geração de novos postos de trabalho. As conseqüências desse movimento são mais acentuadas nas regiões metropolitanas, que vivenciaram um aumento recorrente do desemprego e da informalidade. Esse processo tem transformado o perfil dos mercados metropolitanos de trabalho, corroendo seu segmento formal. Pode-se afirmar que novos perfis foram estabelecidos tanto para esse segmento como para o informal e o desemprego, com conseqüências ponderáveis para os níveis e a estrutura de rendimentos desses mercados. Este ensaio explora essas transformações no mercado de trabalho da Região Metropolitana de São Paulo (RMSP). Considerado o mercado mais dinâmico e com maior grau de formalização dos contratos de trabalho no final dos anos 70, ele conheceu uma profunda modificação nestes últimos 24 anos, caracterizada para uma reversão das tendências até então observadas. Junto a uma crescente informalidade, o mercado metropolitano de trabalho de São Paulo passou a conviver com um desemprego elevado e uma tendência de deterioração da sua estrutura de rendimentos. O considerado carro-chefe da economia brasileira passa a expressar o movimento mais geral do mercado nacional de trabalho não-agrícola, de deterioração das condições e de geração de trabalho de uma economia de baixo desempenho. Ou melhor, passa a refletir as conseqüências da ausência de desenvolvimento sobre o mercado de trabalho e, por conseguinte, sobre a dimensão social. Este ensaio analisa a impossibilidade de modificação desse quadro sem uma retomada de um processo de desenvolvimento para o país, que com certeza continuará tendo a Região Metropolitana de São Paulo como uma referência importante para o dinamismo econômico nacional, embora talvez não mais como um carro-chefe.

2 25 ANOS DE INSTABILIDADE E DE AUSÊNCIA DE CRESCIMENTO

Desde o início da década de 80, o Brasil tem apresentado uma trajetória de recorrente instabilidade econômica, marcada pela falta de crescimento sustentado de sua economia. A desaceleração da economia nacional não guarda comparação com nenhum dos outros países.

A crise da Argentina nas últimas décadas é parte das dificuldades que o país encontrou desde os anos 30 para retomar seu processo de desenvolvimento. Após um baixo desempenho nos anos 80, a economia mexicana voltou a ganhar fôlego no período seguinte. Situação semelhante foi observada no Chile, que nos anos 90 cresceu 6,4% ao ano. Trilhando uma trajetória bastante distinta, Índia e Coréia mantiveram uma *performance* invejável durante todo o período da chamada reestruturação produtiva dos países desenvolvidos.

* Professor do Instituto de Economia da Universidade de Campinas (UNICAMP) (cdedecca@eco.unicamp.br).

O fato mais visível desse desempenho diferenciado do Brasil, frente aos observados nos principais países em desenvolvimento, é a perda de seu papel de vedete do crescimento dentre as economias consideradas emergentes. De país que se aproximava da 5ª ou 6ª economia mundial, nos anos 70, o Brasil tem perdido sistematicamente posição ao longo das últimas duas décadas. Neste início de milênio, Índia e Coreia tiveram taxas de crescimento próximas a cinco e seis vezes, respectivamente, à obtida por nosso país (tab. 1).

**TABELA 1 - TAXAS ANUAIS DE CRESCIMENTO DO PRODUTO INTERNO BRUTO (PIB)
PAÍSES SELECIONADOS - 1951-2002**

PERÍODO	ARGENTINA	BRASIL	CHILE	MÉXICO	ÍNDIA	CORÉIA
1951-1960	3,0	6,5	3,5	6,1	4,1	6,1
1961-1970	4,3	5,7	4,2	6,5	4,1	8,1
1971-1980	2,9	8,1	2,5	6,6	3,0	8,3
1981-1990	-0,9	1,5	2,8	1,6	5,8	9,4
1991-2000	4,2	2,7	6,4	3,5	5,5	6,2
2001-2002	-0,5	1,0	0,7	3,1	4,7	6,2

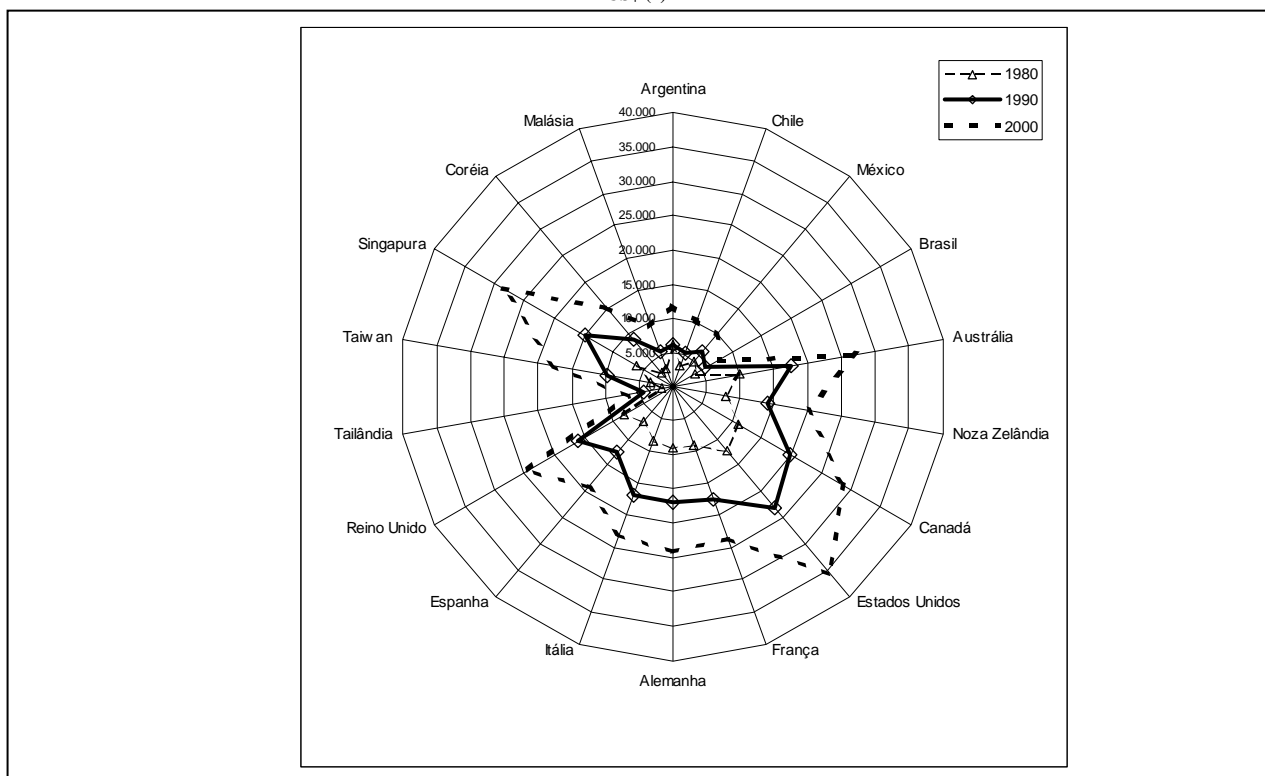
Fontes: Dados básicos: A.Maddison (1995), *Monitoring the World Economy, 1820-1992*, Paris: Organização para Cooperação ao Desenvolvimento Econômico (OCDE) - Organização das Nações Unidas, Divisão de Estatística (<http://unstats.un.org/unsd/snaama/Introduction.asp>)
Elaboração do Autor.

O empobrecimento do país é facilmente observado quando se compara a evolução de sua renda com as de outros países desenvolvidos ou em desenvolvimento. No gráfico 1 encontra-se a evolução do produto interno bruto *per capita* para países selecionados. Os dados referem-se tanto aos principais países desenvolvidos da América do Norte e da Europa, como àqueles em desenvolvimento da América Latina e do Sudeste Asiático.

Pode-se notar que o Brasil apresentou o pior desempenho, entre 1980 e 2000, dentre os países selecionados. Enquanto, em 1980, o Brasil e a Coreia tinham renda *per capita* semelhante, constata-se que hoje, aquele país possui uma renda duas vezes superior à nossa. Naquele ano, a renda *per capita* da Espanha era 1,7 vez superior à brasileira. Em 2000, essa diferença correspondia a 2,5 vezes.

O baixo desempenho do Brasil tem tido conseqüências negativas para seu nível de renda seja em termos absolutos ou relativos. O poder de compra da população tem evoluído muito lentamente, e a capacidade de transformação do padrão de consumo do país é muito limitada, fazendo que ele se distancie dos padrões que vêm se estabelecendo nos países desenvolvidos e em vários dos em desenvolvimento.

Hoje, o Brasil é classificado como país de médio desenvolvimento pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD). Mantidas as condições de baixo desempenho econômico, o país corre o risco de deixar de ser classificado no grupo intermediário.

GRÁFICO 1 - PRODUTO INTERNO BRUTO (PIB) PER CAPITA - PAÍSES SELECIONADOS - 1980/1990/2000
US\$ (1)

Fonte: Dados básicos: Penn World Tables, Center for International Comparison, University of Pennsylvania

(1) Valor em US\$ atualizado segundo o Índice de Paridade de Poder de Compra.

Abandonadas momentaneamente as controvérsias sobre os determinantes do baixo desempenho econômico brasileiro, é insustentável ao país continuar a trilhar essa trajetória nos próximos anos. Por um lado, a ausência de crescimento inviabiliza maiores alterações no padrão de vida da população brasileira. Por outro, leva o país a se distanciar progressivamente da experiência do grupo de países emergentes.

Mantida essa tendência, uma elevada conta econômica e social deverá ser paga pela população brasileira. O baixo desempenho, mesmo que acompanhado por êxitos expressivos, mas localizados, na indústria e agricultura, imporá uma *performance* da produtividade fortemente desigual setorial e regionalmente. Não encontra guarida na teoria econômica a relação entre baixo desempenho e aumento da produtividade (BAUMOL et al., 1994; MADDISON, 1996:73-78; GORDON, 1977). Ganhos de bem-estar dependem da convergência entre os ganhos de produtividade e os de produto. Faz muito tempo que a economia brasileira não conhece essa situação.

Esse constrangimento fica ainda mais evidente quando se compara a evolução do Produto Interno Bruto (PIB) e da População Economicamente Ativa (PEA) no longo prazo.

Mesmo com a transição demográfica vivida pelo país nas décadas de 70 e 80, ainda não é desprezível o crescimento da população brasileira. Segundo estimativas do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), de 2004, o aumento populacional será de 1,2% a.a. na década atual. Quanto à população economicamente ativa, estimam-se incrementos de 1,9% e 1,6% a.a. na primeira e segunda metade da década

respectivamente (CELADE, 2004). Projeta-se para a próxima década um crescimento da PEA próximo a 1,2% a.a.

TABELA 2 - TAXAS ANUAIS DE CRESCIMENTO DO PRODUTO INTERNO BRUTO (PIB) – BRASIL - 1951-2003

PERÍODO	TAXAS ANUAIS DE CRESCIMENTO (%)						
	Total (A)	indústria	serviços	agropecuária	pib per capita	população economicamente ativa (B)	(A)/(B)
1951-1960	7,7	9,7	6,1	4,3	4,2	2,9	2,7
1961-1970	6,2	7,0	6,3	3,7	3,2	2,6	2,4
1971-1980	8,6	9,3	9,4	4,7	5,8	3,7	2,3
1981-1990	1,6	0,3	2,7	2,4	-0,3	3,0	0,5
1991-2000	2,7	2,1	1,7	3,0	1,2	2,9	0,9
2001-2003	1,0	0,4	1,1	5,4	0,8	2,0	0,5

Fonte: Dados básicos: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Departamento de Contas Nacionais (DECNA) – Fundação Getúlio Vargas (FGV), Revista Conjuntura Econômica
Elaboração do autor.

Desde a década de 80, o produto interno bruto tem apresentado taxas de crescimento inferiores à observada para a população economicamente ativa. Isto é, o país tem vivido com uma tendência de declínio do produto por pessoa economicamente ativa, observando-se um movimento de queda da produtividade média social. Com exceção do setor agrícola, a partir de 1991, as taxas anuais de crescimento do produto setorial têm apresentado uma evolução inferior à observada para a PEA. O baixo desempenho não pode ser imputado a um suposto processo de reorganização industrial, que reduziria o papel indutor do setor na evolução do produto. O conjunto da estrutura econômica apresenta fraco desempenho, mesmo considerando o declínio das taxas de crescimento da PEA desde 1980.

Nesse contexto de desempenho econômico insuficiente, foi impossível impedir a deterioração das condições de funcionamento do mercado nacional de trabalho. Três mudanças, ao menos, marcaram esse processo: a contração do emprego formal, com elevação da informalidade, o aumento do desemprego e o declínio dos rendimentos.

3 UM MERCADO METROPOLITANO DE TRABALHO SEM MAIS VIRTUOSE

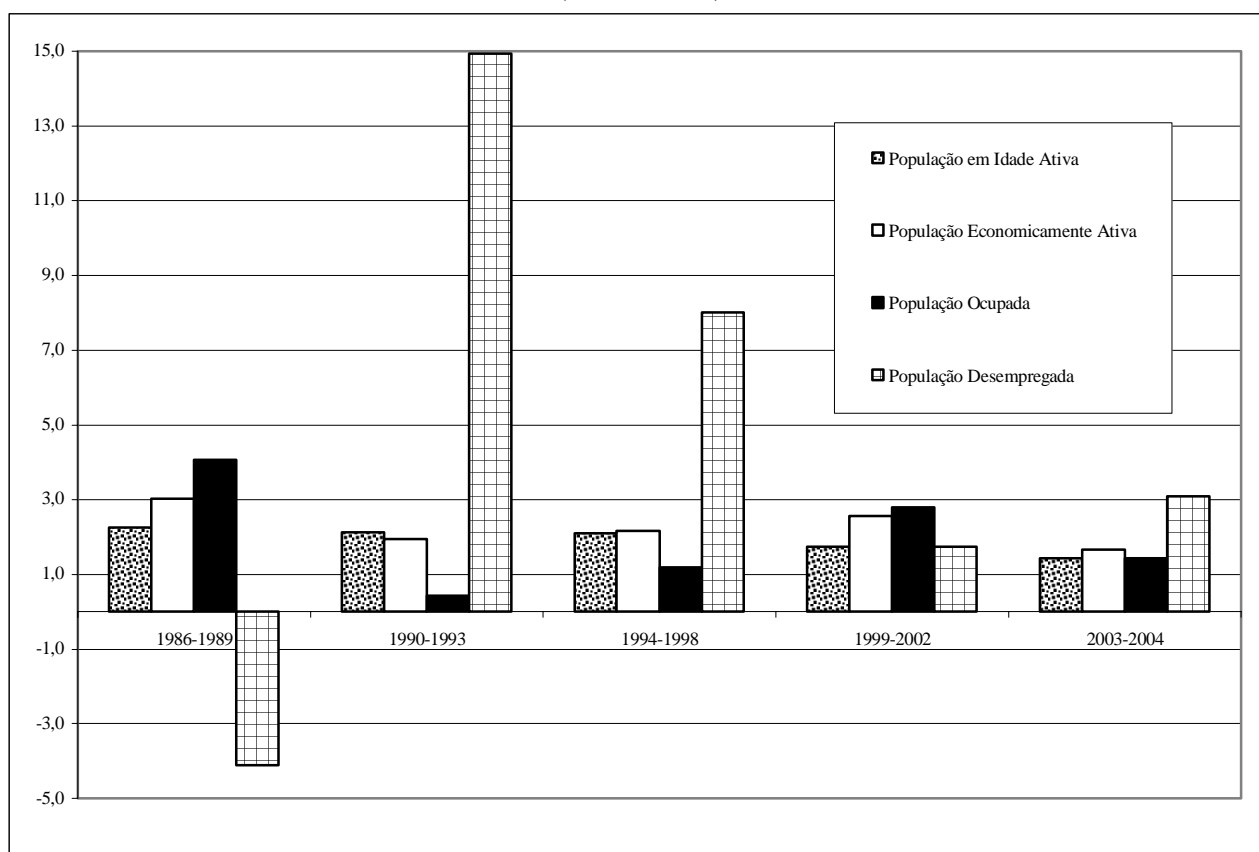
Os dados para a Região Metropolitana de São Paulo evidenciam essas dimensões do processo de deterioração do mercado de trabalho nacional. Tendo sido o de maior dinamismo e com o maior grau de formalização, o mercado metropolitano foi fortemente atingido pela perda de *performance* da economia brasileira destes últimos 20 anos.

Desde o início da década de 80, ele apresenta uma baixa capacidade de geração de novas oportunidades de trabalho e de renda, incapaz de absorver o crescimento baixo e declinante de sua população economicamente ativa.

Ao contrário do veiculado muitas vezes pela imprensa brasileira, o mercado de trabalho da Região Metropolitana de São Paulo deixou de apresentar crescimento acelerado de sua população disponível. Hoje, a oferta de trabalho cresce, aproximadamente, em 1,7% a.a. e não pode ser ela considerada elevada. Essa taxa é bastante inferior à encontrada na segunda metade dos anos 80, que atingia o patamar de 3% a.a.

Mesmo considerando essa trajetória declinante do crescimento da oferta de força de trabalho, a estrutura econômica da região foi incapaz de equacionar os problemas de emprego, em face de sua baixa capacidade de novas oportunidades de trabalho. O principal resultado observado foi a manutenção de um crescimento sistemático do desemprego, desde o início dos anos 90. Nota-se que seu incremento continuou sendo ponderável no período de 1999 a 2004, passado o vendaval que recaiu sobre a estrutura econômica da região, criado pela recessão econômica brutal imposta pela política Collor e pela abertura irresponsável do governo Fernando Henrique Cardoso, que induziu a uma explosão do crescimento do desemprego.

GRÁFICO 2 - TAXAS ANUAIS DE CRESCIMENTO DA POPULAÇÃO EM IDADE ATIVA, ECONOMICAMENTE ATIVA, OCUPADA E DESEMPREGADA - REGIÃO METROPOLITANA DE SÃO PAULO - 1986-2004 (PERCENTAGEM)



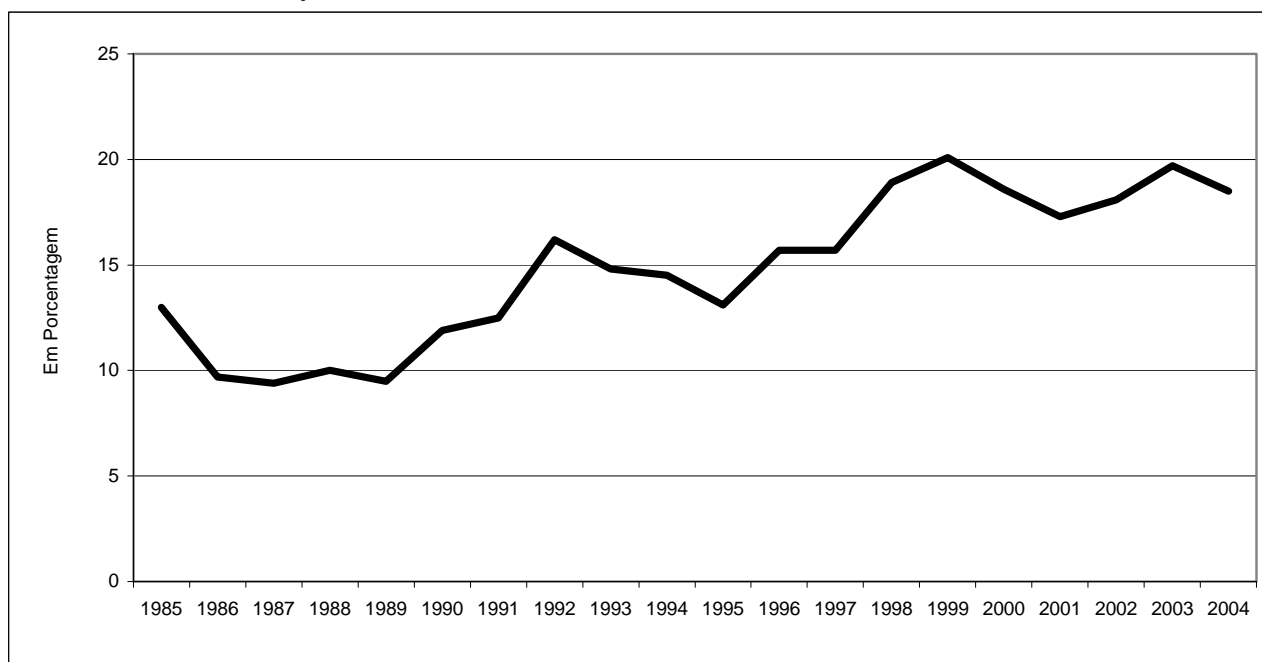
Fonte: Dados básicos: Secretaria de Economia e Planejamento (SEP), Pesquisa de Emprego e Desemprego na Região Metropolitana de São Paulo (PED/RMSP). Convênio SEADE/DIEESE

A recorrência do desemprego fica evidente quando se analisa a sua evolução ao longo do período de 1985 a 2004 (graf. 3). Após sua explosão no início dos anos 80, ele caiu para um patamar inferior a 9% na segunda metade daquela década. A partir de 1991, ele cresceu acentuadamente até 1993, quando tem essa tendência revertida até 1996. Mesmo assim, sua redução não foi suficiente para fazê-lo retornar ao nível do início da década. Entre 1996 e 1999, seu crescimento foi intenso o bastante para elevar a taxa para próximo de 20%. Pode-se dizer que, desde então, ela não parece sinalizar um significativo recuo em relação a esse valor.

Voltando ao gráfico 2, pode-se perceber que a evolução do desemprego guarda estreita relação com o comportamento da ocupação, e que não há identidade com o crescimento da população economicamente ativa, que declina sistematicamente.

Essa análise bastante geral dos indicadores básicos do mercado de trabalho é suficiente para evidenciar a perda de dinamismo da região metropolitana, o alto grau de exposição a que ela foi submetida pelas políticas econômicas dos Governos Collor e Cardoso e suas conseqüências sobre sua capacidade de geração de novas oportunidades de trabalho. Ao longo do período, o desemprego se torna um fenômeno recorrente, por um lado, e crescente, por outro. Esvaziou-se, portanto, a capacidade do principal pólo econômico do país de sustentar o seu mercado de trabalho.

GRÁFICO 3 - EVOLUÇÃO DA TAXA DE DESEMPREGO TOTAL - REGIÃO METROPOLITANA DE SÃO PAULO - 1985-2004



Fonte: Dados básicos: Secretaria de Economia e Planejamento (SEP), Pesquisa de Emprego e Desemprego na Região Metropolitana de São Paulo (PED/RMSP). Convênio SEADE/DIEESE

O esvaziamento do papel dinâmico da Região Metropolitana de São Paulo atinge 15% da população brasileira pelo menos. Não é pouca gente. Ademais, se a trajetória do país foi cruel com a população da região dinâmica, é ilusão pensar que as demais regiões tenham escapado da violência do processo de deterioração da economia e do mercado de trabalho. Afinal, o peso do estado de São Paulo na geração do produto interno bruto dita o seu desempenho para o conjunto do país.

É possível que nas demais regiões a regressão do mercado de trabalho não tenha tido a intensidade observada para a Região Metropolitana de São Paulo. Menos porque elas se mostraram dinâmicas mais em razão da maior precariedade de seus mercados de trabalho.

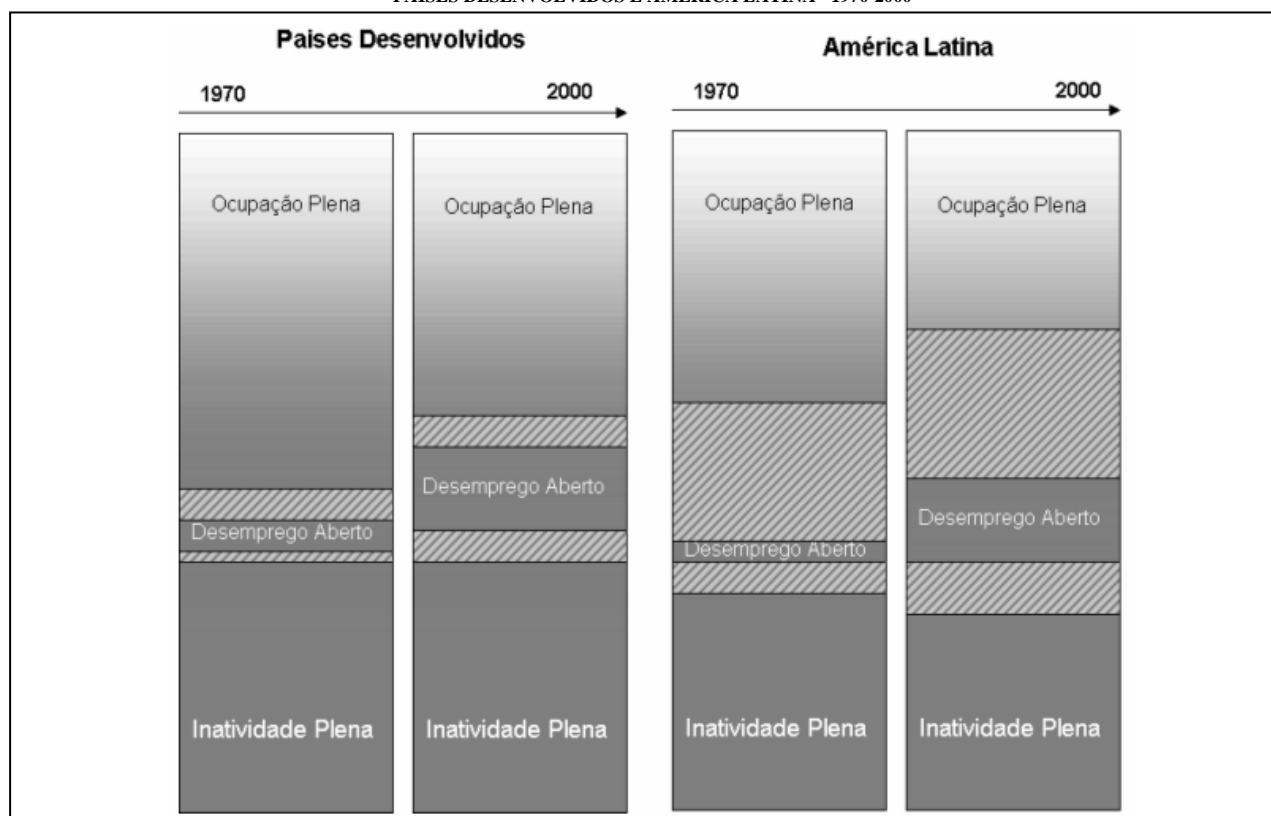
Como já explorado anteriormente, a comparação da evolução da renda *per capita* brasileira à de outros países desnuda o empobrecimento relativo do país, que se traduziu em aumento do desemprego e da informalidade e queda dos níveis de rendimentos. Nesse sentido, a estagnação da Região Metropolitana de São Paulo leva seu mercado de trabalho a se aproximar de outras regiões do país. Não pela melhora de desempenho dos demais mercados, mas pela deterioração mais acentuada do mercado metropolitano paulista.

3.1 O desemprego como núcleo das dificuldades do mercado metropolitano de São Paulo

O problema do desemprego apareceu quando o Brasil, como as demais economias latino-americanas, conheceram o rompimento do ciclo de industrialização e desenvolvimento no final dos anos 70. Em uma economia urbana com peso ponderável do trabalho assalariado, formal ou não, o resultado da crise econômica colocou em questão o mercado de trabalho assalariado, provocando pela primeira vez, no início dos anos 80, uma queda de seu nível de emprego e a demissão em massa de trabalhadores. Nesse momento, a crise de emprego assalariado passa a se traduzir em desemprego aberto relevante. Ao mesmo tempo, essa forma de desemprego se mesclava com formas heterogêneas de trabalho, muitas vezes situadas na fronteira das situações de ocupação ou inatividade plenas.

Por um lado, a crise do assalariamento na periferia explicitou uma forma de não trabalho conhecida de longa data pelos países desenvolvidos, mesclando-a às formas heterogêneas de trabalho que acompanharam o longo ciclo de crescimento econômico de alguns países latino americanos. Por outro, o crescimento do desemprego aberto foi acompanhado pela re-emergência das formas heterogêneas de trabalho nos países desenvolvidos. A convergência das novas estruturas de mercado de trabalho entre países desenvolvidos e em desenvolvimento pode ser sintetizada nos termos do quadro 1.

QUADRO 1 – MUDANÇAS ESTRUTURAIS DOS MERCADOS NACIONAIS DE TRABALHO
PAÍSES DESENVOLVIDOS E AMÉRICA LATINA - 1970-2000



Elaboração do autor

Enquanto, nos anos 70, as formas heterogêneas de trabalho eram residuais nos mercados de trabalho dos países desenvolvidos, elas competiam com o emprego formal nos países latino-americanos. No final do século, elas re-emergem nos países em desenvolvimento e se ampliam bastante nos países latino-americanos.

Tanto no centro como na periferia, esse movimento foi determinado pelo baixo desempenho econômico, em um contexto de mudanças tecnológicas, que produziu uma redução do assalariamento formal ou da ocupação plena. Ampliam-se as zonas cinzentas (áreas hachuradas do quadro 1). Isto é, proliferam-se as situações ocupacionais que mesclam características das condições de desemprego e inatividade, reduzindo a importância do indicador clássico de desemprego aberto como termômetro das condições de funcionamento do mercado de trabalho (DEDECCA, 1996; FREYSSINET, 1993 e 1999; SORRENTINO, 1995). A ampliação das zonas cinzentas ocorre de modo mais intenso nos países em desenvolvimento. Comparando a trajetória ocupacional dos desempregados, Guimarães et al. (2004) conclui que ... *à diferença de São Paulo, [predomina na Região Metropolitana de Paris] a análise dos percursos destas situações típicas de um mercado capitalista organizado, onde domina a norma salarial* (p. 13). Isto é, o perfil progresso dos desempregados apresenta-se menos precário que o encontrado para o mercado de uma metrópole brasileira.

Pode-se dizer que esse movimento convergente tem sido alimentado pelo enfraquecimento da regulação pública sobre o mercado de trabalho. Usadas para facilitar a contratação em tempo parcial ou determinado, a racionalização do uso do tempo de trabalho e a plasticidade da remuneração ao nível de atividade, as medidas de flexibilização dos contratos de trabalho adotadas pelos governos nacionais enfraqueceram a forma básica de relação de trabalho fundada no assalariamento com jornada de trabalho fixa. Ademais, a recorrência da situação de desemprego leva as pessoas nessa situação a acabarem aceitando trabalhos precários para viabilizar minimamente a sobrevivência, ainda que necessitem e procurem uma ocupação em tempo integral e que parte dos direitos sociais não seja garantida, ou seja, parcial ou totalmente desrespeitada.

Neste sentido, o enfraquecimento ou a mudança da regulação pública sobre os contratos de trabalho reforça a maior heterogeneidade das situações ocupacionais, as quais podem carregar características tanto da situação de desemprego como de inatividade.

Tem se estabelecido, portanto, maior heterogeneidade dos mercados de trabalho e maior complexidade do desemprego, que extrapola a medida clássica da situação de desemprego aberto. Não é fácil identificar a extensão dessa complexidade do desemprego, de modo a distingui-lo claramente das situações precárias de ocupação. Deve se reconhecer, ainda, que tal esforço, mesmo que relevante, escaparia dos propósitos deste ensaio. Aqui, interessa pontuar sobre o peso do desemprego e como sua complexidade atinge diferenciadamente segmentos populacionais distintos do mercado metropolitano de trabalho.

Para tanto, os dados da Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED) da Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados (SEADE) e do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócio-Econômicos (DIEESE) são adequados e mais que suficientes. Esse levantamento considera três tipos de desemprego:

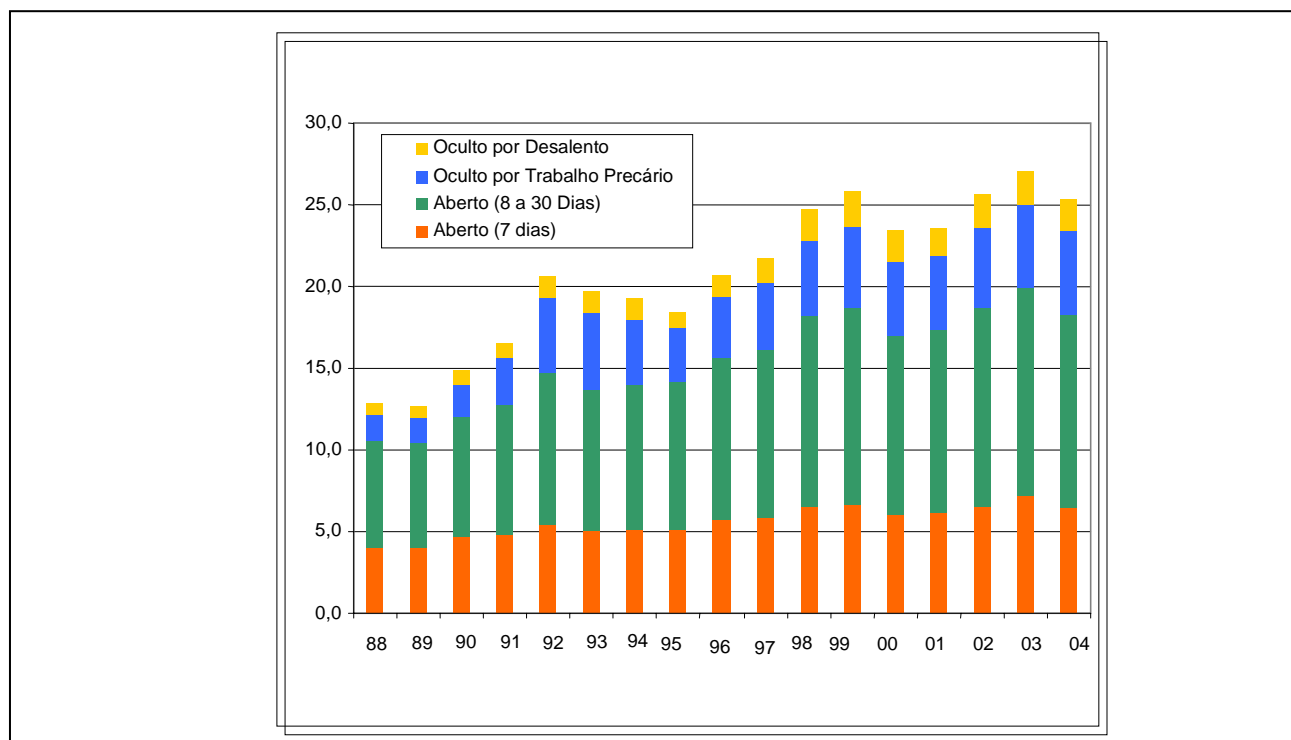
- o ***desemprego aberto*** - nessa categoria enquadra-se quem, com dez anos ou mais procurou trabalho de maneira efetiva nos 30 dias anteriores ao da entrevista e não exerceu nenhum trabalho nos sete últimos dias;

- **desemprego oculto pelo trabalho precário** – nessa categoria enquadra-se quem, com dez anos ou mais realizou algum trabalho remunerado de forma irregular, trabalho não-remunerado em ajuda a negócios de parentes e que procurou mudar de trabalho nos 30 dias anteriores ao da entrevista ou ainda que, não tendo procurado nesse período, o fez até 12 meses atrás;
- **desemprego oculto pelo desalento e outros** – enquadram-se nessa categoria quem, com dez anos ou mais não tem trabalho e nem o procurou nos últimos 30 dias, por desestímulo do mercado de trabalho ou por circunstâncias fortuitas, mas que apresentou procura efetiva de trabalho nos últimos 12 meses.

Para efeito de análise, o desemprego aberto foi desagregado segundo dois períodos de procura: a) de até sete dias; e b) de oito a 30 dias. O desemprego com período de procura mais curto corresponderia ao núcleo do desemprego total, pois caracterizaria o segmento que apresenta maior pressão sobre o mercado na busca de uma nova oportunidade de trabalho.

No gráfico 4, está apresentada a evolução do desemprego total e os tipos que o compõem. Esse resultado mostra claramente que o desemprego total cresceu mais que o desemprego aberto clássico, com procura de trabalho em até sete dias. Enquanto, em 1988, o desemprego aberto em sete dias representava 45% do desemprego total, constata-se que seu peso era de 34%, em 2004. Portanto, o desemprego não só cresce, como tende a alterar o seu perfil ao longo do tempo.

GRÁFICO 4 - TAXAS DE DESEMPREGO, SEGUNDO O TIPO - REGIÃO METROPOLITANA DE SÃO PAULO - 1988-2004 (PERCENTAGEM)



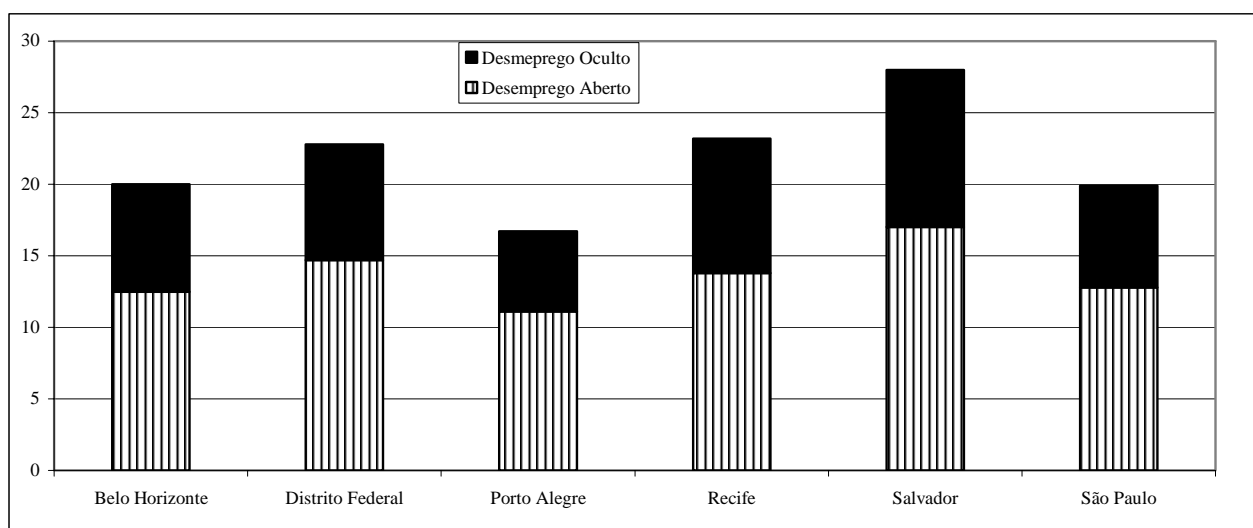
Fonte: Dados básicos: Secretaria de Economia e Planejamento (SEP), Pesquisa de Emprego e Desemprego na Região Metropolitana de São Paulo (PED/RMSP). Convênio SEADE/DIEESE (microdados)

O dimensionamento das taxas para o desemprego oculto por trabalho precário e por desalento pode ser mais bem analisado se comparadas as estruturas do desemprego nas diversas regiões metropolitanas em que a PED encontra-se implantada.

Como pode ser observado no gráfico 5, as regiões metropolitanas apresentam composições distintas do desemprego. Mesmo considerando a importância do desemprego aberto em todas elas, é visível o peso mais elevado do desemprego oculto nas regiões metropolitanas do Nordeste brasileiro – Salvador e Recife.

Os resultados sugerem que, nas regiões metropolitanas com uma menor participação do mercado formal de trabalho, o desemprego aberto tem importância relativa menor para o desemprego total. Pode-se afirmar, por outro lado, que essa observação referenda a capacidade limitada do indicador de desemprego aberto, mesmo quando se adota o período de 30 dias de procura, independentemente da região metropolitana considerada.

GRÁFICO 5 - TAXAS DE DESEMPREGO, SEGUNDO O TIPO - REGIÕES METROPOLITANAS SELECIONADAS - 2003 (PERCENTAGEM)



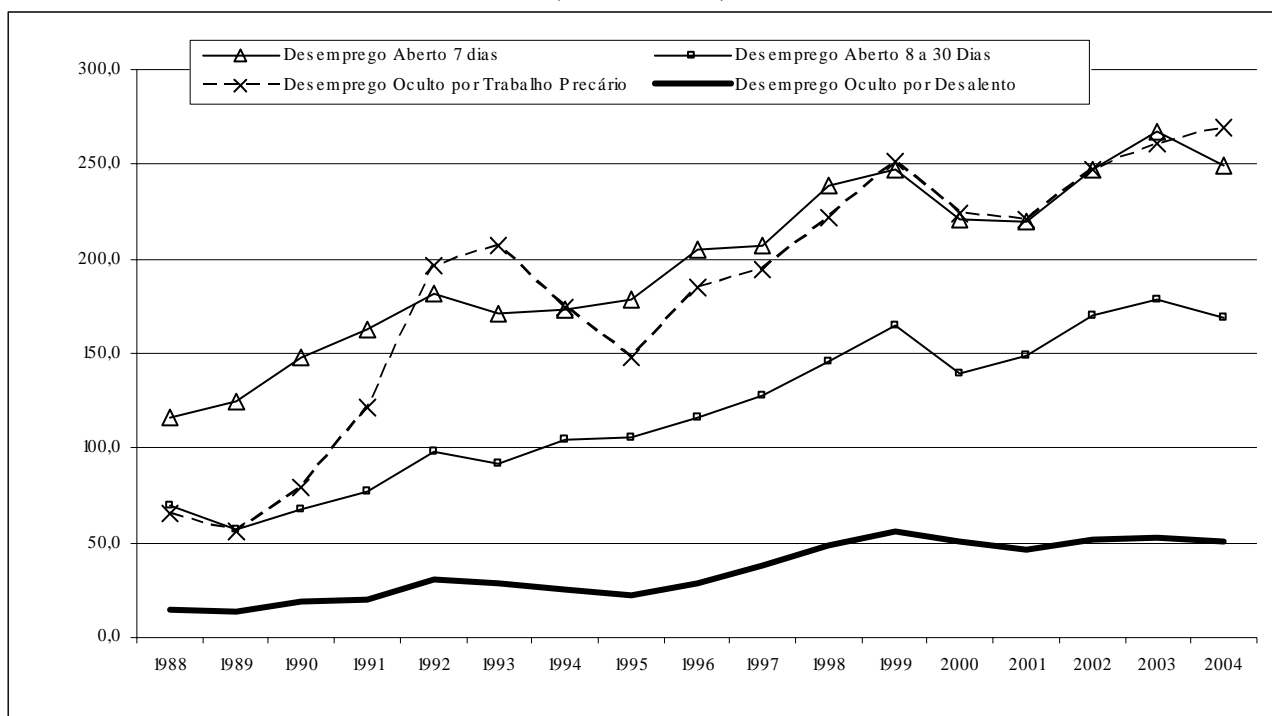
Fonte: Dados básicos: Secretaria de Economia e Planejamento (SEP), Pesquisa de Emprego e Desemprego na Região Metropolitana de São Paulo (PED/RMSP). Convênio SEADE/DIEESE

A relevância metodológica dos indicadores complementares de desemprego pode ser devidamente explicitada quando se analisam as diversas taxas segundo sexo, procedimento realizado a partir dos dados para a Região Metropolitana de São Paulo.

A comparação da trajetória do volume de desempregados segundo tipo, entre 1988 e 2004, mostra que as formas de desemprego aberto cresceram mais aceleradamente para as mulheres, frente ao observado para os homens. Contudo, para eles, o desemprego por trabalho precário teve o maior aumento. No final do período, o desemprego oculto por trabalho precário era semelhante ao desemprego aberto em sete dias, e provocou uma modificação relevante na composição do desemprego dos homens.

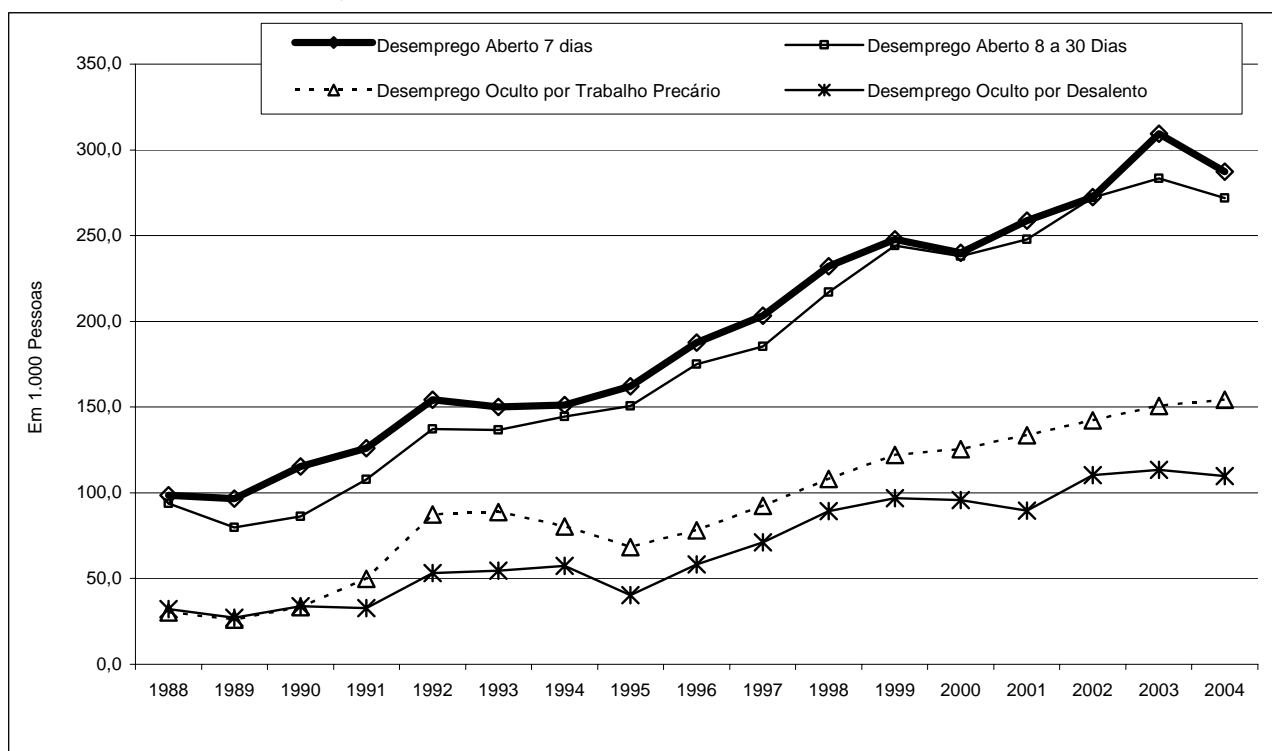
Enquanto para as mulheres aumentou o peso do desemprego aberto em seu desemprego total, nota-se redução para os homens. Portanto, as formas de desemprego aberto tornam-se mais significativas para as mulheres, enquanto, entre os homens, perdem representação.

GRÁFICO 6 – DESEMPREGO, SEGUNDO O TIPO E SEXO MASCULINO - REGIÃO METROPOLITANA DE SÃO PAULO - 1988-2004 (EM MIL PESSOAS)



Fonte: Dados básicos: Secretaria de Economia e Planejamento (SEP), Pesquisa de Emprego e Desemprego na Região Metropolitana de São Paulo (PED/RMSP). Convênio SEADE/DIEESE (microdados)

GRÁFICO 7 - DESEMPREGO, SEGUNDO O TIPO E SEXO FEMININO - REGIÃO METROPOLITANA DE SÃO PAULO - 1988-2004



Fonte: Dados básicos: Secretaria de Economia e Planejamento (SEP), Pesquisa de Emprego e Desemprego na Região Metropolitana de São Paulo (PED/RMSP). Convênio SEADE/DIEESE (microdados)

Uma evidência interessante sobre a importância de cada tipo de desemprego para o desemprego total pode ser obtida analisando-se o desvio padrão do volume de pessoas desempregadas. Na tabela 3, temos esses dados para três fases do período de 1988 a 2004. Os anos de 1988 a 1994 foram marcados por uma

crise e uma abertura comercial abrupta. Ambas provocaram queda acentuada do nível de emprego na Região Metropolitana de São Paulo. O período de 1995 a 1999 foi caracterizado pela abertura e por uma valorização da taxa de câmbio acentuadas, que produziram uma recuperação da atividade econômica por meio do setor de serviços. Essa recuperação aliou-se a uma queda ponderável da produção e do emprego industriais. De 1999 até 2002, o país passou por um período de crise com re-nacionalização do consumo corrente, com efeitos positivos sobre a produção. Desde o final de 2003, observou-se uma recuperação do emprego em todos os setores da economia.

Quando se analisa o desvio padrão para os volumes dos diversos tipos de desemprego, percebe-se uma tendência de queda da dispersão dos valores. O resultado referenda uma situação de menor oscilação dos volumes de desempregados e também sua persistência em patamares elevados. A redução do desvio padrão foi mais acentuada para o desemprego por trabalho precário, sinalizando, entretanto, que ele continua a se apresentar sensível às alterações da conjuntura econômica.

TABELA 3 - DESVIO PADRÃO DO NÚMERO DE PESSOAS DESEMPREGADAS - REGIÃO METROPOLITANA DE SÃO PAULO - 1988-2004

ESPECIFICAÇÃO	DESVIO PADRÃO (EM 1.000 PESSOAS)			
	desemprego aberto - 7 dias	desemprego aberto - 8 a 30 dias	desemprego por trabalho precário	desemprego por desalento
Total				
1988-1994	49,44	44,55	92,05	19,12
1995-1999	48,54	52,58	60,63	29,58
2000-2004	46,39	35,13	33,27	12,47
Homens				
1988-1994	24,99	17,85	63,97	6,62
1995-1999	21,50	21,23	39,01	12,03
2000-2004	20,50	16,17	21,71	2,29
Mulheres				
1988-1994	24,88	26,86	28,16	12,86
1995-1999	27,29	31,42	21,88	17,57
2000-2004	26,56	18,97	11,89	10,41

Fonte: Dados básicos: Secretaria de Economia e Planejamento (SEP), Pesquisa de Emprego e Desemprego na Região Metropolitana de São Paulo (PED/RMSP). Convênio SEADE/DIEESE (microdados)

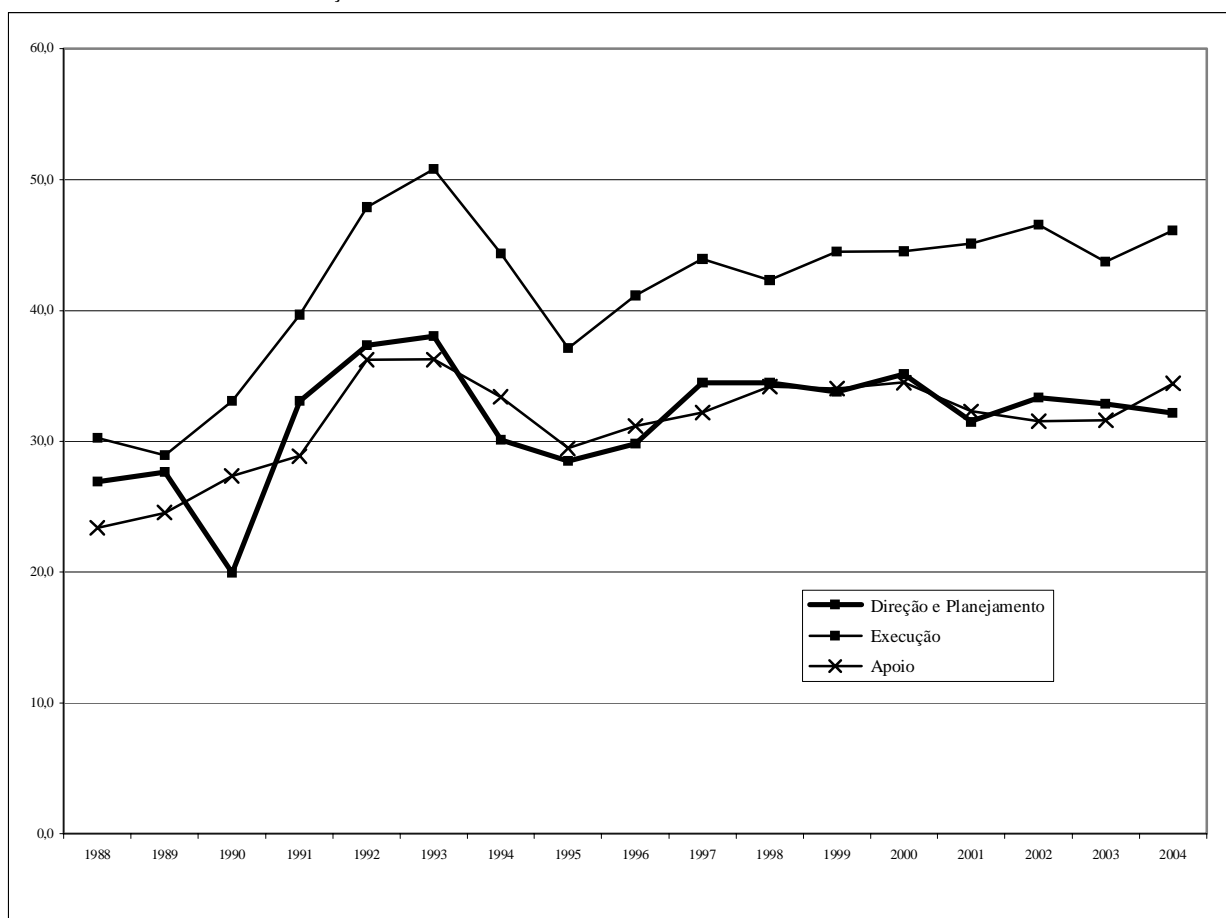
Retoma-se argumento discutido ao longo deste ensaio: a perda de representatividade relativa do desemprego aberto está associada a uma maior complexidade do desemprego total. Ao menos para a Região Metropolitana de São Paulo, o desemprego oculto por trabalho precário não é uma medida de caráter complementar e residual, mas tem a mesma relevância da taxa de desemprego aberto em sete dias.

Ademais, a sua maior importância atingiu de modo generalizado segmentos diversos do mercado de trabalho. Analisando a situação ocupacional anterior segundo níveis sócio-profissionais, conclui-se ter crescido a participação do desemprego oculto no desemprego total. Mesmo observando-se uma importância maior do desemprego oculto para quem havia exercido ocupações de execução, isto é, manuais, verifica-se movimento semelhante para os que possuíam ocupações de apoio ou de diretoria e planejamento.

A literatura econômica relaciona o desemprego oculto ao trabalho não-qualificado e considera essa forma de desemprego uma situação de exclusão de um novo padrão produtivo fundado nas novas tecnologias e demandante de mão-de-obra qualificada. Pois bem, ao contrário do que essa literatura prognostica, nota-se pelos dados que a complexidade do desemprego possui um caráter estrutural. Ela espelha a estrutura

ocupacional como um todo, ainda que a probabilidade de desemprego de longo prazo, mesclado a alguma atividade esporádica, seja menor para o segmento da força de trabalho de maior qualificação.

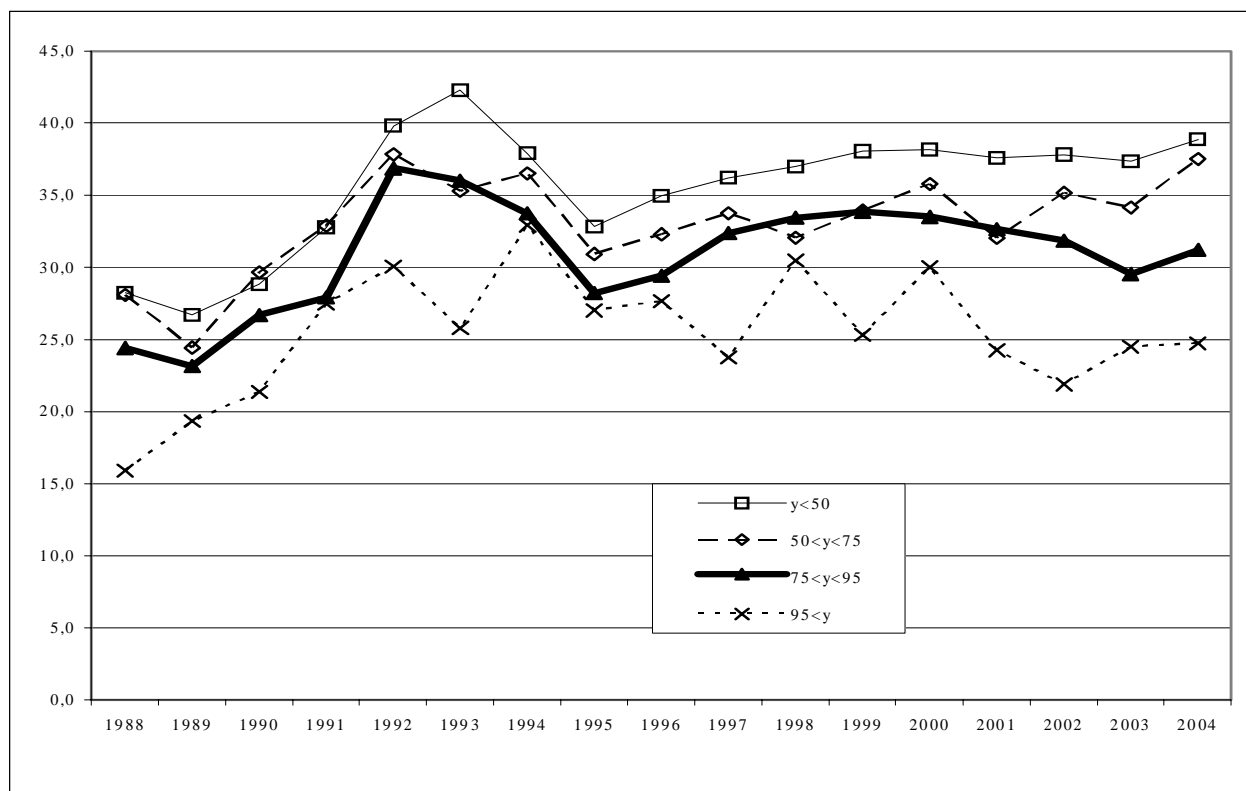
GRÁFICO 8 - PARTICIPAÇÃO DO DESEMPREGO OCULTO NO DESEMPREGO TOTAL, SEGUNDO CATEGORIA SÓCIO-PROFISSIONAL NA OCUPAÇÃO ANTERIOR - REGIÃO METROPOLITANA DE SÃO PAULO - 1988-2004



Fonte: Dados básicos: Secretaria de Economia e Planejamento (SEP), Pesquisa de Emprego e Desemprego na Região Metropolitana de São Paulo (PED/RMSP). Convênio SEADE/DIEESE (microdados)

Condições semelhantes de evolução e composição do desemprego são encontradas quando se incorpora a renda familiar à análise. Sem dúvida, o desemprego é mais intenso entre as famílias de menor renda. Também é entre elas que o desemprego oculto tem maior incidência. Contudo, ele também é expressivo nas famílias de renda mais elevada. Em 2004, o desemprego oculto representava 25% da taxa de desemprego total das famílias com renda superior ao 95º percentil.

GRÁFICO 9 - PARTICIPAÇÃO DO DESEMPREGO OCULTO NO DESEMPREGO TOTAL, SEGUNDO NÍVEIS DE RENDIMENTO FAMILIAR
REGIÃO METROPOLITANA DE SÃO PAULO - 1988-2004



Fonte: Dados básicos: Secretaria de Economia e Planejamento (SEP), Pesquisa de Emprego e Desemprego na Região Metropolitana de São Paulo (PED/RMSP). Convênio SEADE/DIEESE (microdados)

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Mesmo reconhecendo o caráter mais complexo que o desemprego ganhou nos países desenvolvidos e em desenvolvimento nestes últimos 30 anos, as instituições internacionais e os institutos nacionais de estatística continuam privilegiando a taxa de desemprego aberto, destinando pouco esforço para atualização das pesquisas nacionais de emprego e desemprego.

Para comparações internacionais, o uso da taxa de desemprego aberto em sete dias continua tendo quase completa primazia. Boa parte da literatura foca sua análise nesse indicador.

Os problemas que essa conduta produz são ao menos de duas ordens: primeiro, minimizam-se o nível e a complexidade do desemprego; segundo, reduz-se a importância de uma atualização metodológica das pesquisas de emprego e desemprego que as torne precisas quanto à mensuração do desemprego, como um problema que vem incorporando crescente complexidade em suas formas de manifestação.

Graças a um contexto político favorável durante o processo de democratização brasileira, o governo do estado de São Paulo e o DIEESE desenvolveram um novo levantamento estatístico com o objetivo de atualizar metodologicamente o conhecimento do mercado de trabalho metropolitano do Estado. Como fruto desse esforço, a PED/RMSP, desde sua origem, reconheceu o desemprego como fenômeno complexo, construindo indicadores diversos e complementares.

Essa pesquisa já completou 20 anos, propiciando para análise uma série consistente de dados para a Região Metropolitana de São Paulo. E séries mais curtas, mas não menos consistentes para outras regiões metropolitanas.

Neste ensaio foram explorados os dados referentes aos indicadores básicos de desemprego produzidos pela PED, tendo somente sido introduzida uma desagregação da taxa de desemprego aberto para os períodos de sete dias e de oito a 30 dias.

A preocupação básica que norteou esta análise foi a necessidade de se entender melhor a relevância das taxas de desemprego para compreensão do problema de emprego na Região Metropolitana de São Paulo. Deve-se ressaltar que, por um lado, a identificação do núcleo mais visível do desemprego continua sendo importante, e, por outro, seu conhecimento adequado na adoção de indicadores complementares.

Algumas características metodológicas da PED permitem ampliar o leque de indicadores de desemprego. É possível explorar melhor tanto a dinâmica do desemprego aberto em termos de intensidade da procura como as características do trabalho eventual associado ao desemprego oculto.⁵⁶ Infelizmente, não há espaço para realizar esse exercício neste ensaio.

É necessário ainda ressaltar que a complexidade do desemprego vem associada à sua recorrência em termos estruturais. Conforme apontado aqui, o desemprego cresceu acentuadamente nos primeiros anos da década passada e entre 1996 e 1998. Posteriormente essa tendência se atenuou. Mesmo tendo sido contido, o desemprego total encontra-se em um patamar significativamente superior ao do final dos anos 80. Sua variabilidade ao longo do tempo se reduziu, porém num nível muito elevado. Não existem sinais que permitam associar o desemprego aberto e as demais formas a um movimento de transição do capitalismo brasileiro, decorrentes de mudança tecnológica ou de defasagem de qualificação vivenciada por parcelas da força de trabalho.

O desemprego se estabelece como um problema que, em maior ou menor intensidade, atinge toda a estrutura ocupacional, independentemente do nível de renda ou de qualificação. Sua dimensão complexa também se expressa na estrutura ocupacional como um todo.

A perda de importância do desemprego aberto como situação abrangente do problema do desemprego demanda um esforço recorrente de compreensão sobre suas diversas formas de manifestação, o qual requer estar vinculado a um status teórico distinto daquele sobre o qual se construiu metodologicamente o indicador clássico. Para a situação de desemprego aberto, o fundamento metodológico é a ausência de trabalho, para o desemprego oculto por trabalho precário, é a descontinuidade e a eventualidade da situação ocupacional. Por último, para o desemprego oculto por desalento é a exclusão da força de trabalho pelo mercado.

Ademais, o objetivo principal de conhecer a configuração da ocupação e do desemprego não é apresentar indicadores para informação da sociedade. É, sim, orientá-la nas diversas ações direta ou

⁵⁶ Uma análise detalhada destas situações para a Região Metropolitana de São Paulo pode ser encontrada em Segnini & Montagner (2004).

indiretamente realizadas pelo Sistema Público de Emprego. Nesse sentido, políticas de combate ao desemprego exigem um bom sistema de informação. Pode-se dizer que, nos últimos 20 anos, a PED tem prestado uma contribuição importante.

5 REFERÊNCIAS

- BAUMOL, W.; NELSON, R.; WOLF, E. *Convergence of productivity: cross-national studies and historical evidence*. Oxford: Oxford University, 1994.
- CELADE. CEPAL. *Estimaciones y proyecciones de población 1950-2050*. Santiago, [2004]. Disponível em: <www.eclac.cl/celade/proyecciones/intentoBD-2002.htm>.
- DEDECCA, C. S. *Desemprego e regulação no Brasil hoje*. Campinas: Cesit/Ie/Unicamp, 1996. (Cadernos do CESIT, 20).
- FREYSSINET, J. *Comparaison internationale de la mesure du chômage: le cas français*. Noisy-le-Grand: IRES, 1999. (Document de Travail 99/2).
- FREYSSINET, J. *Le chômage*. Paris: La Decouverte, 1993.
- GORDON, D.M. *From drive system to capital-labor accord: econometric tests for the transition between productivity regimes*. Industrial Relations, Oxford: v. 36, n. 2, 1977.
- GUIMARÃES N. *Transições ocupacionais e representações sobre a procura de trabalho*. In: ENCONTRO ANUAL da ANPOCS, 28, 2004, Caxambu. *Anais ...* Caxambu: ANPOCS, 2004.
- GUIMARÃES, N. et al. Vivendo a recorrência do desemprego, trajetórias e biografias de desempregados na Região Metropolitana de São Paulo. In: GUIMARÃES, N. A. *Desemprego, aspectos institucional e biográficos: uma comparação Brasil, França e Japão*. São Paulo: FFLCH/USP, 2004.
- MADDISON, A. *Monitoring the world economy, 1820-1992*. Paris: OECD, 1996.
- SEGNINI, L.; MONTAGNER, P. *Chômage des femmes au Brésil - travail précaire et réseaux de solidarité*. In: CONGRÈS MARX INTERNATIONAL, 4, 2004, Paris. Paris Actuel Marx, 2004.
- SORRENTINO, C. International unemployment indicators. *Monthly Labor Review*, Washington, DC, 1995.

Principais Conceitos e Indicadores da Pesquisa de Emprego e Desemprego

PIA - População em Idade Ativa: corresponde à população com dez anos ou mais.

PEA - População Economicamente Ativa: parcela da PIA ocupada ou desempregada.

OCUPADOS - são os indivíduos que:

- a) possuem trabalho remunerado exercido regularmente;
- b) possuem trabalho remunerado exercido de forma irregular, desde que não estejam procurando trabalho diferente do atual. Excluem-se as pessoas que, não tendo procurado trabalho, exerceram de forma excepcional algum trabalho nos últimos 30 dias;
- c) possuem trabalho não-remunerado de ajuda em negócios de parentes, ou remunerado em espécie ou benefício, sem procura de trabalho.

DESEMPREGADOS - São os indivíduos que se encontram numa das seguintes situações:

- a) **desemprego aberto**: pessoas que procuraram trabalho de modo efetivo nos 30 dias anteriores ao da entrevista e não exerceram nenhum trabalho nos últimos sete dias;
- b) **desemprego oculto pelo trabalho precário**: pessoas que realizam de forma irregular algum trabalho remunerado (ou pessoas que realizam trabalho não-remunerado em ajuda a negócios de parentes) e que procuraram mudar de trabalho nos 30 dias anteriores ao da entrevista, ou que, não tendo procurado neste período, o fizeram até 12 meses atrás;
- c) **desemprego oculto pelo desalento**: pessoas que não possuem trabalho e nem procuraram nos últimos 30 dias, por desestímulo do mercado de trabalho ou por circunstâncias fortuitas, mas procuraram efetivamente trabalho nos últimos 12 meses.

INATIVOS (maiores de dez anos) - Correspondem à parcela da PIA que não está ocupada ou desempregada.

RENDIMENTO DO TRABALHO - É captado o rendimento monetário bruto (sem descontos de imposto de renda e previdência), efetivamente recebido, referente ao trabalho realizado no mês imediatamente anterior ao da pesquisa. Para os assalariados, são considerados os descontos por falta ou acréscimos devidos a horas extras, gratificações etc. Não são computados o décimo terceiro salário e os benefícios indiretos. Para os empregadores, autônomos e demais posições, é considerada a retirada mensal.

MÉDIAS TRIMESTRAIS

Os resultados são divulgados mensalmente e expressam médias trimestrais móveis dos indicadores produzidos. Isto significa que as informações referentes a determinado mês representam a média dos dados coletados no último mês e nos dois meses que o antecedem

TAXA GLOBAL DE PARTICIPAÇÃO - É a relação entre a População Economicamente Ativa e a População em Idade Ativa (PEA/PIA). Indica a proporção de pessoas com dez anos ou mais incorporadas ao mercado de trabalho, como ocupados ou desempregados.

TAXA DE DESEMPREGO TOTAL - Equivale à relação Desempregados/PEA, e indica a proporção da PEA que se encontra na situação de desemprego aberto ou oculto. Todas as taxas de desemprego divulgadas, referentes a tipos específicos de desemprego (aberto e oculto) ou a atributos pessoais selecionados, são calculadas como uma proporção da PEA.

TAXA DE OCUPAÇÃO - Equivale à relação Ocupados/PEA, e indica a proporção da PEA que se encontra na situação de ocupados.

RENDIMENTOS - Divulga-se:

- a) **Rendimento médio**: refere-se à média trimestral do rendimento mensal real no trabalho principal. A média trimestral é calculada a partir de valores nominais mensais, inflacionados pelo IPCA/BH (IPEAD), até o último mês do trimestre. Os dados de rendimento, investigados em cada mês, referem-se ao mês imediatamente anterior, e, portanto, têm sempre esta defasagem em relação às demais informações da pesquisa. Assim, os dados apurados no trimestre outubro/novembro/dezembro, e divulgados em janeiro, correspondem à média do período setembro/outubro/novembro, a preços de novembro;
- b) **Distribuição dos rendimentos**: indica os valores máximos recebidos pelos 10% e 25% mais pobres, os valores mínimos recebidos pelos 25% e 10% mais ricos, e o rendimento mediano, que divide a população entre os 50% que têm os rendimentos mais baixos e os 50% que têm rendimentos mais altos.

ESTUDOS SOBRE MERCADO DE TRABALHO

v. 1 – As Várias Faces do Mercado de Trabalho no Brasil



SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E ESPORTES	FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO	DIEESE
<p>Rua Martim de Carvalho, 94 Santo Agostinho CEP. 30190-090 Belo Horizonte - MG Fone: (31) 3292-2000 Fax: (31) 3275-2799 sinemg@sedese.mg.gov.br asscom@sedese.mg.gov.br</p>	<p>Alameda das Acácias, 70 São Luís / Pampulha CEP. 31275-150 Belo Horizonte - MG Fone: (31) 3448-9719/ 3448-9557 Fax: (31) 3448-9614 / 3448-9546 www.fjp.mg.gov.br cei.ndi@fjp.mg.gov.br</p>	<p>Escritório Regional de MG Rua Curitiba, 1.269 – 9º andar Centro - CEP. 30170-121 Belo Horizonte - MG Fone: (31) 3222-9395 Fax: (31) 3222-9787 www.dieese.org.br ermg@dieese.org.br</p>